



CULTURA
ACADÊMICA
Editora



Neusa Maria Dal Ri

**SINDICATO, AUTONOMIA E
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
(1976-1996)**

**SINDICATO, AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (1976-1996)**

Neusa Maria Dal Ri

Neusa Maria Dal Ri

**SINDICATO, AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (1976-1996)**



Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora: Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Vice-Diretora: Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)
Célia Maria Giacheti
Cláudia Regina Mosca Giroto
Edvaldo Soares
Franciele Marques Redigolo
Marcelo Fernandes de Oliveira
Marcos Antonio Alves
Neusa Maria Dal Ri
Renato Geraldi (Assessor Técnico)
Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -
UNESP/Marília*

Henrique Tahan Novaes
Aila Narene Dahwache Criado Rocha
Alonso Bezerra de Carvalho
Ana Clara Bortoleto Nery
Claudia da Mota Daros Parente
Cynthia Graziella Guizelim Simões Giroto
Daniela Nogueira de Moraes Garcia
Pedro Angelo Pagni

Auxílio Nº 0039/2022, Processo Nº 23038.001838/2022-11, Programa PROEX/CAPES

Parecerista: Candido Giraldez Vieitez - Professor aposentado pela Unesp – Campus de Marília. Participante ativo do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia do PPG do campus de Marília.

Capa: Pixabay

Ficha catalográfica

Dal Ri, Neusa Maria.
D136s Sindicato, autonomia e gestão democrática na Universidade Estadual Paulista
(1976-1996) / Neusa Maria Dal Ri. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo :
Cultura Acadêmica, 2024.

238 p.

CAPES

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5954-555-1 (Livro Impresso)

ISBN 978-65-5954-556-8 (Livro Digital)

DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-556-8>

1. Universidade Estadual Paulista (Unesp). 2. Universidades e Faculdades – Administração – 1976-1996. 3. Sindicatos. I. Título.

CDD 378.05

Catálogo: André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Copyright © 2024, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - Campus de Marília

Sumário

Prefácio <i>Candido Giraldez Vieitez</i>	7
Introdução.....	13
Capítulo I - Autonomia Universitária.....	29
Capítulo II - Autonomia Como Um Aspecto do Autogoverno.....	71
Capítulo III - Sindicato, Autonomia Universitária e Gestão Democrática.....	133
Capítulo IV - Política Sindical e Gestão Democrática.....	195
Conclusão.....	219
Referências.....	225

PREFÁCIO

Como podemos observar pelo título deste livro, da professora Neusa Maria Dal Ri, a UNESP é seu objeto de investigação. Mas uma UNESP examinada por meio das lentes propiciadas pelas categorias centrais no estudo: o sindicato docente; a autonomia; e a gestão democrática.

A UNESP, com seus correlatos de autonomia, gestão democrática e organização sindical específicos, constitui um objeto de estudo da maior relevância, não apenas para a comunidade universitária, como, também, ou mais ainda, para a sociedade.

A pesquisa examinou o interregno que vai da fundação da UNESP até 1996. No entanto, a problemática imanente ao objeto - ou proposta pela pesquisadora - é contemporânea, projetando desafios para a universidade pública que são até mais prementes hoje, do que ontem. Isso porque a universidade pública e gratuita, em praticamente todo mundo - ao menos no Ocidente capitalista - nunca foi uma unanimidade, de sorte que uma espada sempre esteve pendente sobre a mesma, a ameaçar sua continuidade. No entanto, nos dias de hoje, com a ascendência do neoliberalismo, essa ameaça, que a pesquisa muito bem assinalou, está muito mais presente, como podemos observar através dos tantos atos ou manifestações privatizantes por parte de autoridades e políticos importantes. E nem há o que dizer com relação à posição negativa ou potencialmente negativa dessas personagens públicas com relação à legitimidade da autonomia, da gestão democrática e dos sindicatos.

A UNESP é um objeto de investigação com suas próprias especificidades. No entanto, o particular é frequentemente uma manifestação muito concreta do universal. É o que ocorre com a universidade pública, que embora relativamente estendida, é um assunto permanente de debate político entre partidários e detratores. Desse modo, embora centrada neste objeto específico e delimitado, a pesquisa trabalha uma temática de implicação nacional e internacional.

O estudo está concebido como uma investigação de carácter histórico-empírico na qual sobrelevam três premissas.

A primeira é que os fatos empíricos são fundamentais tanto para a análise, quanto para garantir a verossimilitude dos resultados da investigação. Consequente com essa premissa metodológica, a pesquisadora apóia sua análise numa profusão de dados, sendo os principais fornecidos por entrevistas com pessoas que vivenciaram os acontecimentos relatados ou que foram agentes desses acontecimentos, e farta documentação de fontes primárias e secundárias. Além disso, contabilizamos a utilização de copiosa literatura especializada, bem como de literatura mais geral. No entanto, a investigadora não é empirista. Diversamente do que faz em relação à metodologia técnica, a mesma não explicita a metodologia lógica ou paradigma teórico empregado, não porque o mesmo não esteja presente na análise da temática, mas porque a teoria se encontra aqui organicamente imbricada no processo intelectual de análise e síntese, no processo de reconstrução, explicação e explicitação da realidade examinada.

Um segundo ponto a destacar é o de que a história é fundamental para a compreensão do objeto examinado, seja como recurso heurístico, seja porque certas categoriais sociais - ou conceitos - atuais são o resultado mais ou menos direto de sua evolução no espaço-tempo.

O terceiro destaque nessa concepção metodológica é a percepção de que não se pode perder de vista o todo social. Assim, embora a pesquisa esteja centrada na UNESP, não se encontra encerrada na mesma, uma vez que a investigação não perde de vista as conexões entre a universidade e a sociedade. Por exemplo, fica claro na exposição que o movimento pela democratização da gestão na Universidade, deflagrado em 1984, estava em conexão direta com a grande campanha nacional pela democratização do Estado que estava em curso desde fins dos anos 1970.

Em virtude desses procedimentos temos um texto abundantemente ilustrado com fatos em detalhe, mas, também, estruturado segundo a ampla perspectiva da teoria utilizada. O resultado é uma demonstração-exposição muito bem feita e logicamente consistente, mas ao mesmo tempo caracterizada por uma densidade que demanda leitura detida e cuidadosa.

A criação do sindicato docente (inicialmente associação), a obtenção da autonomia de gestão financeira (outorgada pelo governador) e a instauração

da gestão democrática (autogoverno), segundo sustenta a pesquisa, são três acontecimentos estratégicos da trajetória da UNESP.

Dadas as divergências ideológicas, educacionais, etc. existentes na Universidade – como na sociedade – a valoração desses acontecimentos nesses termos é desafiante. No entanto, a pesquisadora, ao explicitar sua posição, desloca o provável debate do terreno das controvérsias cotidianas para o campo mais elevado do embate entre concepções de mundo distintas. A perspectiva na qual se situou este trabalho – afirma a pesquisadora em uma passagem de sua narrativa - e, conseqüentemente, a sua hipótese norteadora foi dada pelo princípio democrático, ou seja, a perspectiva na qual se têm situados os problemas da democracia como participação e do poder como autogestão, ou seja, partem sempre do ponto de vista da classe trabalhadora.

Portanto, ao invés de tentar empreender sua análise como sendo neutra em relação às classes sociais e aos conflitos que trespassam a sociedade, a pesquisadora - diversamente do que é tão frequente – assume claramente o ponto de vista das classes trabalhadoras, ciente de que a isenção na pesquisa, um procedimento a ser observado, é algo completamente diferente da suposta e utópica neutralidade do pesquisador em relação ao objeto estudado.

Retomemos, pois, às categorias tomadas como centrais na análise, o sindicato, a autonomia e a gestão democrática para observarmos que nenhuma delas conta com um conceito correspondente de significado unívoco.

O que temos em cada uma delas é aquilo que alguém já chamou de ideia-força (uma determinação geral), que é algo tão real quanto pode ser uma abstração científica. O que significa que seu significado real só se define, ao menos transitoriamente, na evolução da trama histórica, razão pela qual na pesquisa essas categorias aparecem historicizadas, como, por exemplo, a autonomia nas corporações originárias da Universidade, a autonomia no Estado Absolutista, a autonomia no regime democrático liberal e, finalmente, a evolução desse conceito nas várias constituições brasileiras até se chegar a uma de suas possíveis manifestações concretas, a autonomia de gestão financeira na UNESP e demais universidades estaduais paulistas.

À primeira vista, o sindicato dos docentes parece ser um objeto social meramente prosaico. No entanto, a sua criação foi consequência das profundas alterações nas relações de trabalho que ocorreram na Universidade a

partir da década de 1970. Portanto, foi ancorado nesses acontecimentos que o sindicato se instalaria na vida universitária como um componente muito importante no processo de evolução das relações de trabalho e da política universitária. E, no entanto, não há consenso quanto ao conceito de sindicato. E, como mostra a pesquisa mediante uma ampla reflexão ilustrada pela literatura sobre as várias concepções, não há consenso quanto às formas de organização e atuação desse tipo de organização, nem no interior do próprio campo ao qual ela pertence, o movimento operário e popular.

O caso da autonomia é semelhante. A pesquisadora defende que a autonomia tanto pode ser favorável quanto contrária à democratização, mas que a autonomia outorgada à Unesp é de caráter progressivo, ou seja, possibilitou a autogestão, a qual tem como pré-condição a própria manutenção da universidade pública, uma vez que não há e não pode haver autogoverno dos trabalhadores na Universidade privada.

A categoria *democracia* encontra-se numa situação semelhante às demais categorias em questão. A sua determinante geral possivelmente mais popularizada, para explicitar ao menos uma referência, ainda que abstrata, talvez seja a fórmula rousseauiana - antitética ao conceito de democracia liberal -, a qual sustenta que a democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo. Princípio esse que, por extensão, segundo o pensador italiano Norberto Bobbio, referenciado na pesquisa, deveria aplicar-se às instituições da sociedade civil.

Seja como for, estamos de acordo com a tese da autora de que os sindicatos, tanto na universidade quanto em geral, são com frequência uma das forças que se tem colocado à frente da luta pela democracia ou, talvez, melhor dizendo, da luta pela democratização, e tanto no mundo do trabalho quanto no da política.

Como o demonstra a pesquisadora, na UNESP, como ocorre em geral por toda parte, o sindicato está longe de contar com a adesão majoritária da comunidade. Mas também aqui, essa situação é mutável, vale dizer, histórica. Os acontecimentos de 1984 e 1989, que respectivamente foram cruciais para a democratização e autonomia de gestão financeira, provavelmente não teriam ocorrido sem o papel do sindicato – e demais organizações da comunidade -, que impulsionou e coordenou as lutas então realizadas.

O trabalho conclui reconhecendo o papel estratégico do sindicato, bem como a instauração do autogoverno ou autogestão na UNESP. Entendemos que a formulação dessa proposição, cheia como está posta e correta em princípio, expressa mais um recurso de síntese expositiva do trabalho do que de realidade.

Certamente a universidade hoje é autogovernada pelos três segmentos que compõem a comunidade, docentes, alunos e servidores, ao menos num certo âmbito da jurisdição administrativa. E, também, concordamos em que muitos e importantes elementos democráticos foram instaurados.

Porém, a própria pesquisadora indica que se o alcançado é bastante, não é suficiente, e que a gestão democrática ou autogoverno deveria ser alargado e aprofundado, e antes de tudo sustentado em sua continuidade pela ação política recorrente do sindicato em colusão com as comunidades, uma vez que esse *status*, como a própria pesquisa também indica, não é inamovível.

Na universidade, ao menos por ora, quem está mais bem posicionado para encetar e impulsionar um movimento com esse objetivo é o sindicato. No entanto, segundo apurou a investigação, o mesmo encontra-se tolhido porque, embora o sindicato no plano organizacional tenha introduzido elementos inovadores democráticos, no plano conceutivo segue sendo, como a maioria dos sindicatos brasileiros de trabalhadores – se não todos -, um sindicato tradicional, vale dizer, um sindicato de impostação econômico-corporativa.

Isso significa basicamente duas coisas. Por um lado, o trabalho sindical segue basicamente orientado pelas lutas salariais, enquanto, por outro, mantém uma espécie de identificação egocêntrica com a categoria que representa.

Sobre essa situação, a análise nos apresenta várias explicações. Porém, o problema central estaria no fato de o sindicato não ter formulado até hoje um projeto para a universidade (educacional, científico, sócio-político). À falta deste, o mesmo segue aferrado à questão salarial – essencial, mas insuficiente –, bem como à defesa da universidade pública quando a conjuntura política se apresenta como perigo real ou potencial. Apesar de que, esporadicamente e sem muita convicção, o sindicato também avance esta ou aquela reivindicação relativa ao campo da gestão democrática.

Portanto, esta é uma pesquisa de alta qualidade, muito bem documentada, estruturada e exposta, com um objeto de estudo socialmente relevante, ancorada numa problemática e uma defesa convincente das hipóteses

defendidas. Uma investigação que se situa no campo democrático, um dos temas mais importantes das ciências sociais na sociedade moderna e contemporânea, quer olhemos para a história passada, quer para o presente ou para os dias que estão por vir e, em se tratando da democracia do autogoverno dos trabalhadores na Universidade pública, reveste um carácter praticamente pioneiro, que deixa um legado de informações e conhecimentos para outras investigações.

Candido Giraldez Vieitez

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, compartilhamos da vida institucional da Universidade como aluna de graduação, de pós-graduação e como docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Ao mesmo tempo, vivemos as experiências de representante dos setores que compõem a comunidade acadêmica, seja como vice-presidente do Centro de Estudos da Psicologia; secretária-geral e presidente do Centro Acadêmico da Filosofia da Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto; fundadora e vice-presidente da Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal São Carlos (UFSCar) e vice-presidente (por um ano) e presidente (por três anos e meio) da Associação dos Docentes da UNESP - Seção Sindical, Regional de Marília. Além dos cargos ocupados nas entidades e no sindicato dos docentes, participamos, na UFSCar, como representante discente, da Câmara de Pós-Graduação e, na UNESP, da Congregação do Campus de Marília, por várias gestões, como representante dos professores, do sindicato e dos coordenadores dos programas de pós-graduação; do Conselho Universitário, representando os docentes da mesma Unidade, por duas gestões, do Conselho de Administração (CADE) e da Câmara de Pós-Graduação (CCPG).

Desempenhamos nossas atividades de presidente do sindicato, membro de órgãos colegiados superiores, integrante de Comissões, Coordenadora do Grupo de Apoio Técnico-Administrativo da Direção, Chefe de Departamento (por três gestões), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus de Marília, num trabalho direto, em níveis diversos e diferentes, com professores, funcionários e alunos.

Nesse percurso, vivenciamos a autonomia da UNESP, o que nos propiciou o levantamento de várias questões acerca dos processos decisórios da universidade e da participação da comunidade acadêmica nestes mesmos processos.

A reflexão sobre essas questões levou-nos, inicialmente, à problemática da gestão da universidade sob a autonomia e, em seguida, ao papel que o sindicato, enquanto entidade representativa da categoria dos docentes poderia desempenhar sob a mesma situação.

A partir dessa experiência, buscamos realizar um estudo explorando os aspectos presentes em cada um dos prismas da vida universitária, sob os ângulos político, acadêmico e administrativo, analisar o conjunto das dimensões inter-relacionadas que a compõe e, além de procurar entender os critérios de gestão da universidade, repensá-los na situação de autonomia. Nesse contexto, repensar o papel dos sindicatos dos docentes, enquanto órgãos que, do nosso ponto de vista, também poderiam comprometer-se, efetivamente, com a construção de uma gestão universitária autônoma e democrática, tornou-se o principal objetivo do presente estudo.

Em nossa trajetória, observamos que os membros das diretorias do sindicato dos docentes, bem como as bases representadas, apesar da rica prática desenvolvida pela entidade, não têm colocado, com maior ênfase, o sindicato como objeto de pesquisas e reflexões teóricas mais amplas. Assim, manifestamos, neste estudo, a intenção de poder oferecer aos membros, em especial aos docentes que dirigem os sindicatos, uma contribuição, em termos de reflexões, que lhes possibilite detectar ações produtivas e questionar as necessidades e as funções dessas entidades.

Este estudo justifica-se, na medida em que no momento em que foi realizado, não apenas os sindicatos de docentes, mas todo o sindicalismo em geral, vivia uma grave crise, aliás, como a sociedade brasileira.

A crise não é privilégio de nossa sociedade. Mas, no Brasil na década de 1990, essas questões assumiam proporções bastante significativas: crise de representação; crise de confiança; perda de direitos sociais e trabalhistas conquistados historicamente pelos trabalhadores; denúncias cotidianas de corrupções praticadas por membros da administração do Estado; abalo profundo dos valores tradicionais e da crença nas soluções positivas e nas instituições. Defrontamo-nos com um quadro adverso, demarcado pela desigualdade social, pela miséria, pelo afastamento dos indivíduos da arena política e dos processos decisórios, por uma falta de legitimidade ética da política e dos políticos.

No que se refere à universidade, talvez a primeira questão que se apresenta é a da defesa do seu caráter público. Obviamente, trata-se da defesa da permanência e expansão dos compromissos governamentais com o ensino superior. Não ignoramos as referências mais amplas englobando os demais graus de ensino. Não negamos também que a defesa do ensino público ultrapassa a esfera do ensino superior. No entanto, as preocupações imediatas deste trabalho são, sem dúvida, a ameaça da extinção da gratuidade do ensino superior público, o projeto neoliberal de transformação das universidades públicas, a diminuição das verbas destinadas às escolas superiores oficiais, a proliferação de escolas particulares de baixíssimo nível, além de outros problemas com que se debate o ensino superior no Brasil.

Com efeito, se a rede de ensino superior hoje é predominantemente privada (mais de 80%), contrariamente ao que ocorria ainda no final na década de 1950, tal fato se deve à política traçada e implantada pelo Estado que patrocinou, por meio, também, de sucessivas autorizações e reconhecimentos, o processo de privatização do ensino superior. Esse mesmo Estado vem aligeirando a rede de ensino superior público e, ao mesmo tempo, subvencionando escolas particulares que gozam do estatuto de entidade privada de direito público, uma vez que operam com maciças inversões de recursos públicos.

Na verdade, a tendência do Estado, expressa claramente em seu projeto para o ensino superior, é criar dois tipos distintos de universidade: a universidade da produção e a universidade do consumo. A primeira seria constituída por centros de excelência, aos quais seria reservada a tarefa e o privilégio de desenvolver pesquisas e ministrar os cursos de pós-graduação. A segunda configuraria a grande maioria das escolas que se dedicaria exclusivamente ao ensino, como regra, em nível de graduação e, excepcionalmente, ministraria cursos de extensão e de aperfeiçoamento. Trata-se da dissociação entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

Do ponto de vista da defesa do ensino superior público, a própria evolução da autonomia universitária deveria ser revista. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) coloca, claramente, a possibilidade de desativação de cursos e habilitações, de intervenção na instituição, de suspensão temporária de prerrogativas da autonomia (Art. 46). No entanto, o fortalecimento do ensino superior público e a luta em sua defesa passa

exatamente pelo fortalecimento da autonomia. Não de qualquer autonomia, mas daquela que possibilite a evolução de seus elementos democráticos.

Autonomia não significa impermeabilidade a influências externas e sim a capacidade de autorregulação e adaptação construtiva a demandas e condições circundantes, pela consolidação de uma cultura institucional e profissional próprias. Uma instituição acadêmica autônoma e bem constituída deve ser capaz de articular fontes externas de nível político, econômico e cultural, sentir as necessidades manifestas pela sociedade mais ampla e responder a esses condicionantes de acordo com suas próprias regras de probidade e competência e, dessa forma, ampliar seu reconhecimento diante da sociedade e, conseqüentemente, fortalecer a sua própria autonomia. Essa situação ideal deve ser contrastada com a de comunidades fechadas, que são incapazes de perceber ou responder às sinalizações externas e acabam por se esgotar por falta de apoio. Ou seja, se a universidade não se abrir à sociedade mais ampla e não se articular com ela, dificilmente poderá defender-se, corporativamente, dos ataques do neoliberalismo, e dificilmente incorporará a população na luta pela defesa do ensino superior público, gratuito, de qualidade e democrático.

A necessidade de a universidade articular-se com a comunidade mais ampla fica clara quando observamos a relação do Estado com os seus servidores. De acordo com Silva Júnior (1990, p. 19-20), o Estado, relutante e reticente enquanto empregador e enquanto prestador de serviços estabelece uma dificuldade adicional aos trabalhadores que emprega: o confronto, frequentemente estimulado, entre as necessidades dos seus trabalhadores e as dos trabalhadores aos quais os serviços do Estado devem ser prestados. Não desconhecemos a presteza com que o Estado, representados pelos governos, se dirige à opinião pública quando, por exemplo, os seus funcionários entram em greve. Os prejuízos causados à população são imediatamente debitados à conta da insensibilidade e da irresponsabilidade dos trabalhadores em greve. Ou seja, fica evidente a facilidade com que o Estado expõe os seus trabalhadores à crítica dos trabalhadores em geral. Não se trata apenas desse fator, mas este também contribui para a evidente dificuldade que existe nas relações entre os servidores públicos e os outros trabalhadores. Não é à toa que as nossas reivindicações não penetram os órgãos de representação dos trabalhadores em geral e que dificilmente conseguimos obter a solidariedade

destes em nossas lutas. Do mesmo modo, geralmente as lutas dos servidores públicos são encaminhadas de forma separada e distante das lutas dos demais trabalhadores. Essa dificuldade fica patente no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT), quando os assuntos e os interesses dos servidores públicos são, muitas vezes, relegados a segundo plano, e quando a Central demonstra enormes dificuldades no enfrentamento das políticas neoliberais de desmantelamento dos serviços públicos. Quanto aos trabalhadores da universidade pública, estes frequentemente priorizam suas questões internas, em detrimento de sua participação nas questões que dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores.

Obviamente, não estamos querendo minimizar as dificuldades de ordem material e mesmo política que afetam as entidades que congregam os trabalhadores da educação. Mas parece evidente, também, a necessidade que têm essas organizações de movimentar-se em direção a novos elementos de fundamentação para as suas ações. Entre estes se incluem, certamente, a solidariedade e a colaboração recíprocas com as entidades dos trabalhadores em geral.

Pensar a educação pública no Brasil significa pensar, igualmente, a crise do Estado brasileiro, significa repensar e reinterpretar a relação existente entre sociedade política e sociedade civil. Ou seja, isto diz respeito, também, às relações entre o Estado e seus cidadãos e à democracia representativa.

Para Bobbio (1983, p. 72), o sistema representativo tem limites reais e insuperáveis na sociedade; a soberania do cidadão está limitada pelo fato de que as grandes decisões que dizem respeito ao desenvolvimento econômico ou não chegam aos órgãos representativos ou, quando chegam, foram tomadas em outras instâncias, às quais a imensa maioria dos cidadãos soberanos não tem qualquer acesso. Mas, mesmo sob este aspecto, o defeito do sistema de representação não é o de ser apenas representativo, mas, ainda, de não sê-lo o bastante.

Podemos dizer que uma das faces da crise política atual seja uma crise do sistema de delegação de poder no qual os cidadãos são divididos em duas categorias: a grande maioria que vota; e os que supostamente a representa.

No interior mesmo desta democracia apenas representativa, há um embrião crescente marcado por uma luta entre duas concepções, uma das quais o candidato eleito representa: o eleito - elemento do aparelho de Estado e

representante da classe burguesa e o eleito - porta-voz, condutor das lutas dos trabalhadores. É dispensável estendermo-nos acerca da atual correlação de forças entre os eleitos, mas o fato é que, geralmente, os trabalhadores delegam seu poder a um representante esperando que este seja o instrumento das desejadas mudanças. Junto ao voto, depositam-se todas as esperanças de verem-se cumpridas as promessas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, de resolução dos problemas do sistema de saúde, do sistema educacional etc.

No entanto, os eleitos-representantes exercem um poder discricionário, livre de qualquer controle democrático real, e, geralmente, em direção oposta àquela firmada em seus discursos. Assim é que um difuso sentimento de frustração, impotência e de alienação invade o cidadão-representado, que não consegue enxergar nenhum poder de intervenção nesse processo, a não ser o de votar em outro candidato da próxima vez. Esse mesmo processo pode ser observado no interior das organizações participativas, como as universidades públicas, por exemplo. Em casos extremos e de crise profunda, os representados podem até destituir o representante eleito. Mas, posteriormente, o ciclo se reinicia.

É evidente que a atuação do Estado, em todos os campos, é determinada pelo poder político ao qual, nas sociedades de classes, ele se subordina. Seus investimentos, assim como sua ação política, concentram-se em função dos interesses do capital e não em funções sociais, embora o contrário seja o proclamado. Isto ocorre porque, ao contrário do que o discurso ideológico afirma, o Estado não paira acima das classes como um órgão neutro. No Brasil, ninguém desconhece o descaso com que são tratadas as instituições, órgãos e serviços destinados ao atendimento da maioria da população. A incompetência dos serviços públicos, determinada pela própria atuação do Estado, acaba servindo de justificativa para as privatizações colocadas em curso pelos governos neoliberais. Entretanto, a população não só escolhe os dirigentes do Estado, por meio de processo complexo quando pensados os determinantes econômicos, políticos e culturais, como paga os serviços prestados por este, por meio do recolhimento de impostos e da exploração a que se submete no nível das relações de produção.

A despeito de tudo isso, quem ainda vem canalizando, de certa forma, os descontentamentos dos eleitores contra o Estado e seus dirigentes são os

órgãos e entidades representativas dos trabalhadores, entre eles os partidos e os sindicatos.

Contudo, colocamos uma questão: se as associações coletivas e entidades representativas, especialmente aquelas mais voltadas para o movimento popular, podem permitir uma associação construtiva entre manifestações de base e órgãos representativos, por que elas não poderiam vencer o imenso hiato que separa completamente essas associações e as instituições do Estado?

Segundo Lojkin (1990, p. 225), para tanto, seria necessário superar o hiato na consciência das pessoas entre representações sociais e representações político-partidárias. Ressaltamos a esse respeito o caráter intermediário das instituições políticas - e intermediário significa para a maioria dos políticos um instrumento entre o poder estatal e a massa anônima dos cidadãos.

Todavia, se fosse possível inverter-se tal perspectiva, adotando-se o ponto de vista de lutas pela gestão democrática ou autogestionárias, as instituições públicas poderiam servir como instrumentos não da realização da vontade do poder estatal, mas do alcance dos objetivos das lutas populares? Principalmente quando nos referimos à coisa pública, não deveria verificar-se a existência permanente para os servidores assalariados, de um direito à expressão direta e coletiva dos problemas vinculados ao seu trabalho? Esse direito à expressão direta consagraria a emergência de um novo poder nas funções públicas, o de todos os servidores assalariados detentores do direito de exprimir oficialmente o seu ponto de vista sobre o trabalho.

Ou seja, o que procuramos dizer aqui é que, dada a ampliação dos setores de serviços, entre eles, o setor de serviços públicos e dada a natureza do seu caráter público, os seus trabalhadores e seus órgãos de representação poderiam desenvolver uma reflexão que colocasse em tela a luta pela gestão democrática. Em alguns setores estatais, como, por exemplo, do judiciário, da saúde, da educação etc., ocorreu a implantação da autonomia, inclusive a autonomia de gestão financeira. Como os trabalhadores desses órgãos lidam com essa autonomia? Quais os projetos que os trabalhadores e suas entidades possuem para intervir na gestão desses recursos?

A continuar a aprofundar-se, na sociedade, a crise de confiança e a crise de gestão, não estaria colocada, mais adiante, a participação dos cidadãos como uma exigência fundamental?

Para o conjunto da classe trabalhadora, no nível da sociedade, e para o setor do professorado, juntamente com a comunidade em geral, no nível da educação, não se colocaria a necessidade de reflexões e de elaboração de seus próprios projetos visando superar as contradições próprias à ordem capitalista de produção?

Contudo, para superar verdadeiramente a divisão entre as lutas nas bases, encerradas na defesa sindical de reivindicações econômicas e sociais, e as lutas nos aparelhos políticos, é preciso, em primeiro lugar, tomar consciência da dimensão diretamente política das possíveis lutas por uma nova gestão.

Dessa forma, no interior das universidades estaduais paulistas, sob a autonomia, podemos encontrar as condições propícias ao desenvolvimento de reflexões direcionadas às lutas pela gestão democrática e a uma nova atuação política dos sindicatos representativos dos docentes.

Essas condições ficam dadas por alguns fatores que incidem sobre a universidade e o trabalho realizado no seu interior.

O paradigma de organização do trabalho que reinou entre o fim da Segunda Guerra e os anos de 1970, o taylorismo/fordismo, e a tentativa de sua implantação na organização do trabalho na universidade, não se consumou de todo.

Os docentes do ensino superior público, exatamente porque ainda conservam o controle de um conjunto significativo de aspectos inerentes ao processo de trabalho no qual se vêm envolvidos - pesquisa, ensino e extensão - beneficiam-se de um regime de trabalho bastante livre. No entanto, o controle do processo de trabalho traz consigo potencialidades sociais conflitantes, isto é, por um lado pode construir uma base de desenvolvimento democrático da instituição e, por outro, pode servir de apoio para reforçar aspectos conservadores de conotação corporativista, pode colocar-se enquanto um obstáculo ao desenvolvimento da consciência democrática do setor.

Embora o padrão de organização do trabalho típico à ordem social vigente não tenha sido implantado de todo na universidade, isso não significa a inexistência de controle sobre esse trabalho e de estrutura administrativa verticalizada e hierarquizada. Dessa forma, observamos na universidade a existência de uma estrutura administrativa dual, ou seja, de um lado é baseada num sistema de órgãos colegiados e, por outro, num sistema burocrático, o que manifesta fortes indícios de controle do trabalho realizado na instituição. Outros indícios de controle da universidade podem ser verificados, por exemplo, na

prática da indicação e nomeação do reitor e vice-reitor pelo governo estadual, nas avaliações realizadas sobre o trabalho docente e na constante ameaça que volta à baila de tempos em tempos, de privatização das universidades públicas.

No entanto, a comunidade universitária nunca deixou de contrapor-se a esses controles. Num dado momento, a resistência ao controle articulou-se de forma positiva com uma questão bem mais ampla, qual seja, a luta que toda a sociedade brasileira vinha travando contra o Estado ditatorial. Esse movimento adquiriu na Universidade Estadual Paulista (UNESP) duas formas de manifestação: no geral, na incorporação da comunidade acadêmica na luta pela democratização do Estado e da sociedade; e, no particular, na luta pela democratização da estrutura de poder interna da universidade.

O movimento de democratização, no nível interno, resultou em medidas significativas de democratização da estrutura de gestão. Entretanto, tais medidas não foram suficientes para provocar um reordenamento profundo no sistema de poder. O impulso participativo da comunidade acabou resultando na ampliação real da participação e prefigurou a luta pela gestão. Entretanto, a passagem da prefiguração para a concepção não se completou.

Em 1989, o governo estadual outorgou às universidades públicas a autonomia de gestão financeira. A reforma democrática da UNESP, implantada em fins de 1988, combinada com a autonomia, enfraqueceu a estrutura de poder de tipo burocrático. Observaram-se grandes avanços como, por exemplo, a eleição direta para os cargos majoritários da universidade e a ampliação da participação da comunidade universitária nos órgãos colegiados e, conseqüentemente, nos processos decisórios da universidade. Entretanto, não se seguiu a esse fato, como até poderia ser esperada, uma reflexão capaz de colocar como meta da comunidade acadêmica a luta pela gestão democrática.

Sob a autonomia, a gestão da universidade passa a ser, pelo menos teoricamente, responsabilidade dos seus próprios trabalhadores. Se descartarmos a hipótese de uma gestão calcada nos métodos tradicionais, o problema da gestão e todas as tarefas a ela correspondentes passam a ser de toda a comunidade universitária, em especial dos seus trabalhadores.

Quanto ao sindicato dos docentes, que cumpriu importante papel na incorporação da comunidade universitária na luta contra a ditadura e pela democratização interna da UNESP, parece não ter realizado a análise correta

da nova conformação da universidade e, conseqüentemente, continuou utilizando os mesmos instrumentos e estratégia de luta dos anos anteriores. Tradicionalmente, esta entidade tem-se concentrado nas lutas salariais e numa certa reprodução das táticas de luta verificadas nos sindicatos representativos dos trabalhadores em geral. A Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP) depara-se, também, com os mesmos problemas observados em outros sindicatos, o economicismo e o corporativismo.

Isto levou-nos à problemática, já mencionada aqui, que, aliada às nossas experiências de ação prática, definiram o objeto do presente estudo.

A autonomia colocou para a universidade uma situação qualitativamente diferente daquela que possuía anteriormente. A partir disso, parece-nos que a gestão da universidade, com toda sua diversidade de tarefas, torna-se responsabilidade da própria comunidade acadêmica. A organização dessa gestão, por sua vez, exige que a comunidade e suas entidades representativas façam escolhas que possuam implicações institucionais e sociais.

Essa polarização leva-nos ao nó da questão: a administração da Universidade Estadual Paulista e os critérios que embasam a participação no processo decisório, sob a percepção e a possível intervenção do sindicato dos docentes na construção de uma gestão democrática ou autogestionária.

A participação não é apenas um fenômeno voltado para a motivação dos indivíduos no trabalho, nem só uma luta de classe para a melhoria das condições de vida, sob a perspectiva da participação conflitual, nem simplesmente um esquema de integração nos processos e nas técnicas administrativas de uma instituição. Ela é tudo isso, e muito mais; é produto do processo de conscientização política e, conseqüentemente, de envolvimento concreto dos indivíduos nas ações efetivas. Dessa forma, podemos afirmar que a gestão participativa é aquela que convoca todos os indivíduos a fim de, com plena consciência, perseguirem e viabilizarem juntos os objetivos definidos de maneira clara e direta pelo coletivo que dela usufruirá.

Assim, o problema de pesquisa foi delimitado da seguinte forma: o sindicato dos docentes deveria adequar-se à situação de autonomia e, portanto, produzir políticas de gestão para a universidade? Seria essa uma função do sindicato de docentes?

Diante deste problema, a análise orientou-se por um conjunto de hipóteses, a saber: a) a atuação do sindicato dos docentes da UNESP não tem surtido

os efeitos esperados em termos de conquistas de reivindicações no interior da própria universidade, sobretudo as salariais, pois ainda não estão claras a natureza do processo de trabalho que seus membros executam e a natureza das determinações que pesam sobre este trabalho; b) a transposição pura e simples das táticas de luta sindical dos trabalhadores ligados à produção material não é adequada nem eficaz para a conquista de reivindicações no interior da instituição por parte dos sindicatos das universidades públicas estaduais; e c) é possível e necessário que o sindicato dos docentes desencadeie um processo amplo, com a categoria, de discussões, reflexões e construção de um novo projeto de intervenção na gestão da universidade, mediante a autonomia.

No decorrer da pesquisa deparamo-nos com dois problemas. O primeiro diz respeito à escassez de bibliografia sobre o tema, mesmo porque as questões relativas à autonomia universitária constituem-se em problemática complexa sobre a qual se ampliam, progressivamente, estudos e pesquisas na área. Quanto à possível interrelação entre sindicato de docentes, autonomia universitária e gestão democrática, não localizamos nenhum estudo sobre a problemática.

Resolvemos encarar a ausência de bibliografia e de estudos sobre a temática de maneira positiva e como uma oportunidade para que pudéssemos produzir nossas próprias reflexões sobre o tema, tendo por base, na análise sobre a UNESP e o sindicato dos docentes, documentação da própria Universidade, documentos e boletins informativos do sindicato e de outras entidades representativas dos docentes, funcionários e estudantes, e entrevistas concedidas por ex-presidentes da ADUNESP e demais diretores dessa entidade, que tiveram participação atuante no período e fatos estudados. Com esses dados procuramos reconstruir o processo de fundação e de evolução política da entidade, bem como sua participação no movimento de democratização da UNESP. Além desses, procuramos constatar o entendimento e a prática do sindicato diante da decretação da autonomia.

Desse modo, os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de entrevistas realizadas pela assessoria de imprensa da ADUNESP.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com levantamento e seleção da bibliografia atinente à temática definida, leitura, documentação e análise dos dados.

A pesquisa documental foi realizada com levantamento, seleção, leitura

e análise de documentos, sobretudo, de legislações gerais e do Estado de São Paulo, documentos das universidades estaduais paulistas e dos sindicatos de docentes, e das entidades representativas dos segmentos dos estudantes e dos funcionários, além de reportagens em jornais das épocas estudadas, de boletins e panfletos das entidades, dentre outros.

As entrevistas utilizadas e analisadas nesta pesquisa foram realizadas com ex-presidentes e outros diretores da ADUNESP, e concedidas pelo setor de comunicações do sindicato para esta investigação. As entrevistas foram realizadas pela Assessora de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical, para a confecção da Revista da ADUNESP, publicada em setembro de 1996. No entanto, observamos que para a elaboração da Revista foram utilizadas apenas partes das entrevistas. Dessa forma, a grande maioria das citações e informações utilizadas neste trabalho é inédita. Observamos, também, que a transcrição dessas entrevistas foi entendida, tanto pela pesquisadora como pela diretoria da ADUNESP - S.S., como documentos pertencentes ao sindicato e que foram colocados à nossa disposição.

Embora este estudo não possa ser definido pela aplicação de métodos como a pesquisa participante ou a pesquisa-ação utilizamos, também, para delinear nossas reflexões, a experiência que adquirimos nos anos em que ocupamos o cargo de presidente da ADUNESP - S.S.- Regional de Marília e daquelas obtidas enquanto representante dos docentes do Campus de Marília, na Congregação da mesma Unidade, no Conselho Universitário e no Conselho de Administração da UNESP.

Outro esclarecimento faz-se necessário. Esta pesquisa também não pode ser definida pela aplicação do método de estudo de caso, propriamente dito, embora nosso objeto de estudo seja o sindicato dos docentes da UNESP e a própria gestão desta universidade. Este recorte justifica-se por três razões: a) selecionamos aquela entidade (ADUNESP) que, durante os anos de atuação, demonstrou conter, em seu interior, princípios de discussão sobre a autonomia e sobre a gestão democrática, bem como a definição de uma política de intervenção nos órgãos colegiados; b) o movimento de democratização das estruturas de poder da universidade ocorreu de maneira mais profunda, e seus estatutos refletem isso, na UNESP; e c) consideramos importante que as reflexões teóricas estejam, na medida do possível, vinculadas a uma prática,

no caso a atuação política e sindical. Dessa forma, julgamos oportuno, primeiro, o fato de a pesquisadora ter sido presidente do sindicato regional e, segundo, de ter fácil acesso aos membros da entidade, de gestões passadas e da gestão de 1995-96, o que facilitou a coleta da documentação.

Essas variáveis justificaram a determinação do objeto de estudo. No entanto, isso não significou que não tivéssemos trabalhado, também, com informações e opiniões advindas dos outros dois sindicatos de docentes, a saber, da Associação de Docentes da USP (ADUSP) e da Associação de Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP). Imaginamos que as situações que foram analisadas não se distanciam muito das realidades existentes nas outras universidades estaduais paulistas. Portanto, as reflexões, conclusões e indicações que foram desenvolvidas neste trabalho podem ser adequadas à atuação dos outros sindicatos.

O segundo problema com o qual nos deparamos foi que o pressuposto do qual partíamos, ou seja, de que a autonomia universitária consistia em um avanço significativo para se forjarem novas estruturas e relações de poder e de trabalho na universidade, não era nem de consenso, muito menos óbvio.

Dessa forma, optamos por um aprofundamento do estudo sobre a autonomia universitária. Ao aprofundarmos o estudo sobre este tema, não tivemos a intenção de realizar um resgate histórico do conceito ou de fazer um estudo do ponto de vista jurídico, embora tenhamos utilizado vários dados referentes às incorporações ou limitações da autonomia na Constituição e Leis Brasileiras, pois esses movimentos refletem, também, os embates político-ideológicos travados no interior da instituição e na sociedade. Objetivamos, primeiro, construir um quadro teórico mais consistente e fundamentado e, segundo, demonstrar que a autonomia universitária nas estaduais paulistas configurou uma situação peculiar que possibilita a autogestão. Partimos da hipótese de que a autonomia, de acordo com a definição trabalhada, é elemento potencialmente voltado à capacidade de autogestão nas universidades estaduais paulistas.

Os estudos e as conclusões a que chegamos nessa fase da investigação compõem o primeiro capítulo deste trabalho.

No segundo capítulo, procuramos, em primeiro lugar, resgatar a gênese da Associação dos Docentes da UNESP e analisar os fatos e acontecimentos

que desencadearam o movimento de democratização ocorrido nesta instituição a partir de 1984, seus resultados e a participação da entidade neste processo. Ainda, procuramos verificar a prática e o entendimento manifestos pelas diretorias dos sindicatos de docentes perante a decretação da autonomia. Neste capítulo, trabalhamos com a hipótese de que o movimento de democratização da UNESP e a autonomia de gestão financeira consolidaram-se nesta universidade como um aspecto do autogoverno ou da gestão democrática.

No terceiro capítulo, tivemos como principais objetivos analisar a natureza do processo de trabalho pedagógico-científico, as especificidades do trabalho docente e as raízes que determinaram o desenvolvimento da política tradicional dos sindicatos, isto é, o economicismo e o corporativismo. Ainda, procuramos evidenciar a dinâmica e o caráter diferenciadores do sindicato dos docentes quando comparados aos dos sindicatos em geral.

Levantar alguns problemas que, provavelmente, o sindicato dos docentes poderá enfrentar na elaboração de políticas de intervenção na gestão da universidade autônoma e democrática, tornou-se o fundamento do quarto e último capítulo.

Neste trabalho utilizamos alguns conceitos-chave, fundamentais para o desenvolvimento das ideias, e parece-nos pertinente explicitá-los.

Processo Decisório: ato ou fato administrativo (político-administrativo) correspondente à série de processos lógicos, psicológicos e praxiológicos, envolvendo fenômenos individuais e sociais, baseado em premissas fatuais ou valores, que inclui a escolha de uma posição dentre várias alternativas.

Níveis Decisórios: correspondem aos diversos escalões constituintes da hierarquia decisória da Universidade: instâncias executivas (reitoria, diretorias e chefias departamentais) e instâncias deliberativas e normativas (Conselho Universitário e Congregações).

Autogestão: trabalhamos com o conceito de autogestão como uma das categorias da ciência política. Não como um conceito fechado, mas como uma sucessão de possibilidades. Assim, autogestão torna-se uma gradação de autogoverno. Para melhor esclarecermos o conceito e o uso que fizemos dele, reproduzimos o entendimento de dois autores.

Em sentido restringido, autogestión se refiere a la incorporación directa de los obreros a los órganos básicos que adoptan decisiones en las empresas

individuales. Los medios de producción están socializados (son propiedad de la comunidad obrera o de la sociedad entera). En las comunidades menores directamente, y en las mayores a través de sus delegados del consejo obrero, los trabajadores deciden sobre los asuntos fundamentales de producción y la distribución de los ingresos. La gestión operativa técnica está subordinada a ellos, quienes también la controlan. (BOTTOMORE, 1984, p. 58)

Consideramos que a autogestão ou autoadministração, em seu sentido restringido, é um método de participação avançada. Neste caso, [...] os trabalhadores não apenas influem na vida da organização, senão que são eles próprios os responsáveis diretos e imediatos pela tomada de decisões da organização [...]. (VIEITEZ, 1996, p. 141)

Autonomia: vocábulo de origem grega, a palavra autonomia, devido a seus radicais - auto, que significa próprio, peculiar, e nomia, que significa lei, regra - exprime a idéia composta direção própria. “Autonomia é direção própria daquilo que é próprio.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1912, p. 4)

O conceito de autonomia não é próprio da ciência jurídica. De noção filosófica passou a instrumento político e, como tal, foi recolhido pelo Direito devido a seu significativo papel histórico (RANIERI, 1994, p. 13). Os juristas, entretanto, nunca lhe designaram valor jurídico preciso, de sorte que o termo autonomia é indistintamente associado a situações, sujeitos, fatos e atos.

Conquanto de modo geral exprima poder de autonormação, o vocábulo é também usado para qualificar atos administrativos; para designar órgãos com poder de ação independente; para indicar independência financeira (autonomia financeira); para denotar liberdade de julgamento; autodeterminação e, ainda, autogoverno e autoadministração etc.

Como o conceito de autogestão, o de autonomia é trabalhado como uma gradação possível de autogoverno ou autoadministração. Não tivemos a preocupação de caracterizar os termos segundo uma teoria ou outra. Não pretendemos, com isso, esvaziar os conceitos de seus sentidos históricos ou desconhecer que está abrigado debaixo de certos *rótulos* um contingente de realidades. Mas, tivemos a liberdade de utilização dos termos, sem a preocupação de circunscrevê-los nos limites de teorias fechadas.

CAPÍTULO I

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Segundo Bobbio (1992), o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro de garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados.

1. Formulação histórica do conceito

A ideia autonômica é essencialmente política na origem. Sua concepção remonta aos séculos XI e XII, período de renovação da estrutura política na Europa Ocidental, cuja principal característica foi a delegação do poder, até então concentrado nas mãos da realeza imperial e detentora de grandes domínios políticos. O poder baseava-se na propriedade da terra: quem possuía terra possuía liberdade e poder, por isso o proprietário era senhor. Quem não possuía terra era reduzido à servidão.

Nesse continente, a decadência dos Sacros-Impérios provocou em seus territórios a progressiva fragmentação da autoridade pública e, conseqüentemente, a instauração de núcleos isolados de poder. A soberania dividiu-se e a autoridade, que formalmente continuava real, de fato passou a feudal e patrimonial.

Diante das inúmeras *ilhas de autonomia* com que se depararam, e com as quais se viam compelidos a conviver para conservar a sociedade cristã unida, a Igreja e o Sacro-Império Germânico reconheceram aos senhores feudais dessas regiões (territórios da Alemanha, Itália e Provença) o poder de autonormação.

Esse processo resultou da contraposição de duas forças antagônicas, o universalismo e o localismo.

O universalismo era representado por uma espécie de comunidade espiritual, de unidade espiritual do gênero humano, em cujo vértice estavam a suprema direção espiritual do pontífice e a suprema autoridade do imperador. O Império, embora reivindicando para si a direção universal da cristandade e a autoridade moral sobre os reis do Ocidente, já não tinha fundamento sólido. Era mais uma aspiração ideal que uma organização política unitária. Seu apoio era de natureza religiosa, regional e relacional à base de suserania e vassalagem e não territorial. O localismo, produto de rupturas ao longo da cadeia de poderes, era representado pela autoridade efetiva dos príncipes e senhores locais, que não aceitavam imposições; e, também, pelas necessidades da incipiente burguesia, que se tornarão incompatíveis com a organização até então tradicional na Europa Ocidental, “assecuratórias da autonomia judicial e administrativa das aglomerações urbanas” (RANIERI, 1994, p. 16).

No plano político emerge uma nova realidade, o reino, instituição nem local nem universal que se alimenta das duas fontes, tomando para si os poderes, representações e pretensões vinculadas ao Império e às faculdades jurisdicionais, militares e demais imunidades de que eram titulares os senhores locais.

Essa é a primeira configuração da ideia autonômica que, por difração do modelo real, alcança as grandes casas, tornando-as pequenos estados soberanos, nos quais se exercia poder derivado daquele originalmente público e que, portanto, tinha natureza pública.

Embora a autonomia, primitivamente, tenha assumido contornos semelhantes à noção moderna de soberania, consoante ao ideário medieval que a propiciou e a institucionalizou, ela não se apresentou nem ilimitada e nem soberana. A fórmula *rex in regno suo*¹ era restrita a um espaço físico específi-

¹ Fórmula *rex in regno*, expressão aforística da plenitude potestates reconhecida ao imperador como *rex regnum et princeps principum, dominus et monarcha totis mundi*. Em termos políticos, Igreja e Império, entidades autodenominadas superior em *recognocentes*, com igualdade de poderes e jurisdições distintas, reconhecem as autoridades autônomas existentes em suas órbitas como superior em *non recognocentes*. (RANIERI, 1994, p. 17). A competência essencial e fundamental do imperador, neste contexto, resumia-se a duas supremas funções: a de legislador universal em matérias fundamentais e de interesse comum; e a de supremo e inapelável juiz nas controvérsias entre Estados, realidades independentes, soberanas, semi-soberanas e autônomas (BOBBIO;

co, correspondente a uma circunscrição jurisdicional na qual o direito aplicável, embora autodeterminado, não podia extrapolar o direito comum vigente e nem o poder que consentia em sua existência.

Paradoxalmente, a teoria do direito próprio², concebida e construída para as necessidades do Império Germânico, facilitou a instauração, nas áreas em que foi utilizada, das monarquias de direito divino, devido às suas tendências centralizadoras. Assim, a partir do século XIII, em razão da instauração dos grandes reinos no continente europeu, as instituições e franquias feudais vão sendo progressivamente sufocadas pelo poder ascendente do rei, perdendo expressão e conteúdo efetivos.

Na Inglaterra, porém, foi observado fenômeno diverso. Desde a conquista normanda (1066) até a outorga da Magna Carta (1215), o poder central do Estado sempre foi maior que o da nobreza feudal. No decorrer desse período houve constante oposição entre a autoridade centralizadora da Coroa e a propensão feudal para o regionalismo. Paralelamente, em razão de necessidades econômicas provocadas pelas Cruzadas, os reis passaram a conceder cartas de privilégios às cidades em desenvolvimento que, assim, se tornam livres do sistema de serviços e relações pessoais imposto pelo feudalismo.

A ascensão das cidades (comunas), juntamente com as novas forças políticas - burguesia e corporações - , distintas das da nobreza mas a estas associadas, obtiveram com a Carta Magna a limitação do poder real e o fortalecimento das autonomias locais.³

Em fins do século XIII praticamente todas as cidades inglesas alcançaram

MATTEUCCIE; PASQUINO, 1991, p. 625). Ainda, para Bobbio (1991, p. 215, p. 426), a teoria atuou na prática na Itália, por meio da luta das investiduras. Por ela foram estabelecidas, formalmente, as premissas para a ruptura da unidade político-religiosa que ainda regia a vida política no ocidente. O princípio da recíproca dependência entre Papado e Império será assim enfraquecido a partir dos séculos XII e XIII.

² A teoria do direito próprio é o princípio fundamental das monarquias: “O titular do poder não deve sua competência a qualquer ordem jurídica que lhe seja superior, mas carrega em si o direito de comandar.” (BURDEAU, 1952, p. 91)

³ A Magna Carta, em virtude de suas previsões, assinalou o ponto mais alto da diversidade política inglesa e provocou arranjos internos desconhecidos na Europa Continental. Permitiu, igualmente, alianças políticas que não eram comuns naquela sociedade. “Garantindo a Carta, os barões conquistaram sua maior vitória, mas para isso, tiveram de agir de um modo que não era estritamente feudal e formar novos tipos de combinação tanto entre si como com outras classes.” (MORTON, 1970, p. 71)

certa autonomia que daria causa ao que, séculos mais tarde, se denominaria self-government, o regime descentralizado da administração inglesa.

De maneira geral, podemos dizer que o desenvolvimento urbano ocorrido no século XII, em quase todo o continente - provocado pelo crescimento demográfico do Ocidente e pela absorção do contingente de homens que a melhoria das técnicas agrícolas e o abrandamento das obrigações senhoriais haviam deixado livres -, favoreceu a conquista de alguma autonomia pelas cidades em formação, a qual, mesmo sob a autoridade do rei, modificou profundamente as estruturas econômicas e sociais vigentes a partir do século XIII. (LE GOFF, 1989, p. 21). Com o desenvolvimento do artesanato urbano e a divisão do trabalho, a cidade começa a oferecer aos seus habitantes, condições sociais, econômicas e políticas novas, como o surgimento dos ofícios organizados sob a forma de corporações e detentoras de autonomia interna: a liberdade, obtida na maioria das vezes em virtude de negociações e compromissos que conferiam à comuna certa autonomia refletida em garantias jurídicas, fiscais e militares para seus habitantes; e a transformação cultural, decorrente dos outros fatores mencionados, que permitiu a multiplicação das escolas e o surgimento de um novo tipo de profissional, o intelectual. O intelectual era um homem de ofício dentre os muitos outros que se instalaram nas cidades, mas sua tarefa era escrever ou ensinar. Em suma, um homem que tinha profissionalmente uma atividade de professor ou de sábio.

A noção de autonomia (direção própria daquilo que é próprio), enquanto conceito político feudal foi relativizado pelo poder dos reinos. No entanto, sobreviveu nas cidades européias do século XIII como instrumento administrativo, nelas encontrando terreno fértil para afirmação, em virtude de suas estruturas específicas, impregnando-se, ademais, como prerrogativa, na mentalidade dos cidadãos. (RANIERI, 1994, p. 22).

Sob a influência desse panorama econômico e sociocultural surgiram, em moldes corporativos, as primeiras universidades do Ocidente.

2. As primeiras universidades ou corporação universitária e o significado da autonomia

O aparecimento das primeiras universidades data do início do século XIII. Os especialistas caracterizam a origem da universidade, em diferentes

países da Europa, como um movimento tendente à secularização. Agregando mestres e estudantes provenientes das mais variadas regiões, a instituição era nomeada de *universitas vostra*, que correspondia ao reconhecimento, perante candidatos a alunos e professores de várias nacionalidades, de que a instituição era de *todos vós*. Afirma Jacques Le Goff (1989, p. 60), que o “[...] século XIII é o século das universidades porque é o século das corporações”. E corporação no sistema medieval significou, essencialmente, o exercício de “[...] um pequeno monopólio, sobre determinado tipo de trabalho em território definido” (CLARK, 1977, p. 155).

Foi o corporativismo que distinguiu as universidades medievais de todos os regimes educacionais até então conhecidos e garantiu-lhes a sobrevivência enquanto instituição. No longo processo de institucionalização das universidades, o que esteve em jogo foi a elaboração social do princípio de que o saber e a difusão de conhecimentos era um tipo de trabalho específico cujo exercício, tanto quanto o dos demais ofícios, exigia organização própria e certa independência em relação aos interesses da Igreja e do Estado.

Segundo Le Goff (1989, p. 74), “[...] nas cidades onde se formam, as universidades, pelo número e qualidade dos seus membros, manifestam uma força que inquieta os outros poderes. É na luta, ora contra os poderes eclesiásticos, ora contra os poderes laicos, que elas conseguem conquistar a sua autonomia”.

Diante de necessidades de auxílio mútuo, defesa de direitos, discussão e melhoria das condições de trabalho, mestres e alunos, inseridos no movimento geral de desenvolvimento urbano, lançaram mão dos modelos imediatos de organização do trabalho e vida corporativa. Associaram-se criando as chamadas *universitas studii*, corporações de ofício voltadas à prosperidade do saber intelectual, à ajuda mútua de seus membros e à organização de sua profissão. *Studium* era o estabelecimento de ensino superior; e *universitas*, a organização corporativa responsável pelo funcionamento do *studium* e pela manutenção de sua autonomia.

Como as demais corporações medievais, as universidades ocuparam áreas e bairros determinados, gozaram de direito de recrutamento, estabeleceram sistema hierárquico de controle de seus membros, organizaram empiricamente suas atividades, outorgaram-se estatutos e, além de associações

profissionais, constituíram importantes confrarias religiosas que, também neste plano, exerciam controle sobre seus membros. (LE GOFF, 1989, p. 69-71). Na direção das universidades, de maneira geral, o poder era partilhado entre os funcionários eleitos e as assembleias gerais. A essa altura, a gestão interna apresentava caracteres incontestavelmente democráticos e era exercida de maneira autônoma, já que as possibilidades de ingerência exterior estavam limitadas. (VERGER, 1990, p. 50)

Os funcionários administrativos ocupavam cargos eletivos, sendo o reitor o principal dentre eles. Embora detentor de curto mandato (um trimestre), o reitor tinha amplos poderes na corporação, geria as finanças, possuía jurisdição civil sobre os membros da universidade, convocava e presidia assembleias, representava a universidade e intervinha na justiça para fazer respeitar os privilégios universitários e defender os membros da corporação. No exercício do mandato sujeitava-se ao controle das assembleias universitárias. Além da autonomia administrativa, era privilégio das corporações universitárias o direito de greve e secessão, e o monopólio na colação dos graus universitários. A corporação beneficiava-se, ainda, de isenção de serviço militar e de taxas locais, e seus membros, mesmo os estrangeiros, encontravam abrigo nas jurisdições locais leigas e eclesiásticas.

A gestão interna das universidades autônomas da Idade Média é considerada, por alguns autores, extremamente democrática. Contudo, dada a fragmentação do poder e as próprias condições de miserabilidade encontradas à época, a autonomia de um microcosmo social não pode ser considerada um fenômeno tão diverso assim, mesmo porque não determinava nenhuma modificação na estrutura de poder social. Tanto que com o advento do absolutismo, a autonomia praticamente desaparece, como veremos mais adiante. De qualquer forma, a universidade nasceu autônoma e este fenômeno, provavelmente, já trazia em si, de forma embrionária, elementos democráticos. Evidentemente, o estatuto político e social da autonomia, naquela época, era bem diferente daquele que assume na atualidade, enquanto elemento de democratização.

A corporação universitária não foi, porém, uma corporação igual às outras. Antes de tudo, e principalmente, em razão da natureza das atividades que desenvolvia e da clientela que atraía, a universidade se sobrepôs ao ambiente urbano em que nasceu e rompeu o localismo próprio das corporações

de ofício (RANIERI, 1994, p. 39). Nas origens a universidade foi universal. O conhecimento por ela preservado e produzido tinha a aspiração de se referir a uma verdade universal (tentava propor um sistema coerente de mundo) e para essa tarefa a liberdade era essencial (DURHAM, 1989, p.2). A universalidade do saber tem como contrapartida a internacionalização do conhecimento e da comunidade universitária, independentemente de fronteiras políticas. Essa circunstância, na Idade Média, foi favorecida pela utilização do latim como língua universal de cultura, o que propiciava o recrutamento de alunos e mestres de qualquer nacionalidade. Por esses motivos, dentre outros, as universidades destacaram-se do conjunto das demais corporações de ofício, transformando-se em instituições *sui generis*.

No entanto, foi defendendo-se dos antagonismos regionais com a ajuda da Santa Sé e dos governos nacionais que as universidades lograram se tornar autônomas, firmando a especialidade de seu ofício e tendo reconhecida sua especificidade social como instituição. Os papas eram poderosos e lhes concederam sustento, privilégios e autonomia. Os grandes governos nacionais, por sua vez, sensíveis ao prestígio intelectual e religioso que as universidades conferiam às cidades onde se estabeleciam, apoiaram igualmente o desenvolvimento dessas corporações e concederam-lhes privilégios civis, fiscais e militares, que efetivamente distanciaram seus membros dos cidadãos comuns.

O melhor exemplo da construção do princípio da autonomia universitária foi o processo de institucionalização das principais e mais antigas universidades da Idade Média: a de Paris; e a de Bolonha. A primeira, corporação de mestres, e a segunda, corporação de alunos, constituíram modelos universitários básicos e nenhuma de suas derivações, em momento algum, desfrutou de tanta autonomia quanto elas.

Na universidade de Paris, gestada pela tradição das escolas de teologia e dialética do século XII,

[...] concentravam-se estudantes provenientes de todos os recantos da Europa e foi dum conflito entre estudantes [...] e os comerciantes que resultou o primeiro privilégio real obtido pela corporação de mestres e estudantes e esse ato assinalou a constituição inicial da Universidade de Paris (NUNES, 1979, p. 216).

Nos primeiros anos do século XII, entre 1170 e 1180, a forma embrionária dessa associação reclamava autonomia em face da autoridade do chanceler de Notre-Dame. Em 1231, já como universidade estabelecida, teve sua independência reconhecida pelo Estado e pelo papa que lhe confirmou a legitimidade dos estatutos. Até 1250 recebeu outros privilégios, destacando-se dentre eles o direito de uso de sinete próprio, símbolo de sua autonomia.

É importante notar que a Universidade de Paris, embora congregasse mestres e estudantes, caracterizou-se, de fato, como uma corporação de mestres, eis que a eles era reservado estatutariamente o poder de iniciativa e decisão, com exclusividade. Os estudantes eram subalternos dos mestres. (VERGER, 1990, p. 48) Porém, não há dúvida de que a autonomia da qual se beneficiou a corporação foi conquista de todos os seus membros, conscientes de que a liberdade era condição fundamental ao exercício pleno de seu ofício. O espírito associativo intrínseco a essa corporação convertia a instituição em verdadeiro centro de estudo, no qual o saudável sopro do debate, da discussão, da crítica, fazia daquele universo acadêmico um foco irradiador de cultura, de ideias, e até de uma nova sociabilidade que então despontava. Partilhando o conhecimento, professores e alunos referenciavam-se, a partir de espírito associativo, perante novos códigos, cujas leis eram autonomamente fixadas, nesse colegiado interior à corporação universitária (BOTO; STANGE, 1995, p. 119).

A Universidade de Bolonha, por sua vez, teve origem basicamente em uma corporação de estudantes. Tão antiga quanto a instituição parisiense, caracterizou-se por estar sob o controle de reitores egressos das fileiras do corpo estudantil, prática que posteriormente viria a ser partilhada por outras universidades italianas. Os professores de Bolonha deveriam prestar juramento ao reitor da corporação de alunos, reconhecido como chefe da universidade, e com ele estabelecer seu contrato acadêmico. O poder de iniciativa e decisão era dos alunos porque estes mantinham a universidade financeiramente.

Por volta de 1230, a Universidade de Bolonha estava definitivamente estabelecida, desfrutando de privilégios pontifícios e comunais. Sua autonomia se manifestava na organização interna, o que lhe assegurava o controle administrativo e didático, além da autoridade sobre os membros da corporação e da gestão financeira.

A universidade autônoma dos estudantes em Bolonha, tão democrática e não hierárquica, só poderia ter aparecido na Alta Idade Média, em uma das cidades-estados italianas, e somente no meio da renascença política e intelectual que sacudia a Europa. (CLARK, 1977, p. 9). O século XII, tanto quanto o século XX em alguns aspectos, determinaram novas exigências educacionais: o incremento do comércio e o desenvolvimento da vida urbana, bem como a necessidade de organizar os embrionários governos nacionais, exigiram conhecimentos práticos e homens preparados, mormente administradores e juristas.

Essas são as linhas gerais da origem e da organização das primeiras universidades, a demonstrar que o significado primordial da autonomia universitária designou as mesmas dimensões que, hoje, no Brasil lhe é atribuído, ou seja, autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A propósito, retomando a visão do conjunto, é importante acrescentar que por toda a Europa Medieval o fenômeno universitário apresentou notável unidade. De um lado, por ter sido inseparável do desenvolvimento político - local ou nacional - que lhe foi contemporâneo, e também por ter sido beneficiado pela ação do papado, no que respeita a aspectos jurídicos e institucionais. De outra parte, e fundamentalmente, em razão da universalidade de fins e princípios desde o início manifesta na variedade de organizações regionais que, apesar da autonomia individual de cada uma delas, não as conduziu a direções diversas (RANIERI, 1994, p. 45).

Assim, durante o século XIII, as universidades desenvolveram-se, definiram sua organização administrativa e profissional, e encontraram seu apoio enquanto instituições corporativas autônomas.

Do século XIV em diante, os Estados favoreceram a multiplicação das universidades. No final do século XV, o continente europeu contava com setenta e cinco universidades, as quais, embora criadas nos moldes do século XIII e à luz de seus estatutos, passaram definitivamente a desempenhar o papel de “centros de formação profissional a serviço dos Estados” (LE GOFF, 1989, p. 57), fortemente controlados. Os privilégios universitários agora inquietavam os governos. O germe do absolutismo em desenvolvimento reduziu a autonomia das universidades, exigindo-lhes a integração no direito

comum do reino, definido e aplicado pelas jurisdições reais. E como nenhum sujeito ou entidade corporativa escapava à autoridade do rei - o Estado era todo poderoso, soberano e reivindicava para si direitos sobre a vida nacional -, as universidades perderam a internacionalidade, à vista do recrutamento nacional e regional imposto pelo reino.

Na França, em 1437, o rei suspendeu os privilégios fiscais das universidades. Em 1445, suspendeu-lhes o privilégio judiciário e colocou-as sob força do parlamento. Em 1470, exigiu dos mestres e alunos o juramento de obediência; em 1499, acabou com o direito de greve (RANIERI, 1994, p. 46). Nas comunas italianas que financiavam as universidades, os burgueses exigiram o direito de recrutar os mestres e determinar o programa a ser ministrado. Para tanto, criaram magistrados encarregados dos problemas universitários (VERGER, 1990, p. 137).

As universidades perderam praticamente toda a autonomia. A perda dessa autonomia coincide com o início de seu período de decadência, pois sem vitalidade ou força criadora, porque controladas pelo poder estatal, deixaram de atuar no processo cultural. Para Le Goff (1989, p. 60), esse fato foi consequência de certa inércia institucional.

[...] a organização corporativa congela aquilo que consolida. Consequência e sanção de um progresso, ela trai um sufocamento e esboça uma decadência [...]. O intelectual que conquistou seu lugar na cidade [...] se instala nas estruturas sociais e nos hábitos intelectuais nos quais submergirá.

Esse não foi o fim nem das universidades e nem de sua autonomia. Historicamente ficou demonstrado que a autonomia não foi fruto de uma determinada conjuntura, mas sim fator inerente à natureza da instituição acadêmica que, por meios próprios, soube ademais preservá-la.

A progressiva centralização estatal e seu correspondente processo de burocratização solaparam, em grande medida, a autonomia das antigas universidades, submetendo-as à supervisão pública e ingerências de outras ordens, em especial a política. No entanto, a manutenção da estrutura corporativa nas universidades possibilitou-lhes a preservação de certa autonomia - ainda que eventualmente em níveis mínimos - devido a seus esquemas organizacionais.

Depois do declínio verificado a partir do século XIV, as ideias liberais

do século XIX favoreceram o resgate da autonomia universitária como princípio inerente à natureza do trabalho acadêmico, afinal consagrado definitivamente no século XX. A exigência da liberdade de ensino e da investigação científica, a chamada *academic freedom*, em muito contribuiu para que as universidades recuperassem certa independência diante do Estado que as mantinha e controlava (RANIERI, 1994, p. 45).

3. Autonomia universitária no Brasil

O nascimento do núcleo das instituições superiores hoje existentes remonta, no Brasil, a 1808, ocasião em que foram criados cursos e academias destinados fundamentalmente a formar burocratas para o Estado, e especialistas para a produção de bens simbólicos. Como subprodutos, formavam profissionais liberais. As primeiras a serem criadas no país foram a Academia Real Militar, em 1810, que oferecia cursos de engenharia; a Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1813; a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816; e as Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, em 1827⁴.

Observamos o significativo atraso da fundação de universidades no Brasil em relação aos países da América Latina e da América do Norte. Na América Latina, as mais antigas fundações foram a de São Domingos (1538), a de Lima (1551) e a do México (1551); instituídas por decreto real com estatutos inspirados nos das universidades de Salamanca e de Alcalá, quase sempre controladas por ordens religiosas, como os dominicanos e jesuítas, ensinando principalmente Teologia e Direito Canônico. As universidades da América Latina eram claramente fundações coloniais e missionárias e vinte delas foram estabelecidas antes da independência, com maior ou menor sucesso, nas principais colônias espanholas. No Brasil, não houve nenhuma. Na América do Norte, as primeiras universidades, sob a forma de colégios, foram fruto de interesses locais. Tratava-se de formar pastores e administradores de que necessitavam as colônias inglesas; os primeiros colégios foram Harvard

⁴ Foram criadas, também, cadeiras isoladas, tais como a cadeira de economia política no Rio de Janeiro em 1808; o curso de agricultura no Jardim Botânico da Bahia, em 1812; as cadeiras de história e desenho em Ouro Preto, em 1817, entre outras. Ver CUNHA, Luís. A. *A universidade temporã*, p. 100-119.

(1636), Williamsburg (1693) e Yale (1701); em 1776 havia nove deles.⁵

As primeiras universidades ocidentais institucionalizadas na Idade Média, antes do advento do Estado, já tinham clara a noção de que a autonomia, para estas instituições, não era um fim em si mesma, mas um instrumento para assegurar os fins da universidade, a produção de conhecimento e o ensino.

Hoje, decorridos nove séculos, às universidades públicas e mantidas pelo Estado, a autonomia legalmente reconhecida garante a possibilidade de auto-regulamentação e de eleições de representantes e dirigentes, além de confirmar-lhes o compromisso com a produção do saber e a difusão do conhecimento.

No Brasil, de 1911 até a Constituição de 1988, as leis federais referentes ao ensino superior concederam autonomia a faculdades, institutos e universidades, a partir de 1920. No entanto, a farta legislação do período não caracterizou a autonomia como condição para o trabalho acadêmico ou como princípio educacional, mas sempre como privilégio, que a qualquer momento poderia ser suprimido. Por outro lado, o movimento dos trabalhadores das universidades de docentes e funcionários e o movimento estudantil não colocaram firmemente a luta pela conquista da autonomia ou a sua defesa, fazendo dessa bandeira uma de suas principais reivindicações. A autonomia universitária não foi pensada e desenvolvida, nestes termos, nem pelo Estado nem pelos segmentos que compõem a universidade, o que, sem dúvida, foi um dos principais motivos que levou à fragilidade do princípio.

Princípio, mais do que normas, são diretrizes interpretativas, são pontos que no direito indicam a conduta jurídica a ser obrigatoriamente adotada. Atualmente, a previsão constitucional da autonomia universitária assegura esse sistema de valorização. O art. 207 tem marcante conteúdo ideológico, na medida em que recepcionou princípio institucional e orienta a competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal em matéria de educação (art. 24, IX, da Constituição Federal) e a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV) (RANIERI, 1994, p. 62).

Qual o significado e o alcance práticos da previsão constitucional da autonomia em relação às universidades públicas, em especial em relação às estaduais paulistas? Qual o avanço institucional que pode ser obtido a partir

⁵ Ver CHARLE, C.; VERGER, J. *História das universidades*, p 42.

da norma do art. 207 e do decreto nº 29.598? Seriam suficientes para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento das universidades estaduais paulistas?

A questão da legalização da autonomia universitária no Brasil possui marcos significativos anteriores à Constituição Federal de 1988, a saber: 1911, 1931, 1961 e 1968, e a análise destes conduz a uma melhor compreensão do conteúdo e aplicação do art. 207 e do decreto estadual nº 29.598.

4. Autonomia para o ensino superior em 1911

Em 13 de dezembro de 1910, quando se discutia no Congresso o projeto de lei do orçamento da União para o ano seguinte, deputados da bancada gaúcha apresentaram uma emenda à lei orçamentária, autorizando o executivo a reformar o ensino secundário e superior mantidos pelo governo federal. Aos estabelecimentos federais de ensino superior, a reforma deveria conceder autonomia financeira, disciplinar, pedagógica e administrativa diante do governo; os candidatos passariam a ser selecionados por exames de admissão. Em 1911, o presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, promulgou por decreto a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, redigida pelo ministro do interior, o deputado Rivadávia da Cunha Corrêa. (CUNHA, 1986, p. 180).

Essa reforma geral do ensino secundário e superior (Reforma Rivadávia) foi fruto de dois movimentos, o da desoficialização e o da contenção da entrada no ensino superior de candidatos inabilitados. Ao motivo do mau funcionamento do ensino se acrescentava o dos preceitos doutrinários positivistas expressados pelo redator da lei. Na exposição de motivos à Lei Orgânica, o ministro Rivadávia Corrêa aponta ter amparado “esquecidos compromissos republicanos”⁶, os que determinavam a liberdade profissional. Escreveu ainda que

[...] perdidas as fornadas das condecorações e dos outros ornatos da fidalguia medieval, o título acadêmico transformou-se no sonho dourado de quase todas as famílias brasileiras. Os resultados foram a avalanche de matrículas nos cursos superiores e as imensas levas anuais de doutores e bacharéis.⁷

⁶ Relatório do Ministro do Interior Rivadávia Corrêa, de 1910 (apud CUNHA, 1986, p. 183).

⁷ Ibid., p. 183.

A autonomia das escolas superiores e a instituição do exame de admissão seriam o principal remédio contra esses males e a favor daqueles princípios⁸.

Dessa forma, a concessão da autonomia foi mais uma resposta positiva do governo ao movimento de contenção de matrículas nas faculdades, do que o reconhecimento de sua importância no que concernia ao desempenho das atividades acadêmicas. Seja como for, delineava-se pela primeira vez, em documento legal, a ideia da autonomia universitária em três de suas dimensões, didática, administrativa e financeira.

Determinava o art. 2º da Lei Orgânica que “os institutos, até agora subordinados ao Ministério do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autônomas, tanto do ponto de vista didático, como administrativo”. A autonomia didática era explicitada no art. 6º: cabia aos institutos a organização dos programas de seus cursos. Essa competência, porém, era relativa, na medida em que o diretor da instituição deveria enviar ao Conselho Superior do Ensino, criado pela própria lei, a cada ano, relatório circunstanciado sobre a “marcha do ensino”, cabendo a este órgão “promover a reforma e melhoramentos necessários ao ensino” (RANIERI, 1994, p. 69).

A autonomia administrativa, por sua vez, era assegurada pela gerência dos patrimônios respectivos e pela eleição interna do diretor. Embora a lei não mencionasse a quem cabia a elaboração e aprovação dos estatutos e regimentos, os artigos 7º, 21º e 60º da Lei Orgânica afirmava que às Congregações, por força da autonomia garantida aos institutos, cabia “modificar ou reformar as disposições regulamentares e inerentes à íntima economia deles”. (RANIERI, 1994, p. 69-70). O corpo docente era nomeado pelo governo, com base em proposta da Congregação. A admissão do pessoal administrativo ficava a cargo do diretor, mas sua função estava exaustivamente elencada na lei.

⁸ Vinha já do Império, o movimento pela desoficialização do ensino, isto é, pela retração do setor estatal do ensino superior em proveito do setor privado, praticamente inexistente nesse grau de ensino. Com a instituição do regime republicano, esse movimento desoficializador, até então conduzido pelos liberais, veio a ser impulsionado pelos positivistas, que lhes tomaram a bandeira e ligaram a defesa da liberdade de ensino com a liberdade de profissão, com amplas repercussões sobre a política educacional posterior a 1910. Conseguiram, na inflexão do movimento pela desoficialização do ensino, alterar radicalmente o mecanismo de discriminação cultural/social posto na passagem do ensino secundário para o superior. (CUNHA, 1986, p.176-8).

Se, por um lado, a autonomia administrativa era restrita, por outro, incentivava-se a autonomia financeira, pois as instituições poderiam cobrar taxas de matrícula, de certidões, de biblioteca, de certificados e contabilizar, em nome próprio, porcentagens das taxas de frequência dos cursos, das inscrições em exames, etc. Já o art. 139 aventava a hipótese de liberdade total: “aqueles ou aquele dos institutos compreendidos no art. 4º [...] que, dispondo de recursos próprios e suficientes, prescindirem de subvenção do Governo, ficarão, por esse fato, isentos de toda e qualquer dependência ou fiscalização oficial, mediata ou imediata”. (RANIERI, 1994, p. 70).

Parece-nos que o cerne da questão relativa à autonomia das instituições mantidas pelo Estado se resumia no seguinte: sem independência financeira não haveria efetiva autonomia.

A Lei Orgânica trouxe ainda outras mudanças, os diretores das faculdades passavam a ser eleitos pelas Congregações; os alunos pagavam, com a taxa de frequência, os cursos oferecidos pelos livre-docentes; os diplomas foram substituídos por certificados; e estabeleceu-se a obrigatoriedade do exame de admissão, elaborado e promovido pela própria instituição.

Nos quatro anos de vigência da Lei Orgânica foram criadas nove faculdades livres (particulares e estaduais que estavam fora da área de atuação do Conselho) que, somadas às já existentes, frustraram a política de contenção de matrículas e de melhoria do ensino. Além disso, as resistências à livre-diplomação e à liberdade profissional partiam de todos os lados, inclusive da burocracia do Estado. Argumentava-se, nos debates no Congresso Nacional, que os tribunais de justiça continuavam a respeitar os dispositivos legais que outorgavam privilégios ocupacionais aos portadores de certos diplomas escolares (CUNHA, 1986, p. 186). Somadas a essas resistências, no próprio âmbito das instituições oficiais, a autonomia concedida provocou reações desfavoráveis, como demonstraram alguns diretores de faculdades observando que, caso os professores aceitem esta situação, fatalmente desoneram o Estado da responsabilidade no funcionamento e na organização da faculdade (ALMEIDA JÚNIOR, 1912).

Em 18 de março de 1915, já no governo de Venceslau Brás, foi promulgado o Decreto 11.630, reorganizando o ensino secundário e superior em todo o país.

As mudanças introduzidas pelo decreto de autoria do ministro da Justiça e do Interior, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, foram profundas e desastrosas para a implantação do princípio da autonomia universitária no país. As principais modificações foram: a) a permanência do Conselho Superior de Ensino, investido, agora, do caráter de órgão fiscalizador permanente, tanto dos institutos oficiais quanto daqueles a estes equiparados; b) o orçamento, ainda que elaborado pela Congregação, deveria ser aprovado pelo Conselho e homologado pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores e as verbas deveriam ser aplicadas ao fim a que se destinavam; c) a elaboração do regimento interno dos institutos oficiais era de competência da Congregação; a aprovação era do Conselho, inclusive em casos de emenda (só permitida a cada dois anos), com poder de alteração nos pontos em que (o regimento) se achar em desacordo com as disposições legislativas vigentes; d) quanto à autonomia didática, a aprovação dos programas elaborados pelos recém criados professores catedráticos⁹, era de competência da Congregação, bem como a distribuição das matérias dos cursos. Cabia, entretanto, ao Conselho, aprovar a seriação das matérias; e) a grande prerrogativa perdida pelos institutos foi o direito de eleger seus dirigentes. Nos termos do art. 113, os diretores passaram a ser nomeados livremente pelo presidente da República e foram destituídos de qualquer poder de iniciativa, passando esses a exercer, tão somente, funções de fiscalização das quais, anualmente, deveriam prestar contas ao governo por meio de relatório minucioso de tudo quanto ocorreu no instituto, a respeito da ordem, disciplina, observância das leis e do orçamento (art. 114) (BRASIL, 1915).

Em 1925, no governo de Artur Bernardes, foi realizada a última reforma do ensino superior na primeira República, sob inspiração do professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Juvenil da Rocha Vaz. A reforma Rocha Vaz visou essencialmente reforçar o controle do governo federal sobre o aparelho escolar, numa tentativa de estabelecer o controle ideológico das crises políticas e sociais que provocaram a revolução de 1930. Procurava-se, desta forma, impedir a entrada da política e da ideologia não oficiais no ensino superior.

⁹ Foi desse decreto que nasceu a figura do professor catedrático, substituindo a do professor ordinário da Lei Orgânica. O cargo de professor catedrático era vitalício, como, aliás, todos os cargos mais elevados do magistério superior, desde 1808. Os catedráticos eram escolhidos por concurso, concorrendo com tese escrita e nomeados pelo governo.

5. Primeiro ato legislativo sobre o sistema universitário em 1931: o estatuto das universidades brasileiras

A revolução de 1930 levou Getúlio Vargas à chefia do governo provisório e determinou o início de uma nova era na história do Brasil.

Nos cem anos que antecederam a revolução de 30, a economia brasileira desenvolvia-se integrada ao capitalismo internacional, como exportadora de alimentos e matérias-primas, e importadora de bens industrializados e combustíveis, até que as contradições geradas por esse desenvolvimento determinaram a progressiva substituição de importações por manufaturados locais. A partir de 1937, o Estado assumiu um novo papel, interveio direta e intensamente na economia, promovendo a industrialização.

No campo político,¹⁰ a mudança de fase no desenvolvimento da economia implicou, entre outras coisas, na drástica redução do poder, antes sem sócios, das oligarquias representantes dos latifundiários, em particular dos cafeicultores paulistas¹¹; a sujeição política das classes trabalhadoras, em particular dos operários, seu setor mais organizado; a eliminação do setor insurgente da burocracia do Estado, os tenentes; o aumento de poder da burguesia industrial; a centralização, sem precedentes, do aparelho de Estado; a repressão às expressões políticas da sociedade civil; a montagem de um regime político autoritário.

O contexto político e econômico indicado propiciou o surgimento, na era Vargas, de duas políticas educacionais opostas, a liberal e a autoritária.

A política educacional liberal não resultou de um programa definido nem teve um desdobramento homogêneo. De acordo com Cunha (1986), um liberalismo elitista, conforme os interesses sociais e pedagógicos das oligarquias, que cedeu lugar, a partir de 1932, a um liberalismo igualitário, convergente com os interesses das classes trabalhadoras e das camadas médias.

A política educacional autoritária teve sua origem nos anos de 1920, principalmente durante o governo de Artur Bernardes. Medidas tomadas

¹⁰ Não pretendemos desenvolver aqui qualquer análise econômica e política da Era Vargas que vá além de um pequeno resumo que auxilie na localização do contexto, no qual se desenvolveu a política educacional definida para o ensino superior.

¹¹ O que posteriormente levou à denominada Revolução Constitucionalista de 1932, liderada pelo estado de São Paulo.

neste período, com o objetivo de impedir contestações à ordem social pelos trabalhadores e por setores da própria burocracia do Estado, como o tenen-tismo¹², foram utilizadas, mais tarde, pelo Estado Novo que estes últimos ajudaram a construir. A influência das doutrinas fascistas e parafascistas foi decisiva para a elaboração dessa política.¹³

Foi durante a vigência dessa política autoritária que se criou uma entidade para congregiar os estudantes das escolas superiores de todo o país, primeiro o Conselho Nacional de Estudantes, depois a União Nacional dos Estudantes (UNE). A UNE foi resultado da tentativa de cooptação dos estudantes opositores ao autoritarismo, pelo Estado. No entanto, a UNE se caracterizou, desde o início, por orientações democráticas, conseguindo razoável espaço político, mesmo durante o Estado Novo. A entidade nasceu junto com a elaboração de uma política educacional, na mesma linha dos educadores liberais igualitaristas, então silenciados, mas defendendo posições muito mais radicais. Os professores não possuíam nenhuma entidade que os aglutinasse em nível nacional.

Durante o período de 1930 a 1935, os conflitos cruzados entre setores da burguesia, da burocracia do Estado, de setores das camadas médias e da classe trabalhadora propiciaram o desenvolvimento contraditório das duas políticas educacionais, entretanto, o autoritarismo prevalecia na esfera do poder central.

A partir de 1935, a repressão generalizada retirou de cena as ideias educacionais liberais, “[...] pela prisão, atual ou virtual, de quem as sustentasse. Uns liberais se calaram, na cadeia ou em casa. Outros aderiram à nova ordem” (CUNHA, 1986, p. 231). Dessa época em diante, foi sendo construída uma estrutura educacional completamente nova, consistente com o regime autoritário que se iniciava.

De acordo com a política autoritária, no que se refere ao ensino superior e que interessa mais de perto a este trabalho, sobreveio, em 1931, o primeiro ato legislativo sobre o sistema universitário: o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigente por 30 anos e produto da reforma Francisco Campos.

¹² Movimento político-militar que se desenvolveu, aproximadamente, entre 1920 a 1935, sob a liderança dos denominados tenentes, oficiais revolucionários, nem todos de fato tenentes, mas de baixas patentes.

¹³ Fosse essa influência direta exercida por autores italianos, portugueses e espanhóis, fosse a indireta, veiculada pelo fascismo caboclo da Ação Integralista Brasileira (CUNHA, 1986, p. 230).

Com efeito, os estatutos, instrumentos da organização didática e administrativa de qualquer universidade, deviam ser aprovados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, só podendo ser modificados pelo mesmo processo, ouvindo-se, ainda, o Conselho Nacional de Educação.

As principais questões colocadas pelo documento eram (BRASIL, 1931):

1) Quanto à escolha de dirigentes, para as universidades federais e estaduais, os Conselhos Universitários deveriam elaborar uma lista com os nomes de três professores do ensino superior para que, dentre eles, o ministro da educação escolhesse o reitor. Os diretores eram indicados pelos respectivos governos, dentre listas tríplexes de professores catedráticos elaboradas pelas Congregações e Conselhos Universitários.

2) O Conselho Universitário de cada instituição, presidido pelo reitor, era composto pelos diretores dos institutos, um representante dos livres-docentes e um da Associação dos Diplomados (ex-alunos).

3) Sob o aspecto administrativo, o decreto determinava que, em cada instituto das universidades, deveria haver um Conselho Técnico-Administrativo, seu órgão deliberativo, composto por professores catedráticos em exercício na instituição, escolhidos diretamente pelo ministro da educação.

A autonomia didática e administrativa da universidade era bastante restrita. A escolha de reitores, diretores e dos membros do Conselho Técnico-Administrativo de cada instituto por cooptação faria o poder do Estado penetrar até as primeiras instâncias da organização do ensino e da administração interna. A própria concepção desse Conselho, composto por professores catedráticos cooptados pelo ministro, foi um meio de diminuir o poder da Congregação. Ao Conselho foi transferida a maioria das atribuições até então exercida pela Congregação, tais como a emissão de pareceres sobre assuntos didáticos; a revisão dos programas de ensino; a autorização para a realização dos cursos previstos pelo regulamento; a organização do regimento interno do instituto; a aprovação do estatuto do diretório estudantil etc. Nesse sentido, Francisco Campos, na exposição de motivos do plano de reforma do ensino superior, reconhecia ser “inconveniente e mesmo contraproducente para o ensino” conceder às universidades “ampla e plena autonomia didática e administrativa”. Preferiu a “orientação prudente e segura da autonomia relativa, destinada a exercer uma grande função educativa sobre o espírito

universitário”, pois a autonomia integral requeria “espírito universitário amadurecido, experiente e dotado do seguro e firme sentido de direção e responsabilidade” (CUNHA, 1986, p. 298-9, RANIERI, 1992, p. 80-1). A suposição da universidade como uma criança indefesa, carente de tutela, era similar àquela que a ideologia autoritária tinha a respeito do povo como incapaz de dirigir-se, necessitando de elites que lhe apontassem o caminho.

Em 1933, por meio do Decreto n. 22579 (LEIS DO BRASIL, 1933, p. 54), o governo federal reafirmou sua interferência nas universidades estaduais e nas livres já sujeitas à sua fiscalização.

Atribuiu ao ministro da Educação e Saúde Pública competência para aprovação de seus estatutos, com as modificações e restrições que se tornassem necessárias. No plano administrativo, revogou a possibilidade de escolha indireta de dirigentes nas universidades estaduais (que previa a organização de listas tríplices pelos Conselhos Universitários), determinando que a nomeação do reitor e as dos diretores dos institutos passava a ser da livre escolha do presidente do Estado. O Decreto enfatizou ainda a inexistência de qualquer autonomia¹⁴ nessas universidades, ao exigir a aprovação do ministro da educação para quaisquer modificações em suas organizações administrativas ou no regime didático e escolar dos institutos que as compunham.

Na vigência desse Decreto, foi criada, em 25 de janeiro de 1934, a Universidade de São Paulo (USP). No entanto, como o anteprojeto de criação da USP fora elaborado por Fernando de Azevedo¹⁵, com a colaboração de outros professores, ela nasceu diferenciada, sob um regime menos rígido do

¹⁴ “[...] a ausência de uma política universitária esclarecida e a falta de uma idéia adequada desta autonomia levaram o legislador à promulgação de uma série de leis que pouco a pouco iam restringindo a autonomia universitária. [...] Desta forma a autonomia universitária concedida por Francisco Campos se viu praticamente anulada pela massa de decretos, avisos e portarias que tinham como objetivo assegurar os altos níveis de nosso ensino superior.” (SUCUPIRA, 1962, p. 75).

¹⁵ Em março de 1932, Fernando Azevedo lançou ao povo e ao governo o chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual clamava pela reconstrução educacional no Brasil. No que concerne à autonomia da função educacional, denunciava Azevedo que, estando a educação pública subordinada a interesses menores (caprichos pessoais ou apetites de partidos) seria impossível ao Estado realizar sua missão nesta área. “[...] daí decorre a necessidade de uma ampla autonomia técnica, administrativa e econômica, com que os técnicos e educadores [...] tenham assegurados os meios materiais para poderem realizá-la” (AZEVEDO, 1987, p. 82).

que o determinado pelo Estatuto das Universidades Brasileiras.

Em plena era Vargas, o decreto que institucionalizou a criação da USP, por meio de suas disposições, garantiu à universidade personalidade jurídica e autonomia científica, didática e administrativa (embora nos limites do decreto), e a possibilidade de completa autonomia econômica e financeira, uma vez constituído um patrimônio com cuja renda se mantivesse.

A autonomia administrativa manifestava-se no oferecimento ao governo do Estado, para fins de indicação do reitor e dos diretores das Unidades Universitárias, de lista tríplice de nomes elaborada, respectivamente, pelo Conselho Universitário e pelas Congregações, em franca oposição às determinações do Decreto nº 22579/33. Instituiu-se a representação do corpo discente no Conselho Universitário; e a aprovação dos estatutos da USP elaborado pelo Conselho Universitário ficava restrita ao governo do Estado, não se mencionando o ministro da Educação e da Saúde Pública.

Em 04 de julho e em 03 de setembro de 1934, os estatutos da USP foram aprovados, respectivamente, pelo governador, Armando Salles de Oliveira, e pelo presidente da República. O Decreto Federal de nº 39 (BRASIL, 1934) introduziu algumas modificações nos estatutos originais, que, por sua vez, já haviam sido elaborados sem o caráter liberalizante do projeto de criação, de forma que, embora restasse confirmada a personalidade jurídica e a autonomia didática e administrativa da Universidade, essa autonomia, na prática, voltava a ser bastante limitada por atos como a supressão da elaboração das listas tríplices para a escolha do reitor e dos diretores.

No conjunto, o Decreto nº 39 cortou o incipiente processo autônomo observado quando da criação da USP. A partir deste, seus estatutos não mais lhe garantiram a auto-regulamentação e tampouco a escolha, ainda que indireta, dos seus dirigentes.

O golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo, não precisou reformar a estrutura do ensino superior. O Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, oferecia toda a normalização para esse grau de ensino. A Constituição de 1937 não mais distinguiu entre as esferas de competência da União e dos Estados. Num claro retrocesso, acentuou o grau de intervenção da União na educação, visando padronizar o ensino superior, por meio de aparelho ideológico próprio, desconsiderando que a universidade, como indica a própria

etimologia da palavra, supõe unidade na variedade, e não uniformidade.
Segundo Fávero (1987, p. 7),

[...] as diretrizes ideológicas que vão nortear a educação no período do Estado Novo são pautadas pelo caráter fortemente centralizador, o que vai repercutir nas instituições de ensino superior. Nesse período as universidades se tornam vítimas de uma organização monolítica do Estado, sem qualquer autonomia. Há uma exacerbada centralização de todos os serviços do Estado, decorrendo daí a concepção errônea de que o processo educativo poderia ser objeto de estrito controle legal.

6. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961

No final da década de 1950, o debate da questão educacional intensificou-se, como um resultado da mobilização dos educadores e intelectuais em defesa da escola pública, ameaçada pela campanha de privatização do ensino patrocinada basicamente pela Igreja Católica e pelos proprietários da rede privada. Os anos entre 1959 e 1964 são certamente muito ricos considerando-se a profusão de propostas que são formuladas para enfrentar os problemas diagnosticados na universidade brasileira. Estas formulações podem ser sintetizadas em três propostas denominadas por Veiga (1987) de tradicionalista, modernizante e radical.

A complexidade dos processos e eventos que estavam na raiz da crise brasileira desta época, dificulta tanto a definição do que pode ser considerado como fundamental na deflagração e aprofundamento de tensões particulares, quanto o estabelecimento de alianças dos grupos nelas envolvidos. O processo de elaboração das propostas de reforma universitária se deu de forma similar. As três alternativas emergiram no bojo dos movimentos sociais que se configuravam por meio de ações e reações de professores universitários, de intelectuais ligados a associações, como a Associação Brasileira da Educação, da Campanha de Defesa da Escola Pública, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para citar somente algumas entidades, nas quais críticas, defesas e propostas eram formuladas e divulgadas.

O conflito de poder sobre a universidade brasileira tornou-se mais óbvio durante os últimos anos da década de 1950 e nos primeiros da de 1960,

quando projetos alternativos de organização do sistema universitário emergiram entre os educadores e no aparato de Estado, mobilizando intelectuais, professores, setores governamentais e estudantes em torno destas propostas. Em dezembro de 1961, duas leis incorporando duas concepções distintas foram promulgadas no Brasil. Em 15 de dezembro de 1961, foi criada a Universidade de Brasília e em 20 de dezembro, a luta de 14 anos em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) teve como desfecho a promulgação da Lei 4.024, por meio da qual foi consolidada uma estrutura tradicionalista para a maioria das instituições de ensino superior. Neste mesmo ano, os estudantes universitários, dirigidos pela UNE, haviam desencadeado sua luta por uma reforma radical da universidade por meio da realização do I Congresso Nacional de Reforma Universitária. Este Congresso desencadeou uma das frentes de luta da UNE, a qual se desdobra em propostas de reestruturação do ensino superior, greves, envio de projetos para o legislativo, manifestações de rua e mobilização interna nas instituições de ensino.

Salientamos que cada uma das propostas continha um modelo de universidade bastante diferente e refletia as principais questões que polarizavam e dividiam os educadores desde os anos 1930, tais como:

1) A questão da autonomia universitária em relação ao poder executivo e aos órgãos normativos a ele vinculados. Os adeptos de uma concepção liberal democrática defendiam uma estrutura de ensino superior que tivesse liberdade de decidir sobre os aspectos considerados como fundamentais para a instituição: estabelecimento do currículo, consignação dos recursos orçamentários, definição de critérios para a emissão das credenciais e diplomas. A esta concepção se contrapunham os herdeiros da tradição autoritária do Estado Novo, responsáveis pelo sufocamento da USP e da Universidade de Brasília. Os autoritários defendiam uma única estrutura universitária fortemente controlada pelo poder executivo central e órgãos como o Ministério da Educação e o Conselho Federal de Educação.

2) A estrutura organizacional que deveria presidir o ensino universitário. A ênfase sobre as escolas profissionais que mantinham uma vinculação fictícia entre si foi contraposta à ênfase sobre a estrutura considerada como verdadeiramente universitária, em que escolas, como a Faculdade de Filosofia, se encarregariam das atividades integradoras de ensino e pesquisa. A clivagem

neste caso tendia a colocar em campos opostos professores e estudantes vinculados a escolas tradicionais e de prestígio profissional como Medicina, Engenharia e Direito e os mais voltados para os campos das Humanas, da Filosofia e da pesquisa científica (VEIGA, 1987, p. 32). Este conflito significava, também, a oposição entre uma estrutura tradicionalmente estabelecida na universidade brasileira, na qual os catedráticos das escolas tradicionais que praticamente controlavam a estrutura de tomada de decisões e a distribuição de recursos, e outro grupo de catedráticos proveniente das escolas de menor prestígio e de professores jovens que reivindicavam espaço decisório e recursos para implementar o ensino mais integrado à pesquisa e uma formação profissional menos fragmentada.

3) Uma terceira questão era a relativa ao tipo e conteúdo do ensino e treinamento a serem ministrados pelo ensino superior brasileiro. Demandas por um ensino inovador e voltado para a realidade nacional e regional e pela renovação dos cursos profissionais, de modo a serem capazes de criar uma liderança técnica habilitada a conduzir o país nas sendas do desenvolvimento autossustentado, ganharam contornos mais definidos entre os segmentos modernizadores do aparato do Estado, assim como entre pesquisadores e educadores brasileiros¹⁶.

A importância do debate sobre a LDB para o público universitário¹⁷ no nível da intelectualidade brasileira, especialmente do movimento universitário, foi o de generalizar o debate sobre a educação brasileira, uma questão até então considerada como secundária e restrita aos educadores por treinamento.

As principais questões incorporadas à Lei 4.024 (BRASIL, 1961) foram as seguintes:

¹⁶ A partir do final da década de 1950, dois grupos se configuram incorporando as propostas modernizadoras: um reunido em torno de Darcy Ribeiro, apoiando a criação de uma universidade moderna e livre dos freios e vícios burocráticos das instituições de ensino superior; outro de composição predominantemente estudantil, sob o comando da UNE, que propunha um movimento amplo de reforma que fosse capaz de alterar inclusive a composição social e o caráter de todo o sistema universitário (VEIGA, 1987, p. 33-4). Quanto aos docentes, estes não se organizavam, na época, em Associação Nacional. Dessa forma, a intervenção da categoria era realizada por meio de grupos constituídos em torno de lideranças intelectuais ou por meio de Associações e Movimentos, como os citados na página 33 deste trabalho.

¹⁷ Destacada por Hebert de Souza em entrevista concedida a Laura da Veiga no artigo Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e universidade no Brasil (1954-1964), *Educação e Sociedade*, p.34.

1) O poder normativo e de controle do Conselho Federal de Educação (CFE) foi aumentado: o CFE passa a aprovar o funcionamento de escolas isoladas públicas ou privadas, a credenciar ou não universidades e outras instituições de ensino superior por meio da aprovação de seus estatutos, assim como a designar interventores nas universidades.

2) O sistema de cátedra foi mantido por meio de um recurso sutil. O presidente da República vetou todos os artigos relacionados ao processo de escolha e seleção de catedráticos, alegando ser esta uma matéria de regimento interno de cada universidade. O poder de decidir sobre a manutenção ou não deste sistema foi colocado nas mãos exatamente dos beneficiários pela estrutura vigente. A menção aos catedráticos aparece somente no artigo que estabelecia que o diretor das escolas seria escolhido dentre os integrantes de uma lista tríplice composta por três catedráticos.

3) Reconheceu-se o direito de os estudantes participarem do governo das universidades e das escolas isoladas, integrando seus Conselhos Universitários, Congregações e Conselhos Departamentais. Embora a representação estudantil nos órgãos colegiados tivesse sido assegurada, não fora especificada a proporção de representantes. O estabelecimento desta proporção e o processo de escolha de representantes estudantis foram considerados como assuntos de competência interna da universidade. Essa questão veio a ser objeto de intensas manifestações estudantis, levando à deflagração da greve nacional de 1/3 entre junho e agosto de 1962¹⁸.

¹⁸ Em 1962, a UNE decreta a greve nacional, numa tentativa de forçar as instituições de ensino superior a aceitarem sua demanda de 1/3 de representação nos órgãos colegiados. Nos últimos meses de 1962, a liderança estudantil dedica-se a reavaliar os prós e os contras da greve do 1/3 e, em 1963, o último Congresso de Reforma Universitária adota uma estratégia de focalizar a luta em questões mais concretas. Deste Encontro resulta um projeto substitutivo à Lei 4024, no qual os estudantes advogam a extinção da cátedra e a organização do ensino e pesquisa em torno de departamentos, a modificação do vestibular, a alteração e planejamento mais rigoroso da aplicação do orçamento universitário e a representação de 1/3 nos órgãos colegiados. Este substitutivo foi considerado, pela UNE, como a frente jurídica da luta estudantil, mas não seu objetivo final, pois no interior da universidade outras tarefas eram consideradas como fundamentalmente vinculadas à consecução de uma organização universitária mais sensível às demandas dos grupos subalternos e, no nível nacional, os estudantes comprometiam-se a unir-se com as forças revolucionárias de modo a fortalecer o movimento de libertação do país do jugo imperialista e do latifúndio e a lutarem por um vasto programa de reformas de base (CUNHA, 1989, p.138-49, VEIGA, 1987, p.43-6).

4) A Lei estabeleceu expressamente em seu art. 80 que as universidades gozariam de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, na forma de seus estatutos. No entanto, os parágrafos constantes de sua redação original, nos quais se discriminava o âmbito dessa autonomia, foram vetados pelo presidente da República.

Na prática, a despeito da previsão formal, a autonomia universitária foi sendo gradualmente limitada desde os primeiros anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases, principalmente com relação às universidades federais. Após 1964, a limitação se acentua. A legislação ordinária, submetida teoricamente à LDB, volta a ser detalhista e de caráter padronizador visando o controle sociopolítico das universidades

A Constituição de 1967 manteve a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, sem prejuízo da competência supletiva dos Estados, respeitada a lei federal, na organização de seus sistemas de ensino (RANIERI, 1994, p. 93). Manteve igualmente a previsão de liberdade de cátedra e da livre manifestação de pensamento, esta última não admitindo a propaganda de subversão da ordem.

As dificuldades que grupos de professores jovens enfrentaram para alcançar qualquer mudança nas suas instituições constituem uma das justificativas para o apoio dado ao governo autoritário, em 1968, para implantar a reforma prevista pela Lei 5.540¹⁹, apesar de seu caráter impositivo e restritivo à autonomia universitária. Para Márcio Quintão²⁰, a reforma de 1968 incorporava várias demandas dos setores modernizadores universitários: a extinção da cátedra; a

¹⁹ Vários estudantes e professores participantes do processo de reestruturação da USP, em 1968, declararam “ter levado um susto” ou, então, que “reprimiram sua raiva” quando “sentiram” as propostas das paritárias (comissões) “incorporadas” na reestruturação da USP de 1969; no seu pensamento absorvido pelo governo, nos níveis estaduais e federal. (CUNHA, 1988, p.166). Para Cunha (1988, p. 166), a estrutura da universidade projetada era basicamente coincidente nos projetos governamentais e nos das comissões paritárias de professores e estudantes. Do lado governamental, pelo menos no plano federal, as linhas mestras daquela estrutura já vinham sendo definidas desde pelo menos duas décadas atrás. “O mais provável é que os membros das comissões paritárias tivessem ‘encampado’ as soluções governamentais, e não o contrário, desconhecendo a fonte do modelo modernizante de universidade, segundo os padrões vigentes nos EUA, hegemônicos na intelectualidade brasileira, a despeito de toda a oposição aos consultores norte-americanos (Atcon, MEC-USAID)”.

²⁰ Opinião expressa em entrevista concedida a Veiga (1987, p. 36).

integração do ensino e da pesquisa; e a possibilidade de criação do espaço institucional para a pesquisa científica. Daí não ter encontrado tantas reações entre certos setores progressistas de várias instituições. Provavelmente estes professores não estavam atentos à tendência burocratizante e autoritária, subjacente às políticas pós-64. Paralelamente a esta modernização da universidade foram criados mecanismos que cada vez mais contrastavam com as próprias atividades da universidade, reduzindo a autonomia universitária à mera retórica por meio da imposição de estruturas paralelas de controle político-ideológico.

7. A Lei Nº 5540 de 1968

Sob a égide da Constituição de 1967 foi baixada a Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior, e que representou a consolidação da reforma universitária iniciada após 1964, cujo objetivo principal consistia na modernização das universidades²¹.

No que concerne à autonomia universitária destacamos na Lei as seguintes previsões:

- 1) garante às universidades a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, a ser exercida na forma da lei e de seus estatutos (art. 3º);
- 2) estabelece a indissociabilidade entre ensino e pesquisa;
- 3) estabelece que a organização e o funcionamento das universidades serão disciplinados em seus estatutos e regimentos, submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente;
- 4) fixa a escolha do reitor e vice-reitor das universidades públicas, mediante a apresentação de lista sêxtupla de nomes, elaborada por um colégio eleitoral especial, constituído pelo Conselho Universitário e órgãos colegiados máximos de ensino, pesquisa e extensão.

²¹ Para Anísio Teixeira (1989, p. 108), a necessidade de reorganização do sistema universitário refletia os problemas nascidos da expansão das universidades, por aglomeração de escolas isoladas, a reclamar a integração de equipamento e professorado em conjuntos mais amplos, para melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais: em essência, um problema de racionalização dos serviços de ensino oferecidos pela universidade ampliada e desordenada. Cunha (1988) defende a tese de que a concepção de universidade calcada nos moldes norte-americanos não foi imposta pela USAID, com a conveniência da burocracia da ditadura, mas foi buscada desde fins da década de 1940 por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente por aqueles com um imperativo de modernização e de democratização do ensino superior.

A autonomia das universidades foi um dos pontos mais controversos do processo de tramitação do projeto de lei no Legislativo. O Grupo de Trabalho²² (GT) propôs que as universidades gozassem de “autonomia didático-científica, financeira e administrativa”, que seria exercida “na forma da lei e dos estatutos”. Com tal formulação, deslocava essa polêmica questão para uma lei específica. A Comissão Mista não concordou com essa formulação e resolveu explicitar a autonomia, acrescentando a autonomia disciplinar. A justificativa da emenda de autoria do deputado Raymundo Andrade apontava:

A autonomia, além de base orgânica e funcional da instituição de ensino e de pesquisa, é o seu mais poderoso instrumento de eficiência. A universidade, para ser eficiente, carece de liberdade de ação e não se pode subordinar estrita e rigidamente ao poder hierarquicamente superior. [...] A nossa emenda tem duplo propósito: assegurar a autonomia universitária e defini-la (CUNHA, 1988, p.279-80).

O presidente da República vetou todos os acréscimos, deixando apenas a formulação superficial do GT.

A escolha dos dirigentes foi outra questão bastante polêmica e que dividiu as opiniões dos interessados nos destinos do ensino superior. De um lado, estavam os que defendiam a autonomia para as universidades e estabelecimentos isolados oficiais escolherem seus reitores e diretores e, do outro, os que reivindicavam maior autonomia para os governadores e para o presidente da República na suas escolhas e nomeações.

O GT manteve o mecanismo básico de escolha que vigia desde o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, pelo qual o Conselho Universitário apresentava uma lista dos candidatos mais votados para reitor, para que o presidente da República fizesse a sua escolha. As listas seriam elaboradas em reuniões conjuntas do Conselho Universitário com órgãos deliberativos da administração superior para atividades de ensino e pesquisa. Pelo texto do GT, os reitores e vice-reitores saíam de listas não mais de três, mas de nove nomes, cabendo sua nomeação ao presidente da República. Já os diretores e vice-diretores saíam de

²² Referimo-nos ao Grupo de Trabalho da reforma universitária que propôs um anteprojeto de lei fixando as normas para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Esse anteprojeto de lei desembocou na Lei 5.540/68.

listas de seis nomes, ficando sua nomeação a cargo dos reitores das respectivas universidades (CUNHA, 1988, p. 283).

Essa ampliação da pauta de escolha dos dirigentes, aumentando o número de nomes nas listas para reitor e vice-reitor de universidade, diretor e vice-diretor de instituto, escola ou faculdade, foi a maneira encontrada para viabilizar o encontro entre as orientações do governo e as de certas correntes existentes nas instituições oficiais de ensino, naquela conjuntura. O aumento do número de pessoas nas listas aumentava também a probabilidade de que houvesse, em cada caso, pelo menos um candidato que correspondesse à expectativa do governo com respeito à ordem e à disciplina nas instituições de ensino superior.

Chegando ao Congresso, os artigos que tratavam dessa matéria foram objetos de várias emendas. Pelo menos duas delas estabeleciam que os dirigentes fossem escolhidos pelo Conselho Universitário, sem controle do governo. Em justificativa à sua emenda, dizia o deputado Márcio Moreira Alves:

É a comunidade universitária a única capaz e competente para a escolha de seus dirigentes. O respeito à autonomia universitária, proclamada no art. 4º do presente projeto de lei, assim o exige. Permitir-se ao Governo [...] a escolha em listas [...] é retirar da comunidade universitária a possibilidade de dirigir-se independentemente (CUNHA, 1988, p. 285).

O relator apenas aceitou a emenda que reduzia o número de nomes nas listas para reitor e vice-reitor de nove para seis, e outra, pela qual a nomeação dos dirigentes das universidades oficiais, organizadas sob o regime de fundação, seria feita conforme seus próprios estatutos. A segunda emenda foi vetada pelo presidente da República que justificou o ato dizendo ser “natural a escolha de seus dirigentes pelo próprio Governo” (CUNHA, 1988, p. 285).

Comparando-se o farto material que contestava a política educacional do governo com o das críticas diretas ao Relatório do GT e à Lei 5540, concluímos que diante do projeto pouco ou quase nada houve de contestação.

Florestan Fernandes (1975, p. 203), no início de texto produzido para comentar sua avaliação do trabalho do GT, afirma que:

É preciso que fique bem claro de antemão, que entendemos a reforma universitária consentida como uma manifestação de tutela política e como

mera panacéia. Não podemos aceitá-la porque ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos.²³

No que concerne à possibilidade de autodeterminação, a autonomia na lei é bastante limitada. Essa limitação foi acentuada pelos atos de exceção baixados pelo governo militar, sobretudo pelo Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, e pelo Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969.

Observa Fávero (1987, p. 8-9) que

[...] a Reforma contribuiu para fortalecer o processo de concentração do poder autoritário dentro das universidades, através da instalação de novos mecanismos de poder, monopolizados, em boa parte, por facções das antigas cúpulas que tinham um processo de radicalização e de contestação contra o regime.

Em síntese, podemos afirmar que, embora o sistema da Lei nº 5540 tenha reconhecido peculiaridades próprias às universidades, propondo-lhes tratamento jurídico específico e reafirmando a previsão autônoma, a imposição do regime autárquico ou do fundacional não lhes permitiu organização flexível, adequada às suas necessidades, mormente no que tange a questões orçamentárias e financeiras. Na gestão universitária permaneceu o administrador limitado pelas normas gerais de administração, tanto no que tocava ao planejamento econômico-financeiro - em termos e disponibilidade real de recursos orçamentários - como no concernente aos critérios de administração de pessoal, ressalvada a carreira do magistério superior que se subsume a legislação própria. Além desses aspectos, Ranieri (1994, p. 97) salienta a impossibilidade da criação de cargos e funções, da determinação de seu regime de remuneração, a impossibilidade de contratação de serviços e de administração dos recursos decorrentes.

²³ No entanto, observamos que Fernandes (1975, p. 211-12) apoiava várias medidas indicadas pelo GT, em especial as seguintes: a criação dos mecanismos de captação de recursos; a implantação do regime de dedicação exclusiva; a proibição para que houvesse preponderância de professores classificados em determinado nível na composição dos colegiados superiores; participação e representação estudantil nos órgãos colegiados; entre outras.

8. A Constituição Federal de 1988

No período anterior à legislação editada em 1988, observamos que a sistematização da autonomia universitária levada a cabo pelas legislações anteriores não valorizou os traços característicos dos entes autônomos. Ao contrário, salvo algumas exceções de curta duração, como a Lei Rivadávia, as leis detalhistas²⁴ controlaram e restringiram a ação das universidades, em especial durante o Estado Novo e no período entre 1964 a 1985.

As universidades públicas foram as mais atingidas por essa política que, em última instância, as descaracterizou enquanto organizações voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, transformando-as, muitas vezes, em repartições públicas centralizadas, extremamente dependentes do órgão governamental mantenedor e passíveis de intervenções administrativas e políticas. Essa política, como não poderia deixar de ser, refletiu-se no interior das instituições, chegando mesmo a favorecer a ideia de dependência em detrimento da ideia de autonomia.

A absorção normativa da autonomia universitária pela Constituição Federal, contudo, proporciona a reversão desse quadro. Para Ranieri (1994, p. 106) isso ocorre fundamentalmente porque apenas mediante emenda constitucional pode ser alterada a outorga autonômica. Esse dado confere maior segurança e estabilidade às instituições universitárias.

Ainda, para Ranieri (1994, p. 106), a norma do art. 207 da Constituição é de aplicação imediata e eficácia plena, o que vale dizer que desde sua edição vinculou a ação do judiciário e a dos poderes legislativos da União e dos Estados em matéria universitária, bem como a atuação dos Conselhos de Educação. A universidade sai valorizada e resguardada. Suas potencialidades podem ser mais bem desenvolvidas, e suas finalidades resguardadas e retomadas. O direito que lhe foi deferido é pleno e imediatamente fruível. Qualquer determinação em contrário, a partir de então, é inconstitucional.

O enunciado do art. 207 da Constituição Federal apresenta que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade

²⁴ “Uma regulamentação completa e minuciosa é sempre uma receita para a mediocridade no campo da educação superior” (SUCUPIRA, 1962, p.79).

entre ensino, pesquisa e extensão.” Na Carta, este é o único dispositivo a cuidar da questão universitária sob o ângulo da autonomia.

Embora econômica quanto à matéria, trata-se de uma norma completa, no sentido de que contém todos os elementos e requisitos necessários à sua incidência direta, e de eficácia plena, no sentido de que desde a sua edição produz, ou tem possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais relativamente aos interesses que regula (SILVA, 1982, p. 60).

Quanto ao significado e aos limites constitucionais específicos, temos as seguintes análises.

Autonomia didática significa direção própria do ensino oferecido. Dessa forma, a autonomia didática implica o reconhecimento da competência da universidade para definir a relevância do conhecimento a ser transmitido e a sua forma de transmissão. Desse pressuposto decorre, logicamente, a capacidade de organizar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão.

No entanto, no Brasil, a autonomia didática dos institutos de ensino superior e das universidades sofreu interferência estatal, sob a justificativa da validade nacional dos diplomas outorgados pelas universidades locais, razão pela qual o Estado sempre entendeu necessário estabelecer padrões profissionais também de âmbito nacional. Para Durham (1989, p. 6), vêm daí as exigências de permissão prévia para abertura de novos cursos, de reconhecimento após cinco anos de funcionamento, etc.; estabelecidas no intuito de controlar a oferta de profissionais em certas áreas e de garantir a qualidade de ensino.

Esses mecanismos, entretanto, mostraram-se falaciosos e de pouca eficácia. Haja vista, as inúmeras faculdades abertas em todo território nacional (durante os anos 1970 e posteriores) e que, embora apresentassem baixíssimo nível de ensino, tiveram autorizado seu funcionamento e reconhecidos os diplomas que outorgavam.

No que diz respeito à garantia da qualidade de ensino, o controle externo deve ser efetivo, pois a liberdade para dirigir o ensino que se reconhece às universidades não significa soberania nesta área. Supõe, antes, a responsabilidade de oferecer ensino de alta qualidade. É sob esse ângulo (e apenas sob ele) que se legitima a interferência do poder público na autonomia didática das universidades, como instância superior de contraste do uso daquela liberdade, consoante aos interesses para os quais foi concedida.

A autonomia científica ou de pesquisa, conjuntamente com a autonomia didática, recoloca a questão da liberdade do conhecimento, “[...] princípio de extração constitucional ex-vi do inciso II, do art. 206: ‘o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, a arte e o saber’” (RANIERI, 1994, p. 21).

A autonomia científica confunde-se, dessa forma, com a liberdade acadêmica, ou seja, garantia da produção de conhecimento e da transmissão do saber essencial às gerações futuras, e que compreende, além da própria autonomia coletiva, a liberdade pessoal. Autonomia coletiva, que se refere à autogestão da universidade em matéria de seu peculiar interesse; liberdade pessoal, garantindo o direito de o docente universitário pesquisar e ensinar o que ele crê que seja a verdade. No entanto, nem sempre essas duas espécies de liberdade coincidem. Para Durham (1989, p. 4), a autonomia de pesquisa

[...] consiste na liberdade de estabelecer os problemas que são relevantes para a investigação, definir a forma pela qual os problemas podem ser pesquisados e julgar os resultados da investigação por parâmetros internos ou processo de conhecimento, independentemente dos interesses externos que contrariem.

Para Rodrigues (1987, p. 19), a autonomia científica é fundamental para que a universidade se deixe “possuir pelos problemas do povo”.

É necessário que uma universidade autônoma possa se constituir em instrumento de expressão das necessidades de conhecimento dos setores que hoje são apenas objeto do conhecimento. É necessário que a universidade se deixe possuir pelos problemas da população, não como objeto de reflexão, apiedada e paternalista, mas como questão central que auxilie a população a encontrar um espaço de sistematização, organização e promoção do conhecimento de si mesma e dos caminhos para a transformação da sociedade.

A contrapartida da liberdade científica para as universidades vem expressa na Constituição de 1988, na qual os parágrafos 1º e 2º do art. 218 determinam que “a pesquisa científica e a tecnológica devem ter em vista o

bem público e o progresso da ciência, voltando-se preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”.

É responsabilidade das universidades desenvolver pesquisas nestas áreas, utilizando-se da autonomia científica como meio diante da atividade fim. Legitima-se, sob este ponto de vista, o controle externo exercido pelo poder público sobre as universidades no nível científico, com a observação de que o contraste deve limitar-se à constitucionalidade e à legalidade do uso da autonomia, no sentido de cobrar-lhes, especialmente às públicas, o bom desempenho na área.²⁵

A autonomia científica, no caso das universidades públicas, é o elemento que as especializa e as distingue em comparação com os demais órgãos do serviço público, em virtude da liberdade e da iniciativa de ação quanto à determinação da pesquisa em áreas relevantes. Nisso diferencia-se do burocratismo que entrava a administração em geral.

A autonomia administrativa, ou possibilidade de auto-organização, por sua vez, é que permite que as universidades decidam quanto à regulamentação das suas atividades-fim.

A autonomia administrativa é condição e instrumento da autonomia didático-científica e pressuposto da autonomia de gestão financeira. Consiste, basicamente, no direito de elaborar normas próprias de organização e funcionamento internas, em matéria didático-científica e de administração de recursos humanos, materiais; e no direito de escolher dirigentes.

A autonomia constitucionalmente atribuída à universidade não só lhe confere o poder de autodeterminação, nos limites indicados pela Constituição, como também a individualiza enquanto instituição auto-organizada. Por essas razões, as normas que edita são lícitas e imperativas em sua órbita de incidência. Ou seja, com tais atributos, as normas universitárias integram a ordem jurídica como preceitos de valor idêntico ao da lei formal na escala de

²⁵ A sociedade tem direito de exigir a comprovação da produção científica da universidade, por meio de mecanismos de avaliação cujos resultados sejam tornados públicos. (DURHAM, 1989, p. 6). “O exercício da liberdade acadêmica, não tolhe do contribuinte o direito de cobrar e exigir melhor e mais honesta aplicação dos impostos que paga. E impõe ao poder público o dever de cobrar das instituições de ensino superior ineficazes, acobertadas pelo ‘manto diáfano da fantasia’, desempenho ‘a altura das exigências do país.’” (ALMEIDA, 1990, p.3).

suas fontes formais, e de idêntica hierarquia em relação às demais normas, gerais e especiais que disponham sobre matéria de cunho didático-científico, administrativo e de gestão financeira e patrimonial.

De acordo com Ranieri (1994, p. 125), decorre dessa dupla condição não hierárquica importante consequência jurídica: a prevalência das decisões legais da universidade sobre normas exógenas de igual valor, no que respeita o seu peculiar interesse. Em outras palavras, a legislação universitária, no âmbito de sua competência, afasta a incidência de normas gerais que não tenham natureza diretivo-basilar, quando invadem sua esfera de incidência. Assim, não seria tolerável, por exemplo, aceitar que as Assembléias Legislativas Estaduais promulgassem leis que dispusessem sobre a constituição e funcionamento de órgãos internos das universidades estaduais públicas.

Este talvez seja o desdobramento mais significativo da autonomia universitária. A universidade é uma entidade normativa e, como tal, produz direito; suas normas integram a ordem jurídica porque assim determinou a norma fundamental do sistema.

Outro ponto importante da autonomia administrativa é a liberdade organizacional manifesta na definição da forma de escolha de dirigentes. Essa definição reflete o grau de independência e a forma de relacionamento da universidade com os interesses de grupos político-partidários, econômicos, religiosos²⁶ e outros alheios à sua natureza específica e, também, revela o caráter democrático ou autoritário do governo da universidade.

A autonomia administrativa manifesta-se, enfim, pela elaboração e aprovação dos estatutos e regimentos da universidade, independentemente de intervenção governamental, que não seja a do Conselho de Educação

²⁶ Reflete não apenas o relacionamento da universidade com os interesses de grupos externos à universidade, como, também, a diversidade política, econômica e ideológica de seus membros internos. Para Kerr (apud RODRIGUES, 1985, p. 60-5), a universidade atual se distingue pela multidiversidade de doutrinas. “A multidiversidade é uma instituição inconsciente. Não é uma comunidade apenas, mas várias - a comunidade da graduação e a comunidade da pós-graduação, a comunidade humanista, a comunidade do cientista social e dos cientistas, as comunidades das escolas profissionais, a comunidade de todo pessoal não acadêmico, a comunidade dos administradores. [...] a multidiversidade se compõe de várias nações de estudantes, de professores e ex-alunos. Cada um tem seu território, uma jurisdição, uma forma de governo, cada um pode declarar guerra aos outros; alguns têm poder de veto. [...] É uma sociedade pluralista com subculturas múltiplas. A coexistência é mais provável do que a unidade”.

competente, acompanhando a Lei de Diretrizes e Bases, como forma de controle prévio da legalidade.

Autonomia administrativa não significa, entretanto, fazer o que quiser. À União compete a função ordenadora, por meio da edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Também o Ministério da Educação e as Secretarias de Estado podem exercer função ordenadora supletiva, restrita, no entanto, sob este aspecto, apenas ao controle finalístico da adequada utilização dos recursos humanos e materiais para a promoção do ensino, pesquisa e extensão, na forma da LDB, sem qualquer subordinação hierárquica.

Aqui vale reproduzir a observação de Florestan Fernandes (1987, p. 111) de que

[...] a tutela externa não fomenta, ao contrário do que se pensa e do que se diz, o amadurecimento das universidades. Ela gera a corrupção da instituição e a irresponsabilidade dos que formam seu corpo de pessoal, induzidos a julgarem seus atos e decisões a partir de critérios exteriores e meramente formais. Se o Conselho Federal de Educação deve ter alguma ingerência na vida das universidades, ela precisaria limitar-se à fixação de certos requisitos gerais e de determinados objetivos globais, que corresponderiam à necessidade de uma incentivação indireta e da supervisão dos mínimos compatíveis com a formação de pessoal de nível superior.

Quanto à autonomia de gestão financeira e patrimonial temos que a ação autônoma das universidades públicas no plano financeiro consiste, basicamente, no ato de gerir os recursos públicos que são colocados à sua disposição. Gerir ou administrar, dirigir, gerenciar implica a capacidade genérica de elaborar, executar e reestruturar orçamentos; constituir patrimônio e dele poder dispor.

De acordo com as suas possibilidades econômicas, o limite da atuação legal da autogestão financeira e patrimonial das universidades está determinado pelos fins institucionais e pelas normas gerais de direito financeiro, segundo o art. 169, parágrafo único, I e II; e o art. 175, da Constituição Federal, e de direito administrativo e pelos princípios de moralidade pública.

Dessa forma, a universidade tem liberdade de dispor dos seus recursos segundo critérios de conveniência administrativa, sem restrições quanto aos meios. Assim, é lícito às universidades conceder aumentos diferenciados a

seus servidores, independente dos percentuais atribuídos ao funcionalismo em geral; criar cargos próprios; subsidiar restaurante; manter moradia estudantil; alienar os bens imóveis que lhes pertençam; instituir fundações com bens de seu patrimônio e recursos de seu orçamento; investir em pesquisa etc. Por outro lado, não lhes é permitido comercializar bens com fins lucrativos; deixar de obedecer às licitações; financiar projetos estranhos às suas finalidades; malversar as verbas públicas.

Embora as atividades das universidades relativas à utilização, gerenciamento e administração de verbas, bens e valores públicos sejam passíveis de controle externo, não significa que, primeiro, haja prejuízo do controle interno levado a efeito pela própria instituição e, segundo, em face de seu caráter instrumental, a autonomia de gestão não exija responsabilidade institucional, o que supõe a verificação interna de demandas, o estabelecimento de prioridades, de planos de desenvolvimento a médio e longo prazos, bem como a consequente promoção da democratização interna da universidade.²⁷

Tendo por base a interpretação do art. 207 desenvolvida anteriormente e a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, podemos arriscar algumas conclusões provisórias.

A primeira é que a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira é autoaplicável²⁸ porque se instala em um território que é próprio da Universidade na tarefa de produzir, disseminar e estender o conhecimento. O contato com o conhecimento universal dá a senha da autonomia, porque se reconhece, no conhecimento que busca a verdade, um modo superior de ver as coisas. Neste campo, pois, a universidade é autônoma e autogestionária e ter medo da liberdade é entregar-se à heteronomia.²⁹

²⁷ Na atual conjuntura, mesmo a avaliação de desempenho e de resultado da atividade acadêmica não pode ser tomada como parâmetro objetivo e único, já que a decisão quanto à alocação de recursos é de natureza política em razão de fatores variáveis que congregam desde relações de poder, vínculos pessoais etc., até a fixação de prioridades por regiões, projetos, áreas de pesquisa. A observação é válida tanto para a dotação de verbas do governo, quanto para a alocação interna em uma ou outra Unidade Universitária.

²⁸ O Encontro Nacional de Dirigentes de Universidades Públicas, realizado em Belo Horizonte em dezembro de 1988, afirmou em seu documento final que a autonomia universitária, garantida na Constituição, é autoaplicável e deve ser exercida de imediato.

²⁹ Na tarefa da produção de conhecimentos, afirma Sucupira (1962, p. 79-80), que ela “[...] não poderia ser programada ou dirigida por elementos estranhos à própria universidade [...] e quanto

A outra conclusão é que a Universidade, como lugar de autonomia, torna-se autônoma pela capacidade de expressar a universalidade, mesmo movendo-se em cada área, no campo nômade do particular. A conquista da autonomia se dá pela senha também de uma produção científica avaliada e reconhecida, aliada tanto à transmissão do já conhecido como àquela decorrência destes conhecimentos estarem a serviço da sociedade.

Por fim, a grande marca do art. 207 é, sem dúvida, o reconhecimento de que a universidade pública não é um órgão público como os demais. A Constituição, ao incorporar o postulado da autonomia universitária, fixou não apenas a especificidade da instituição, como, também, o caráter peculiar de suas relações com o Estado. Ou seja, a universidade pública em face do Estado é ente de natureza pública, criada e garantida pelo Estado, detentora de autonomia com capacidade legislativa, o que lhe garante imunidade à legislação ordinária que não tenha natureza diretivo-basilar.

Apesar do art. 207 ser norma que se inclui na categoria das regulamentáveis “operante, porque íntegra e cheia quanto ao bem jurídico que agasalha” (RANIERI, 1994, p. 108) e comporte dados não constantes de seu enunciado; é também uma *abstração jurídica* que necessita de concretude. A situação peculiar das universidades estaduais paulistas é o melhor exemplo, e talvez o único, da eficácia plena e aplicabilidade imediata da norma do art. 207.

9. A Autonomia nas Universidades Estaduais Paulistas

A edição da emenda constitucional (EC) nº 1, de outubro de 1969, reduziu os âmbitos da autonomia universitária que sobrevivera na lei 5 540. Dentre a farta legislação relativa ao ensino superior, editada na vigência da EC/69, são exemplos da política de contenção da autonomia universitária, decretos como o que tornou obrigatório o ensino da disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros, segundo currículos, programas básicos e metodologia fixados pelo CFE, nas universidades e nos outros graus de ensino (1969); o que determinou a integração da educação física no currículo de todos os graus de qualquer sistema de ensino (1971); o que determinou a apresentação

mais as atividades universitárias se encontram reguladas por lei, quanto mais se elimina a participação responsável do pessoal docente em sua organização, tanto maior é a rotina, a inércia acadêmica, a burocratização das atividades que de si exigem um esforço sempre renovado de iniciativa criadora”.

de listas sêxtuplas para a escolha de dirigentes das escolas oficiais, de todos sistemas de ensino (Decreto n. 80.536, de 1977).

Como se tratavam de decretos federais, teoricamente, essas regras estariam dirigidas apenas ao sistema federal de ensino. Na prática, porém, impôs-se a observância de todos os decretos aos três sistemas de ensino, indistintamente. O que não ocorreu sem manifestações e apelações, por meio de mandados de segurança, com referência à inaplicabilidade de decretos federais aos estabelecimentos de ensino que não se vinculassem ao sistema federal, em especial por parte de universidades estaduais³⁰.

Segundo Ranieri (1994), com relação às listas sêxtuplas para a escolha de reitores, em março de 1988, o Supremo Tribunal Federal, por meio de representação, fixou entendimento no sentido de que a determinação do número de componentes das listas, não sendo matéria de diretrizes e bases, escapava à competência legislativa da União, em relação às entidades oficiais de ensino situadas fora do âmbito federal.

No Estado de São Paulo, a Constituição Estadual vigente em 1979 assegurava, em seu art. 132, que as universidades oficiais seriam organizadas com observância da legislação estadual, assegurada a sua autonomia nos termos da lei federal. “Foi com base neste dispositivo que o Tribunal de Contas do Estado pretendeu fazer incidir sobre a USP, ex-vi do disposto no art. 15, II, do decreto-lei complementar nº 7, de 6 de novembro de 1969 [...]” (RANIERI, 1994, p. 102), a aprovação de seu orçamento pelo governador do Estado. Por esse motivo, a USP impetrou mandado de segurança contra ato daquele Tribunal. No recurso, o relator consignou que a capacidade de autonomia financeira³¹ “[...] é intrínseca à autonomia prevista, sob pena de não haver motivo para sua previsão legal, visto que não ocorreria ocasião de ordem prática para sua incidência” (RANIERI, 1994, p. 102). Firmou ainda que, em sendo a autonomia universitária regulada pela legislação federal, a legislação estadual não poderia dispor de maneira inversa àquela prevista no

³⁰ “Em se tratando de autonomia didático-científica, reproduzida em regulamentos próprios, estabeleceram as Cortes que as universidades estaduais tinham liberdade para fixar critérios e requisitos mínimos em cada curso de graduação e pós-graduação, para avaliação do rendimento escolar e promoção de seus alunos [...]” (RANIERI, 1994, cit., p.101).

³¹ Observamos que a lei 5 540 não mencionava a autonomia de gestão financeira. O seu art. 3º apontava a autonomia didático-científica, disciplinar e administrativa.

modelo atribuído às universidades, razão pela qual o orçamento de universidade estadual autônoma independia da aprovação prévia do governador.

Dessa forma, observamos que, enquanto as universidades federais seguiram o padrão geral do modelo nacionalmente imposto - centralização de recursos, poder e decisão -, as universidades estaduais, principalmente as paulistas (USP, UNESP e UNICAMP), caminharam na direção de uma autonomia mais apropriada às suas finalidades, e da independência em relação à legislação federal que não tivesse natureza diretivo-basilar.

10. Decreto nº 29 598 de 1989

Em 1988, as universidades estaduais paulistas deflagraram um amplo movimento, que incorporou docentes, funcionários e alunos, com o slogan *S.O.S. Universidades*. Depois de mais de sessenta dias de greve por reivindicações salariais e em defesa do ensino público e gratuito, o governador do Estado decretou a autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades estaduais. O Decreto nº 29 598, de 02 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre providências visando a autonomia universitária, determina, em seu art. 1º, que “Os órgãos da Administração Centralizada do Estado adotarão procedimentos administrativos cabíveis para viabilizar a autonomia das Universidades do Estado de São Paulo [...]”; e, em seu art. 2º, que

A execução dos orçamentos das Universidades Estaduais Paulistas, no exercício de 1989, obedecerá aos valores fixados no orçamento geral do Estado, do corrente ano, e às demais normas e decretos orçamentários devendo as liberações mensais de recursos do Tesouro a essas entidades respeitar o percentual global de 8,4%, da arrecadação do ICMS - quota parte do Estado no mês de referência.³²

³² “[...] relembrar um pouco a origem da decisão de alocar cerca de 10% do ICMS às universidades. Ela ocorreu há cerca de oito anos, no governo Quéricia, que aceitou a reivindicação dos reitores, em parte porque era uma decisão racional e em parte para transferir as reivindicações salariais dos funcionários e professores das universidades para os próprios reitores. Além da óbvia expediência política envolvida nessa decisão, ela começou a tornar real ‘a autonomia com responsabilidade’, que é o objetivo tradicional das boas universidades.” José Goldemberg, que foi reitor da USP e ministro da Educação, em *As verbas para as universidades paulistas*, *O Estado de S. Paulo*, 4 de junho de 1996, p.2. Convém lembrar, também, que a alocação de verbas próprias para as universidades é reivindicação antiga de parte do movimento universitário. “A autonomia da universidade crítica

O percentual da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), quota parte do Estado, destinado às universidades estaduais, foi acrescido de adicional de 0,6%, conforme art. 19, da Lei nº 7 465, de 01 de agosto de 1991. Para o ano de 1993, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 7949, de 16 de julho de 1992, estabeleceu que as liberações mensais deveriam respeitar, no mínimo, o percentual global de 9% da arrecadação do ICMS, na forma da sistemática anterior, não se computando na apuração do percentual indicado as liberações do Tesouro originárias de repasses concedidos a projetos específicos das universidades. No ano de 1994, a Assembléia Legislativa aprovou a elevação do percentual para 9,57%.

A iniciativa paulista, sem dúvida, dá concretude a uma abstração jurídica, ao designar parcela do ICMS às universidades públicas, com reflexos diretos sobre a autonomia administrativa e financeira. Esse procedimento proporcionou às universidades estaduais paulistas uma efetiva possibilidade de autogestão. Ou seja, a autonomia trouxe um aspecto democrático que elevou a universidade a um novo patamar de qualidade, no que diz respeito às experiências de novos processos de gerenciamento econômico-financeiro e de autogestão.

Acreditamos que o aprofundamento desse processo seria possível, caso houvesse o envolvimento efetivo da comunidade universitária, especialmente das entidades organizativas dos três setores, nessa direção.

No próximo capítulo, pretendemos iniciar o desenvolvimento da ideia mencionada. Para tanto, parece-nos necessário resgatar a participação da ADUNESP no movimento de democratização da UNESP, bem como a visão que a entidade manifestou sobre a autonomia de gestão financeira decretada à mesma.

não poderia provir somente do autogoverno.” Sabiam os membros da Comissão Paritária (USP, 1968) que “[...] os recursos necessários à sua manutenção não poderiam ficar ao sabor dos interesses extra-universitários. Por isso, reivindicavam que a universidade recebesse diretamente do Estado, sem a ‘intervenção arbitrária de órgãos intermediários’, um percentual fixo da arrecadação total, cabendo-lhes decidir livremente sobre a aplicação desses recursos” (CUNHA, 1988, p. 158).

CAPÍTULO II

AUTONOMIA COMO UM ASPECTO DO AUTOGOVERNO

No primeiro capítulo, tentamos mostrar que a autonomia outorgada, em 1989, às universidades estaduais paulistas deu concretude ao art. 207 da Constituição e possibilitou a autogestão dessas organizações.

Neste capítulo, tentamos demonstrar que o amplo movimento pela democratização da UNESP e de suas estruturas de poder, desencadeado pelas entidades representativas dos três segmentos desta Universidade, em especial pela ADUNESP, conjuminado com a autonomia de gestão financeira, consolidaram-se na instituição como um aspecto do autogoverno ou da gestão democrática. Defendemos a ideia de que esse movimento em direção ao autogoverno ou à gestão democrática é positivo, na perspectiva que estamos trabalhando aqui, qual seja, da democracia ou do governo democrático.

1. Surgimento da Terceira Universidade Pública Paulista e a Gênese da Associação dos Docentes

A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho foi criada pelo governador Paulo Egydio Martins, por meio do decreto 952, em 30 de janeiro de 1976. No entanto, o início do processo de criação da terceira universidade pública paulista remonta aos fins dos anos de 1960.

Em agosto de 1968, docentes, funcionários e estudantes dos Institutos Isolados promoveram um encontro na cidade de Araraquara que teve como principal ponto de pauta os resultados do estudo encomendado pelo governo estadual sobre a situação dessas faculdades. A análise do anteprojeto de lei

apresentado pelo Conselho Estadual de Educação, objetivando a organização de uma nova estrutura para os Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado, estava intimamente ligada à política educacional estabelecida no país, desde que começaram a vigorar os acordos MEC-USAID.

[...] o projeto não chegou a ser aprovado, apesar de muito discutido. Em 1968, o governador abriu aquilo que ficou sendo chamado de Fórum de Debates. [Para] que os problemas dessas Faculdades do interior e das universidades fossem debatidos no interior delas. Atravessamos uma fase de grande movimentação nas ruas, com passeatas, e o governador chamou para o contrário, discutir lá dentro. [...] representantes dos vários institutos. E percebemos que tínhamos os mesmos problemas e que teríamos uma grande força se trabalhássemos em conjunto. Então começou a surgir a idéia de um movimento conjunto, dando uma personalidade a esse agrupamento de escolas. Só que isso era quase que uma armadilha. [...] porque caiu a repressão. Aquilo que o Sodré tinha dito que seria liberdade de expressão, na verdade funcionou como armadilha: as pessoas se identificaram e foram perseguidas. (CORRÊA, 1996).³³

Um dia após a realização do segundo encontro na cidade de Rio Claro,³⁴ em outubro, a polícia invadiu um sítio em Ibiúna (SP), onde se realizava o

³³ A Professora Ana Maria Martinez Corrêa foi criadora e coordenadora do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Para a elaboração deste item, e outros que a seguir, utilizamos, além de inúmeros documentos, atas, relatórios, jornais etc. publicados pela Associação, dados e informações retiradas de entrevistas realizadas por Bahjji Haje, Assessora de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical, para a confecção da Revista da ADUNESP, publicada em setembro de 1996. No entanto, observamos que para a elaboração da Revista foram utilizadas apenas partes das entrevistas. Dessa forma, a maioria das citações e informações utilizadas neste trabalho é inédita. Observamos, também, que a transcrição dessas entrevistas foi entendida, tanto pela pesquisadora como pela diretoria da ADUNESP - S.S., como documentos pertencentes ao sindicato e que foram colocados à nossa disposição.

³⁴ “Tivemos um grande movimento nos Institutos Isolados em 68 [...] Estávamos revoltados porque recebemos aquelas ondas da França. Estávamos pedindo mais autonomia para a universidade, maior força para os professores, maior poder de decisão para as Congregações. [...] o objetivo era fundar a Universidade [...] mas uma Universidade autônoma. Redigimos o anteprojeto dessa Universidade, com os estatutos, as questões mais importantes. [...] Fizemos várias reuniões para depois marcarmos um Congresso em Rio Claro. [...] Uma das noites foi quando a polícia invadiu aquela reunião de estudantes em Ibiúna. A gente estava na Faculdade de Filosofia de Rio Claro. [...] O pessoal ficou bastante amedrontado. Nós decidimos que não sairíamos da Faculdade. Havia boatos de que a polícia estava lá por perto.” (SAFFIOTI, 1996).

XXX Congresso da UNE e prendeu centenas de estudantes e os principais dirigentes da entidade. O clima de terror e insegurança desencadeado pela repressão da ditadura inviabilizou a discussão e a continuidade do movimento pelo agrupamento dos Institutos Isolados.

Em novembro, do mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 5540, da Reforma Universitária e de todo o ensino superior e, em dezembro, foi baixado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que forneceu a cobertura paralegal para uma nova e tenebrosa fase da ditadura militar que se constituía desde abril de 1964. Aliás, a repressão às atividades e às pessoas suspeitas de subversão começou junto com os primeiros movimentos das tropas golpistas. A sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada no dia seguinte ao do golpe e, em São Paulo, os estudantes da Universidade de Mackenzie caçavam, com armas de fogo, os *comunistas* nas faculdades vizinhas. Os dirigentes das Ligas Camponesas e dos sindicatos de trabalhadores rurais foram presos e torturados. As repartições públicas, as universidades e as empresas estatais passaram a ser vasculhadas por comissões de investigação em busca de *subversivos* e *corruptos* ligados à política janguista. No primeiro ano do governo ditatorial, 409 sindicatos, 43 federações e quatro confederações sindicais sofreram intervenções, tendo suas diretorias destituídas e ocupadas por pessoas nomeadas pelo Ministério do Trabalho. No fim de março de 1964, já havia a demissão de 10 mil funcionários públicos, 50 mil pessoas encontravam-se sob investigação da polícia política e milhares de livros e revistas haviam sido apreendidos.

Após o AI-5, sucederam-se anos de muita repressão no país e a discussão incipiente sobre o destino dos Institutos Isolados deixou de ser feita pela comunidade acadêmica, que apenas viria a reorganizar-se, para esse debate, às vésperas da criação da UNESP.

Entretanto, logo após a reunião de Rio Claro, o governo estadual criou a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), para coordenar todas as escolas de ensino superior do Estado, com exceção da USP e da UNICAMP. “Eu acho que a CESESP já era um prenúncio de uma universidade, de um colegiado. Isso foi em 1969. Em 1970 já é criada uma legislação própria para os Institutos Isolados.” (CORRÊA, 1996).

Na realidade, a UNESP acabou sendo fruto da reforma da Secretaria de Educação do Estado. Porque os antigos Institutos Isolados eram

vinculados através de uma Coordenadoria, que era a CESESP, à Secretaria de Educação. Com a implantação da reforma do 1º e 2º graus, feita no governo Paulo Egydio, teria que haver alguma solução para os Institutos Isolados. (MARTINS, 1996).

Com a criação da UNESP, no início de 1976, a estrutura e o funcionamento dos quatorze Institutos Isolados de Ensino Superior são totalmente modificados. O processo ocorreu de cima para baixo, sem nenhuma discussão ou consulta às comunidades acadêmicas,³⁵ promovendo o fechamento de vários cursos e a transferência de inúmeros docentes de um Campus para outro.

Segundo Nilo Odália (1996), em entrevista, o projeto que estava sendo estudado pelos docentes, na época, era de uma Federação, pois os “Institutos Isolados não perderiam sua individualidade nem o seu passado”. Mas não foi o que ocorreu.

[...] foi um golpe, um movimento diversionista [...]. Logo em seguida apareceu o projeto dos estatutos e da reorganização dos Institutos Isolados [...] percebemos que os dois grandes princípios que o norteavam eram, primeiro, de que não deveria haver duplicação de meios para o mesmo fim, ou seja, não deveria haver os mesmos cursos em vários Campi, por exemplo, não poderia haver História em Marília, História em Assis, História em Franca, princípio este equivocado, porque isso não atendia à realidade própria, multicampal, tendo em vista que a clientela atendida pela UNESP era diferenciada, não só em termos sociais ou econômicos, mas diferenciada geograficamente. Um curso que atende Prudente não vai atender São José do Rio Preto, repetir o curso lá é natural, porque vai atender uma outra área geográfica. O segundo princípio, para se ter estruturada a universidade, era ligado ao que se falava muito naquela época, de se ter uma ‘massa crítica’, ter um número suficiente de professores formados quer formalmente quanto intelectualmente para constituir centros de excelência. [...] Os princípios acabaram sendo aplicados e com grandes problemas, porque destruíram a Faculdade de Presidente Prudente, que já

³⁵ “Em 1975 estávamos estudando uma forma de fazer a integração dos diversos Institutos Isolados que tinham uma vida própria. [...] mas havia qualquer coisa que faltava, na medida em que eles não tinham entre si nenhum tipo de relação [...] No final de 75 [...] nós estávamos estudando um projeto de Federação daqueles Institutos [...] quando fomos apanhados naquela arapuca, na armadilha de que havia sido publicado uma Lei que criava a Universidade Paulista”. (ODÁLIA, 1996). O Prof. Nilo Odália foi presidente da ADUNESP na gestão de 1978/80.

tinha Sociologia, tinha uma porção de cursos na área de Ciências Sociais, porque Ciências Sociais já havia em Marília, e por isso cortaram os cursos de Prudente. No caso de Marília cortaram o curso de Letras, e só mantiveram o de Assis. Cortaram o curso de História de Marília, sobrevivendo só o de Assis, e foi uma coisa terrível.

Para Luiz Ferreira Martins (1996), em entrevista, figura central no processo de criação da UNESP, a Universidade saiu de uma reunião

[...] que fomos, o então Secretário de Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, eu e o governador Paulo Egydio Martins, e chegamos à conclusão de que a única solução era criar uma universidade, ainda que uma universidade com características muito próprias [...]. Ainda que nós tivéssemos consciência de todos os problemas que existiriam, em função da heterogeneidade, o problema dos multi-campi que ia existir. (MARTINS, 1996).³⁶

As críticas foram muitas e ferrenhas, o processo era taxado de autoritário e ditatorial e os docentes revoltaram-se com o fechamento dos cursos e com as transferências.³⁷

Mas, para Martins (1996), em entrevista, essas medidas foram

[...] uma necessidade da época. O problema não era criar uma universidade nova, era resolver o problema dos Institutos Isolados, que não tinham autonomia. [...] cada Instituto tinha que disputar junto à Secretaria da Fazenda o seu orçamento com todas as dificuldades que existem num processo administrativo dessa ordem: a benevolência do secretário, o apoio do governador, e cada Instituto lutando por si só. [...]. Era essa a intenção, dar autonomia para autogestão. [...] A autonomia veio desde o início, com a criação. De autogestão. Quem nomeia um professor, quem admite um funcionário a mais ou a menos é o reitor. Antes era o governador

³⁶ No período que antecedeu a criação da UNESP, Martins era o responsável pela CESESP e tornou-se, logo após, o primeiro reitor da UNESP.

³⁷ “Aquilo foi uma barbaridade. Racharam os cursos de Matemática. Uma parte dos professores foi mandada, como gado, para Rio Claro, outra parte para Rio Preto. Dizimaram o curso de Sociologia de Rio Claro. Foi um negócio terrível. [...] quem fica dominando são aqueles que escrevem a história, pela influência, pelo poder.” (SAFFIOTI, 1996). . “O reitor [Martins], como todos os homens que trabalhavam oficialmente naquela época, era delegado da ditadura e, então, fazia o que queria” (ODÁLIA, 1996, p. 9).

nos Institutos Isolados. Qualquer alteração dentro da estrutura dependia do governo, quando não de lei. Não acontece isso com a universidade e esse é o aspecto principal. As Federais, por incrível que pareça, não têm. (MARTINS, 1996).³⁸

A Associação dos Docentes da UNESP surgiu quase que imediatamente após a criação da UNESP. A entidade nasceu a partir das necessidades que os docentes, anteriormente contratados pelos Institutos, sentiram de resistência e de organização para enfrentar as dificuldades postas pela criação da própria universidade.³⁹ Para Saffioti (1996), em entrevista, “Com a criação da UNESP [...] havia um clima de incerteza, de inquietude, de preocupação entre os docentes. [...] uma vez que os docentes foram marginalizados das discussões e das decisões relativas à criação da nova universidade.”

Nesse sentido, no dia 07 de abril de 1976, foi realizada uma reunião dos docentes da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara para discutir vários assuntos relacionados à estrutura administrativa da UNESP, particularmente os relacionados à representação dos professores no Conselho Universitário. Nessa reunião, o Professor Waldemar Saffioti apresentou uma proposta, que vinha amadurecendo desde o início do ano, de criação de uma Associação de Docentes da UNESP. Após essa reunião, Saffioti visitou outros Campi para discutir com os docentes a criação e o anteprojeto de estatuto da Associação e a escolha de representantes para a assembleia geral de fundação da entidade.

No dia 05 de junho de 1976 foi fundada a Associação dos Docentes da UNESP, a primeira entidade representativa de docentes do ensino superior criada no país após o golpe de 1964.⁴⁰ No dia 26 de junho foi eleita

³⁸ No entanto, observamos que, primeiro, a situação de disputa por verbas junto ao governo (com todos os problemas decorrentes desse ato) não se modificou com a criação da UNESP; apenas que agora era o reitor que negociava o orçamento global e não os Institutos em separado. Essa situação apenas foi modificada com a fixação de porcentagem do ICMS para a instituição. E, segundo, que para Martins (1996), autonomia é autonomia para o executivo (reitor) poder decidir, por si mesmo, os rumos da universidade. Do nosso ponto de vista, a autonomia ou a autogestão propalada pelo ex-reitor deve, necessariamente, ter por base a participação efetiva dos membros dos órgãos colegiados nas decisões e da comunidade universitária nas estruturas de poder da universidade.

³⁹ “A ADUNESP nasceu como consequência direta da publicação da Lei que criou a UNESP” (ODÁLIA, 1996). “Em 1975, retomamos aquela idéia de vamos pensar juntos. Desse pensar junto é que nasceu a ADUNESP.” (CORRÊA, 1996).

⁴⁰ “E foi a primeira Associação de Docentes. A ADUSP existia, mas existiu até 64 quando foi fechada

sua primeira diretoria composta pelos docentes: presidente, Ulisses Guariba Neto do Campus de Assis; secretário-geral, Celestino Alves da Silva Júnior do Campus de Presidente Prudente; e o tesoureiro, Telmo Correia Arrais do Campus de Assis. Em 14 de outubro do mesmo ano, a ADUNESP foi registrada oficialmente no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araraquara. (REVISTA DA ADUNESP, 1996, p.8).

A ADUNESP Central, como ficou, mais tarde, conhecida, e as AD's Regionais que foram fundadas na maioria dos Campi da UNESP, nasceram com um claro caráter sindical ou de pré-sindicato, como denominamos as associações desse tipo. Como veremos mais adiante, o vetor principal dessas entidades, durante a trajetória de luta, foi a reivindicação salarial, aliás, como todos os outros sindicatos de trabalhadores do Brasil. No entanto, por se tratarem de *pré-sindicatos* representativos de docentes do ensino superior, a intervenção da ADUNESP e das Regionais esteve marcada, também, desde o início, por uma atuação na área da política universitária, bem como na luta pela democratização da instituição e da sociedade em geral. Haja vista que o primeiro grande embate da Associação foi com a reitoria, no momento da aprovação dos estatutos da UNESP e da escolha de representantes para o Conselho Universitário (CO).

Para oficializar os dois grandes princípios que norteavam a reorganização dos Institutos Isolados, a reitoria colocou em pauta a aprovação do primeiro estatuto da universidade e as eleições para representantes no CO, que, até então, funcionava provisoriamente.

pela ditadura. A ADUSP e a ADUNICAMP reestruturaram-se logo em seguida em função do nosso exemplo" (ODÁLIA, 1996). "Quando montamos a Associação, ela foi pioneira, após o golpe de 1964, no Brasil. Isso deve ser registrado" (SAFFIOTI, 1996). A ADUNESP nasceu como uma entidade itinerante, ou seja, ela não possuía uma sede própria, bens ou qualquer infraestrutura e, no início, não havia uma política de finanças sistemática para custear as atividades desenvolvidas. A sede da entidade era a casa do presidente e/ou de docentes que participavam do movimento. Por essa razão, a entidade não possuía, também, nenhum arquivo, este apenas começou a ser organizado muito tempo depois. Em nossas pesquisas para tentarmos reconstruir a história de sua fundação e os primeiros anos de funcionamento, descobrimos alguns documentos (poucos) como boletins, ata de fundação e atas de reuniões espalhados em arquivos nas Regionais de Marília e de Araraquara e na sede da AD Central. Portanto, para a elaboração deste item pudemos contar com pouco mais do que as entrevistas realizadas pela Assessoria de Imprensa da Associação e com a Revista da ADUNESP, de setembro de 1996, que traz como matéria principal uma reportagem intitulada Resgatando a história e apontando o futuro, e que comemora os 20 anos de fundação da ADUNESP.

Para contrapor-se àqueles princípios, fechamento dos cursos e transferência de docentes, a ADUNESP promoveu reuniões em todos os Campi para discutir os estatutos e lançou uma chapa com candidatos para o CO comprometidos com a entidade.⁴¹

O lançamento de candidatos para concorrer à representação nos órgãos colegiados, em especial no CO, efetuado pela primeira diretoria da entidade, tornou-se um dos procedimentos tradicionais da Associação. E, se na primeira eleição a ADUNESP foi derrotada, pois só conseguiu eleger um representante, mais tarde ela começa a organizar o *Chapão* da ADUNESP para os órgãos colegiados, como ficou conhecido. As Regionais disputavam entre si, na Plenária, a indicação de seus membros para compor o *Chapão* e, geralmente, a totalidade dos candidatos é eleita. No entanto, embora consiga eleger os candidatos, o sindicato não consegue, de fato, a não ser em alguns momentos críticos, organizar a intervenção política dos seus representantes no Conselho, o que faz com que a vitória nas eleições não se concretize na prática política, enquanto uma força que possa dirigir os rumos do colegiado.

Empossado, o primeiro Conselho Universitário eleito aprova quase que na íntegra o estatuto apresentado pela reitoria. Para Odália (1996), nesse episódio a Associação cometeu um grave erro: “[...] na minha avaliação houve um equívoco na nossa atuação, já que nos opúnhamos sem apresentar um projeto alternativo”.⁴²

⁴¹ “O projeto de estatuto devia ser aprovado por um Conselho e houve a eleição para este conselho, ao que a ADUNESP começou a lutar para colocar os seus representantes [...] mas fomos derrotados fragorosamente, conseguimos colocar somente um representante [...] Quando houve a votação do projeto, evidentemente, fomos derrotados em toda a linha.” (ODÁLIA, 1996). “O que a gente começou a polarizar na gestão do Nilo, na minha com mais força e depois continuou, era a questão do estatuto, autoritário, fechado, pouco oxigenado em termos de participação democrática. [...] Mas lembro que tínhamos absoluta minoria no Conselho Universitário. O primeiro professor que conseguimos eleger foi o Prof. João Francisco Tidei de Lima [...]” (CASALECCHI, 1996). O professor José Ênio Casalecchi foi presidente da ADUNESP na gestão 1980/82.

⁴² Ressaltamos a observação feita pelo professor, pois uma das dificuldades que o sindicato enfrenta no encaminhamento das reivindicações dos docentes é a falta de projetos alternativos e de propostas e soluções para os problemas detectados. Apontamos essa questão, em diversos momentos e em várias instâncias, quando ocupávamos o cargo de presidente da ADUNESP –S.S. Regional de Marília, integrante da Comissão Assessora da AD Central na gestão 1992/94, que acompanhou as negociações com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) na greve de 1994 e participante das reuniões do Fórum das Seis Entidades, que aglutina as

Além do equívoco apontado por Odália (1996), outro fator contribuiu para que a Associação não conseguisse levar a bom termo os seus intentos, qual seja, a pouquíssima participação dos docentes.⁴³ Ainda sob o regime militar, a maioria dos docentes tinha medo de participar e achava que não havia como se contrapor ao governo autoritário.

Por fim, a fala do primeiro presidente da ADUNESP traduz bem a importância que teve os primeiros anos de funcionamento da entidade, além, é evidente, daquela ligada à organização e à representação da categoria. “Embora tivéssemos sido derrotados em várias questões, a semente plantada naquela mobilização viria a dar frutos alguns anos depois, quando prosseguiu a luta pela democratização da UNESP”. (GUARIBA NETO, 1996, p.9).

2. Fins dos anos de 1970 e a retomada do movimento sindical

Uma nova época para o sindicalismo brasileiro nasceu no bojo da crise do *milagre econômico*, quando cessa o aporte de investimentos externos e o país se torna exportador de capitais, mercê da dívida contraída pelos generais-presidentes.

Em meados da década de 1970, o país passou a viver um momento em que os que estavam no poder sabiam que era necessário mudar as instituições, e os trabalhadores e outros setores da população, não suportando mais as consequências da política implantada pós-golpe, começaram a mostrar o seu descontentamento.

A chamada *frente ampla* foi, nessa época, a mais relevante e talvez inútil demonstração de insatisfação por parte da burguesia com o regime por ela

entidades representativas dos docentes e funcionários das três universidades estaduais paulistas e a dos trabalhadores do Centro Paulo Souza, no mesmo período. Por considerá-lo de fundamental importância, voltamos a este tema posteriormente.

⁴³ “Mas, para ser sincero, havia era muita acomodação, os professores não reagiam. Achavam que não havia jeito. A ADUNESP era coisa de poucos, havia liderança etc., mas era difícil você mobilizar muita gente.” (CASALECCHI, 1996). “A Associação esteve em estado letárgico durante muito tempo. [...] Ficou num estado de catalepsia. Alguns tinham medo de participar. Outros tinham aqueles problemas de ensino, de pesquisa e havia uma indiferença muito grande. [...] Mesmo com a problemática de reestruturação, com fechamento dos cursos, nem isso consegui mexer com a comunidade. [...] Houve pequenos e fracos movimentos isolados. [...] Algumas reuniões não chegavam a ter quinze participantes.” (SAFFIOTI, 1996).

estabelecido. A crise mundial fragilizou a unidade conquistada pós o golpe de 1964 e, para a burguesia, os gabinetes do executivo não mais comportavam a resolução de suas cotidianas, mas não fundamentais contradições. Ainda uma vez, setores da burguesia *converteram-se* à democracia, resistindo, contudo, a qualquer mudança mais radical. Tratava-se, como em 1930, de mudar para deixar tudo como estava. Um caminho *lento, gradual e seguro* para a reforma institucional.

Desde 1974 que a insatisfação popular, manifesta, sobretudo, no pleito eleitoral, ficava patenteada. Ações de protesto estudantil tinham ocorrido desde 1976. A intelectualidade fazia da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC) e das universidades espaços de resistência. Mas foram as greves operárias de 1978 e 1979, contudo, que marcaram o início da construção do que veio a ser conhecido como o *novo sindicalismo* no Brasil.⁴⁴

Para Alem (1991, p. 64), a luta dos trabalhadores do ABC Paulista manifestava características que o tempo confirmou. “Não se tratava apenas de uma ação de protesto econômico, motivado pelo arrocho salarial; era o começo de um necessário acerto de contas com o passado populista, favorecido pelas mudanças ocorridas na economia e na sociedade brasileira.”

Em fins de 1977, o quadro começou a se alterar para a classe operária.

Não mais agüentando o ônus oriundo do arrocho salarial e aproveitando-se de uma denúncia do Banco Mundial, veio à tona o que na prática se sabia. O Governo tinha usurpado e manipulado através de nefastas fórmulas matemáticas significativa parcela do salário real dos operários (especialmente em 1973, quando se diminuiu em 30% o índice de aumento salarial) (ANTUNES, 1981, p. 82-3).

Durante as décadas de 1960 e 1970, o implemento de certas tecnologias criou possibilidades para a intensificação do trabalho. Essa medida aliada ao uso da rotatividade de força de trabalho como instrumento de controle, o uso preferencial por trabalhadores pouco qualificados e o rebaixamento dos salários fizeram com que o nível de exploração do trabalhador se aprofundasse.

⁴⁴ Novo sindicalismo porque, como resultado das manifestações e movimentos grevistas desencadeados em 1978/79, os sindicatos colocaram em xeque as leis da ditadura e a própria estrutura sindical atrelada ao Estado, e renovaram-se. No entanto, com respeito aos procedimentos e encaminhamentos das questões econômicas, sociais e políticas de interesse dos setores representados, seria esse sindicalismo tão novo assim?

As condições que permitiram que esse implemento se efetivasse foram criadas pela política aberta de marginalização da classe trabalhadora adotada pelo regime militar. Não foi apenas a repressão à atividade sindical e à política da classe operária que delibitou sua capacidade de resistência à superexploração, mas um conjunto de políticas econômicas, sendo as mais significativas a política de arrocho salarial e a institucionalização da instabilidade no emprego com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A premissa básica para que o controle sobre o trabalhador - verificado na imposição da disciplina e repressão no trabalho, nas demissões de operários efetuadas a qualquer momento, no medo do desemprego, no fato dos trabalhadores não reclamarem das horas extras ou sobrecargas de trabalho etc. - e para que o uso da força de trabalho se efetivasse nessas condições era estabelecida, também, pelas condições políticas da época. A sustentação dessas medidas era dada pela repressão do Estado sobre o movimento sindical e sobre a militância de base, assim como pelo funcionamento das instituições e regulamentos corporativistas referentes às relações de trabalho, que reforçavam o caráter autoritário do Estado. O controle exercido pelo aparelho repressivo do Estado reforçava e articulava-se com o controle exercido na empresa.

Humphrey (1982) relata vários casos, dessa época, em que ocorreram conflitos entre trabalhadores e patrões e que as empresas recorreram às forças de segurança oficiais que atuaram em conjunto com as guardas privadas na repressão aos trabalhadores. A pesquisa de Humphrey (1982) sugere que as empresas se orientaram no sentido de maximizar sua lucratividade⁴⁵ pela exploração intensiva da força de trabalho, o que incluía não apenas a intensificação do ritmo de trabalho, mas também a contenção salarial e o uso abusivo de horas extras nem sempre pagas devidamente.

Fleury (1983, p. 96-106) salienta que as gerências que optaram pelo esquema rotinização/desqualificação estavam interessadas na redução de seus custos salariais e utilizavam a prática da rotatividade elevada como meio para obtê-la. Na década de 1970, época em que se fortaleceu a gerência científica no Brasil, com o mercado em expansão e protegido da competição externa

⁴⁵ Ainda que o aumento da produtividade seja um dos instrumentos - mas não o único - da maximização dos lucros, o compromisso das empresas é com a sua lucratividade e não com a produtividade e com a eficiência, assim como o do capital é com a sua valorização, embora, nos últimos tempos, com a globalização, as empresas estejam sendo forçadas a rever a questão da eficiência e da qualidade dos produtos.

(indústrias de máquinas-ferramentas, entre outras), a obtenção de altos índices de qualidade não era um aspecto decisivo na ampliação de vendas e lucros. Naquela conjuntura, a expansão estava garantida para todas as empresas que operassem com um mínimo de eficiência e as empresas eram estimuladas a centrar sua estratégia de lucratividade na exploração intensiva do trabalho e na redução dos custos salariais. A rotinização contribuía não apenas com a redução da quantidade necessária de força de trabalho qualificada, mas também com a rotatividade que funcionava como instrumento de submissão dos trabalhadores às condições de exploração e como um fator de redução dos salários.

Ressaltamos que no Brasil, como em outros países de regime equivalente, essa situação foi extremamente beneficiada pela existência de um Estado repressor, que mantinha um férreo controle sobre a classe trabalhadora, seus sindicatos e organismos políticos, além de sustentar a implantação de uma política salarial desencadeada pelo governo.

Quanto ao fato de a classe trabalhadora não mais agüentar essa situação, são claras as palavras de Luís Inácio da Silva (apud ANTUNES, 1981, p.83):

O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho da recuperação. Eu digo que para nós, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, a paralisação não se constituiu em nenhuma surpresa. Ela estava sendo plantada a anos. O auge foi a luta pela reposição dos 31% no final de 1977.

“É evidente, portanto, que as greves de maio de 78 resultaram de um árduo trabalho feito dentro de alguns sindicatos, especialmente o de São Bernardo, e o seu resultado foi uma magnífica vitória para a classe operária.” (ANTUNES, 1981, p. 83)

De acordo com Vieitez, Dal Ri e Veríssimo (1992), o movimento grevista de 1978 surpreendeu a sociedade, porém, aos inúmeros sindicalistas, que de um modo ou de outro tiveram a ver com o evento, não causou enleio. No entanto, por outras razões além daquela apontada por Antunes.

A decisão da primeira greve não se deu por meio dos processos sindicais costumeiros, assim, de certo modo, aparece à sociedade como fato

espontâneo. Aparentemente, a greve foi produto genuíno de São Bernardo do Campo. Porém, apesar do movimento paredista da Scania ter ocorrido em São Bernardo e do município reunir as condições mais favoráveis para a eclosão do mesmo,⁴⁶ os fatores da organização devem ser buscados nos fatos imediatamente após 1964.

Após o golpe militar de 64, particularmente entre 1969 e 1975, tudo se passou como se o movimento operário-popular tivesse sido erradicado. Entretanto, sob a superfície do tecido social, os trabalhadores e suas organizações faziam seu trabalho subterrâneo. No momento propício, e alcançando um certo grau de condensação, o produto de sua obra catacumba cobrou o direito de apresentar-se à plena luz. (VIEITEZ; DAL RI; VERÍSSIMO, 1992, p. 1)

Os autores defendem a ideia de que o ressurgimento do movimento operário-popular não ocorreu, como podem pensar alguns, como o renascimento de um fênix contemporâneo, mas sim como produto de um processo profundamente marcado por uma dinâmica imbricada e interativa de continuidade e mudanças. As forças *nacionalista-democráticas* do período anterior ao golpe foram ceifadas e reprimidas, mas não suprimidas. Assim, durante a vigência do período militar, além de cuidarem da própria sobrevivência, empenharam-se na oposição ao golpe, na reorganização da classe trabalhadora e na luta pela democratização do país. Papel igual desempenhou as forças que encarnaram certo tipo de renovação do movimento operário-popular e que, num dado momento, se aglutinaram sob a bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, com uma diferença fundamental: estas forças não apenas se desenvolveram na luta contra a ditadura, pela democratização e pela reorganização do movimento operário, mas, também, na luta contra a hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esta última operação, no essencial bem sucedida, favoreceu uma distorção na interpretação dos fatos relativos à retomada do movimento de massas no ABC. Frequentemente

⁴⁶ As causas do fenômeno não foram exclusividade desse município. Ao contrário, as forças vitais que se encontravam na origem desse primeiro e fundamental impulso possuíam inserção nos municípios contíguos, remontavam na história aos sujeitos e eventos que precederam o golpe de 1964 e implicavam não apenas o movimento sindical, mas, também, vários outros tipos de movimentos: culturais; políticos; e associativo-urbanos.

se negligenciou ou mesmo se desconsiderou completamente o papel que as forças tradicionais de esquerda desempenharam nesse processo.

[...] bem observados os acontecimentos, outro é o quadro que se apresenta. Não apenas as forças 'tradicionais' tiveram um papel importantíssimo nos eventos ocorridos no ABC e naqueles que culminaram na redemocratização - seja por uma intervenção direta, seja pelo legado que deixaram ao movimento operário-popular - como, também, de certo modo, encontram-se presentes no 'interior' das forças renovadas. [...] a renovação apresenta uma dívida com as tradições anteriores [...] esta mesma renovação realizou-se através de um processo que foi, concomitantemente, de assimilação e negação das concepções orgânicas e programáticas existentes. (VIEITEZ; DAL RI; VERÍSSIMO, 1992, p. 1-2).

De qualquer forma, o processo de mobilização nas fábricas e nos sindicatos pela reposição salarial, que ocorreu em 1977, preparou o terreno para que, no início de 1978, os operários iniciassem as paralisações de maio que atingiram centenas de milhares de trabalhadores metalúrgicos, inicialmente no ABC e depois se estendendo para todo o Estado de São Paulo. As greves continuaram e, além das de maio, eclodiram manifestações em junho, julho e em fins de 1978, época do dissídio coletivo dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Em março de 1979, as greves voltaram com um novo peso. "Se em 1978 pode-se falar em meio milhão de trabalhadores em greve, no ano seguinte este *quantum* atinge a soma de 3.241.500 trabalhadores [...]" (DIEESE, p. 18 apud ANTUNES, 1981, p. 12). Após mais de dez dias em greve, o governo decretou a intervenção nos três sindicatos metalúrgicos do ABC, acreditando que isso esvaziaria o movimento. Deu-se o contrário. As forças se acumularam, acrescidas da reivindicação da volta das diretorias sindicais cassadas; a greve continuou ainda mais forte, agora com o apoio de setores democráticos da sociedade brasileira.

Em 1980, entretanto, as mobilizações sofrem um refluxo, com apenas 800 mil grevistas. Para Antunes (1995, p.12-3), este refluxo deu-se basicamente pelas seguintes casualidades: a derrota da greve de 41 dias no ABC paulista, no início de 1980; a acentuação do quadro recessivo, jogando a ação dos trabalhadores para o universo da preservação do emprego; a introdução da designada nova política salarial do governo que introduziu a

semestralidade nos reajustes dos salários, criou a sistemática do INPC para a correção salarial, estabeleceu faixas salariais diferenciadas e possibilitou a negociação salarial direta, a título de produtividade.

No entanto, ficou para o sindicalismo brasileiro a retomada da força da classe trabalhadora que, no movimento de 1978/79, colocou em xeque a legislação sindical repressiva, rompendo na prática com a Lei n. 4330, Lei Antigreve, e iniciando uma atuação que visava, no limite, romper com a estrutura sindical atrelada ao Estado. Além disso, o movimento dos metalúrgicos preparou o terreno para futuras participações políticas, pois, posteriormente, iniciou-se uma nova fase de amplo movimento de massas, incorporado por inúmeras outras categorias, como a dos funcionários públicos, professores, bancários, médicos etc., segmentos médios da sociedade que passaram, com o fim do milagre econômico, a sofrer com o ônus da exploração, proletarizando-se cada vez mais rapidamente.

É nesse cenário de fase ascensionista do movimento de resistência democrática que, a partir de 1979, os docentes do ensino superior dão passos firmes na construção do seu movimento nacional.

Corria o ano de 1978 e “Em julho, convocados por um cartaz colocado pela Adusp, na secretaria da 30ª Reunião da SBPC, dezessete ADs de vários estados, reuniram-se pela primeira vez” (BALDIJÃO, 1981, p. 7).

Entretanto, as razões que levaram à organização dos docentes em nível nacional remontam, como no caso das outras entidades, ao período do golpe de 1964 e época posterior. Do nosso ponto de vista, são elas, até que se faça melhor juízo, a repressão desencadeada pela ditadura sobre a Universidade e sobre o corpo docente, aguilhoando a luta pela democratização da sociedade e da instituição; a expansão significativa do ensino superior, criando uma base para a organização do movimento em nível nacional; e o arrocho salarial, do qual os docentes do ensino superior não escaparam.

Para impor as políticas antissociais, a serviço da reprodução do capital e da dominação sobre a maioria, foi necessário à ditadura eliminar a resistência também de educadores e estudantes. Foi assim que se abateu uma odiosa perseguição político-ideológica contra o corpo docente das universidades, com aposentadorias compulsórias, demissões e cassações brancas. Instituiu-se a triagem ideológica para a admissão de professores e enquistaram-se as

Assessorias de Seguranças e Informações nos gabinetes das reitorias. Instalou-se o clima de delação pusilânime e da denúncia sem direito à defesa. Foi uma época sombria para a Universidade, conforme documentos de denúncias produzidos pelo movimento docente ou por perseguidos políticos.⁴⁷ A onda de repressão atingiu duramente, também, os estudantes.

No campo educacional, esse expurgo foi, também, uma preparação das condições para a imposição da legislação autoritária, que trazia a concepção formulada pelos consultores da *United States Agency for International Development* (USAID). No caso da Universidade, em 1968, como vimos anteriormente, a Lei 5540 da Reforma Universitária foi imposta pelo regime, sem qualquer participação da comunidade acadêmica. Sua implantação foi assegurada, em parte, pela ameaça de punições a professores e estudantes, que se colocassem contrários a essa Lei, por meio do decreto 477/69, além do AI-5.

Nessa mesma época, encontrava-se em curso um aumento expressivo na demanda por matrículas no ensino superior. A insuficiência das vagas desemboca na *crise dos excedentes*, ou seja, alunos aprovados por nota no vestibular, mas não classificados por falta de vagas. A principal solução encontrada pelo governo (implantaram-se outras, além dessa), depois do movimento levado a cabo pela UNE, foi a abertura e o incentivo para a expansão de vagas no setor privado ou a privatização acelerada e, por isso mesmo desqualificada, do ensino superior. A participação da rede pública de ensino superior que era de 59,6%, em 1962, cai para 36% em 1977 (ORTIZ, 1981, p. 12).⁴⁸ De acordo com Maciel (1991, p.70), em quinze anos, de 1962 a 1977, enquanto o número de matrículas na rede pública teve uma expansão de 642,5%, o da rede privada expandiu em 1.681,5%, ou seja, seu crescimento foi 2,6 vezes maior.

A expressiva expansão do número de matrículas no ensino superior passou a exigir um número crescente de docentes para as tarefas de ensino

⁴⁷ A esse respeito ver O livro negro da USP - O controle ideológico na universidade, editado pela ADUSP em 1978; Universidade e repressão - Os expurgos na UFRGS, editado pela ADUFRGS e L&PM, em 1979; e de Aluisio Pimenta, Universidade: a destruição de uma experiência democrática, editado pela Editora Vozes em 1985, entre outros.

⁴⁸ De acordo com a avaliação de alguns entrevistados pela AI da ADUNESP-S.S., a estratégia de fechamento de cursos que funcionavam nos antigos Institutos Isolados, em 1976, teve como objetivo, também, abrir espaço para o ensino superior privado. O fato é que várias escolas particulares acabaram abrindo os mesmos cursos fechados pela UNESP, aproveitando a demanda existente nas regiões.

de graduação e, em certo sentido, estimulou a implantação da pós-graduação a partir de 1965.⁴⁹ Com efeito, a reestruturação da carreira docente exigindo dos professores os títulos de mestre e de doutor, garantiu aos cursos de pós-graduação um grande número de alunos. Por isso mesmo, os cursos receberam um significativo apoio financeiro das agências de fomento, o que facilitou a pesquisa científica obrigatoriamente desenvolvida neles. Esse parece ser um elemento importante de consolidação qualitativa das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, as quais, até o início dos anos 1990, concentravam cerca de 80% dos cursos de pós-graduação do país.

Fruto desse processo de evolução,

[...] o Sistema de Ensino Superior do Brasil chega a 1978 com um total de 875 IES, sendo 65 Universidades (7,4%) e 810 Escolas Isoladas ou Federações de Escolas. Do total de IES, 228 (26%) eram públicas e 647 (74%) eram particulares. [...]. Em 1980 estavam em atividades nessas IES, 110.000 professores, dos quais 68.000 trabalhando em Universidades e 42.000 em Escolas Isoladas e Federações. (MACIEL, 1991, p. 70).

O arrocho salarial imposto pelo governo nesse período, as condições de repressão e arbítrio e o aumento quantitativo da categoria, em nível nacional, constituíram a base para o movimento de organização e luta que culminou com a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES).

A reunião das AD's, ocorrida em julho de 1978, foi o catalisador que deu início à revitalização do trabalho desenvolvido nas associações e ao crescimento do movimento docente, par e passo com o crescimento da luta de resistência democrática contra o autoritarismo.

Simultaneamente com suas lutas econômicas, o movimento operário começou a forçar as barreiras políticas impostas pela ditadura. Esse processo de luta contribuiu enormemente para o desvendamento, aos olhos das massas populares, da inexistência das liberdades mais elementares. Dessa forma, não só os sindicatos, mas, também, um número crescente de entidades da sociedade civil foi assumindo as lutas mais gerais contra a ditadura. Foi o

⁴⁹ Evidentemente, o programa de implantação da pós-graduação no país, pelo governo militar, teve outros objetivos além do destacado aqui, inserindo-se num projeto muito mais amplo de investimento nacional.

que ocorreu, por exemplo, com o movimento pró-anistia, que empolgou e envolveu importantes setores do professorado. Assim, uma bandeira de luta do movimento docente foi a da reintegração, no meio acadêmico, dos professores e cientistas atingidos por atos de exceção.

Em 15 de outubro de 1978, dia do professor, o general João Batista Figueiredo foi escolhido, pelo colégio eleitoral, como futuro presidente da República. A escolha de mais um general para ocupar a presidência, com um mandato de seis anos, ocorre em um momento difícil para o regime, que estava às voltas com cisões internas, com desgaste externo crescente e com os sinais de uma crise econômica que logo iria acelerar a desagregação das bases de sustentação do governo militar.

Na tentativa de aquietar os descontentamentos manifestos pela sociedade, e como resultado das lutas em curso, o governo militar optou por encaminhar algumas reformas políticas há muito reivindicadas pela oposição, tais como a revogação do AI-5, substituído pelas *salvaguardas constitucionais*; o abrandamento da Lei de Segurança Nacional e a *distensão lenta, gradual e segura*.

Em 1979, ao invés de aquietar-se, o movimento operário-popular ganhou novo fôlego. Em fevereiro desse mesmo ano, realizou-se, em São Paulo, o I Encontro Nacional de Associações de Docentes (ENAD), com a presença de 24 AD's e 03 Comissões Pró AD's, cuja carta lida na abertura afirmava que “a democratização da Universidade Brasileira está subordinada ao processo geral de democratização da Sociedade Nacional.” (MACIEL, 1991, p. 71).

Após realizar uma análise crítica da reforma universitária e do autoritarismo vigente na universidade, da instabilidade funcional e do arrocho salarial imposto à maioria dos docentes, a plenária aprovou documento que sintetizava as principais propostas apresentadas no Encontro (MACIEL, 1991, p. 71). Dentre elas, destacamos:

- a) a articulação nacional das AD's e a coordenação das lutas pela autonomia universitária;
- b) o exercício e o controle, pela comunidade universitária como um todo, do governo da universidade;
- c) a luta sistemática e organizada pela reintegração dos docentes afastados do trabalho por expurgo, cassação ou aposentadoria;
- d) liberdade, autonomia e unidade sindical;

- e) reajuste salarial imediato, no mínimo de 70%;
- f) contra a expansão do ensino particular e pela contínua expansão da gratuidade do ensino e pelo aumento de verbas para a educação;
- g) análise crítica e diagnóstica das diversas IES, com promoção de debate nacional sobre o assunto, com vistas à formulação de um programa para transformação do sistema educacional brasileiro;
- h) colaboração com o movimento brasileiro pela anistia;
- i) agilização de informações, trocas de documentos e estudos de formas alternativas de uma organização nacional.

Estavam lançadas as ideias básicas que iriam nortear a trajetória do movimento docente.

Em São Paulo, nos meses de janeiro e fevereiro de 1979, pouco antes da posse de Paulo Maluf no governo estadual, incorporaram-se ao movimento as associações ligadas ao serviço público. A Associação do Professorado das Escolas Oficiais do Estado de São Paulo (APEOESP) desencadeia a discussão com suas bases e, logo após, começa uma ampla greve dos servidores públicos estaduais. Participando desde o início, a ADUNESP⁵⁰ torna-se presença importante na organização dessa luta. Participou ativamente, por meio de seu presidente, de uma Coordenadoria Geral que se reunia em caráter permanente, e que foi criada para encaminhar a greve. Nas palavras do presidente da entidade na época, Nilo Odália (1996), em entrevista, afirmou que o movimento “foi uma coisa surpreendente, pois todo o funcionalismo parou, inclusive as três universidades”.

A reivindicação geral era de 70% de reajuste salarial mais RS 2 mil. Após 41 dias, o movimento foi encerrado com a concessão, por parte do governo, dos RS 2 mil. Para as universidades, além dos 2 mil, veio um reajuste salarial de 30%, o que gerou certo desconforto entre as categorias.

Em março de 1979, o governo federal decretou a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Essa intervenção apenas seria revogada

⁵⁰ “Depois de 1978, com a greve do ABC, ela começou a influir sobre as Associações ligadas ao serviço público, e em 1979 começamos a nos reunir [...] pensando em como as Associações poderiam liderar um movimento, no interior do serviço público, de defesa do serviço público, de melhoria salarial e outras reivindicações. [...] Mas foi uma greve muito difícil, durou três meses, nós não tínhamos experiência, foi uma época muito conturbada da ditadura, havia problemas na comissão geral, na CGT (Coordenadoria Geral dos Trabalhadores do Serviço Público), tínhamos representantes de todos os partidos, especialmente aqueles que estavam clandestinos.” (ODÁLIA, 1996).

em maio, mês em que o presidente da República enviou ao Congresso, projeto de lei revogando os decretos 228/67, 477/69 e os artigos 38 e 39 da Lei 5540/68. Ainda, em maio de 1979 realizou-se, em Salvador, o XXXI Congresso da UNE que teve como principal objetivo a reconstrução da entidade.

Em setembro de 1979, em Salvador, realizou-se Reunião Extraordinária das AD's, com a participação de 31 entidades, dentre as quais a ADUNESP que participou com dois representantes da sua diretoria. A Reunião reafirmou os temas gerais de luta definidos no I ENAD e decidiu lutar contra o pacote Portella, sustentando a remessa ao Congresso dos Projetos de Autarquia Especial e Escolha de Dirigentes e propôs a reformulação ao Anteprojeto de Reestruturação da Carreira.

Como resultado da Reunião, marcou-se para o dia 26 de setembro um Dia Nacional de Reivindicações Salariais, Trabalhistas e de Carreira nas IES, com paralisação de atividades, onde fosse possível. Propuseram-se ações de pressão sobre o Congresso Nacional e discussões sobre os projetos alternativos de organização do ensino superior e da universidade, e convocou-se o II ENAD para o período de 25 a 29 de fevereiro de 1980, em João Pessoa.

Em fevereiro, realizou-se o II ENAD com a participação de cerca de 180 docentes, representando 38 AD's. Esse Encontro marcou uma mudança qualitativa do movimento. O elevado número de participantes conjugado com o excelente nível de organização desembocou em resultados, tais como: divulgou-se, pela primeira vez, amplo dossiê sobre demissões de docentes (79/80), especialmente dirigentes ou militantes do movimento em Institutos do Ensino Superior Particular; as AD's das Autarquias e Fundações chegaram a um consenso sobre o índice de reajuste salarial a ser reivindicado, abrindo perspectivas para uma campanha salarial unificada; adotou-se a reivindicação do reajuste semestral para os docentes; marcou-se um dia nacional de luta pelo reajuste salarial (17/04) unificando todas as AD's; marcou-se o dia 1º de maio como prazo para a resposta do governo às reivindicações; criou-se um Comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito; deliberou-se pela luta por eleições diretas para os cargos diretivos das IES. Avançou-se, também, o nível político e organizativo da Comissão Nacional das Associações Docentes (CNAD) atribuindo-lhe responsabilidades na direção do movimento docente, fixando-se a contribuição financeira mensal

das AD's e criando uma secretaria executiva para sediá-la.⁵¹

Perante a morosidade da resposta do governo para as reivindicações, marcou-se um Encontro Nacional Extraordinário das AD's (ENEx AD), em julho. Nesse Encontro houve um recorde de 49 AD's participantes, evidenciando a ampliação e o fortalecimento do movimento docente (MD). Neste Encontro, também, o MD concluiu que a criação de uma entidade nacional era a melhor forma para garantir o avanço e a unidade do movimento. Assim, foi deliberada a convocação do Congresso de Fundação da ANDES, que foi realizado em São Paulo, em 1981.

Entre o ENEx AD e o Congresso, realizou-se uma semana nacional de mobilização, entre 8 e 15 de setembro. Foi o início da primeira greve nacional dos docentes das IES Autárquicas, e um dos motivos do pedido de demissão do ministro Portella.

No dia 19 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas, os 287 delegados credenciados ao Congresso decidem, por unanimidade, fundar a ANDES.

O plenário do Congresso Nacional de Docentes Universitários decide que a ANDES será uma Associação Nacional, autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias, sem caráter político-partidário, para expressar as reivindicações e as lutas dos professores nos planos econômico, social, cultural e político, tanto em campanhas trabalhistas, como na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares. (MACIEL, 1991, p. 75).

No dia 20 de fevereiro foi eleita a diretoria encarregada de conduzir as lutas dos docentes e de dar os passos necessários para consolidar a organização e o reconhecimento jurídico da ANDES. Abriu-se, assim, um novo período para o movimento docente do ensino superior no Brasil.

Observamos que, desde o início, o movimento docente assume uma postura nitidamente sindical e classista, que reivindica melhores salários e condições de trabalho, e nisso se aproxima da *tradição sindical*, pois a luta econômica é a principal tarefa que os sindicatos de docentes vêm assumindo. Ao mesmo tempo, alia essa característica à posição de lutar contra as políticas

⁵¹ As deliberações do II ENAD constam em Maciel (1991, p. 73). O professor Osvaldo Maciel foi o primeiro presidente da ANDES.

que submetem a universidade e a educação a um processo de esvaziamento econômico e de mediocridade burocrática e coloca como questões do movimento, como podem ser verificadas pelos itens **a** e **b** do documento do I ENAD, a autonomia universitária e o governo da universidade exercido pela própria comunidade acadêmica. E nisso as Associações *pré-sindicais* distanciam-se da postura clássica dos sindicatos dos trabalhadores em geral. Se as associações, posteriormente transformadas em sindicatos, aprofundaram ou não essas questões, é outra questão.

No entanto, esse caráter visivelmente sindical assumido pelas associações de docentes, não foi, e de certo modo não é até hoje, consenso no meio do professorado. No Congresso de fundação da ANDES, se houve consenso acerca das bandeiras democráticas gerais e daquelas referentes à defesa da universidade e do ensino público e gratuito, o mesmo não ocorreu quanto às concepções acerca do caráter sindical da entidade que estava sendo criada. Ao contrário, havia uma acentuada divergência entre os defensores de uma estrutura federativa - de uma entidade de entidades - e os que a ela se opunham, propondo uma Associação Nacional que rompesse com as características do sindicalismo oficial, fortemente identificado com as práticas fisiológicas e clientelistas do *peleguismo* sindical. Essas duas correntes divergiam, também, quanto à direção a ser eleita para conduzir a ANDES. A primeira, identificada com a concepção de entidade federativa, propunha a eleição provisória de um colegiado de direção e, a segunda, que acabou prevalecendo, defendia a eleição de uma diretoria. Essas divergências acabaram desembocando em duas candidaturas à presidência, embora estas tenham se composto na plenária da eleição.

Mas, se na plenária de fundação da ANDES, as divergências ficaram no nível das diferentes concepções sindicais, e não se a entidade tinha ou não um caráter sindical, por outro lado, sempre houve no movimento docente resistências localizadas quanto a este caráter.

São vários os fatores que incidem sobre a estrutura e a forma que tomaram as associações de docentes. Vale lembrar que tanto na época em que a ADUNESP foi criada, em 1976, quanto na que foi fundada a ANDES, em 1981, anteriores à Constituição de 1988, a estrutura sindical oficial não contemplava os servidores públicos com o direito à organização sindical, ou seja, para esse tipo de trabalhador não era permitida a organização de sindicatos.

Mas, a partir do final dos anos 1970, com a crescente mobilização desses setores, o impedimento legal começou a chocar-se com as necessidades de organização e de defesa dos interesses manifestas por diversas categorias dos servidores públicos. Conseqüência inevitável: ocorreu um crescente movimento de retomada das entidades que existiam antes do golpe de 64 e o de criação de novas, se não de sindicatos, de associações que na verdade desempenhavam papel muito semelhante àqueles. Entretanto, por serem associações, nasceram, em primeiro lugar, desatreladas da estrutura sindical oficial - os seus filiados não possuíam, portanto, os direitos reconhecidos aos filiados de sindicatos - e, em segundo, como entidades livres e autônomas, sem alguns vícios observados nos sindicatos tradicionais. Esse fator incidiu sobre o tipo de organização adotado pelas associações, elas demonstraram uma espécie de renovação. Mas não foi o único. Outros fatores devem ser acrescidos a este, os que decorrem da situação de classe dos docentes (setores médios) e aqueles que decorrem da própria situação profissional ou, dito de outro modo, da natureza do processo de trabalho do docente da universidade.

3. O movimento pela democratização do estado e da universidade

Nos anos de 1983 e 1984, *diretas urgentes, pra reitor e presidente* era a palavra de ordem gritada em centenas de manifestações das comunidades universitárias, o que refletia o clima político que dominava a UNESP e o país a exigirem democratização das estruturas de poder. A campanha denominada *Diretas Já*, deflagrada pelos partidos de oposição e por inúmeras entidades representativas dos trabalhadores, refletia o anseio por mudanças da população brasileira.

A UNESP vivia sob o peso das medidas autoritárias implantadas nos vinte anos de ditadura militar: fechamento de cursos; transferência de docentes; estatutos autoritários; restrições à representação das categorias nos órgãos colegiados e à participação da comunidade universitária nas decisões internas da universidade.

O mandato de Armando Octávio Ramos, segundo reitor da UNESP indicado pelo governador, terminava em março de 1984. Em junho de 1983, iniciou-se o processo de escolha para o novo reitor que, de acordo com a Lei

vigente⁵², deveria sair de uma lista sêxtupla organizada pelo colégio eleitoral. No dia 29 de junho, o CO publicou a Resolução UNESP 036/83, a qual previa uma consulta à comunidade. Em novembro de 1983, o reitor declarou que:

Desta forma, o colégio eleitoral, ao escolher a lista sêxtupla para reitor, tomará conhecimento, por força da Resolução nº 36/83, das três listas oferecidas pelas três partes da comunidade universitária. [...] É ocioso dizer que a Resolução dá à consulta poder de sugestão e não de decisão [...] (RAMOS, 1983, p.2).

O movimento pela democratização e por eleições diretas para os cargos executivos da universidade iniciou-se em agosto de 1983, no Campus de Assis. De acordo com Salgado (1996),

[...] houve uma movimentação muito grande da comunidade da UNESP. Um movimento que ultrapassou os limites do Estado de São Paulo, que repercutiu no Congresso Nacional, no Senado, que foi, aliás, iniciado aqui em Assis, em 1983. Eu fui candidato [...] eu sei que naquela época era obrigatória a formação de uma lista de seis nomes para, dali, o reitor escolher um diretor da Unidade. [...] Eu fui o mais votado entre os estudantes, entre os professores e entre os funcionários. Com uma diferença muito grande com relação ao segundo colocado. E aí começou o movimento de democratização, pedindo que o mais votado fosse o escolhido. (SALGADO, 1996).⁵³

Composta a lista sêxtupla, a comunidade esperou que o nome mais votado fosse indicado pelo reitor para dirigir a Unidade. Contrariando essa escolha, o reitor, Armando Ramos, indicou outro nome. A Unidade deflagrou uma greve que durou sessenta e quatro dias, mas que não sensibilizou a reitoria, ao contrário, gerou represálias por parte do reitor.⁵⁴

⁵² O estatuto da UNESP, promulgado em 1977, previa a elaboração, pelo colégio eleitoral, de lista tríplice, da qual deveria sair o nome do reitor que seria indicado pelo governador. No entanto, nesse mesmo ano instituiu-se a Emenda Constitucional à Lei 5540, que determinava a apresentação de listas sêxtuplas para a escolha de dirigentes das escolas oficiais de todos os sistemas de ensino.

⁵³ O professor Antônio Quelce Salgado foi presidente da ADUNESP na gestão 1984/86.

⁵⁴ “Infelizmente, não conseguimos reverter o quadro, pois o Armando bancou o durão e até ameaçou demitir docentes e punir alunos numa sindicância interna que durou muitos meses. [...]. Mas o pessoal sentia no ar que aqueles eram os primeiros trechos de um caminho que nos conduziria à democracia.” (SALGADO, 1996).

Em novembro de 1983, canalizando a insatisfação da categoria, a ADUNESP resolveu promover uma eleição para reitor na comunidade.⁵⁵ Inscreveram-se dois candidatos: Nilo Odália, ex-presidente da ADUNESP; e William Saad Hossne, docente da Faculdade de Medicina de Botucatu e ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos, cargo ao qual chegou após ter sido indicado pela comunidade daquela Universidade para compor a lista de escolha.

A eleição direta desencadeada pela ADUNESP empolgou a comunidade e foi assumida, também, pelo Diretório Central dos Estudantes da UNESP (DCE) e pela Comissão Central de Funcionários da UNESP. A campanha dos candidatos não foi antagônica, ao contrário, os dois viajavam juntos e participaram de inúmeros debates, nos quais o enfoque principal da discussão era dirigido à democratização da universidade e de seus órgãos colegiados.⁵⁶

Após as eleições, as entidades representativas dos três segmentos apuraram os votos. Entre os docentes, Saad obteve 952 votos (55%) e Odália 622 (36%). Entre os funcionários, os resultados são parecidos, com Saad obtendo 1801 votos (66,2%) e Odália 655 (24,1%). Os estudantes também indicaram Saad em primeiro, com 4642 votos (62,7%) e Odália em segundo com 2513 votos (33,9%).⁵⁷

De dezembro de 1983 a janeiro de 1984, o CO promoveu nova consulta, considerada oficial, agora com os seus candidatos em campanha. Entre eles encontrava-se o reitor, Armando Ramos, que era inelegível, pois, embora o estatuto da UNESP que vigorava na época fosse omissivo a esse aspecto, o parágrafo primeiro do artigo 7º da Lei Estadual nº 956/76, que criou a UNESP, proibia a reeleição para os cargos de reitor e vice-reitor.

Tentando ganhar os votos dos funcionários, a reitoria concedeu alguns direitos que estavam sendo reivindicados; procedimento que surtiu efeito,

⁵⁵ “[...] a ADUNESP fez algo realmente inusitado por aqui criando um chamado processo de consulta para saber quem deveria ser o próximo reitor”. (AYER, 1996). O professor Reinaldo Ayer diretor da ADUNESP nas gestões de 1980/82 e 1984/86.

⁵⁶ “Foi um movimento incrível, porque esses dois professores, o professor Nilo e o professor Saad, com suas assessorias, percorreram toda a Universidade [...] houve debates, houve mais que um debate, os dois caminhavam sempre juntos, não havia um fenômeno de oposição. O que havia [...] era um processo de arejamento, de democratização da Universidade. E o que se tinha como mote maior da campanha era que a Universidade deveria ser democratizada através de seus órgãos colegiados”. (AYER, 1996).

⁵⁷ Boletim conjunto da ADUNESP, DCE e ASUNESP, novembro de 1983.

pois Armando Ramos foi o mais votado neste segmento.

Terminada a consulta, constatou-se nova vitória do professor Saad. Entre os docentes, ele obteve 64,6%, contra 30,6% de Otávio Ramos. Entre os funcionários, Saad perdeu por apenas um voto, (1771 a 1770). Os estudantes consagraram Saad com 69,2% da votação.⁵⁸ Na média ponderada, calculada pela ADUNESP, Saad obteve 57,3% do total de votos, contra 28,5% do então reitor que ficou em segundo lugar.

No dia 15 de fevereiro, de 1984, alguns dias após a apuração dos votos, o Colégio Eleitoral foi convocado às pressas e elaborou uma lista sêxtupla que excluía os nomes dos mais votados pela comunidade, Saad e Odália. Em seus lugares figuravam na lista candidatos que haviam obtido menos de 1% dos votos.

Em Boletim (1984, p. 1) conjunto publicado logo após pela ADUNESP, Comissão dos Funcionários e DCE estava a resposta das entidades: “Em nome da nossa dignidade e do futuro democrático da UNESP, devemos reagir e responder a mais este ato de violência da reitoria. Não podemos aceitar esta afronta”; “Você gosta de servir de palhaço?”.

Dois dias depois da deliberação do CO, uma caravana, com cerca de 800 pessoas, dirigiu-se a São Paulo e lotou o auditório do Palácio dos Bandeirantes. A expectativa era pelo posicionamento do governador, André Franco Montoro, sucessor de Maluf, e que canalizara, em sua eleição, o descontentamento da população com o governo anterior e as esperanças de democratização. Montoro prometeu aos presentes que o “[...] governo de São Paulo encontrará meios legais e legítimos para fazer triunfar a justiça na UNESP, possibilitando a esta Universidade o encontro de sua verdadeira autonomia”. (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 21). Mas levou tempo até que a solução fosse encontrada.

Terminado o mandato de Octávio Ramos, e depois de rápida passagem do vice-reitor, Rafael Lia Rolfsen, pela reitoria⁵⁹, o CO deu posse a Manuel Nunes Dias, pró-reitor em exercício, em 26 de março. Notório representante da repressão durante os anos de 1970, Dias havia enfrentado sérios

⁵⁸ Comunicado com os resultados da consulta distribuído em reunião do CO, em meados de 1984.

⁵⁹ “O clima de tensão chegou ao auge ontem em todos os Câmpus da Universidade Estadual Paulista (UNESP), quando terminou o mandato do reitor Rafael Lia Rolfsen, sem que o governo do Estado tivesse definido qualquer posição sobre o impasse criado há 41 dias [...]” (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 23).

problemas durante sua gestão como diretor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Sua indicação foi vista pela comunidade acadêmica como provocação.

A UNESP viveu, até julho de 1984, em clima de agitação constante. Foram desencadeadas centenas de manifestações; cartas abertas e abaixo-assinados percorreram todos os Campi, a imprensa do país cobriu os fatos cotidianamente, houve ocupações da reitoria e de diretorias de vários Campi e longos períodos de greves.

Na verdade, esse movimento foi fruto da polarização entre três setores: os *malufistas* ligados à ditadura e encastelados na reitoria e no CO; a comunidade universitária que exigia a posse de Saad e a democratização da UNESP; e o governo Montoro que, sob a aparência de tentar uma solução que aplacasse os ânimos das duas outras partes, tinha interesses de, ao mesmo tempo e por vias legais, derrotar os *malufistas* e ampliar o espaço de poder dos *peemedebistas*.

Em março, o CO, tentando impor a sua lista sêxtupla, revogou a Resolução 36/83.

Por 25 votos contra 8, o Conselho Universitário da UNESP revogou ontem a Resolução 36/83, que previa a consulta [...]. Na nota escrita [pela reitoria], considera-se que ‘infelizmente, a Resolução foi incompreendida por facções dentro e fora da UNESP, que procuraram confundir-la com eleições diretas e poder decisório, na tentativa de torná-la instrumento de desestabilização da Universidade, das leis e regulamentos, originando distúrbios, desordens e indisciplina [...]’. (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 21).

O reitor em exercício, Manuel Dias Nunes, impetrou mandato de segurança e, alegando que a postura do governo estadual de não acatar a lista sêxtupla era ilegal, pediu a nomeação de um interventor para a UNESP. O Colégio Eleitoral, querendo impor sua lista, chamou para si a autonomia universitária. Nesse momento, a comunidade universitária teve que defender o estatuto, instrumento legal que dava o direito ao poder público (governador) de escolha do reitor e vice-reitor. Essa contradição, bem como a necessidade de mudança estatutária que viesse atender aos anseios da comunidade interna da UNESP, foi expressa em artigo na Folha de S. Paulo, na coluna Opinião (1984, p.2):

Fica, pois, o governo do Estado de S. Paulo em um impasse, pois se aceitar a lista sêxtupla da UNESP, se torna conivente com um procedimento autoritário, e se a recusa, viola os regulamentos vigentes. Entre o legítimo e o legal, a única alternativa é a revisão dos estatutos da Universidade.

As assembleias dos três segmentos da UNESP e as manifestações assumem um caráter gigantesco e, em abril, ocorre a primeira greve geral. Em maio, o Colégio Eleitoral recusa-se formalmente a compor nova lista. Em seguida, cerca de 150 estudantes ocupam a reitoria, na Praça da Sé. Em junho, os Campi param novamente e os alunos ocupam as diretorias dos Campi de Assis, Botucatu, Ilha Solteira, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto e do Instituto de Artes, em São Paulo. Ocorreram vários incidentes entre os estudantes e os policiais que tentaram desalojá-los.

Em julho de 1984, o governador Franco Montoro apresentou a sua solução para o confronto: nomeou para reitor *pro-tempore* o professor Jorge Nagle, docente da área de educação, do Campus de Araraquara, por meio do Decreto n. 144, de 31 de julho de 1984. Os representantes das entidades e grande parte da comunidade apoiaram essa medida. A expectativa era a de que o Prof. Nagle assumisse o cargo e preparasse o terreno para a posse de Saad. No entanto, não foi o que ocorreu.

No dia 16 de janeiro de 1985, Nagle convocou o Colégio Eleitoral para a elaboração de nova lista sêxtupla. Nessa lista figurou, além de seu próprio nome, o do Prof. Saad. Contrariando as expectativas da maioria, o governador, Franco Montoro, nomeou Nagle como reitor definitivo e, de acordo com matérias veiculadas nos jornais da época, tomou essa decisão de imediato.

O governador Franco Montoro, efetivou ontem, no final da tarde, o professor Jorge Nagle no cargo de reitor titular da UNESP. Montoro recebeu ontem mesmo a lista sêxtupla elaborada pelo colégio eleitoral da Universidade, das mãos do então reitor pro-tempore Jorge Nagle e foram necessários dez minutos para efetivá-lo no cargo que vinha exercendo desde o início de agosto do ano passado. (ESTADO DE S. PAULO, 1985, p. 4).

A escolha do educador Jorge Nagle, e não do médico William Saad Hossne, para ocupar regularmente a Reitoria da UNESP, provocou veementes protestos de representantes de professores, funcionários e alunos

[...]. Foi o que anunciaram ontem Antônio Quelce Salgado, presidente da Associação dos Docentes da UNESP, Bento Guerreiro Júnior, membro do Diretório Central de Estudantes da UNESP (DCE) [...] e o Coordenador da Comissão Central de Funcionários da UNESP, Acádio Paulino. (FOLHA DE S. PAULO, 1985, p.3).

Além dos membros das entidades, vários setores manifestaram-se pedindo a renúncia de Nagle, mas a sua nomeação era irreversível.

Com o grupo malufista fora da reitoria e com a nomeação de um reitor que se postava contrário ao regime vigente, em seu mandato Nagle pode promover algumas mudanças na universidade, a mais significativa seria a reformulação dos estatutos da UNESP.

De acordo com os estudantes, em carta-programa para a eleição do Diretório Central dos Estudantes da UNESP (DCE, 1985, p. 4), Nagle

Convocou eleições para o DCE, que indicará os representantes estudantis no C.O., de onde estavam afastados há quatro anos. Nomeou elementos indicados pela comunidade para integrar uma comissão para reestruturar a UNESP, modificando seus estatutos e sua estrutura retrógrada num Congresso Democrático [...]. 'Um novo estatuto pode, por exemplo, aumentar para 1/5 nossa representação nas Congregações e no C.O.'. (Chapa concorrente ao DCE 'UNESP: democracia já'). A Chapa 'DCE - Avançar na Luta' reivindicava 'Posse imediata do Prof. Saad; realização do Congresso da Universidade que seja paritário, autônomo e representativo, e soberano; representação paritária nos órgãos colegiados.

4. O novo Estatuto da UNESP e a reforma democratizante

O paradigma de organização do trabalho que reinou entre o fim da Segunda Guerra e começo dos anos de 1970, a gerência científica, em cujo núcleo se encontra a burocracia, e a tentativa de sua implantação na organização do trabalho nas escolas de 1º e 2º graus não se consumou totalmente.

Quanto às universidades, tais tentativas apenas as tangenciaram. Os docentes, exatamente porque ainda conservam o controle de um conjunto significativo de aspectos inerentes ao processo de trabalho no qual se vêm envolvidos - pesquisa, ensino e extensão - beneficiam-se de um regime de trabalho bastante livre.

No entanto, a inexistência, na universidade, de um padrão de organização do trabalho típico à ordem vigente não significa que a classe dominante não tenha se preocupado com o problema e que não tenha tentado impor tal padrão à mesma. A existência de uma estrutura administrativa dual de poder, baseada num sistema de colegiados, por um lado, e num sistema burocrático, por outro, constitui um forte indício da disposição da classe dominante em submeter ao seu controle o trabalho na universidade. Esses indícios podem ser verificados, também, como vimos anteriormente, na nomeação dos reitores pelos governos, na alocação de verbas feitas de forma indiscriminada e com critérios políticos, nos métodos impostos de avaliação do trabalho docente e na ameaça constante de privatização das universidades públicas ou de implantação do ensino pago.

Entretanto, tais esforços não deixaram de deparar-se com a resistência e a oposição dos trabalhadores da universidade. Estes não permaneceram indiferentes às ameaças às suas conquistas trabalhistas e procuraram sempre resistir a esse controle.

Num dado momento, a resistência ao controle no trabalho articulou-se de um modo construtivo com uma questão muito mais ampla, qual seja, a luta que a sociedade brasileira vinha travando contra o Estado ditatorial. Esse movimento adquiriu na Universidade Estadual Paulista (UNESP)⁶⁰ duas formas de manifestação: no geral, a luta pela democratização do Estado e da sociedade e, no plano interno, a luta pela democratização das estruturas de administração que também se encontravam transfixadas pelo autoritarismo. (PROPOSTA DA ADUNESP PARA A REFORMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA, 1991, p.5)

Dessa forma, em 1984, quando as entidades e a comunidade universitária ainda discutiam a sucessão para reitor, outro debate começou a tomar forma: a elaboração de novos estatutos para a Universidade. Em novembro de 1984, o reitor pro-tempore, Jorge Nagle, convocou o processo estatuinte e promoveu um Simpósio, no Campus de Botucatu, do qual participaram 360 delegados dos três segmentos da comunidade universitária. De acordo com o Informativo UNESP (1984, p. 1), o Simpósio envolveu dois dias de

⁶⁰ Utilizamos aqui o exemplo do movimento ocorrido na UNESP, no entanto, observamos que as outras universidades estaduais paulistas percorreram trajetória semelhante.

amplos debates em torno de cinco tópicos: a) Objetivos da Universidade; b) Relações com a sociedade e com o Estado; c) Estrutura de Poder; d) Regime de Trabalho e Carreira (funcionários e professores) e Assistência Estudantil; e) Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade. Reunidos em grupos, cada um dos segmentos, separadamente, discutiu os cinco tópicos e, na plenária final, foram apresentados pelos relatores os resultados das discussões. Os relatos foram encaminhados por escrito à Comissão Central para que esta os ordenasse e os enviasse para discussão com toda a comunidade.

Nesse Simpósio foram apresentadas propostas pelo setor estudantil, tais como: “paridade, desde o Conselho Universitário, descendo toda a hierarquia até os Conselhos de Departamentos. A eleição direta e paritária para todos os cargos diretivos da UNESP é essencial” (TOLA, 1984, p. 5). As propostas, em termos de estrutura de poder, dos funcionários e docentes, priorizaram as eleições diretas para reitor e vice-reitor, diretor e vice-diretor e chefe e vice-chefe de departamentos, além de reivindicarem a adoção de uma política salarial.

Em documento publicado pela ADUNESP, em 23 de maio de 1985, intitulado *A ADUNESP e a reestruturação da universidade*, no qual a entidade representativa dos docentes apresentou ao setor as propostas para o Congresso de Reestruturação, além das propostas citadas, aparecem outras, tais como: sufrágio universal na escolha dos dirigentes universitários;⁶¹ retirada de critérios de titulação para a escolha de dirigentes; todo o poder de deliberação aos órgãos colegiados, e aos dirigentes as funções executivas e de representação; subordinação da ação de chefes de departamento, diretor e reitor, respectivamente, ao Conselho Departamental, à Congregação e ao Conselho Universitário; subordinação das políticas técnico-administrativas aos órgãos colegiados, para se evitar a concentração de poder nas mãos dos *super funcionários*; defesa do princípio da descentralização e a maior autonomia possível às diferentes instâncias da administração; crítica à confusão entre extensão de serviços, decorrente das funções de ensino e pesquisa, com prestação isolada de serviços, a partir de demandas de mercado; supressão

⁶¹ “Na escolha dos dirigentes universitários urge resgatar o sufrágio universal, livremente exercido sem qualquer forma de tutela, como o mais adequado meio de exercício democrático.” (A ADUNESP E A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE, 1985, p. 2).

da primazia que as atividades de pesquisa ocupam na avaliação do docente, devendo esta ser avaliada por todas as atividades desenvolvidas; desvinculação da ótica elitista que tem associado os títulos acadêmicos à aquisição de poder político na universidade; entre outras.

Podemos observar que, quando comparadas com as propostas dos outros setores, as defendidas pela Associação, à época, eram as mais *radicais* e as que propunham um profundo reordenamento na estrutura de poder da universidade.

Após o Simpósio em Botucatu, a Comissão Organizadora da Reestruturação, presidida pelo Prof. José Ênio Casalecchi, redigiu uma pré-minuta de estatuto para a Universidade. Assim, convocou-se o Congresso de Reestruturação da UNESP que ocorreu nos meses seguintes, em várias etapas, nos Campus de Araraquara e de Jaboticabal.

Na primeira etapa do Congresso, em Araraquara, realizada nos dias 15 e 16 de maio de 1985, foi aprovada uma comissão paritária, composta inicialmente por cinco membros de cada segmento, encarregada de elaborar um anteprojeto de estatuto. Com o avanço das discussões, realizou-se nova etapa do Congresso, no dia 28 de junho.

No dia 23 de julho, na reitoria, instalou-se a Comissão de Redação do Anteprojeto de Estatuto da UNESP, composta por nove membros, três representantes de cada segmento. Entre os docentes figuravam Nilo Odália, ex-presidente da ADUNESP, Antonio Quelce Salgado e Reinaldo Ayer de Oliveira, respectivamente, presidente e secretário geral da Associação na gestão que estava em curso. Integravam ainda a Comissão, juristas conhecidos como Dalmo Dallari, Hélio Bicudo e Carlos Simões. Estiveram presentes, também, no ato de instalação da Comissão, de acordo com dados da ata da primeira reunião⁶², o vice-reitor em exercício, Paulo Milton Barbosa Landim, e os professores Telmo Correia Arrais e José Ênio Casalecchi, o primeiro Chefe de Gabinete da Reitoria e, o segundo, Coordenador da COTRU, ex-presidentes da ADUNESP.

A Comissão trabalhou com vários materiais, pois, além daqueles que resultaram das etapas do Congresso, havia cinco grupos articulados entre os Campi sistematizando as propostas advindas dos três setores e que, periodicamente, remetiam à Comissão os textos de conclusão. Foram criadas

⁶² Ata da solenidade de instalação e da 1a. Reunião da Comissão de Redação do Anteprojeto do Estatuto da UNESP, realizada no dia 23 de julho de 1985.

Comissões Locais dos Trabalhos de Reestruturação compostas pelos delegados dos setores docente, discente e técnico-administrativo, em todos os Campi da UNESP e que enviavam seus relatórios à Comissão de Redação. A própria Comissão subdividiu-se em três grupos para dar conta dos cinco tópicos definidos pelo Simpósio, tendo por base, também, os estatutos da USP e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Em 1986, a Comissão Central submeteu o Anteprojeto do Estatuto da UNESP à aprovação da comunidade universitária, por meio de plebiscito realizado entre os dias 26 e 29 de agosto. A grande maioria dos votantes (73,3%) optou pelo *sim*. (JORNAL DA UNESP, 1986, p. 10).

Neste momento, instala-se uma grande polêmica em torno do novo estatuto. Alegando que “[...] o conjunto das propostas apresentava muitos pontos conflitantes, devido a diferentes concepções dos diversos segmentos e grupos.” (REVISTA DA ADUNESP, 1986, p. 17), o reitor, Jorge Nagle, indica uma comissão paritária, com a participação de juristas, e a encarrega de apresentar um anteprojeto de estatuto. O anteprojeto elaborado por esta comissão ficou conhecido como o *substitutivo Nagle*. No final de 1987, o anteprojeto é enviado ao CO que, discutindo item por item, levou um ano para aprová-lo.

As críticas vieram de todos os lados. Salgado (1996), em entrevista, relata que

O estatuto que nós organizamos, que a comunidade organizou foi altamente modificado pelo Conselho Universitário, pelos membros da administração que estavam na época, o Sr. Nagle e companhia. E nós nos sentimos traídos. Houve muita discussão, muita discordância etc., mas, nós não tínhamos a força que precisaríamos ter para impor aquele estatuto que [...] a comunidade, na sua mais ampla representação, [...] elaborou.⁶³

Para Woiski (1996), “[...] desapareceu, virou pó o original do estatuto da comunidade. [...] lemos todo o substitutivo Nagle e achamos que era um

⁶³ “[...] no fim ocorreu o seguinte, o professor Nagle, lógico, se cercou das pessoas que o apoiavam, das pessoas com quem convivia, [...] essas pessoas, no fundo, articularam um substitutivo do estatuto que tinha saído do Congresso de Jaboticabal. Na realidade, a universidade não tem o estatuto aprovado [pela comunidade]. Tem um outro estatuto. Não considero isso uma traição, considero apenas um problema do poder, quem está no poder, como exerce esse poder”. (AYER, 1996).

retrocesso brutal no processo de democratização. [...] o substitutivo Nagle recuperava em grande parte o autoritarismo do estatuto original [...].”⁶⁴

Ainda, para Veríssimo (1996),

O que tentaram fazer foi uma junção dos dois processos. [...] Eu, como aluna, participei de todo esse processo, invadi diretoria, invadi reitoria etc. [...] Eu me lembro que era como se eles tivessem feito um estatuto de gabinete. Pegaram os ‘iluminados’, que é como eles se consideravam, parte daquele estatuto elaborado pela assembléia, pela comunidade e reapresentaram, num novo substitutivo.⁶⁵

Ainda, houve polêmicas e críticas com respeito à posição que a ADUNESP assumiu nesse episódio. Para Woiski (1996), em entrevista,

Estava se discutindo o estatuto e se passou a discutir somente sobre o substitutivo Nagle, com o apoio massivo mesmo da diretoria da ADUNESP. [...] O pessoal egresso da ADUNESP foi capturado para a incorporação na institucionalidade, indo parar em cargos de gabinete.

“Porque ela [ADUNESP] se apresentava para a gente como nossa representação de classe, mas ao mesmo tempo, assumindo uma postura que ‘por debaixo do pano’ referendava o substitutivo apresentado pelo próprio Jorge Nagle.” (VERÍSSIMO, 1996).

“Determinado grupo confundia essas coisas. Não conseguia delimitar claramente qual o papel da ADUNESP, qual a relação com o reitor e como é que essas coisas se colocavam. [...] etapa, em que podia se confundir AD com a reitoria.” (MENDONÇA, 1996).⁶⁶

No entanto, não foi essa a avaliação realizada pela professora Lúcia Lodi (1996), presidente da Associação em 1988, quando o anteprojeto de estatuto tramitava no CO.

⁶⁴ O professor Emanuel Rocha Woiski foi presidente da ADUNESP - S.S. na gestão 1994/96 e vice-presidente na gestão 1996/98. O Prof. Woiski na época dos acontecimentos foi delegado de sua Unidade e, dessa forma, teve uma participação intensa nas discussões do estatuto

⁶⁵ A professora Maria Valéria Barbosa Veríssimo foi vice-presidente da ADUNESP - S.S. na gestão 1992/94. Observamos que na época dos acontecimentos, a Profa. Maria Valéria era aluna da UNESP e participou intensamente do processo de discussão do estatuto.

⁶⁶ A professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça foi presidente da ADUNESP - S.S. na gestão 1992/94 e vice-presidente na gestão 1994/96.

Eu digo que apesar de ter sido um processo complicado, como há avaliação nesse sentido, porque não se respeitaram as deliberações do Congresso [...] Eu entendo que ainda que as deliberações do Congresso não tenham sido rigorosamente obedecidas, fui uma responsável pela redação final das deliberações e pondero que havia algumas inviáveis do ponto de vista da legislação que estava vigendo, havia algumas contradições internas no conjunto das decisões que foram sendo tomadas. [...] Em que pese que aquilo [deliberações do Congresso] foi filtrado, a comissão filtrava, e a gente votava. Por exemplo, uma colega de Botucatu ficava bravíssima, dizendo que o Congresso tinha deliberado de determinada forma e, claro, deliberou, mas aquilo estava sujeito à interpretação da comissão, tomando a forma de estatuto, acabava tendo que se submeter à legislação que estava vigendo, à redação final [...]. Acho que a Universidade ganhou só com a discussão de como organizar a vida [...] nos seus vários aspectos.⁶⁷

Entretanto, no ano em que o Estatuto foi discutido e votado no CO, por meio de representantes no órgão colegiado e, também, por intervenção da própria diretoria da ADUNESP⁶⁸, foram enviadas várias emendas ao substitutivo e algumas foram aprovadas, o que contribuiu para democratizar o texto final.

⁶⁷ A professora Lúcia Helena Lodi foi presidente da ADUNESP nas gestões de 1988/90 e 1990/92.

⁶⁸ Essa intervenção fica evidente pelas propostas aprovadas em reuniões de plenárias e de diretoria da ADUNESP, como demonstram os boletins informativos da entidade. “Houve consenso geral quanto à necessidade de a ADUNESP influir sobre o processo em curso no C.O. [de votação do estatuto].” (BOLETIM DA ADUNESP, 1988, p. 1). “No dia 21 de julho, segundo convocação prévia dos conselheiros e representantes das AD’s Locais, a ADUNESP Central reuniu-se em sua sede com o propósito de definir algumas linhas de ação com respeito à elaboração do Estatuto ora em curso. [...]. Levando em conta a presença da nossa representação no CE concluiu-se que seria oportuno e estratégico tentar uma negociação com o Reitor em torno dos pontos definidos. [...]. A audiência com o Prof. Nagle ocorreu no dia 10 [...]. Como resultado desse encontro foi possível chegar a um acordo sobre os seguintes pontos: 1 - eleição para diretor de unidade e chefe de departamento (não paritária); 2 - eleição dos representantes docentes para os colegiados independente da titulação, exceto para órgãos técnicos; 3 - participação dos colegiados no processo de elaboração, aprovação e acompanhamento dos respectivos orçamentos (departamento, congregação, C.O.); 4 - participação de representantes da sociedade nas congregações a critérios destas; 5 - escolha do reitor mediante lista tríplice, pelo Colégio Eleitoral através de consulta à comunidade acadêmica.” (BOLETIM DA ADUNESP, 1988, p. 1-2) Observamos que, apesar da negociação, nem todas as propostas foram aprovadas, como, por exemplo, a definida no item 5. A consulta à comunidade para escolha do reitor não é prevista no Estatuto.

Apesar da polêmica que se instalou e das críticas, inclusive de que a ADUNESP, neste processo, esteve mais ao lado da reitoria do que da comunidade, é fácil perceber que um dos fatores determinantes da aprovação do substitutivo Nagle, em detrimento das deliberações do Congresso, foi a posição elitista e de resguardo do poder dos docentes. Não foi por outro motivo que a proposta de proporção majoritária de docentes, em relação aos demais segmentos em conjunto, na escolha de diretor e vice-diretor, levada ao CO em meio às discussões do estatuto, foi aprovada. Em novembro de 1988, quando o CO discutia as regras para as próximas eleições para reitor e vice-reitor, ao contrário do que estava previsto, em vez de os conselheiros analisarem o documento que a comissão paritária, indicada pelo Conselho para formular uma proposta traria para a apreciação do CO, chegaram duas propostas distintas. A comissão desfez-se e o documento apresentado pelos segmentos discente e técnico-administrativo defendia a paridade na consulta, porém, os docentes reivindicavam que sua participação tivesse maior peso, 3/5 contra 1/5 e 1/5 para os outros dois segmentos. Durante a reunião, uma nova proposta foi votada e prevaleceram os pesos de 2/4, 1/4 e 1/4 para professores, funcionários e alunos, respectivamente.⁶⁹ Nas eleições para reitor e vice-reitor, realizadas em novembro de 1996, quando parecia que a discussão sobre a paridade já estava esgotada frente ao ocorrido em 1992, parcelas significativas dos docentes e algumas AD's Regionais, sobretudo as de Ilha Solteira e de São José do Rio Preto, questionaram a posição da AD Central e do próprio Colégio Eleitoral que se posicionaram a favor do voto paritário proporcional. Aliás, temos dúvida de que se a discussão fosse ampliada e com intensa participação da categoria, se esta realmente referendaria a posição assumida pelo sindicato desde as eleições de 1992.

Na verdade, se bem observados os fatos e a conjuntura política da época,

⁶⁹ “Está claro que o princípio que preserva a influência majoritária dos professores representa o desejo da maioria. Não podemos negar que há alguns professores que defendem a paridade, mas a posição da ADUNESP é a de defender o ideal da maior parte dos docentes”, afirma Candido Vieitez. Aparecido de Jesus Cecílio Cabreira, tesoureiro da ASUNESP, rebate: ‘Os docentes é que terão o poder de eleger o próximo reitor. Os funcionários não terão nenhum poder de decisão’, diz. Embora a quase totalidade das cadeiras do C. O. estejam sendo ocupadas por pessoas eleitas pelo voto da comunidade, o presidente do DCE invoca a questão da representatividade: ‘O Conselho está fora de sintonia com a comunidade universitária. [...]’ (JORNAL DA UNESP, 1988, p. 11).

parece-nos que a crítica efetuada por uma corrente política da ADUNESP de que “[...] parte do pessoal egresso da ADUNESP foi capturada pela institucionalização” (WOISKI, 1996),⁷⁰ não se sustenta. Ao contrário do que pensa o ex-presidente do sindicato, não foi a reitoria que cooptou os diretores egressos da entidade, mas foi a própria Associação, por meio de seus ex-diretores e dos da gestão que estava em curso, que fez o reitor.⁷¹

Em 1982, pela primeira vez pós-golpe de 1964, por meio de eleições diretas, assumia o governo do Estado um candidato do partido de oposição, do PMDB. Observamos que, na época, vários partidos de esquerda, que sob a ditadura operavam de forma clandestina, incorporaram-se ao PMDB e tinham seus candidatos para a Assembleia e para a Câmara, eleitos sob essa sigla, como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Esses partidos tiveram relativa influência no governo Montoro, sobretudo o PCB.

No entanto, as forças políticas de direita dominaram por certo tempo, ainda, vários órgãos e instituições do próprio Estado. Em 1984, como pudemos verificar anteriormente, era essa a situação da UNESP, cuja reitoria, algumas diretorias de Unidades e parte do Conselho Universitário eram compostos por membros indicados pelo governo Paulo Maluf. Na transição, o embate e a articulação entre essas forças foram inevitáveis, possibilitando que um grupo de docentes da UNESP, sob a influência do PCB, pudesse não só rearticular e dirigir a Associação como, também, indicar o reitor.⁷²

⁷⁰ “O atual presidente da Adunesp, Emanuel Rocha Woiski, questiona o papel cumprido pela entidade no final do processo que levou ao novo estatuto da Unesp. Ele considera como ‘nebulosa’ a atuação da Associação. [...] Para ele, houve uma ‘transição pelo alto’, responsável por uma certa ‘desconfiança’ da categoria em relação à Associação naquele momento. Ele faz um paralelo com as ‘Diretas, já!’, quando ‘as aspirações das massas foram canalizadas e controladas pelas elites, que se recompuseram às custas da destruição da vontade popular’. Na Unesp - emenda Woiski - ‘houve um abandono pragmático das aspirações da comunidade em troca do que a direção da Adunesp considerou como mal menor’ “ (REVISTA DA ADUNESP, 1996, p. 19). “‘Eu me envolvi bastante na gestão Jorge Nagle’, reconhece Lúcia Helena Lodi, ressaltando que isso ocorreu com ela e outros colegas porque viam avanços que poderiam ser conquistados. ‘E a maior parte destas expectativas foi suprida’, conclui.” (REVISTA DA ADUNESP, 1996, p. 19).

⁷¹ De acordo com nossa visão, parece clara a influência que os ex-diretores da ADUNESP tiveram na indicação do reitor. No entanto, o Prof. Woiski tem razão quando aponta a confusão que houve, em determinado momento, entre membros da Associação e direção da UNESP.

⁷² “Porque nesse momento quem ganhou a eleição para governador foi o professor Montoro. E ele

Com o *grupo Nagle*, como ficou posteriormente conhecido na UNESP, no poder, outro embate avizinhou-se, aquele que decorreu das diferentes visões

entrou com todo o pessoal das Universidades, o Paulo Renato, o Serra, o André, pessoas que nos ajudaram muito. [...]. E isso permitiu que nós tivéssemos um acesso ao Palácio dos Bandeirantes que não tínhamos antes. [...]. Nós não podíamos indicar ninguém nesse momento, porque estavam lá o reitor e o vice-reitor. A tese foi de discutir tudo isso e depois fazer com que os mandatos de cada um deles desaparecessem. Quando acabou o mandato do Armando assumiu a reitoria o professor Lia Rolfsen. Nessa ocasião é que começamos a fazer as indicações. [...]. Nessas discussões com o secretário do governo Montoro, que era muito atirado e queria resolver as coisas rapidamente, ele propôs que desconsiderassem os dois nomes indicados, do professor Saad e do professor Ramos, indicados pelos blocos opostos, em luta, já que o governador não poderia favorecer nenhum dos dois lados. Um terceiro nome seria mais imparcial, não estando envolvido na luta. [...]. E em seguida o secretário pediu que pensássemos num terceiro nome. [...] Um dia o Paulo Renato me telefonou dizendo da necessidade de indicar o terceiro nome rapidamente. Eu conversei com o Zé Ênio e indicamos o Jorge Nagle que não tinha todo aquele passado de luta que tínhamos, sendo um nome mais isento e, ao mesmo tempo, era uma pessoa muito competente profissionalmente, tinha sido diretor por vários períodos. Ele foi nomeado, tomou posse 'pró-tempore'. Foi difícil, tivemos que invadir a reitoria para tomar posse. [...] Levamos um advogado do Palácio para fazer a ata, tomamos a reitoria em cinquenta pessoas. [...]. Nós permanecemos na reitoria, eu e o Jorge, eu como Chefe de Gabinete. [...] Foi muito difícil, porque tivemos que reformular todos os órgãos colegiados da Universidade para preparar a eleição da lista sêxtupla. Depois dos seis meses, me parece que em dezembro de 84, ou janeiro de 85, tínhamos trabalhado os votos. [...] Foram vários os candidatos. Realmente, basicamente deveria ser ele. O Nagle ganhou.” (ODÁLIA, 1996). “ Isso no governo Montoro. E como estava com todo um processo de renovação (Montoro e Maluf), próximo das Diretas Já, havia todo esse clima no país [...]. Roberto Gusmão na época era secretário do governo e chegou-se ao ponto de beco sem saída. [...] até que se chegou a uma solução negociada que era a designação do pró-tempore [...] foi designado o professor Jorge Nagle. Foi uma tentativa de conduzir a universidade a uma nova unidade e conseguiu.” (ARRAIS, 1996). O professor Telmo Arrais foi presidente da ADUNESP na gestão 1982/84. “[...] a gente, um grupo de oito ou nove pessoas, [...] eu, alguns diretores e tínhamos doutor e auxiliar de ensino, que eram da Adunesp, alguns diretores que resistiram e levaram o professor Jorge Nagle para a reitoria, quando o Montoro entrou, na gestão do professor Telmo.” (CASALECCHI, 1996). “[...] porém eram poucas as pessoas de partidos dentro do movimento. O grupo, por exemplo, e isso eu sempre discutia de maneira franca, aberta, com o Nilo, o José Ênio, ou seja, que eram as pessoas mais ligadas ao Nagle, que havia muito uma conotação de PMDB. Era um pessoal muito PMDB, eu tinha essa discussão com eles [...] O Guariba fez parte do governo Montoro, o Ulisses, o Zé Ênio, o Nilo. O Zé Ênio sempre foi do PC. O Tidei, esse pessoal era do PC. O Zé Ênio, passado esse movimento de democratização, eu acho que era a pessoa que mais entendeu a questão.” (AYER, 1996). “Mas o grupo do Nagle foi Adunesp, foi direção durante muito tempo. [...] A Lúcia, o Geraldo Balestrieri, o Telmo, o Nilo Odália, o Ulisses [...] são aí dez anos. São todas as direções. É grupo Nagle “. (MENDONÇA, 1996).

de universidade e de sua democratização, uma manifesta pela reitoria e seus apoiadores e, outra, manifesta por setores do corpo docente e discente, que ganhou forma no Congresso de Reestruturação, cujos resultados já comentamos.

Mas, é fato também que *a derrota* que a comunidade sofreu na questão dos estatutos resultou em polêmicas por muito tempo. Na prática, embora não formalmente, em 1992 e 1996, as eleições para reitor e vice-reitor e, em algumas Unidades, para diretor e vice-diretor, foram paritárias, reflexos das pressões exercidas pelos três setores. Também não foi por obra do acaso que entre 1990 e 1991, quando estava em pauta a luta por mais verbas para as universidades na época da votação da LDO, setores dos três segmentos questionaram a falta de transparência orçamentária da reitoria. As entidades congregaram as insatisfações dos segmentos e a ADUNESP acabou levando para o CO a proposta, advinda do setor docente, de realização de uma auditoria ampla na Universidade. A proposta não foi aprovada no Conselho, entretanto, desencadeou um interessante debate que culminou com o início de uma Reforma Acadêmico-Administrativa, com o intuito de reavaliar a universidade a partir de contribuições advindas da comunidade acadêmica. Para receber essas contribuições, a reitoria indicou uma Comissão de Sistematização das propostas. A Associação realizou, nos dias 14 e 15 de maio de 1991, no Campus de Marília, o *Simpósio da ADUNESP sobre a Reforma Acadêmico-Administrativa*. A proposta final que resultou desse Fórum e que foi enviada à Comissão, apresentada originalmente pela diretoria da ADUNESP Regional de Marília, trazia questões interessantes acerca de pontos como a gestão democrática, descentralização administrativa, etc. A Comissão de Sistematização recebeu várias propostas advindas de Congregações, grupos de docentes, Departamentos. No entanto, o tempo passou, o Prof. Arthur Roquete de Macedo assumiu a reitoria, e o processo foi esvaziado. As poucas resoluções tomadas acerca da Reforma fugiram, novamente, da expectativa da comunidade.

Em 1994, na campanha salarial, novamente a comunidade questionou a falta de transparência orçamentária do executivo e, novamente, surgiu a proposta de auditoria. Certa *insatisfação histórica*, resultante da pendência no encaminhamento da elaboração dos estatutos, acabava desembocando, geralmente, em propostas e questionamentos em todas as datas-base, votações da LDO e processos de escolha dos dirigentes.

Embora o estatuto aprovado no CO não tenha refletido exatamente o que saiu do Congresso de Reestruturação, sobre uma questão todos concordam,⁷³ este se constitui em um dos mais avançados e democráticos quando comparado com o de outras universidades. Dessa forma, a nosso ver, tanto o processo de elaboração deste Estatuto, quanto a indicação do Prof. Nagle para a reitoria proporcionaram significativo avanço democrático para a UNESP.

Não pretendemos, com esta análise, esgotar essa discussão, mas pincelar as principais variáveis que influenciaram os acontecimentos. Restam-nos, agora, indicar, com maior precisão e de maneira comparativa, as principais modificações realizadas no estatuto.⁷⁴

Em vista do deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão de 15 de dezembro de 1988, e pelo Conselho Estadual de Educação, em sessão de 25 de janeiro de 1989, e com base no art. 207 da Constituição, o reitor da UNESP, por meio da Resolução UNESP de 21 de fevereiro de 1989 aprova o Estatuto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Em 03 de março de 1989, pelo Decreto de nº 29 720, o governador do Estado, no uso de suas atribuições legais e considerando a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada às universidades pelo art. 207 da Constituição, aprova o mesmo Estatuto.

Vejamos algumas das modificações mais importantes introduzidas por este Estatuto e, conseqüentemente, pela primeira reforma acadêmico-administrativa, quando confrontados o Estatuto vigente no período entre 1977

⁷³ “Digo que o resultado desse trabalho foi de avanço, que o estatuto da UNESP é um dos mais avançados [...]” (LODI, 1996). “Mas, hoje, mesmo com estas mudanças que trouxeram muitos dissabores na comunidade, nós temos, seguramente, o estatuto mais democrático da universidade brasileira” (SALGADO, 1996). “[...] tanto é que a universidade foi dotada de um estatuto muito melhor que o que existia.” (AYER, 1996). “Eu acho que a Unesp acabou sendo um avanço, porque, depois da gestão do professor Jorge Nagle, quando conseguimos discuti-la, mudar o estatuto, melhorou muito a situação.” (CASALECCHI, 1996).

⁷⁴ Para a elaboração deste item trabalhamos com os seguintes documentos: Estatuto da UNESP, Decreto nº 9.449, de 26 de janeiro de 1977; Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 845/80, que alterou o Estatuto e o Regimento Geral da UNESP, aprovado em 28 de abril de 1980; Anteprojeto do Novo Estatuto da UNESP, sistematizado pela Comissão de Redação; Boletim Informativo do DCE Helenira Resende da UNESP, de junho de 1985, com as principais deliberações do Congresso de Reestruturação; Propostas de Alteração do Anteprojeto do Estatuto da UNESP apresentadas pela reitoria; e Substitutivo ao Anteprojeto do Estatuto da UNESP apresentado pela Reitoria, em julho de 1987.

e 1989, as propostas advindas do Congresso de Reestruturação e aquelas encaminhadas pelo Substitutivo da Reitoria.

Quanto aos órgãos da administração central, foram criados novos colegiados a partir da suposição de que isto constituiria um fator de democratização. São órgãos da administração central: o Conselho Universitário (CO); os conselhos centrais, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) e o Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), e a reitoria. (Cap. I, art. 16, p. 9). Tanto o Anteprojeto do Congresso de Reestruturação como o Substitutivo da Reitoria propunham apenas o CO, o CEPE e a reitoria como órgãos da administração central. O CO, instância superior da universidade, de caráter normativo e deliberativo, tem como atribuições traçar as diretrizes gerais e exercer a jurisdição superior da universidade; definir as diretrizes básicas do ensino, da pesquisa e da extensão universitária; planejar o desenvolvimento das atividades da universidade, definindo metas e estratégias, com avaliação das respectivas repercussões orçamentárias; aprovar a proposta orçamentária da UNESP. (Art. 17 e 18, p.10).

Quanto à composição dos órgãos colegiados, a proposta do Congresso de Reestruturação previa para o CO os seguintes membros: reitor, seu presidente nato; vice-reitor, com direito a voz; os diretores das Unidades Universitárias e um representante por segmento de cada Unidade. Da mesma forma, a proposta de composição das Congregações e Conselhos Departamentais seguia o mesmo princípio geral, o da paridade (p. 19-22). Já a proposta do Substitutivo da Reitoria para a composição do CO incluía, além do reitor e do vice-reitor, o segundo com direito a voto e dos diretores das Unidades, os pró-reitores de graduação, de pós-graduação e pesquisa, e de extensão universitária e assuntos comunitários; os presidentes dos conselhos regionais; cinco representantes das categorias docentes, por núcleo regional; um representante da FAPESP; um representante das Associações Patronais; um representante das Associações dos Trabalhadores; representação do corpo discente e do corpo técnico administrativo, na proporção de 1/5 do total dos membros (p. 17-18) As propostas para as Congregações e Conselhos Departamentais eram correlatas.

A proposta aprovada pelo CO⁷⁵ foi, basicamente, a encaminhada pelo

⁷⁵ Por meio da Resolução UNESP, n. 59, de 2.12.92 e do Decreto n. 36.470, de 28 de janeiro de 1993, que aprova alterações do Estatuto da UNESP, o Pró-Reitor de Administração (Pró-Reitoria

Substitutivo, diferenciando-se apenas no que diz respeito à representação docente. A categoria conseguiu aprovar a participação de um representante por Unidade Universitária, independente da titulação (Cap. I, Seção I, p. 9 e 10). Para as Congregações e Conselhos Departamentais, no entanto, a representação docente continuou vinculada à titulação, ou seja, um representante para cada categoria (Cap. III, Seção I, p. 16 e Seção III, p. 19).

Observamos que de acordo com o estatuto anterior, de 1977, a representação docente no CO tinha por base a titulação, sendo três representantes dos professores titulares e um representante para cada uma das demais categorias; o corpo discente participava na proporção de 1/10 do total dos membros e o corpo técnico-administrativo tinha apenas um representante no órgão. As Congregações e Conselhos Departamentais eram estruturados da mesma maneira, com a diferença de que os funcionários não tinham nenhuma representação nesses colegiados.

Quanto à escolha de dirigentes, o estatuto anterior previa, no art. 21 e 22 (p.10), que reitor e vice-reitor seriam nomeados pelo governador, mediante lista tríplice de professores titulares, organizada pelo CO. Da mesma forma, os diretores e vice-diretores de Unidades eram nomeados pelo reitor, e os chefes e vice-chefes de Departamentos, pelo diretor, a partir de listas tríplex organizadas, respectivamente, pelas Congregações e pelos docentes dos Departamentos. Para a direção de Unidades, a titulação exigida era de titular e para as chefias de Departamentos, as listas deveriam ser elaboradas contendo os nomes dos docentes de maior titulação. (art. 41, par. 1º, p. 13)

A proposta apresentada pelo Anteprojeto do Congresso de Reestruturação (1986, p.14) apontava que

O reitor e vice-reitor, nomeados pelo governador, com mandato de quatro anos, serão eleitos por voto direto e secreto [...] por funcionários, alunos e docentes, [...] cada segmento terá o peso de 1/3 na eleição [...], poderão ser candidatos ao cargo de reitor, qualquer docente, independente de titulação.

As propostas para a escolha das direções das Unidades e para as chefias de Departamentos seguiam os mesmos princípios.

que foi criada em 1992) passou a integrar o Conselho Universitário.

A proposta do Substitutivo da Reitoria mantinha, basicamente, o mesmo mecanismo de escolha para reitor, diretores e chefes de departamento vigentes no estatuto de 1977, modificando-o apenas em dois pontos: a lista tríplice para reitor deveria ser organizada pelo Colégio Eleitoral, composto pelo CO, CEPE e CADE e rebaixava a titulação necessária para ocupar os cargos de diretor e chefe de departamento de titular para doutor (p. 14, 21 e 24). Observamos, aqui, um grande retrocesso do Substitutivo, quando comparado à proposta do Congresso, em termos de abertura à participação da comunidade na escolha dos dirigentes.

O Estatuto aprovado em 1989, em seu art. 30, determina que o reitor e o vice-reitor serão nomeados pelo governador, com base em listas tríplex elaboradas por Colégio Eleitoral especial, constituído pelo CO, CEPE e CADE, a partir de relação de nomes de professores titulares, indicados pelas Congregações das Unidades Universitárias. No entanto, como o Estatuto não determina a forma de consulta à comunidade universitária para a elaboração das listas, as eleições para esses cargos têm sido realizadas por meio do voto direto. A eleição para escolha do reitor e vice-reitor para a gestão 1993/1996 e para a de 1997/2000 foram diretas e paritárias proporcionais, ou seja, cada um dos três segmentos da universidade teve o peso de um terço na votação. Da mesma forma, as eleições para a direção das Unidades Universitárias e chefias de departamento têm sido realizadas de forma direta e, em alguns Campi da UNESP, com paridade proporcional.

Este talvez tenha sido um dos maiores avanços, em termos da democratização da universidade, proporcionado pelo movimento.

A reforma acadêmico-administrativa efetuada na UNESP, em 1989, caracterizou-se por ter no seu centro uma intencionalidade de democratização. Entretanto, um rápido exame, sob o ângulo da própria democratização e o da gestão da universidade, nos mostra os limites dessa reforma.

Embora medidas significativas de democratização da estrutura de gestão tenham sido implantadas, como a modificação dos estatutos, estas não foram suficientes para provocar um reordenamento profundo na direção da reestruturação do sistema de poder e tomada de decisão.

Do ponto de vista da legalidade institucional, os organismos de tomada de decisões, os órgãos colegiados, passaram a ocupar o primeiro plano na

estrutura de poder. A rigor, o Conselho Universitário é a instância máxima de deliberação da universidade. Na prática, porém, o executivo (reitor e diretores), em articulação com os funcionários tecno-burocráticos superiores detêm a supremacia política. Um exemplo vivo dessa concentração de poder pode ser verificado no fato de que, apesar de o CO ser o órgão máximo de deliberação, este não tem ascendência real sobre três questões cruciais da universidade: a elaboração de planos diretores político-administrativos; a alocação dos recursos orçamentários; e a política salarial. A amálgama desses três elementos forma a pedra angular de qualquer política de gestão, no entanto, a maior parte do coletivo dos trabalhadores da instituição fica alijada da discussão e da decisão sobre esses aspectos.

Apesar de a comunidade universitária ter imposto as eleições diretas para os cargos majoritários, a garantia institucional desse processo ainda está por ser alcançada, já que, formalmente, os estatutos e normas não preveem eleições diretas para reitor e diretores. Além disso, o poder, mesmo nas diretorias eleitas com amplo apoio da comunidade, é exercido, no cotidiano, com base na estrutura verticalizada.

Fica evidente, portanto, a ambiguidade de poderes. A comunidade universitária conquistou um espaço democrático que se refletiu nas eleições, mas não se desdobrou na gestão da reitoria e das unidades universitárias. Dessa forma, segue latente uma contradição entre o acesso ao poder e o seu exercício.

Embora a comunidade tenha conseguido garantir algumas propostas do movimento, incorporadas ao estatuto ou à prática democrática, não conseguiu superar os limites de uma autonomia e uma democracia que ainda são formais. O principal ponto que asseguraria uma maior participação ficou em aberto, ou seja, o controle da comunidade sobre a gestão e os organismos de poder da universidade.

Observamos que a reforma ampliou a participação de professores e funcionários nas instâncias acadêmicas e prefigurou a gestão como objeto inerente ao trabalho a ser realizado pelo coletivo, no entanto, essa não se completou. Não apenas como consciência da coletividade, mas, sobretudo, porque não se traduziu em novas estruturas administrativas reais.

Dessa forma, a situação objetiva e subjetiva do trabalhador coletivo na universidade não é a de empreendedor coletivo, responsável pelo conjunto

do trabalho realizado na instituição, perante si mesmo e perante a sociedade. Ao contrário, a sua situação continua a ser, antes de tudo, a situação de um coletivo assalariado que, como tal, encontra-se por definição jurídica, social, econômica e funcional, dissociado dos presumíveis interesses da instituição como coletividade organizada e autônoma.

A partir de agosto de 1988, as entidades deflagraram um amplo movimento pela reposição salarial com assembleias, atos, panfletagens e uma longa greve. Trata-se do movimento que ficou conhecido como *SOS Universidade*. E, ocupadas com a campanha salarial, a comunidade acadêmica e as entidades esqueceram-se dos estatutos.

5. Avanços e retrocessos: os desafios da autonomia universitária

5.1. A autonomia concedida não foi e não é consenso

O consenso e a aglutinação das forças dos movimentos em torno da defesa da autonomia outorgada, em 1989, são apenas aparentes. O debate e a polêmica instalaram-se no momento em que o governo estadual decretou a autonomia de gestão financeira para as estaduais paulistas e ressurgiu, com nova força, quando o MEC arquitetou um projeto de autonomia financeira para as Instituições de Ensino Superior. As principais críticas e discordâncias podem ser observadas nas falas de alguns dirigentes, da época, das principais entidades representativas dos docentes do ensino superior.

Para Newton Lima Neto (1991, p. 12), a concepção oficial de autonomia é, no mínimo, equivocada.

Além de equivocada, uma vez que a Constituição define que as universidades gozam, dentre outras, da autonomia de gestão financeira, ou seja, de administração financeira dos recursos e não de autonomia financeira, a interpretação revela que a política global de descompromisso do Estado com a educação superior pública, patrocinada pelo regime autoritário, continua mais viva do que nunca. Através dessa política, a universidade fica atrelada ao poder econômico, perde irremediavelmente sua autonomia, e aprofunda seu divórcio com o conjunto da população trabalhadora desassistida e marginalizada. O confinamento, por decreto, dos orçamentos

das estaduais paulistas a insuficientes 8,4% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é resultante dessa política.⁷⁶

A questão da autonomia é sedução para nós [...], sobretudo para nós reitores das universidades federais [...] as federais não têm 'mesada', as estaduais têm [...] é óbvio que eu gostaria de ter autonomia para ter os recursos pingando para poder fazer planejamento, análise de custo, [...] Qual é a questão que temos que discutir aqui [...] dentro de um Seminário de autogestão [...]. E o reitor da Universidade Federal de São Carlos vem aqui para por dúvida sobre o seguinte: será que a autonomia vai fortalecer as federais [...] a exemplo do que aconteceu até recentemente com as estaduais paulistas [...] esse expandir o sistema federal de ensino superior [...] da sua qualidade, ou seja, mantendo ensino, pesquisa e extensão indissociáveis? [...]. Ou será que a autonomia [...] não vai simplesmente patrocinar, de maneira muito mais eficiente, usando uma terminologia do Banco [Mundial], o desmonte do sistema? Esta é a questão que está colocada para nós e, portanto, não dá para assumir que autogestão de per se será uma coisa positiva, ela poderá ser o suicídio, o desmonte, o fim do sistema. [...] tem que qualificar autonomia [...] de que autonomia estamos falando. [...]. Cada universidade por si vai ter um orçamento, mais ou menos [...] à semelhança do que acontece no Estado de São Paulo [...] cada uma vai ter seu quadro de pessoal com capacidade de autonomia para contratar e demitir, salário para estabelecer, [...]. Conquanto o Bernardo [assessor da reitoria da UNESP] tem razão de que a situação no Estado de São Paulo é diferente hoje de anos anteriores, com o que eu concordo e assisto e acho que é a mesma estratégia [...] a situação é exatamente a mesma, a lógica neoliberal é absolutamente a mesma de redução do papel das universidades públicas, dos recursos das universidades públicas, mas conquanto isso seja uma verdade conjunturalmente, a relação entre as universidades paulistas e o governo e o legislativo é completamente diferente há anos, porque no Congresso Nacional nós não conseguimos absolutamente nada. (LIMA NETO, 1996).⁷⁷

Também para Helena Freitas (1991, p. 37-8), a autonomia concedida

⁷⁶ O professor Newton Lima Neto foi presidente da ANDES - S.N. e reitor da Universidade Federal de São Carlos.

⁷⁷ Newton Lima Neto, I Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Participação e Autogestão, realizado na UNESP, Campus de Marília, Mesa-Redonda A experiência de auto-administração das Universidades Públicas, dia 19 de junho de 1996.

pelo governo estadual seria mais uma demonstração de falta de compromisso para com o ensino superior público.

[...] autonomia universitária. Palavra presente nos últimos discursos do Governo Federal e defendida pelos setores mais conservadores que sempre a ela se opuseram, essa autonomia nada tem a ver com a antiga e histórica reivindicação da comunidade universitária na década de 60 e tão necessária para o pleno desenvolvimento científico e acadêmico das instituições de ensino superior. Na verdade, tal como está proposta, ela é, a exemplo da autonomia concedida às universidades públicas paulistas, mais uma cortina de fumaça a encobrir o descompromisso para com o ensino superior público. [...]. A recente polêmica em torno da questão da fixação de um percentual destinado à arrecadação do ICMS e as discussões levadas a efeito pelos diferentes setores internos e externos às Universidades têm revelado uma radicalização no que diz respeito à solidificação do pensamento liberal de esvaziamento das funções do estado no financiamento da educação superior.⁷⁸

De uma parte, o governo se propõe a conceder às instituições uma quantia fixa de recursos para seu sustento. Retrai, nessa ponta, o montante de seus gastos. Para o governo, autonomia significa gastar menos. Para as instituições de ensino e pesquisa, a autonomia implicará a busca de outras fontes de financiamento [...]. É importante avaliar de quanto será a diminuição dos recursos. [...]. Como então os administradores universitários resolverão os problemas salariais de suas instituições, já que contarão com menos recursos? [...]. Consta da proposta de autonomização a intenção de quebrar o corporativismo interno. Leia-se quebrar a espinha dorsal da ANDES-S.N., da FASUBRA-Sindical e - por que não? - da ANDIFES. Desta maneira, a autonomização pretende atingir um leque de objetivos. Desde racionalizar - leia-se diminuir recursos - e centralizar o processo de avaliação, até destruir o corporativismo interno - leia-se destruir os movimentos organizados. (DAL ROSSO, 1992, p. 7-8).

Apesar das controvérsias, uma questão é indiscutível: a definição de um montante fixo de recursos para as instituições e a discricionariedade no seu uso, modificou substancialmente a situação funcional das universidades estaduais paulistas.

⁷⁸ A professora Helena Freitas foi presidente da ADUNICAMP na gestão de 1987/90.

Aqui cabe uma digressão. Não se trata simplesmente de discutir se a dotação orçamentária é suficiente ou não. O problema não está na insuficiência ou não dos recursos, mas, sim, na urgência em administrar os recursos alocados a partir de uma responsabilidade plena perante a comunidade interna, a sociedade e ao próprio Estado, e se essa responsabilidade será do coletivo dos trabalhadores ou apenas dos dirigentes. O percentual das estaduais paulistas passou do insuficiente 8,4% do ICMS (quota parte do Estado) de 1989, ao insuficiente (porém mais elevado) 9,57% em 1994, reafirmado em 1996 e anos posteriores, e não se observaram, durante esses anos, modificações substanciais na política administrativa e financeira desencadeadas pelas reitorias dessas universidades, no sentido de inviabilizarem as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ao contrário, as três universidades estaduais saíram fortalecidas desse processo e continuaram expandindo, de maneira quantitativa e qualitativa, as ofertas de serviços. O problema coloca-se no fato de que, embora as administrações continuem a viabilizar essas atividades, continuam, também, a privilegiar a alocação de recursos nos itens investimento e custeio em detrimento de uma política salarial que valorize os recursos humanos; a praticar clientelismo, fisiologismo e mandonismo, muitas vezes privilegiando os aliados políticos na distribuição de recursos às unidades universitárias; e a centralizar o poder de decisão em prejuízo de uma maior participação do coletivo nos rumos das universidades.

É fato, porém, que a autonomia de gestão financeira modificou a situação anterior, na qual os reitores não podiam planejar, orçar ou estabelecer planos, pois não se sabia quanto e quando os recursos seriam repassados. Estancou-se aquela situação em que os reitores das universidades estaduais tinham que ir, periodicamente, negociar com o governo a suplementação de verbas, reivindicação que era ou não atendida dependendo das *trocas políticas*, da crise econômica ou do *mau humor* do governador.

Dessa forma, várias questões que antes implicavam responsabilidades apenas para os dirigentes dessas universidades, ficam pós-autonomia, potenciadas pela livre disposição na utilização dos recursos. A problemática principal, aqui colocada, não pode ser reduzida à insuficiência dos recursos, mas diz respeito à gestão da universidade e, conseqüentemente, à distribuição desses recursos, ou seja, em última instância, se a instituição será ou não governada pelos próprios trabalhadores.

Desse ponto de vista, a tarefa dos movimentos organizados e suas entidades é a construção do autogoverno ou da gestão democrática na universidade.

Entretanto, no movimento docente, a problemática da gestão não se encontra suficientemente amadurecida. Embora seja fato que a autonomia tenha proporcionado outro enfoque às discussões sobre a gestão, o que se pode verificar em reivindicações por uma maior participação nos processos decisórios, pela transparência orçamentária, pela paridade nas eleições e por um processo eleitoral democrático, por exemplo, a luta salarial ainda é o vetor principal dos debates no sindicato.

Se há uma questão que sempre se fez presente na vida universitária brasileira ela se chama autonomia. Reivindicada com maior ou menor ênfase, dependendo apenas do período histórico-educacional, a autonomia da universidade tornou-se mesmo quase que uma palavra mágica: uma vez pronunciada com o devido encanto, teria o dom de resolver, se não todos, pelo menos a maioria dos problemas da academia. Pois bem, a autonomia chegou. [...]. Essa novidade, no entanto, não foi festejada pela universidade. [...]. A intenção manifestada pelo governador Orestes Quécia, no dia 25 de novembro, de tornar autônomas a UNESP, UNICAMP e USP, provocou reações na comunidade universitária que podem ser caracterizadas, no mínimo, como estranhas. A palavra autonomia, que sempre esperou o momento de ter um ponto de exclamação como parceiro, acabou ganhando a companhia de um incômodo ponto de interrogação. (UNESP, 1988, p. 4).

Quando o governo manifestou a intenção de conceder a autonomia para as universidades estaduais, solicitou a posição destas sobre o assunto. Os reitores da UNESP e da UNICAMP formaram comissões compostas por representantes dos docentes, dos funcionários e dos estudantes, solicitando sugestões sobre a forma como a autonomia deveria ser estabelecida. As entidades dos segmentos universitários pouco tinham a dizer. Embora o movimento universitário, historicamente, tenha reivindicado a autonomia da universidade, essa questão sempre foi tratada de modo genérico. As Associações e Diretórios não tinham nenhum projeto ou proposta elaborada sobre o princípio e, até que se organizassem para discutir, o decreto já estava pronto.

Os presidentes das Associações e dos Diretórios Acadêmicos, no mês anterior à decretação da autonomia, posicionaram-se demonstrando

preocupações quase que unicamente com o montante de verbas que seria destinado às universidades e com os salários das categorias.⁷⁹ Quanto aos funcionários e suas entidades, o tema parecia bastante alheio a eles.

Das três Associações, a que demonstrou uma preocupação maior com a autonomia foi a ADUNESP. A entidade formou uma comissão de estudos sobre a autonomia que produziu alguns textos para o setor. Demonstrou preocupações, também, com a participação dos órgãos colegiados neste processo, e com o fortalecimento da esfera executiva no interior da universidade, sem, contudo, passar pelo *controle* dos colegiados ou do movimento.

Já deve estar suficientemente claro para todos nós que o Decreto que outorgou autonomia à Universidade representa um divisor de águas na sua história. Assim sendo, é incompreensível que, até o momento, o órgão colegiado soberano da Universidade, assim como os demais órgãos colegiados, não se tenham reunido para discutir esse ato, nem tenham participado do processo de negociação e tampouco dos desdobramentos subseqüentes relativos ao mesmo. (ADUNESP, 1989a, p. 2).

Alertamos os colegas para a grande importância desta eleição que, sob o regime de autonomia e do novo estatuto, irá preencher os cargos nos órgãos colegiados centrais. É de fundamental importância a participação do movimento docente no processo de decisão nos órgãos colegiados, uma vez que sob a autonomia, a esfera executiva no interior da Universidade se fortaleceu. (ADUNESP, 1989b, p. 1).

⁷⁹ “Lúcia Helena Lodi, presidente da Adunesp. Ela adverte: ‘É preciso que fique claro: ao propor autonomia administrativa e, principalmente, econômica, o governo não estará se desobrigando de assumir seus encargos de responsabilidade em relação à Universidade. [...] Francisco Miraglia, presidente da Adusp, [...] acredita que a verba para pagamento de pessoal tem que ser destinada, especificamente para esse fim, pelo governo do Estado. ‘A questão da sustentação da universidade continua sob a responsabilidade do Executivo, e é ilusão pensar que, a partir dessa autonomia, seremos nós a conduzir a questão da política salarial’, afirmou. [...]. José Vitorio Zago, da Adunicamp, lembra o problema de antigos docentes da universidade, hoje aposentados. ‘Se o governo está gastando cerca de 80% do orçamento destinado às universidades só com o pagamento do pessoal, tem que garantir mais verbas para outras áreas [...]’. [...] É Zago ainda quem fala que os docentes de Campinas não gostaram da maneira como apareceu a discussão sobre autonomia da universidade. ‘Esse afogadilho, essa pressão para que o projeto fique definido até o dia 28 de dezembro, em plenos festejos de final de ano, nos enche de apreensão’, disse“. (UNESP, 1988, p. 5). O curso dos acontecimentos demonstrou que o presidente da ADUSP estava enganado.

Quanto à ADUSP e à ADUNICAMP, eram conhecidas as posições contrárias a essa autonomia assumidas pelas entidades.

Entretanto, a partir de agosto do mesmo ano, os boletins da ADUNESP não trouxeram mais nenhuma discussão sobre a autonomia e, com o passar do tempo, as Associações, ao invés de confrontar-se com o Palácio, na luta salarial, passaram a ter um embate direto com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP), denominado agora de o *novo patrão*.

Historicamente, as lutas do movimento docente pela autonomia concentraram-se, fundamentalmente, em dois itens. Em primeiro, a luta pela reintegração dos professores cassados e afastados dos cargos durante a ditadura, ou seja, pela anistia e, ao mesmo tempo, pela eliminação, dentro da universidade, de qualquer censura ou discriminação de natureza filosófica, religiosa, ideológica, política, étnica e sexual. E, em segundo, a luta pela democratização interna das universidades. As batalhas têm-se voltado para a garantia de princípios democráticos de gestão, como a participação dos segmentos na escolha dos dirigentes, a transparência administrativa e a consolidação do vínculo entre autonomia e democratização. Um exemplo desses enfoques pode ser encontrado nas principais conclusões a que chegaram o III Congresso da USP e o Plebiscito sobre a Autonomia e o Trabalho Acadêmico, realizados em novembro de 1987.

Há tarefas imediatas na luta pela autonomia: 1) garantir uma política salarial adequada e negociações representativas através das atuais associações e futuros sindicatos; 2) lutar pela democratização interna das universidades e pelo respeito às eleições de executivos, inclusive a de reitor; [...]. (ADUSP, 1987, p. 12).⁸⁰

As outras quatro conclusões a que chegaram, diziam respeito à garantia de verbas para o ensino público e ao aperfeiçoamento do regime autárquico, contudo, formuladas de maneira bastante genéricas. Talvez, um dos movimentos que mais questionou o poder no interior da universidade tenha sido o desencadeado pelas comissões paritárias, em 1968/69, na USP, produzindo vários documentos sobre o assunto.

⁸⁰ - Documento com as discussões e resoluções do III Congresso da USP e do Plebiscito sobre Autonomia e Trabalho Acadêmico, realizados em novembro de 1987.

Os reitores das três universidades estaduais também receberam a notícia do decreto relativo à autonomia com muita cautela.

O Vice-Reitor em exercício da UNESP, Paulo Landim, não escondeu uma certa apreensão ao citar o filósofo francês Jean-Paul Sartre, para quem 'liberdade traz responsabilidade'. 'À medida em que formos ganhando autonomia, poder de decisão, iremos também multiplicar as nossas responsabilidades', fez questão de frisar. (UNESP, 1988, p.4).

O reitor da USP, José Goldemberg, defendeu a criação de um Conselho que atuaria como uma espécie de mecanismo externo de controle da universidade, no sentido de verificar se o que estava sendo produzido pela comunidade universitária atendia efetivamente às necessidades da sociedade. Esse Conselho teria, ainda, a função de escolher o reitor a partir de uma lista preparada pela instituição.

'Não sou favorável que a universidade escolha seu reitor, pois ela não pode ser soberana a ponto de se auto-regular e estabelecer suas prioridades internas.' Ele teme que, com a autonomia, as reivindicações dos grupos internos sejam muito mais extremados do que são agora (UNESP, 1988, p.4).

O movimento universitário das estaduais paulistas era uma das principais alavancas de fortalecimento do movimento dos servidores públicos estaduais diante do governo do Estado. Dessa forma, a intenção do governo estadual, ao outorgar a autonomia, teve dúplici finalidade: a primeira foi de livrar-se do confronto direto com o movimento universitário por ocasião das campanhas salariais; e, a segunda, a de fragmentar o movimento do funcionalismo público em nível estadual.

No entanto, estes talvez não tenham sido os únicos motivos. No governo Quéricia, a influência dos partidos de esquerda que se incorporaram ao PMDB era, ainda, bastante visível. Ocupando postos e secretarias do governo, o PCB, por exemplo, pode desenvolver alguns projetos considerados progressistas e avançados. Aventamos a hipótese de que, apesar das acusações de envolvimento do governador em casos de corrupção etc., a convivência, até antiga, com os militantes dos partidos de esquerda e o certo espaço que estes ocuparam em seu governo, proporcionou a esta administração uma marca

progressista e de modernidade. A decretação da autonomia estaria neste campo. A comissão que estudou e elaborou a sugestão de como deveria ser implantada a autonomia foi composta, além dos reitores das universidades estaduais, Paulo Landim, da UNESP; Paulo Renato Costa Souza, da UNICAMP; e José Goldemberg, da USP; por Jorge Nagle, secretário da Ciência e Tecnologia; Frederico Mazzucchelli, secretário do Planejamento; Alberto Goldman, da Coordenadoria de Programas do Governo; e Roberto Rollemberg, da Secretaria do Governo. O presidente da Comissão, Jorge Nagle, ex-reitor da UNESP, declarou, na época, que: “Essa iniciativa representa, além de seu pioneirismo e de seu caráter revolucionário, o que de mais importante ocorreu na história do ensino superior brasileiro dos últimos tempos”. (UNESP, 1988, p.5).

De qualquer forma, o decreto trouxe novas implicações para a vida da universidade. Da autonomia decorreu uma maior responsabilidade das universidades em relação aos seus planos de atividade e de aplicação de recursos, o que obrigava a existência de órgãos internos capazes de planejar de forma cada vez mais rigorosa e confiável.

5.2. A autonomia e a democratização da universidade: da resistência à democratização da gestão

Com o golpe militar de 1964, a classe dominante inaugurou um novo período de expansão da economia e de reorganização do Estado. Tratou, também, de reordenar as instituições, tentando adaptá-las às novas necessidades econômicas.

Desde a metade dos anos de 1950, a economia brasileira havia ingressado numa nova fase, criando novas demandas de trabalho técnico e intelectualmente qualificado. Foi necessário, então, forjar a reforma universitária, que viria dez anos depois, para adaptar a universidade ao novo modelo de acumulação.

O processo de concentração de renda, mercado e capital, potencializado a partir de 1964, dificultou as possibilidades de ascensão da classe média via poupança, investimento ou exercício de uma profissão liberal. Embora a procura pelo diploma de curso superior, como instrumento de ascensão social, fosse uma prática antiga das famílias de classe média no Brasil, essa busca aumentou consideravelmente a partir de 1964. Em consequência, o crescimento das matrículas resultou insuficiente diante de uma procura cada vez maior.

O atendimento da demanda por mais vagas implicava, necessariamente,

num grande aumento das despesas públicas com a educação de nível superior, já que a oferta das escolas privadas, na época, era contida. Por outro lado, o aumento da taxa de expansão de vagas resultaria numa massa adicional de profissionais que não seria facilmente absorvida pelo mercado, cabendo ao setor público o ônus de criar oportunidades *artificiais* de trabalho. No entanto, esse fator adicional também comprometeria o esforço do Estado na concentração de capital, cujo objetivo não era financiar as aspirações das camadas médias, mas sim subsidiar a expansão das empresas privadas. Era necessário, portanto, encontrar uma forma de expandir o sistema educacional com o mínimo de investimento de dinheiro público.

A resposta veio na reestruturação do sistema de ensino, em particular do nível superior, e a reforma universitária foi eleita como ponto central. Iniciou-se a implantação da reforma imediatamente após as manifestações estudantis de 1968, silenciadas por uma série de decretos e ações repressivas.

A reforma privilegiou o papel da universidade como formadora de técnicos e operadores de tecnologia, o que pode ser verificado pelo grande incentivo dado aos cursos da área tecnológica e pela associação universidade e pesquisa. Ao mesmo tempo, para reduzir os gastos com o setor, fomentou-se a expansão da rede particular de ensino superior e se introduziu, nas universidades públicas, uma série de medidas visando otimizar os recursos materiais e humanos. A criação de departamentos, matrículas por disciplinas, sistema de créditos e a instituição dos cursos básicos foram peças fundamentais dessa reestruturação organizacional. Quanto à expansão da rede privada, principal solução encontrada para absorver a crescente demanda de vagas na educação superior, o papel do Estado foi decisivo, seja por meio da transferência de verbas públicas para este setor - na forma de subsídios -, seja pela redução das exigências legais para a criação de novos cursos. A outra forma de contenção da demanda foi a criação de cursos profissionalizantes no ensino médio.

A reforma universitária, sob o pretexto de uma dinamização científica, rebaixou e fragmentou o conhecimento, buscando, principalmente por meio do controle da pesquisa, subordinar o conhecimento e a produção científicos às necessidades de adequação tecnológica das empresas e do aparelho estatal.

No plano administrativo, a reforma procurou enquadrar as relações de trabalho, no interior da universidade, à sistemática que presidiu o modelo

implantado e juridicamente consagrado no serviço público com a aplicação da Lei da Reforma Administrativa. Este modelo, ao mesmo tempo em que buscava afastar certos entraves que dificultavam o processo de acumulação e a consolidação de um novo sistema empresarial, objetivava estimular o desenvolvimento de uma administração pública mais eficaz do ponto de vista da racionalidade econômica.

Ao lado da legislação, que atribuía aos dirigentes universitários e ao MEC o poder de desligar estudantes e demitir docentes e funcionários técnico-administrativos, a reforma promoveu uma intensa centralização e verticalização das estruturas de poder. A nomeação dos reitores pelo presidente da República, o rígido controle na distribuição de recursos, a incorporação de disciplinas nos currículos, a transferência para o MEC de inúmeras atribuições que antes eram da comunidade universitária, em especial dos órgãos colegiados, demonstram, de forma clara, o controle e a centralização do poder.

Com uma implantação desigual e, até mesmo contraditória, a reforma tecnocrática para a universidade brasileira, a exemplo do que ocorreu no sistema de ensino de 1º e 2º graus, não foi efetivada de todo, esbarrando em quatro obstáculos principais: a) a dissociação entre os interesses mais imediatos da economia e das empresas e a pesquisa desenvolvida na universidade e sua sustentação; b) os limites da expansão econômica brasileira; c) a resistência dos trabalhadores da universidade em perder suas prerrogativas laborais; d) e, por último, as especificidades do trabalho realizado na universidade.

Com o fim do *milagre econômico*, a universidade pós-reforma entrou em crise, o que se acentuou depois de 1979. Esta crise manifestou-se numa escassez, sem precedentes, de recursos financeiros para a instituição. Tanto que, nos últimos anos do governo militar, a demanda por suplementações de verbas, ao lado da luta contra a ditadura e pela democratização interna das universidades, foi o principal móvel das reivindicações do movimento universitário.

A incapacidade do mercado brasileiro de absorver os profissionais recém-formados apontava para um relativo esgotamento deste canal de ascensão das camadas médias. A evasão nos cursos e a procura de atividades que não requeriam o diploma universitário foram dois indícios da perda deste papel social da universidade.

O governo da Nova República surge como uma resposta de setores da

classe dominante à crise do regime militar e coloca, ao lado da modernização das instituições, iniciativas de contenção dos avanços dos movimentos sociais. A proposta de pacto social é a síntese da política desse governo.

Pela primeira vez, desde a reforma universitária, e de acordo com essa política, a classe dominante propôs uma reestruturação profunda do ensino superior. A proposta que veio do MEC, no período de Marco Maciel, ficou conhecida como Projeto GERES.

Para o sucesso daquele projeto, era fundamental que a Comissão de Alto Nível se legitimasse como espaço de conciliação das diferentes expressões políticas da comunidade universitária. A recusa de entidades, como a ANDES e a FASUBRA-Sindical, em depositar credibilidade numa reestruturação conduzida pelas classes dominantes, acabou inviabilizando-a. De outro lado, o Governo Sarney mostrou-se incapaz de levar adiante a 'modernização' do aparelho de estado. (MALDONADO, 1995, p. 8).

O Projeto GERES foi lançado em meio à greve nacional de 1986 e, dentre outros objetivos, tentava cooptar o funcionalismo das universidades acenando com uma isonomia para o setor. Nessa fase, o governo tenta reestruturar o ensino superior por meio da participação da comunidade. Mais tarde, tenta impor o Projeto sem qualquer mediação e, por último, sem sucesso, o ministro, Hugo Napoleão, se vê na contingência de abandonar qualquer proposta para o ensino superior.

Os impasses dessa transição refletiram-se diretamente nas polêmicas que tiveram como palco o plenário do Congresso Constituinte, em 1988. A partir da formação do *centrão*, as polêmicas e um caráter retrógrado da Carta apareceram com maior nitidez. Embora o projeto da Comissão de Sistematização tenha mantido, em linhas gerais, a situação do ensino, com algumas concessões às reivindicações de cunho popular, nos pontos relativos à autonomia e à democratização, houve, sem dúvida, progressos.

6. Sobrevivência do ensino superior público e as restrições impostas à autonomia

As lutas encaminhadas pela comunidade universitária resultaram numa relativa ampliação da autonomia e democratização da instituição. Talvez o momento

mais importante dessas lutas tenha sido o das eleições diretas, em 1985/86, de diversos reitores, alguns deles apoiados pelos movimentos e comprometidos com muitas de suas reivindicações. A demonstração de força do movimento mais importante foi a capacidade de impor, na maioria das IES onde foram realizadas eleições diretas, a nomeação dos candidatos mais votados. O MEC viu-se obrigado a referendar essa ampliação significativa da autonomia universitária e de maior participação da comunidade nos processos decisórios.

No entanto, anterior ao tema da gestão efetivada pelos próprios trabalhadores, coloca-se, para a comunidade acadêmica, o problema da sobrevivência da universidade pública e gratuita.

A classe dominante, por meio da implantação do projeto neoliberal via governo de Fernando Henrique Cardoso, com posse em 1995, além de solapar a maioria dos direitos conquistados pelos trabalhadores, privatizou o maior número possível de empresas e instituições públicas. Neste contexto, a universidade pública apareceu como um dos principais alvos da privatização, proposta elaborada em nome da justiça social e da racionalização de recursos.

Os governos federal e estadual operacionalizaram, de forma concreta, a limitação da autonomia garantida no art. 207 e a abertura do caminho para a privatização.

Em 21 de dezembro de 1995, por meio do Decreto-Lei nº 9 192, o governo federal alterou dispositivos da Lei nº 5 540, de 1968, que regulamentava o processo de escolha dos dirigentes universitários. O art. 1º estabelece que: a) o reitor e vice-reitor de universidade federal serão nomeados pelo presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplexes organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal; b) os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente em relação a das demais categorias; c) em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação a das demais

categorias; d) os diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo reitor, observados os mesmos procedimentos dos incisos anteriores.

Em sessão realizada em 06 de março de 1996, o Conselho Estadual de Educação aprovou e dispôs sobre a aplicação da Lei 9.912 aos estabelecimentos de ensino superior jurisdicionados no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

Foi inquietante, também, a iniciativa do governo federal no sentido de procurar alterar, por emenda aditiva, o artigo 207 da Constituição, já citado neste trabalho, acrescentando a expressão “nos termos da lei”. Dessa forma, esse governo pretendeu deixar em suspenso a autonomia garantida no artigo. Essa iniciativa perigosa excluiu a autonomia, no mínimo por algum tempo, com riscos de desvirtuamento dos princípios vigentes. Além disso, abriu possibilidade de alterações futuras que poderão comprometer aquilo que está estabelecido como princípio básico na Constituição.

Quanto à escolha dos reitores e vice-reitores das universidades e diretores e vice-diretores das unidades universitárias ficou evidente o retrocesso imposto à autonomia administrativa, em termos da democratização da instituição. Embora a lista tríplice, para nomeação dos dirigentes, figure na lei e nos estatutos das universidades, é fato conhecido que inúmeras universidades federais realizavam eleições diretas para reitor, desde 1985, e em algumas com voto paritário proporcional. Estabelecer em setenta por cento o peso do voto dos docentes e impor que a votação seja uninominal teve o sentido de restringir e controlar, por força da lei, a participação da comunidade universitária nos processos decisórios internos.

Quanto às universidades estaduais paulistas, dada a autonomia garantida pelo Decreto Estadual 29.598 e o fato de que a Lei 9.192 legisla sobre o sistema de ensino federal, elas puderam decidir, por si mesmas, se adequavam ou não os seus estatutos às novas disposições,⁸¹ embora o CEE tenha aprovado a adequação à Lei.

⁸¹ “Conforme estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação, no parágrafo único da Deliberação nº 3/96, cabe à UNESP, no exercício de sua autonomia, decidir, a partir das informações dadas neste parecer, se é o caso de alterar os dispositivos estatutários e regimentais que regulamentam a escolha de seus dirigentes (Reitor e Vice-Reitor) e dos dirigentes de suas Unidades (Diretor e Vice-Diretor).” Sandra J. Miranda, Assessora Jurídica Chefe da UNESP, em parecer de nº 55/96 acerca da interpretação e aplicação da Lei Federal nº 9.192/95, 22 de abril de 1996, fls. 14.

Entretanto, em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Afirma o parágrafo único, do Art. 56 que: “Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes”. (DO, 1996). E, dessa vez, por tratar-se de lei diretiva basilar, não houve alternativa às universidades estaduais, a não ser a de adequarem-se às normas estabelecidas.

Outro fato inquietante e que ameaçou a autonomia de gestão financeira e patrimonial das estaduais paulistas foi o congelamento de verbas promovido pelo governo Covas, que tomou posse em 1995. O projeto de lei que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1997 (LDO), enviado pelo governo do Estado à Assembleia Legislativa, determinava no artigo 4º, parágrafo 1º, que: “os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 1997, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, percentual global de 9,57%” do ICMS”; e, no parágrafo 2º, que: “em termos absolutos, o percentual de 9,57% está limitado ao valor real arrecadado em 1995, destinando-se do valor excedente a tal montante, 25% para as Universidades”. O governo estadual tentou reeditar a mesma medida de contenção de verbas para as universidades, já aplicada no ano de 1995, quando apresentou o projeto de LDO para o exercício de 1996.⁸² Caso esta medida fosse aprovada e, se entre 1995 e 1997, a arrecadação de ICMS do Estado crescesse 15%, seria possível prever que o orçamento das universidades estaduais ficaria em 8,6% do ICMS em 1997.

Ao mesmo tempo, o deputado estadual, Vaz de Lima, apresentou a Emenda de nº 1616, ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para

⁸² “Nem os mais pessimistas esperavam o golpe de misericórdia aplicado no orçamento dos campi pelo governo Covas. Aconselhado por auxiliares que não possuem responsabilidade para com a pesquisa e o ensino, o governador, diante das aporias financeiras temporárias aplicou às universidades o único método que parece conhecer. Diminuem os recursos do Estado? Arranque-se verbas de quem possui menor poderio político [...]. A LDO foi aprovada na Assembleia Legislativa, no dia 1º de junho último, com um corte violento dos recursos para as universidades. Mantém-se o percentual de 9,57% do ICMS, mas limitado ao que foi recolhido em 1995, mais 25% do valor excedente a tal cifra.” (ROMANO, 1995, p. 3).

o ano de 1997, que, se aprovada, instituiria o ensino pago nas universidades públicas estaduais. Na justificativa à Emenda, afirma o deputado: “Num momento em que a crise financeira do Estado se ressalta, torna-se necessário e indispensável o estudo sobre a possibilidade de pagamento para os que cursam o ensino superior nas Universidades Públicas”. As universidades continuariam públicas, mas o ensino seria pago. “Aqueles que não podem pagar devem receber bolsas, sob forma de crédito educativo, ou seja, que o aluno pague por elas depois de formado e empregado”. (S.L., nº 2.237, 1996). Em suma, ao Estado caberia o controle das universidades, mas este se desobrigaria de financiá-las.

Movidos pela campanha salarial, data-base de 1996, e pelas duas propostas para a LDO de 1997, os três segmentos das universidades estaduais paulistas deflagraram um forte movimento de resistência com greves, assembleias realizadas de forma conjunta em várias Unidades, articulação com os deputados e idas de caravanas para a Assembleia Legislativa, como forma de pressão, nos dias em que as propostas foram discutidas e na votação final. Devemos observar que os reitores, em especial o da UNESP, apoiaram esse movimento, no que se referia à luta contra as medidas propostas para a LDO. O que não significou que, após a derrota do governo na votação, os administradores tenham modificado a sua postura na negociação salarial com os sindicatos.

Essas reflexões devem-se à falta de respeito manifestada no CRUESP pela comunidade acadêmica, durante a reunião técnica que se realizou no dia 10 de julho de 1996. Os professores em geral, com os funcionários e alunos, ficaram com a certeza de manobra política, apenas para deter as intenções do governo na última LDO. O deboche de apresentar - sem comunicação anterior - uma ‘tabela nova’ de gastos, a atitude zombeteira e os risos dos assessores, tudo isto aprofundou a crise de confiança nos que se imaginam donos da universidade, quando são apenas pares que, temporariamente, exercem o mando. [...]. A perda de legitimidade, que segue a falta de respeito e de diálogo, surge muito rápido. (ROMANO, 1996, p. 3).

Nos dizeres de Romano (1996), há ainda muitos pontos importantes a enfrentar em conjunto: a Lei Orgânica das Universidades; o confronto com o privatismo do governo; a opinião pública hostil diante da academia, incluindo os seus reitores; e a campanha virulenta da imprensa. Isso indicava que os reitores não poderiam enfrentar estes desafios sem a comunidade, e se

não pensavam em enfrentá-los estariam negando as responsabilidades de seu cargo e tornando-se cúmplices do desmantelamento das universidades.

Portanto, ficava clara a urgência de reorientar as relações entre o CRUESP e a comunidade universitária, entre as reitorias e os sindicatos, no sentido de democratizá-las. E, aos sindicatos, cabia o reconhecimento de que as motivações econômicas, que ainda dominam os debates em seu interior, são insuficientes e estreitas, sendo necessário voltar-se às questões que envolvem os aspectos administrativos, pedagógicos e científicos da universidade. Em outras palavras, aos elementos que integram a gestão da universidade.

7. Autonomia e as teias da participação

Tendo demonstrado o pressuposto da potencialidade da autonomia, cabe-nos refletir, de forma mais aprofundada, sobre estas questões:

1) A autonomia colocou para a universidade uma situação qualitativamente diferente daquela que esta possuía anteriormente. A partir disso, a gestão da universidade torna-se responsabilidade da própria comunidade acadêmica.

2) A universidade e a comunidade acadêmica parecem não perceber as implicações políticas, sociais e científicas no status da autonomia. Em particular, não perceberam que a autonomia implica a realização de opções, as quais, em última análise, poderão conduzir seja ao fortalecimento da universidade pública, gratuita e democrática, seja aos métodos de gestão autoritária e burocrática, em última instância, à privatização.

3) Diante da autonomia teriam os sindicatos a pretensão e condições para contribuir e viabilizar um projeto democrático de gestão?

Quanto às primeiras questões, observamos que a comunidade universitária tenha dificuldades de perceber a nova situação colocada pela autonomia e de posicionar-se de imediato em relação à gestão da universidade, mesmo porque a comunidade não possui uma prática de lutas e encaminhamento de propostas sobre este tema.

Na universidade, como em qualquer outra organização, poucos trabalham de *olho no produto final*, a maioria visa diretamente ao salário e livrar-se do fardo da tarefa rotineira.

O assalariado - ao contrário do que ocorre com o proprietário - não se identifica totalmente com a empresa ou instituição na qual trabalha. Não vê

a si próprio como responsável pelos destinos da organização, que não o objetivo para o assalariado, mas um meio para a percepção de seu salário.

Porém, o movimento pela democratização das estruturas de poder da universidade, que desembocou na reforma estatutária, combinado com a autonomia, não traz em si, também, um movimento de democratização das relações de trabalho? Se as entidades representativas dos segmentos da universidade encaminhassem essa questão, a gestão não estaria colocada logo a seguir?

Com referência à terceira questão, a ADUNESP - Seção Sindical tem-se caracterizado por uma combatividade em defesa dos interesses da categoria e por uma postura que valoriza a participação dos associados na luta pela democratização da universidade e da sociedade em geral. Com referência à democratização das estruturas da instituição, o sindicato dos docentes tem demonstrado uma preocupação maior com a intervenção nos órgãos colegiados. No entanto, a entidade defronta-se com os mesmos problemas observados nas outras organizações de mesmo tipo, o economicismo e o corporativismo.

O economicismo manifesta-se na dificuldade da ação sindical subtrair-se à força gravitacional imperativa da luta salarial. Antes da autonomia universitária, esse fato colocava um óbice de tipo 'trade-unionista' à atividade sindical. Hoje, depois da autonomia, esse mesmo óbice impede que o sindicato cultive uma abordagem mais inclusiva da vida universitária, absolutamente imprescindível para uma política de auto-administração. (VIEITEZ, 1992, p. 20).

Por que a comunidade universitária e os sindicatos não se colocaram a questão do desenvolvimento das potencialidades democráticas da autonomia? Por que, sob a autonomia universitária, a questão do governo das universidades estaduais paulistas não ganhou importância?

Entendemos que as características que entravam o trabalho do sindicato chocam-se com os objetivos de uma nova abordagem e intervenção sindicais e deverão ser ultrapassadas, caso a entidade proponha a construção de um projeto democrático de gestão. Afinal, democratizar a universidade, no que diz respeito ao seu interior, significa encontrar uma maneira do corpo universitário participar de seus processos de decisão. E não há nenhuma forma de viabilizar essa democratização que não passe pela gestão da universidade.

CAPÍTULO III

SINDICATO, AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

No capítulo anterior, tentamos demonstrar que o movimento de democratização da UNESP e a autonomia erigiram-se, na instituição, como um aspecto do autogoverno dos trabalhadores da universidade, no sentido de um movimento positivo e democrático.

Pretendemos, neste capítulo, trabalhar a ideia de uma possível adequação da política sindical voltada à construção da gestão democrática ou autogoverno. Nesse sentido, a principal tarefa do sindicato de docentes seria a de elaborar uma política de intervenção na gestão. Entretanto, para desenvolver essa política, o sindicato deverá enfrentar alguns obstáculos que dificultam a sua atuação. Os mais significativos seriam romper o corporativismo e o economicismo verificados nesta entidade, e superar os principais óbices que se colocam ao desenvolvimento da consciência democrática do setor representado.

1. Natureza do trabalho pedagógico-científico ou processo de produção pedagógico-científica

Segundo Saviani (1987, p. 79-82), tentar compreender o significado do trabalho em educação pela via da polarização entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é laborar um equívoco. Essa via de análise parece inadequada, pois tanto podemos ter um trabalho em educação que gera mais-valia (ensino privado), como um que não gera mais-valia (ensino público).

Ou seja, na medida em que o conceito de trabalho produtivo não deriva de seu conteúdo, mas sim de sua forma social, podemos ter na educação um trabalho produtivo ou um trabalho improdutivo, sem que estejamos, necessariamente, diante de processos de trabalhos diversos em seu conteúdo.

Um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo [...] Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva, na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo. (MARX, 1985, p. 115).

Para Saviani (1987, p. 80), a contraposição seria aquela formulada entre trabalho material e trabalho não material. Para desenvolver essa proposição utiliza a passagem do *Capítulo VI Inédito de O Capital*, na qual Marx (1985) discute a presença do modo de produção capitalista na produção não material. Passagem esta de igual conteúdo à outra, em *Teorias da Mais-Valia*, utilizada por Paro (1990, p. 139) na discussão sobre o mesmo tema.

A produção imaterial, mesmo quando se dedica apenas à troca, isto é, produz mercadorias, pode ser de duas espécies:

1. Resulta em mercadorias, valores de uso, que possuem uma forma autônoma, distinta dos produtores e consumidores, quer dizer, podem existir e circular no intervalo entre produção e consumo como mercadorias vendáveis, tais como livros, quadros, em suma, todos os produtos artísticos que se distinguem do desempenho do artista executante. A produção capitalista aí só é aplicável de maneira muito restrita, por exemplo, quando um escritor numa obra coletiva - enciclopédia, digamos - explora exaustivamente um bom número de outros. Nessa esfera, em regra, fica-se na forma de transição para a produção capitalista, e desse modo os diferentes produtores científicos ou artísticos, artesãos ou profissionais, trabalham para um capital mercantil comum dos livreiros, numa relação que nada tem a ver com o autêntico modo de produção capitalista, e não lhe está ainda subsumida, nem mesmo formalmente. E a coisa em nada se altera

com o fato de a exploração do trabalhador ser máxima justamente nessas formas de transição.

2. A produção é inseparável do ato de produção, como sucede com todos os artistas executantes, oradores, atores, professores, médicos, padres etc. Também aí o modo de produção capitalista só se verifica em extensão reduzida e, em virtude da natureza dessa atividade, só pode estender-se a algumas esferas. Nos estabelecimentos de ensino, por exemplo, os professores, para o empresário do estabelecimento, podem ser meros assalariados; há grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário. Este permuta seu capital pela força de trabalho deles e se enriquece por meio desse processo. O mesmo se aplica às empresas de teatro, estabelecimento de diversão, etc. O ator se relaciona com o público na qualidade de artista, mas perante o empresário é trabalhador produtivo. Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas. (MARX, 1980, p. 403-4).

Partindo da proposição de que no trabalho educacional o produto não é separado do ato de produção, Saviani (1987, p. 81-2) afirma que:

A atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe ao mesmo tempo a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aulas é inseparável da produção desse ato e do consumo desse ato. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo: produzida pelo professor e consumida pelos alunos. Consequentemente, 'pela própria natureza da coisa', isto é, em razão da característica específica inerente ao ato pedagógico, o modo de produção capitalista não se dá, aí, senão em algumas esferas. De fato, em algumas esferas, de maneira limitada, ele pode ocorrer, como acontece, por exemplo, com os chamados 'pacotes pedagógicos': nesse caso uma aula pode ser produzida e convertida em pacote (cassete) que pode ser adquirido como mercadoria. Ocorre, então, a pergunta: essa tendência é generalizável? À luz das considerações anteriores, minha hipótese de resposta à essa questão é negativa. Tal tendência não pode se generalizar simplesmente porque ela entra em contradição com a natureza própria do fenômeno educativo. Em consequência, do ponto de vista pedagógico, ela não pode se dar senão de forma subordinada, periférica.⁸³

⁸³ Aqui cabe uma ponderação. É evidente que o modo de produção capitalista está generalizado, é ele

Paro (1990, p. 140) concorda com as colocações de Saviani de que o tipo de trabalho não material que tem lugar na escola caracteriza-se pela presença do consumidor no ato de produção, no entanto, alerta para o fato de que essa presença não está, necessariamente, ligada a uma não separação entre produção e produto. A análise do papel do educando no processo educativo escolar não pode restringir-se à sua condição de consumidor. No processo pedagógico, o educando não apenas está presente, mas também participa das atividades que se desenvolvem, ou seja, o processo não pode ocorrer sem a sua participação. Essa participação ocorre na medida em que o aluno entra no processo ao mesmo tempo como sujeito da educação e como objeto. Nesse sentido, não se pode considerar o produto da educação escolar como sendo simplesmente a aula. O processo ensino aprendizagem, ou a aula, pressupõe a não passividade do aluno, que é um aspecto determinante da própria natureza do processo pedagógico. Entendida a educação como apropriação de

quem determina as relações sociais e, por outro, é por elas determinado. Isto, entretanto, não pressupõe sua generalização absoluta. A subsunção real ao capital implica a emergência de uma categoria histórica específica do modo de produção capitalista: a mais-valia relativa, haurida pelo capitalista via aumento da produtividade da força de trabalho sem diminuição proporcional da jornada de trabalho, o que diminui o valor da força de trabalho e o tempo de trabalho necessário, aumentando a taxa de mais-valia. Mas um escritor, por seu turno, tem seu próprio ritmo de trabalho. Neste caso, é difícil revolucionar a técnica para aumentar sua produtividade; logo, é improdutivo economicamente (embora possa não sê-lo socialmente), participando de uma produção *não-capitalista* de mercadorias. Sua subsunção ao capital é formal, como a dos serviços domésticos, músicos, atores etc. Este fato levou Saviani a criticar qualquer distinção entre trabalho produtivo e improdutivo relacionado ao fazer pedagógico, pois, afirma o autor, essa distinção teria o efeito prático de dividir os professores, de um lado, os das escolas públicas e, de outro, os das particulares, além do que é equivocada. Para Secco (1995, p. 61), a colocação de Saviani é correta para o trabalho economicamente produtivo. Mas, Saviani não atenta para o trabalho socialmente produtivo, que acrescenta valor de uso, ou seja, relacionado ao quantum do valor agregado ao produto social. “Desse ponto de vista a produção de bens supérfluos é ‘improdutiva’, assim como a produção material de armamentos, pois nada acrescenta à apropriação da natureza pelos homens (processo de trabalho) e nem corresponde às necessidades ‘ontológicas’ dos homens. [...]. Excetuados os serviços, cujo efeito útil consiste na sua própria execução e que agregam valor de uso aos produtos (transporte de mercadoria, distribuição etc.), todos os demais podem até ser economicamente produtivos, mas como sua subsunção ao capital é formal, sua importância reside apenas na sua produtividade social [...] produtos que satisfazem necessidades humanas indispensáveis para a própria reprodução da sociedade, embora sua produtividade seja imensurável e desprezível para a contabilidade da riqueza social. Tais necessidades humanas, por outro lado, são históricas e crescentes.” (SECCO, 1995, p. 61-2).

um saber historicamente acumulado, e sendo a escola uma das agências que provêm educação, a consideração de seu produto não pode restringir-se ao ato de aprender. Neste ato o indivíduo apropria-se de um saber que nele é incorporado, mas existe algo que permanece para além do ato de produção. “Não acontece, por conseguinte, que o resultado da educação escolar seja produzido pelo professor e consumido imediata e completamente pelo aluno, sem deixar nenhum vestígio.” (PARO, 1990, p. 144). Consideramos que, se a educação foi efetiva, o educando sai do processo diferente de como entrou. Essa diferença não é mero acréscimo, mas transformação na personalidade, atitudes, postura etc. do aluno e que se constitui no produto do processo pedagógico escolar.

É importante constatar que esse conceito amplo de produto da escola leva a admitir a separação entre produção escolar e seu produto. É claro que essa separação não se verifica da forma absoluta em que se dá a produção material: enquanto nesta há um intervalo entre produção e consumo, de tal forma que o produto se destaca completamente da produção, no caso da escola, o consumo se dá imediatamente, mas [...] Tal consumo não se dá apenas imediatamente, mas se prolonga para além do ato de produção, por toda a vida do indivíduo. (PARO, 1990, p. 144-5).

Já tivemos oportunidade, em trabalho anterior (DAL RI, 1987, p. 71-9), de afirmar que uma das diferenças marcantes entre o processo de produção material e o processo de produção pedagógica é que no primeiro o desenvolvimento da base técnica adequada ao capital torna o trabalho humano, imediatamente aplicado à produção, uma coisa supérflua, uma vez que elimina o controle e o saber operários, enquanto que na produção pedagógica o saber ainda se constitui em um dos elementos centrais do processo de trabalho. Não um saber geral, mas um conjunto de saberes que concretiza o ato pedagógico.

Nesse sentido, a implantação do ensino tecnocrático não foi nada mais, nada menos, do que a tentativa de objetivação do trabalho pedagógico. Com essa concepção de ensino, o trabalho pedagógico seria de tal forma parcelado, que o processo poderia ser autonomizado em relação aos produtores. O objetivo dessa proposta foi o de, assim como na produção material, garantir a eficiência e a produtividade do processo independentemente dos trabalhadores da educação. De maneira semelhante à indústria, formou-se um corpo de

técnicos especializados que deveria conceber, controlar, coordenar e planejar o processo, e este deveria ser executado pelos professores. Uma das vantagens seria a introdução, também no ensino, da rotatividade da força de trabalho, ou seja, a substituição de um executor não acarretaria em prejuízos ao processo.⁸⁴

Tentou-se implantar no trabalho pedagógico a mesma objetivação que ocorre no processo de produção da indústria capitalista, em lugar de subordinar o processo de trabalho ao trabalhador, ela subordina o trabalhador ao processo de trabalho.

Para Saviani (1987, p. 83), “Isso, porém, não podia se efetivar porque, [...] o modo de produção capitalista não se aplica aí senão de maneira limitada”.

Já comentamos, em itens anteriores, que a implantação dessa proposta não obteve sucesso total. Na verdade, ela que pretendia a racionalidade e a organização, produziu exatamente o contrário: a irracionalidade e a desorganização, além disso, fragmentou o campo pedagógico introduzindo a descontinuidade do processo. (SAVIANI, 1987, p. 83). Soma-se a esses prejuízos, o de desvalorização do trabalho dos professores, já que estes foram reduzidos a meros executores, o que proporcionou um achatamento ainda maior dos salários da categoria.

Em relação ao ensino de 1º e 2º graus é evidente a perda que essa concepção significou para os professores. Já em relação ao ensino superior, a introdução dessa visão teve significados diferentes. A tendência da Reforma Universitária (Lei 5540/68), ao acentuar o binômio ensino-pesquisa afirmando ser o ensino superior indissociável da pesquisa (art. 2º), era a de inverter a tendência tradicional, ou seja, deslocar o eixo do ensino para a pesquisa, convertendo a pesquisa na atividade nuclear do nível superior, de tal modo que o ensino dela decorresse. A mesma Lei, reconhecendo ser a organização universitária condição indispensável para que o ensino superior fosse norteado na pesquisa, determinou que esse nível de ensino, como regra, deveria ser ministrado em universidades (art. 2º). Em que pese essa declaração, sabemos que, sob a égide da Lei 5540, as inúmeras autorizações e reconhecimentos

⁸⁴ A visão tecnocrática se manifestou por meio de um conjunto de mecanismos, tais como a instrução programada, que apesar de duramente criticada, foi largamente utilizada em inúmeros cursos de nível superior, em especial em escolas particulares, o tele-ensino, o micro-ensino, as máquinas de ensinar, o enfoque sistêmico, enfim, uma série de instrumentos pedagógicos surgidos e inspirados nessa concepção pedagógica.

de cursos concedidos pelo Conselho Federal de Educação converteram em regra do ensino brasileiro os institutos isolados. Na prática, e a despeito da Lei, o resultado foi, em primeiro lugar, a não implantação da pesquisa como atividade nuclear do ensino superior - já que esta praticamente inexistia nos institutos isolados e sequer é predominante na maioria das universidades - e, em segundo, o empobrecimento do ensino.

Assim, se tomarmos, por um lado, as escolas superiores privadas e, em parte, as escolas públicas isoladas, veremos que a situação destas assemelha-se àquela que ocorre nas escolas públicas de 1º e 2º graus: professores horistas; classes superlotadas; rotatividade dos docentes, etc. De outro lado, nas universidades, especialmente as públicas, passou a predominar a ideia segundo a qual a universidade deveria ser o lugar dos especialistas. Dessa forma, os professores deveriam ser contratados em tempo integral com dedicação exclusiva e realizar pesquisas, também organizadas racionalmente, o que definiria a sua característica de especialista. Essa foi uma das causas do aumento da burocratização da atividade docente na universidade. Mas, burocratizou-se colocando o ensino em segundo lugar.

Se antes de 1968, a base de funcionamento da universidade era mais próxima do que ocorria no ensino de 1º e 2º graus, isto é, as escolas superiores também funcionavam no regime de hora-aula, pela via do contrato em tempo integral, a diferença entre os dois níveis de ensino aumentou, proporcionando um maior usufruto de prerrogativas no interior das universidades, no sentido de que os seus docentes têm um regime laboral notadamente mais livre.

No entanto, diante dessas experiências, poderíamos perguntar: qual a razão fundamental do fracasso na implantação do ensino tecnocrático? Seria apenas o fato de que o saber ainda é relevante no processo de trabalho pedagógico? Qual o papel desempenhado pelo saber nesse processo?

Na produção material, no sistema de propriedade privada dos meios de produção, como resultado da divisão do trabalho que ocorre via separação entre trabalho manual e intelectual, verificamos a perda do saber, a deformação e a alienação do trabalhador individual. E quanto mais a divisão do trabalho avança e aumentam as capacidades produtivas coletivas, conseqüentemente, mais restrita se torna a atividade produtiva de cada indivíduo, ou seja, o trabalho é frequentemente desqualificado. Assim, para esse processo, o trabalho

qualificado torna-se cada vez mais dispensável.⁸⁵ Aí, o saber, enquanto instrumento, separa-se do trabalhador individual e aparece, tanto corporificado nas máquinas, como nos departamentos de concepção, planejamento e controle das empresas.

No processo de produção pedagógico, o saber apresenta-se sob a forma de conhecimentos, técnicas e métodos relacionados às maneiras que pode assumir no processo didático. Não só esse, mas também uma espécie de saber que se comporta como matéria-prima, que se incorpora ao produto final, o saber historicamente acumulado. De acordo com Paro (1990, p. 147), esse saber não permanece apenas no ato de produzir a educação, mas ultrapassa esse processo de forma análoga à da matéria-prima na produção material, que entra no processo de produção como matéria-prima e sai como parte componente do produto.

A restrição da aplicabilidade do modo de produção capitalista na escola se dá fundamentalmente porque, no processo de produção pedagógico, está envolvido também, e principalmente, um tipo de saber cuja natureza não é meramente instrumental, e que funciona, em vez disso, como matéria-prima no processo. Ou seja, a dificuldade de aplicação plena do modo de produção capitalista, aí, reside exatamente no fato de que este tipo de saber, em virtude de sua natureza de matéria-prima não pode alienar-se do processo de produção. (PARO, 1990, p. 148).

Verificamos que na produção material, por meio da divisão do trabalho, torna-se possível a separação entre concepção e execução, ou seja, o que é concebido em um momento pode ser executado em outro, e o que é concebido por um indivíduo pode ser executado por outro, sem que o outro tenha necessariamente compreensão do processo. Com o trabalho pedagógico, o

⁸⁵ Não estamos desconhecendo que a introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização no processo de produção industrial tem provocado impacto no mundo do trabalho. Não desconhecemos as mudanças marcadas pela microeletrônica e seus desdobramentos em termos de informatização, automação e robotização do sistema produtivo; mudanças no campo da microbiologia, e suas implicações no campo da engenharia genética, biotecnologia etc., e que a adoção dessas novas tecnologias leva à necessidade de trabalhadores que apresentem qualificação. No entanto, dado o caráter restritivo, heterogêneo e não coetâneo deste processo de inovações, apenas um pequeno grupo apresentaria o perfil qualificado, restando no outro pólo, um enorme contingente de trabalhadores descartáveis e desqualificados.

processo se dá de forma diferente: o saber não pode ser expropriado de todo do trabalhador, sob pena de descaracterizar-se o próprio processo.

Na relação educativa o professor detém o controle do processo de trabalho que realiza, é ele quem planeja, elabora e executa. No entanto, o capital criou várias formas indiretas para pressionar também esse controle, como, por exemplo, as avaliações do trabalho docente (do produto e não do processo), as substituições dos professores na aplicação de avaliações dos alunos, a subordinação do professor aos especialistas em educação, as imposições de programas (na forma e no conteúdo) e de planejamentos do processo de ensino etc. Essas pressões exercidas pelo capital sobre o controle que o professor detém do processo de trabalho aliadas a outras formas de pressão, como as baixas remunerações, péssimas condições de trabalho etc., levaram à precarização do trabalho docente.

No caso da produção científica, essa relação é ainda mais difícil de ser estabelecida, até em função da diversidade de áreas em que atuam os docentes pesquisadores. Uma coisa é realizar pesquisas na área da educação e, outra, é encaminhá-las no desenvolvimento de novas tecnologias, por exemplo. Mas, parece-nos que aqui também as relações do modo de produção capitalista ocorrem de maneira periférica, pois o produto das pesquisas tanto pode estar separado do produtor e ser colocado à venda, como estar colado a ele. De qualquer forma, o saber também não pode ser totalmente expropriado do docente pesquisador no ato de produção, não se pode separar a ideia inventiva de seu idealizador e, no caso das universidades públicas, há uma mediação diferenciada da instituição entre o pesquisador, a produção científica e o mercado. Ou seja, o pesquisador pode ser contratado por uma empresa e ser um trabalhador produtivo que gera mais-valia, mas esta não é a situação do docente da universidade pública.

Na organização dos trabalhadores na escola pública não há, também, a observância de um princípio fundamental do capitalismo. De acordo com Silva Júnior (1990, p. 16-7),

Pensada como um local de trabalho, essa instância da sociedade política que é a escola pública brasileira apresenta uma curiosa e sugestiva característica. O Estado 'racionalizador' a que ela se vincula e a 'administração científica' que ele afirma promover não parecem preocupados com a

observância de um princípio básico da organização capitalista do trabalho desde seus primórdios: a reunião e a permanência dos trabalhadores em um único local durante sua jornada de trabalho.

O que o cotidiano das escolas públicas apresenta é a sua desfiguração como local de trabalho, uma vez que seus trabalhadores frequentemente distribuem sua jornada de trabalho por diferentes locais, o que reduz sobremaneira o tempo de permanência em cada local.

Embora os autores citados tenham desenvolvido reflexões e considerações acerca das escolas públicas de 1º e 2º graus, muito do que se constatou do trabalho executado pelos professores desses níveis de ensino é válido também para os docentes da universidade.

Ao transpor essas reflexões para o ambiente universitário, a primeira coisa que nos chama a atenção é que o docente da universidade⁸⁶, além de desenvolver o trabalho pedagógico, desenvolve o científico, o de extensão e, parcela significativa da categoria, desenvolve, também, o administrativo, sem haver necessidade de ser especialista nesta área. A carreira do docente na universidade pressupõe a perspectiva do trabalho múltiplo, ou seja, a execução de atividades relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração e coordenação. Porém, os trabalhadores não são reunidos em um único local para executar essas tarefas e nem as realizam coletivamente, ao contrário, na maioria das vezes, o trabalho é artesanal e individual, isto é, a carreira docente é progressiva e individual.

Grande parte do trabalho a ser realizado pelo docente não significa (principalmente para aqueles ligados às áreas de ciências humanas),⁸⁷ necessariamente, a sua permanência no local de trabalho e muito menos a reunião com outros trabalhadores do mesmo tipo.⁸⁸ Preparar aulas, corrigir provas e trabalhos dos alunos, orientar alunos, escrever artigos, coletar dados para a pesquisa, preparar palestras etc., são trabalhos que tanto podem ser realizados

⁸⁶ Referimo-nos, aqui, ao docente da universidade pública, em especial ao docente das estaduais paulistas.

⁸⁷ A permanência no local de trabalho de forma diferenciada, entre os docentes das áreas de ciências humanas e ciências exatas e naturais, ocorre, sobretudo, pela própria natureza do objeto e temática de pesquisa. Para os pesquisadores das ciências exatas e naturais, na maioria das vezes, é necessário o manejo de equipamentos e o uso de laboratórios, o que o induz a permanecer por um maior espaço de tempo na Unidade.

⁸⁸ Observamos que, apesar disso, o trabalho docente é subsumido ao capital de qualquer forma.

na universidade, em casa ou no município vizinho. O docente trabalha sozinho e no local que quiser.

Os trabalhadores da produção material reúnem-se em seu cotidiano de trabalho e têm interesses e objetivos em comum, no que se refere ao trabalho. Os professores universitários, ao contrário, têm interesses e objetivos diversos. A não ser aqueles mais gerais, por exemplo, garantir a qualidade do ensino e da pesquisa e perceber salário digno, que interesses comuns podem ter profissionais tão diversos e que, portanto, realizam atividades diversas, como engenheiros, médicos, dentistas, filósofos, pedagogos, advogados e artistas, apenas para citar algumas áreas?

As considerações efetuadas neste texto têm importância não apenas teórica, mas principalmente prática, quando vistas sob o ângulo da organização e lutas dos docentes. Como organizar e elaborar um projeto político com a categoria quando o trabalhador coletivo não se constitui?

Dessa forma, a organização do trabalho docente, levada a cabo pelo sindicato, é objetada, primeiro, pelo aspecto individual da realização do trabalho e, segundo, porque esse aspecto afeta de perto a participação do professor na vida da universidade e nas atividades desenvolvidas pela entidade. Se o trabalhador não se encontra em seu local de trabalho cotidianamente e não está reunido com os outros trabalhadores, como convocá-lo para discutir os problemas da categoria em assembleias e reuniões gerais? É comum observarmos, principalmente nas Regionais da ADUNESP que congregam os docentes da área de ciências humanas, a discussão para marcar o dia das assembleias gerais. O que motiva a escolha da data e do horário para a reunião, muitas vezes, é menos a emergência dos problemas a serem tratados, do que se no dia escolhido teremos mais ou menos docentes na Casa, isto é, no local de trabalho. Ao fazer a escolha do melhor dia e horário para a assembleia, além de verificar se há um contingente significativo de trabalhadores na Casa, a Associação deve observar, também, se não há, concomitantemente, reuniões de departamentos, de Congregação, de Comissões Assessoras, Eventos Científicos etc., pois todas essas atividades acadêmicas e administrativas concorrem com a assembleia, e algumas podem ficar sem público, geralmente, as reuniões do sindicato. Não há uma ação dos docentes no sentido de paralisação de todas as atividades para participarem da

assembleia, coisa tão comum entre os trabalhadores da produção e mesmo na categoria dos funcionários da universidade.

Na fábrica, quando os trabalhadores entram em greve e param a produção, entendemos perfeitamente o que isto quer dizer, no entanto, na universidade, parar a produção é coisa muito diferente. Mesmo quando a categoria realiza greve, isso não significa parar todas as atividades, geralmente greve significa paralisar as atividades de ensino e parte das atividades de extensão. É comum ouvir de docentes que não podem parar as suas pesquisas, pois dependem de prazos, perderiam meses de trabalho, etc. Também é bastante comum os docentes continuarem participando das reuniões de órgãos colegiados e comissões, especialmente as convocadas pela reitoria, mesmo estando em greve. É raro o encaminhamento, nas assembleias, de propostas do tipo parar toda a burocracia da universidade para sensibilizar o reitor, ou para que o CRUESP receba os sindicatos e responda às suas reivindicações, pois o docente que participa da administração e demais colegas têm outros interesses, muitas vezes individuais, que dependem dessa participação, tais como, pareceres em processos, liberação de verbas, aprovação de projetos, entre outros.

O que queremos observar aqui é que devido às especificidades desse trabalho múltiplo, os professores da universidade são colocados em uma situação de defesa dos seus interesses particulares e individuais. Já dizíamos que os trabalhadores da educação colocam-se na defesa dos seus interesses desvinculados dos interesses dos trabalhadores em geral. Parece-nos que na universidade essa questão se aprofunda. Os trabalhadores são colocados em uma situação de defesa dos seus interesses individuais e particulares, não só em detrimento dos interesses dos trabalhadores em geral, mas em detrimento dos interesses gerais de sua própria categoria.

Se o trabalhador da produção *fura uma greve*, geralmente o faz ou porque discorda da greve, politicamente falando, ou porque teme perder o seu emprego. Dificilmente os docentes que furam greves o fazem por uma discordância político-ideológica, embora isso também ocorra, e muito menos por medo de perder o emprego. Os motivos que, frequentemente, levam a essa atitude são do tipo *problemas pessoais*, ou seja, o docente, caso entre em greve, não poderá repor as aulas porque tem apresentação de trabalho em Congresso, programou o período para coleta de dados da pesquisa ou marcou

uma viagem para o começo das férias.⁸⁹

Dessa forma, o confronto é deslocado para um campo pantanoso, no qual as argumentações de cunho político ou ideológico surtem pouco ou nenhum efeito.

Queremos observar, também, que as preocupações manifestas não têm ainda frequentado o cotidiano dos sindicatos da categoria. Não há no interior dessas entidades um processo de reflexão sobre a natureza do trabalho que seus membros executam e sobre as determinações que pesam sobre esse trabalho. Concordamos com Silva Júnior (1990, p. 20), quando este afirma que “[...] a simples transposição das táticas de luta sindical dos trabalhadores ligados à produção material não é adequada nem eficaz para a conquista de reivindicações no interior do aparelho do Estado”. Se pensarmos na universidade sob a autonomia, essa ineficácia fica ainda mais patente.

Entretanto, essas temáticas não frequentam as discussões encaminhadas pelos sindicatos de docentes. As pautas não incorporam discussões acerca, por exemplo, das especificidades do trabalho docente, da teoria do Estado, do poder político que orienta a ação do Estado, e mesmo da finalidade da universidade pública. Quando essas discussões ocorrem, são sempre encaminhadas de forma bastante genérica.

As formas de trabalho na universidade, por terem se constituído como amplo movimento de trabalho individual, acabam dificultando a própria organização desse trabalho. Nem os trabalhadores podem se organizar e nem são organizados pelos moldes clássicos determinados pelo taylorismo/fordismo. No entanto, há a necessidade de organização, e os docentes só poderiam se organizar do ponto de vista autônomo, por si mesmos, ou seja, do ponto de vista de seus próprios interesses.

No capítulo anterior, tentamos demonstrar que a decretação da autonomia conjuminada com o amplo movimento de democratização da universidade desencadeado pela comunidade acadêmica e tendo à frente as entidades

⁸⁹ Nos anos em que presidimos a ADUNESP- S.S. - Regional de Marília e durante as greves que ocorreram nesse período era comum docentes virem até a presidência para justificar os motivos que os levaram a dar aulas, algumas vezes fora dos portões do Campus. Em todos os casos, os motivos relacionados eram sempre do tipo pessoal. Geralmente, os docentes que discordavam da greve, enquanto melhor forma de luta para a obtenção de melhorias salariais, defendiam suas posições nas assembleias, mas eram raros os casos em que essa divergência levasse a furar as greves.

representativas dos três setores, consolidou-se, em especial na UNESP, como um aspecto do autogoverno. Defendemos a ideia de que esse movimento em direção ao autogoverno ou à gestão democrática é positivo e que deveria haver uma adequação da política sindical a essa situação.

Observamos que o paradigma fordista/taylorista burocrático impregnou toda a sociedade e, dessa forma, todas as organizações. Ele alcançou também a universidade, sobretudo o setor técnico, embora de maneira parcial. Mas, ao mesmo tempo, permanecemos ainda com uma concepção e uma prática de trabalho individual e artesanal. Esse acontecimento visto de outra perspectiva aponta para o fato de que esse método de trabalho tem se tornado insuficiente e ineficiente. Não há como ignorar que, principalmente nas áreas das ciências naturais e exatas, o trabalho começa a ocorrer de forma coletiva. Um claro indício desse fato são os vários grupos de pesquisa e grupos acadêmicos constituídos na universidade. Outro indício a ser destacado são as várias publicações coletivas, o que demonstra, pelo menos em tese, que esse trabalho tem sido realizado em equipe.

Assim, se o sindicato realmente tiver a intenção de desenvolver uma política em direção ao autogoverno ou à gestão democrática, terá que, necessariamente, desenvolver uma reflexão adequada para repensar as questões da organização do trabalho e da carreira, pois profissionais centrados sobre si mesmos apresentam enormes dificuldades em compreender uma forma de organização coletiva.

Não defendemos uma organização que propicie o controle e o enquadramento, de tipo burocrático, do trabalhador. Mas, no caso do trabalho docente, deveríamos encontrar maneiras de organizar o trabalho coletivo, que, ao mesmo tempo, propiciem um espaço para a individualidade. De qualquer forma, esse processo resultaria, provavelmente, em outra visão de carreira e de trabalho.

A universidade parece viver essa contradição de forma latente, aliás, como em todo processo de mudança, pois, ao mesmo tempo em que introduz o trabalho coletivo, por meio da institucionalização dos grupos acadêmicos, coloca um grande entrave para que isso se consolide, quando cristaliza a estrutura de carreira. Não apenas a estrutura da carreira, mas acrescentamos outros fatores, como a recompensa e o incentivo que são dados ao docente, quando a universidade preserva perfeitamente o individualismo. No entanto,

para além da influência do paradigma que ainda é dominante, ou seja, da burocracia e do neotaylorismo, o tema da organização do trabalho e todas suas derivações, quais sejam, a estrutura de carreira, o regime de trabalho, como esse trabalho é recompensado e incentivado, deveria ser repensado, inclusive pelo sindicato.

Por meio da realização do trabalho de tipo artesanal, muitas vezes obtém-se excelentes resultados, alguns brilhantes, no entanto, esse método de trabalho tem-se demonstrado insuficiente perante a grandeza das tarefas a serem enfrentadas. As tarefas hoje a serem executadas, tanto na área das ciências naturais como na das ciências humanas, estão transcendendo o alcance das forças individuais e parece que deveríamos somar essas forças.

Perante essas considerações, podemos perceber que não é sem razão, embora esse não seja o único fator, mas certamente significativo, que nós, docentes, ainda temos um sindicato assemelhado ao de ofícios. O sindicato de ofícios morreu em torno da década de 1920, com o desenvolvimento do capitalismo, mas o setor docente ainda tem um sindicato desse tipo, mantendo, inclusive, uma profunda divisão interna entre as categorias dos trabalhadores da universidade. Se fizermos uma comparação simples com outros sindicatos, como, por exemplo, de metalúrgicos, verificaremos que este representa e aglutina no seu interior, desde o *peão*, o trabalhador do *chão da fábrica*, até aqueles da administração e do setor técnico que trabalham nas indústrias metalúrgicas, e essa organização dá-se em todos os níveis. Não existe na universidade um sindicato dos trabalhadores da universidade e sim o sindicato dos docentes, a associação dos funcionários, o sindicato dos funcionários, além do que vários docentes ainda são filiados aos seus sindicatos profissionais, o de psicólogos, de engenheiros, sociólogos etc.

Há ainda uma questão sem a qual essa discussão não teria razão de ser. O individualismo e o pequeno artesanato individual, não se constituem em entraves para o desenvolvimento docente, no sentido do desenvolvimento de sua consciência democrática? Ou melhor, essa forma de organização do trabalho docente não seria um entrave para o desenvolvimento da gestão democrática na universidade?

À luz das considerações anteriores, nossa resposta a essa pergunta é afirmativa. E se o sindicato refletir sobre a questão da autogestão, da gestão

democrática, haverá modificações profundas nesta área. Não só no que se refere à organização do trabalho docente, que deveria ocorrer de uma forma que possibilitasse o desenvolvimento individual, mas que introduzisse de maneira ampla o trabalho coletivo, mas, também, no que se refere à maneira como o trabalhador obtém a sua formação, os títulos, a estrutura da carreira, a recompensa financeira etc. O sindicato teria que lutar para propor importantes modificações na estrutura atual.

No limite, há a necessidade de se instaurar o trabalho coletivo, introduzindo modificações no sistema de avaliação do trabalho do docente pesquisador, na produção dos trabalhos científicos, nos concursos e nas provas para obtenção de titulações e graus, entre outras. Isto, porém, não tem sido considerado como relevante para a política sindical. Haja vista que nas propostas apresentadas pelas entidades, sobretudo pela ANDES - S.N., no que diz respeito às discussões da organização do trabalho e da estrutura de carreira, jamais apareceu a questão do trabalho coletivo ou modificações de fundo na estrutura da carreira.

2. Sindicato: política tradicional e a crise do sindicalismo

2.1. Sindicato e política tradicional

Já dizíamos que a organização e as especificidades do trabalho docente são fatores que podem influenciar a posição e a consciência democrática do setor. Ou seja, o trabalho individual, o pequeno artesanato, poderia colocar um óbice ao desenvolvimento da consciência democrática dessa categoria.

Dizíamos, também, que a organização da categoria, realizada pelo sindicato dos docentes tem sido marcadamente corporativista e economicista, aliás, como todo o sindicalismo, o que denominamos de política tradicional do sindicato. Mas, constatar a existência desses dois elementos não significa, por si só, uma explicação. Para tanto, seria necessário elaborarmos uma análise da dinâmica histórica do sindicalismo, isto é, determinar as fontes objetivas e subjetivas desses fenômenos.

Dessa forma, pretendemos aqui, não elaborar uma análise completa dessa dinâmica, até porque isso ultrapassaria os limites deste texto, mas fazer

uma tentativa de levantar algumas hipóteses explicativas, na forma de indicações dos principais fatores, que incidindo sobre a atuação da organização resultaram nessas marcas do sindicalismo.

O principal instrumento de que a classe trabalhadora dispõe para perseguir os seus objetivos continua sendo o partido. A seu lado, e talvez competindo com ele, encontram-se os sindicatos. Dessa forma, do ponto de vista da organização e da representação da classe trabalhadora, teríamos uma dupla instrumentação, ou seja, a luta desencadeada pela classe trabalhadora contra o capital teria duas frentes, o sindicato e o partido.

De acordo com Touraine (1966, p. 60), todas as teorias sociológicas, até as mais comprometidas com a crítica, pressupõem uma função ambivalente do movimento operário decorrente da circunstância deste haver-se animado internamente por uma dupla natureza: ser ao mesmo tempo grupo específico, empenhado em uma ação de defesa dos próprios interesses particulares; e elemento primário - junto a outros - do sistema das decisões econômicas da sociedade global e, por fim, condicionado pela situação real de poder que pode conquistar nesta. Como primeira consequência desta suposta índole dicotômica do movimento operário, sua ação deveria articular-se necessariamente em dois planos diferentes: o econômico, por meio do sindicato; e o político, por meio do partido. Isto não quer dizer que entre os dois planos de lutas não se estabeleçam contínuas interações, pelas quais, ainda que conceitualmente sejam mantidas esferas de ação, pode-se chegar ao que Touraine (1960, p. 60-61) denomina de “politização apolítica” do “sindicato de controle”. Essa politização corresponderia ao sindicalismo que se desenvolveu nos países industrializados, nos quais a classe operária, ainda sem haver conquistado o poder, tem tão amplo acesso a ele, que o pode impugnar “na medida em que aspire transformá-lo”. No entanto, alerta Touraine (1960) que um acesso prolongado ao poder tende a incorporar o sindicalismo em um sistema de decisões econômicas e transformá-lo em um instrumento de controle dos próprios trabalhadores, pois induz os mesmos a submeterem-se às exigências de determinadas políticas econômicas.

Baglioni (1966) apresenta um esboço do sindicalismo de competência muito mais simples e menos ambicioso em sua estrutura, ainda que provenha do mesmo marco conceitual. Suposta a separação entre esfera econômica e

esfera política, ao sindicato compete, com os demais grupos sociais organizados e não organizados, assegurar aos associados condições de trabalho e de vida mais satisfatórias que as que poderiam ser obtidas mediante o livre jogo das instituições, e colaborar com a manutenção do sistema jurídico-social reconhecido como legítimo, estimulando suas capacidades democráticas, com a mediação das forças políticas quando necessária.

Entretanto, vale a pena ressaltar os dizeres de Vittorio Foa (1969) sobre a proposta do sindicalismo de competência. Afirma Foa (1969) que a separação esquemática entre a luta econômica e a luta política, a luta na fábrica e a ação parlamentar; o relegar o sindicato a tarefas reivindicatórias imediatas, conduz ao esgotamento dessas mesmas lutas reivindicatórias e, de todos os modos, à sua restrição corporativa, que o priva de comunicabilidade com a classe social, o isola e prepara a sua subordinação ao poder capitalista burguês na fábrica e na sociedade. Acerca desta perspectiva, afirma ainda Vittorio Foa (1969) que até o embate mais intenso pode ser facilmente reabsorvido quando está encerrado no âmbito gremial e se ataca contradições efetivas, porém secundárias (contradições entre salários e preços, entre o nível dos salários e o nível do lucro, entre opressão na fábrica e liberdade externa, etc.), deixando de lado a contradição fundamental inerente à estrutura capitalista de produção da sociedade.

As descobertas da sociologia sobre a dupla natureza do movimento operário e, conseqüentemente, da necessidade de uma dupla instrumentação da luta de classes não são originais e nem tão científicas como parecem.

Para Tomasetta (1972, p.261), uma vez mais a ideologia sobrepõe-se à investigação científica, pois somente na aparência essas descobertas apoiam-se nos fatos e na experiência histórico-empírica. Atrás dos fatos encontra-se a estrutura típica da organização do conhecimento impulsionada pela cultura burguesa, a qual erige como princípio universal o sistema da divisão do trabalho que o capitalismo aplica, a fim de produzir não só a mercadoria, mas, também, os conceitos. Daí provém a nítida delimitação entre a esfera política e a esfera econômica, entre Estado e sociedade, entre sociedade e fábrica. Dessa divisão das esferas depreende-se que as ações dos grupos sociais, que, como as classes, assumem uma pluralidade de funções, têm que se diversificar necessariamente segundo o âmbito particular no qual se inserem.

Tudo isto, entretanto, forma uma parte da história do movimento

operário. A explicação da dupla natureza deste, como indica Tomasetta (1972), está na ideologia e não na ciência. Para entendê-la seria necessário refazer o caminho da social-democracia alemã e russa.

De fato, essa polêmica remonta aos históricos embates entre os oportunistas (Bernstein) e os radicais de esquerda (Luxemburgo), entre os economistas (Martynov) e os bolcheviques (Lenin).

A II Internacional fundada na França, em 1889, constituiu-se em uma união de partidos social-democratas autônomos organizados de forma federativa. Essa diversidade de organização refletiu-se no seu pluralismo doutrinário. Dessa forma, conviviam as ideias marxistas defendidas pelo Partido Social-Democrata Francês, com a ideia da formação de um partido operário independente, pleiteada pelo russo Plekhanov.

A estruturação da social-democracia, em 1889, deu-se atendendo às peculiaridades nacionais. Na Bélgica, o Partido Operário apresentava-se como uma federação que englobava as seções socialista, sindical e cooperativista, enquanto que na Inglaterra predominava o movimento sindical por meio dos *trade unions*, que, desejando participar do parlamento, deu origem ao Partido Trabalhista.

Porém, esse pluralismo permitiu a emergência e o predomínio do Partido Social-Democrata alemão, inspirador da social-democracia mundial, como, mais tarde, na III Internacional, o Partido Comunista Soviético seria o grande modelo a ser seguido.

A discussão sobre as opções que a social-democracia oferecia aos trabalhadores é profundamente atual, pois a social-democracia não desapareceu com o fim da II Internacional. Bem antes disso, por meio de seus teóricos conhecidos como revisionistas, Kautsky e Bernstein, entre outros, adotara a luta parlamentar como espaço privilegiado de oposição, o gradualismo por meio das reformas parciais e a conquista de direitos sociais como sua finalidade. A célebre frase de Bernstein (1911) sintetiza bem essa opção: o fim não é nada, o movimento é tudo.

Segundo Tratemberg (1989), Bernstein era o autêntico ideólogo representante da social-democracia e tinha, no Parlamento alemão, um grande aliado, Georg Wolmar. Wolmar defendia a ideia de que o socialismo poderia ser realizado por meio de uma lenta evolução orgânica, afirmava a

importância das reivindicações imediatas, especialmente a legislação sobre a proteção ao trabalho, o direito de associação e a supressão de impostos sobre vários produtos de consumo. Bernstein designava aos sindicatos uma função determinista denominada de enterradores do capitalismo, ou seja, as lutas sindicais deveriam servir precisamente para aumentar, de maneira gradual, a massa dos salários (em nível nacional) e diminuir o correspondente aos lucros, até o desaparecimento do capitalismo.

Na sua primeira polêmica contra Bernstein, Rosa Luxemburgo (1986, p. 36) já desmascarava o ceticismo oportunista e amedrontado da corrente representada por ele, face à revolução “como um absurdo político que parte de uma evolução mecânica da sociedade e pressupõe como condição prévia à vitória da luta de classes um ponto do tempo determinado, exterior e independente da luta de classes”.⁹⁰

Depois de haver polemizado contra a posição oportunista de Bernstein, Luxemburgo desencadeou um embate contra a coalização Bebel-Legien (o primeiro, chefe do partido e, o segundo, do sindicato) que pretendia reduzir a luta política à defesa das instituições burguesas (oposição a um eventual ataque ao sufrágio universal) e separar dela as lutas econômicas que deveriam ocorrer nas fábricas, por iniciativa dos sindicatos.

Luxemburgo (1986, p. 38) afirma que “Não há duas lutas de classes, da classe proletária, distintas, uma econômica e outra política, mas sim uma única luta de classes dirigida, ao mesmo tempo, à redução da exploração na sociedade burguesa e à supressão dessa exploração e da própria sociedade burguesa”.

A ideia da dupla natureza do movimento operário já havia conquistado tanto a maior parte das burocracias partidárias e sindicais, na Alemanha, quando aqueles que, por motivos técnicos, afirmavam haver dois aspectos da luta de classes, e que no tranquilo curso da prolongada experiência parlamentar eram separados um do outro. Entretanto, Luxemburgo (1986) insistia que, apesar

⁹⁰ “[...] a partir do momento em que não se considera a revolução como momento do processo mas como acto isolado, separado da evolução de conjunto, o que há de revolucionário em Marx terá necessariamente que aparecer como um regresso ao período primitivo do movimento operário, ao blanquismo. E com o princípio da Revolução, em consequência da dominação categorial da totalidade, é todo o sistema do marxismo que se desmorona. A crítica de Bernstein é, até na sua qualidade de crítica oportunista, demasiado oportunista, para denunciar, neste aspecto, todas as suas consequências.” (LUKÁCS, 1983, p. 44).

disso, não representavam duas ações que ocorriam paralelamente, mas sim duas fases das etapas da luta de classes pela emancipação da classe operária.

Rosa Luxemburgo (1986) explicou como essa teoria, denominada de paridade dos direitos entre sindicato e partido, não tinha nascido de uma raiz sã, mas se baseava na ilusão advinda do período considerado normal da sociedade burguesa, durante o qual a luta política reduzia-se à luta parlamentar. Entrementes, tanto a luta parlamentar como a luta sindical se davam exclusivamente no terreno do regime burguês. Para Luxemburgo (1986), por este motivo, e de acordo com a índole do regime, as ações constituíam-se em um trabalho político e um trabalho econômico do presente. A tarefa do partido, representante dos interesses futuros do movimento operário, era a de reunificar a única luta de classes, encaminhada para a destruição do regime social burguês.

A teoria da ‘paridade dos direitos’ dos sindicatos e da social-democracia não é, por conseguinte, um mero erro teórico, uma mera confusão, mas expressa a conhecida tendência da ala oportunista da social-democracia que pretende reduzir de fato a luta política da classe operária à luta parlamentar, e transformar a social-democracia, de partido revolucionário, em partido pequeno burguês. (LUXEMBURGO, 1986, p. 138).

Por outro lado, na Rússia reinava um clima de luta generalizada contra o absolutismo e a opressão czarista.

Já em 1899, Lenin (1961, p. 360), ao discutir a aplicação do Programa Social-Democrata na Rússia, criticava a posição dos economistas.

Quais são, pois, as questões principais que surgem ao aplicar à Rússia o programa comum para todos os social-democratas? Já dissemos que a essência desse programa consiste na organização da luta de classe do proletariado e na direção dessa luta, cujo objetivo final é a conquista do poder político pelo proletariado e a estruturação da sociedade socialista. A luta de classe do proletariado compõem-se da luta econômica (contra capitalistas isolados ou contra grupos isolados de capitalistas pela melhoria da situação dos operários) e da luta política (contra o governo, pela ampliação dos direitos do povo, isto é, pela democracia e pela ampliação do poder político do proletariado). Alguns social-democratas russos (entre

eles, pelo visto, os que editam o jornal Rabotchaia Misl)⁹¹ consideram incomparavelmente mais importante a luta econômica, chegando quase a afastar a luta política para um futuro mais ou menos distante.

No entanto, dado o clima de agitação e luta que se desencadeou na Rússia czarista, os economistas de Martynov ou os Martynov, formas como Lenin e os bolcheviques os denominavam, não podiam subestimar o significado político das lutas operárias.

Em sua polêmica com o Iskra, sustentada nas colunas de Rabocheie Dieło⁹², os Martynov empenhavam-se em afirmar que “A luta política da classe operária é apenas a forma mais desenvolvida, mais ampla e efetiva da luta econômica” (RABOTCHEIE DIELO apud LENIN, 1961, p. 79) e que “Atualmente, apresenta-se aos social-democratas a tarefa de imprimir à própria luta econômica, tanto quanto possível, um caráter político”. (RABOTCHEIE DIELO, p. 42 apud LENIN, 1961, p. 79). Os economistas partiam de uma convicção, insistentemente repetida, de que “A luta econômica é o meio mais amplamente aplicável para incorporar as massas à luta política ativa”. (MARTYNOV, p.11-17 apud LENIN, 1961, p. 79).

Lenin (1961) criticava essa posição e questionava que sentido concreto, real, teria nos lábios de Martynov, o fato de apresentar ante a social-democracia a tarefa de imprimir à própria luta econômica um caráter político. Ainda, aponta que,

A luta econômica é a luta coletiva dos operários contra os patrões para conseguir condições vantajosas de *venda da força de trabalho*, para melhorar as condições de vida e de trabalho dos operários. Essa luta é, necessariamente, uma luta profissional, porque as condições de trabalho são extremamente variadas nos diferentes ofícios e, portanto, a luta pela

⁹¹ Rabotchaia Misl (O Pensamento Operário): jornal dos economistas publicado de outubro de 1897 a dezembro de 1902.

⁹² Iskra (A Faísca): jornal ilegal russo fundado por Lenin, em 1900. Sob a direção de Lenin e com sua participação direta, a Iskra manteve uma enérgica luta contra os economistas e elaborou o projeto de programa do Partido. Em novembro de 1903, quando Plekhânov (que também fazia parte da redação) caiu nas posições do menchevismo, Lenin abandonou a Iskra. Desde então, no Partido, chamava-se de velha Iskra, a Iskra leninista e bolchevique, e de nova Iskra, a Iskra menchevique. Rabocheie Dieło (A Causa Operária): revista dos economistas, órgão da União de Social-Democratas Russos no Estrangeiro. Editada em Genebra, com interrupções, de 1891 a 1902.

melhoria dessas condições tem que se fazer, obrigatoriamente, por ofícios (pelos sindicatos no Ocidente, por associações profissionais de caráter provisório e por meio de volantes na Rússia, etc.) (LENIN, 1961, p. 82, grifos do autor).⁹³

Lembramos que na Rússia, nessa época, os sindicatos eram ilegais. Portanto, para Lenin (1961, p. 82-3), imprimir à “própria luta econômica um caráter político” significava procurar a consecução dessas mesmas reivindicações profissionais, dessa mesma melhoria das condições de trabalho nos ofícios por meio de “medidas legislativas e administrativas”. Era justamente o que sempre fizeram e faziam todos os sindicatos operários.

Olhai a obra do casal Webb, verdadeiros eruditos (e ‘verdadeiros’ oportunistas) e vereis que os sindicatos operários ingleses, há muito tempo, compreenderam e realizam [essa] tarefa [...] há muito tempo, lutam pela liberdade de greve, pela supressão de todos os obstáculos jurídicos que se opõem ao movimento cooperativo e sindical [...]. (LENIN, 1961, p. 82-3).

Lenin (1961, p. 83, grifo do autor) ainda comenta que por trás da aparência “[...] ‘terrivelmente’ profunda e revolucionária, oculta no fundo a tendência tradicional de *rebaixar* a política social-democrata ao nível da política trade-unionista”. De fato, a *Robocheie Dielo* designava ao partido a missão de exigir do governo medidas legislativas e administrativas contra a exploração econômica, o desemprego, a carestia, etc., da mesma forma como os *trade-unionistas* haviam lutado por uma promulgação de leis sobre a proteção das mulheres e das crianças, pela melhoria das condições de trabalho mediante uma legislação sanitária e industrial e pelo direito de greve. Na verdade, resgata a antiga tese dos economistas, segundo a qual em um regime autocrático, à burguesia corresponde a luta política até a conquista da democracia, enquanto que o proletariado deve limitar-se à luta econômica. Martynov propõe uma só atuação, no entanto, com a inserção do partido no programa de lutas políticas da burguesia para obter reformas legislativas que

⁹³ “A fim de evitar interpretações errôneas assinalamos que na exposição que se segue entendemos por luta econômica (segundo o uso estabelecido entre nós) a ‘luta econômica prática’, que Engels chamou [...] ‘resistência aos capitalistas’ e que nos países livres se chama luta gremial, sindical ou trade-unionista.” (LENIN, 1961, p. 77).

consolidem os resultados das conquistas econômicas obtidas por meio das greves. Segundo Lenin (1961, p. 83), “[...] imprimir à própria luta econômica um caráter político’ não tem absolutamente nenhum outro conteúdo [a não ser] a luta pelas reformas econômicas”.

De acordo com Lenin (1961), a social-democracia revolucionária sempre incluiu e continuava incluindo, na órbita de suas atividades, a luta pelas reformas. Contudo,

[...] utiliza a agitação ‘econômica’ não só para reclamar do governo toda classe de medidas, como também (e em primeiro lugar) para exigir que deixe de ser um governo autocrático. Além disso, considera seu dever apresentar ao governo essa exigência *não* só no terreno da luta econômica, mas também no terreno de todas as manifestações em geral da vida social e política. Numa palavra, como a parte ao todo, subordina a luta pelas reformas à luta revolucionária pela liberdade e o socialismo (LENIN, 1961, p. 83, grifo do autor).

Martynov e os economistas parecem cometer o mesmo erro que os oportunistas, qual seja, o de trabalharem com uma visão determinista e mecânica acerca da passagem do capitalismo para o socialismo. Além disso, confundem o conteúdo de classe das reformas com a consciência de que elas devem representar o resultado de uma só luta de classe, a luta do proletariado pela destruição do capitalismo.

No entanto, observamos que Lenin e os bolcheviques, por um lado, ao designar a luta política pelo socialismo unicamente como tarefa do partido e, por outro, ao contraporem-se aos economistas e, acertadamente, desvendar o conteúdo *trade-unionista* e reformista por trás das posições defendidas por eles, continuaram, ao privilegiar a luta política sobre a econômica, a separar as duas formas de luta. Ou seja, a separação das duas formas de luta persiste em seu raciocínio quando exalta a primazia do político e quando retira dos sindicatos a possibilidade de também serem órgãos de luta política, embora, não necessariamente social-democrata, como na discussão da época.⁹⁴ Parece-

⁹⁴ Para os bolcheviques, o trabalho político a ser realizado nos sindicatos deveria ser encaminhado pelos social-democratas criando-se células partidárias no interior das organizações. “[...] mas os social-democratas devem formar dentro dessas associações grupos de Partido e, através de prolongado e sistemático trabalho entre eles, conseguir que sejam estabelecidas as mais estreitas relações entre eles

nos que esta visão consolidou-se no interior do PCUS e na III Internacional, tendo consequências até a atualidade.

Outros teórico-políticos, dentre eles Gramsci, Bordiga e Lukács, também polemizaram em torno das funções do sindicato e do partido e, no caso, dos conselhos de fábrica.

Gramsci, que tinha uma concepção antieconomicista do marxismo, embora, na época, marcada por motivos idealistas e voluntaristas, saudou com grande entusiasmo a Revolução Russa, na qual via uma clara manifestação de que a vontade humana coletiva - e não as leis objetivas, entendidas de modo mecanicista - era a verdadeira força motriz da história.

Em 1919, Gramsci começou a editar, em Turim, o semanário *L'Ordine Nuovo* juntamente com Tasca, Togliatti e Terracini. Desde 1914 militava no Partido Socialista Italiano, em cujo seio combatia tanto o *reboquismo* político da corrente reformista, particularmente forte entre o grupo parlamentar e as direções sindicais, quanto a formulação fatalista e mecanicista do marxismo da corrente maximalista.

Gramsci, nesta época, colocava-se como objetivo prioritário o exame da realidade italiana para observar se existia nela, ainda que em gérmen, os fundamentos de uma organização operária que fosse análoga aos soviets russos, que pudesse servir de ponto de partida e suporte para a criação de uma democracia operária e de um Estado socialista. Ele crê descobrir esse gérmen nas Comissões Internas de Fábrica, que já vinham se constituindo desde 1906

e o Partido Social-Democrata. [...] A experiência do movimento operário internacional e do da Rússia ensina que, desde o começo mesmo da atuação das referidas organizações operárias (sindicatos, cooperativas, clubes, etc.), é necessário conseguir que cada uma dessas entidades seja um baluarte do Partido Social Democrata. A reunião convida todos os militantes do Partido a levarem em consideração essa importante tarefa [...]” (SOBRE AS RESOLUÇÕES DA REUNIÃO DO CC DO POSDR COM UM GRUPO DE MILITANTES RESPONSÁVEIS DO PARTIDO, 1913 apud LÊNIN, 1961, p. 242). “Os sindicatos representam um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, uma vez que significam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe. Quando a forma superior de união de classe dos proletários começou a desenvolver-se, o partido revolucionário do proletariado [...], os sindicatos começaram a manifestar fatalmente certos traços reacionários, certa estreiteza gremial, certa tendência ao apoliticismo, certo espírito rotineiro, etc. [...] o desenvolvimento do proletariado [...] nem podia realizar-se [...] senão por meio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária.” LÊNIN, 1920 apud LÊNIN, 1961, p. 282).

na Itália. Embora fruto da auto-organização operária, de um movimento que tinha seu ponto de partida numa iniciativa de base, as Comissões de Fábrica apresentavam ainda, segundo Gramsci, alguns limites que deveriam ser superados se quisesse transformá-las a forma primordial da nova democracia operária. (COUTINHO, 1973 apud GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p. 9).

No entanto, o que queremos destacar aqui, não é tanto a posição de Gramsci sobre as Comissões de Fábrica, mas sim a que desenvolveu, na época, acerca do partido e, principalmente, do sindicato, embora as concepções estejam interligadas.

Para o Gramsci de L'Ordine Nuovo, o verdadeiro processo da revolução proletária não podia ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratual, como o partido político e os sindicatos profissionais, organizações nascidas no campo da democracia burguesa e da liberdade política. Essas organizações, que representavam uma doutrina que interpretava o processo revolucionário e previa o seu desenvolvimento, enquanto órgãos reconhecidos pelas grandes massas como um seu reflexo e um seu aparelho embrionário de governo, eram e sempre mais se tornariam os agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação que toda a classe trabalhadora tentará no curso do processo revolucionário. Todavia, essas organizações não representavam esse processo, elas não poderiam superar o Estado burguês, não abrangiam e nem poderiam abranger todo o variado pulular de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia no seu proceder implacável de máquina de exploração e de opressão. (GRAMSCI, 1920 apud GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p.92).

No entanto, Gramsci, já nesta época, fazia uma clara distinção entre o papel do partido e o dos sindicatos na revolução.

Os partidos socialistas adquirem sempre mais um perfil francamente revolucionário e internacionalista; os sindicatos, no entanto, têm a tendência a representar a teoria e a tática do oportunismo reformista, e a tornarem-se meramente nacionais. Disso nasce um estado de coisas insustentável, uma condição de confusão permanente e de fraqueza crônica para a classe trabalhadora [...]. (GRAMSCI, 1919 apud GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p.51).

Para Gramsci, os sindicatos organizavam os operários de acordo com os princípios da luta de classes e eles foram as primeiras formas orgânicas desta

luta. Os organizadores sempre disseram que somente a luta de classes poderia levar o proletariado à sua emancipação, e que a organização sindical tinha exatamente a finalidade de suprimir o proveito individual e a exploração do homem pelo homem, pois sua finalidade era eliminar o capitalismo.

Mas os sindicatos não puderam alcançar imediatamente essa finalidade e para isso dirigiram todos os seus esforços à finalidade imediata de melhorar as condições de vida do proletariado, pedindo salários mais altos, menos horas de trabalho, um corpo de legislação social. Os movimentos sucederam-se aos movimentos, as greves às greves, a condição de vida dos trabalhadores tornou-se relativamente melhor. Mas todos os resultados, todas as vitórias da ação sindical têm suas bases em origens antigas: o princípio da propriedade particular permanece intacto e forte, a ordem da produção capitalista e a exploração do homem pelo homem permanecem intactos e, aliás, complicam-se em formas novas. (GRAMSCI, 1919 apud GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p.51-2).

De acordo com Gramsci, a jornada de oito horas, o aumento salarial, os benefícios da legislação social não atingem o lucro; os desequilíbrios que a ação sindical imediatamente determina no estudo do lucro recompõem-se e encontram uma sistemática nova no jogo da livre concorrência para as nações de economia mundial. Ou seja, o capitalismo reverte sobre as massas amorfas nacionais, ou sobre as massas coloniais, as despesas gerais majoradas da produção industrial. “Assim, a ação sindical revela-se absolutamente incapaz de superar, no seu domínio e com os seus meios, a sociedade capitalista, revela-se incapaz de conduzir o proletariado à atuação da finalidade elevada e universal a que inicialmente tinha se proposto.” (GRAMSCI, 1919 apud GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p.52).

Para Gramsci, o meio, portanto, não é conveniente ao fim, e como o meio não é mais do que um momento do fim que se realiza, que acontece, deve-se concluir que o sindicalismo não é meio para a revolução, não é um momento da revolução proletária, o sindicalismo não é revolucionário, a não ser pela possibilidade gramatical de unir as duas expressões. Para Gramsci (1919 apud GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p. 62),

O sindicalismo revelou-se nada mais do que uma forma da sociedade capitalista, não uma potencial superação da sociedade capitalista. Ele organiza

os operários não como produtores, mas como assalariados, isto é, como criaturas do regime capitalista de propriedade privada, como vendedores da mercadoria trabalho.

No entanto, as posições de Gramsci, aqui delineadas, têm que ser entendidas na própria dinâmica histórica da época. Sob o influxo da revolução russa e alemã, e do movimento operário italiano, Gramsci, Lukács e Karl Korsh aparecem repletos de entusiasmo revolucionário, vendo na tomada do poder pelos bolcheviques e na revolução alemã o início da revolução em escala internacional. Entre 1917 e 1921, na Europa, desenvolveu-se a luta de classes, levando a uma redefinição da social-democracia. A ala da direita, na sua tentativa de sobrevivência, apoia o capitalismo e, para isso, reprime a revolução socialista na Alemanha. No mesmo sentido trabalha a social-democracia austríaca preocupada com a criação de comissões de fábrica num espírito de conciliação de classe, fora e acima da luta de classes. Já para os líderes da ala direita da social-democracia alemã e para os reformistas do socialismo italiano, a história era a realização de uma lei objetiva que eles diziam conhecer, ou seja, quando as contradições sociais amadurecessem, a revolução se daria. E o termômetro para medir a temperatura social era, para os reformistas, a intervenção no parlamento. O adiamento das vitórias definitivas pela via parlamentar da social-democracia, o debate entre o gradualismo de Bernstein e seu crítico Kaustsky, o impacto da revolução russa e do anarcossindicalismo levaram a um quase desprezo aos partidos que compunham a II Internacional. Assim, termos como antirreformismo, audácia e revolução apareciam no sindicalismo revolucionário influenciado por Sorel. Além desses fatores, a emergência da revolução russa propiciava o surgimento do leninismo, não apenas como uma interpretação de Marx, mas também como a única interpretação vitoriosa, e que trazia um sólido conceito de organização e de partido.

A polêmica Bordiga-Gramsci, como as críticas de Lukács ao movimento dos conselhos de fábrica de Turim e os escritos de Korsch contra Gramsci, abordavam as divergências sobre as relações conselho-sindicatos, conselho-partido político e soviete-partido. Dividido o debate no movimento operário internacional entre Luxemburgo e Lenin, entre o comunismo de conselhos ou a hegemonia do partido, aparecia notoriamente a tendência a enfatizar a hegemonia deste último.

Assim, enquanto os editores de *L'Ordine Nuovo* apresentavam as comissões de fábrica como alternativa aos sindicatos, os partidários de Kaustsky apresentavam os sindicatos como núcleo privilegiado da ação operária aos quais as comissões deveriam submeter-se. Isso, de acordo com Tragtenberg (1981, p. 16), levou, na Alemanha, ao enfrentamento entre os conselhos de fábrica e os sindicatos, nos fins de 1920, no Congresso Nacional de Conselhos de Fábrica, no qual estes se subordinavam em nível local e nacional aos sindicatos, que estavam nas mãos da maioria reformista, constituindo-se os conselhos em base da estrutura sindical. Com isso queria-se evitar o paralelismo organizatório: conselho de fábrica de um lado; e sindicato do outro.

O fato é que, na Itália, os conselhos tomaram a vanguarda das lutas entre 1919 e 1920, e, embora atraíssem a maioria da seção socialista de Turim e de elementos anarquistas, ficaram isolados do resto do país, em meio aos ataques da burguesia italiana e sem apoio dos sindicatos.

Bordiga, em sua polêmica com Gramsci, fundamenta suas críticas aos conselhos na teoria e na prática bolchevique. Por isso, Bordiga, ante seus críticos, em artigo publicado no soviete, em junho de 1919, afirmava ser necessária no debate sobre conselhos de fábrica, partido e ditadura do proletariado, a observação de uma preliminar: a conquista do poder político pela classe trabalhadora. Bordiga (1973) adverte, também, acerca da confusão entre soviete e sindicato de uma categoria profissional. Enquanto o sindicato tem como objetivo a defesa dos interesses econômicos do trabalhador como categoria profissional, o soviete é o espaço que o proletariado ocupa como componente de uma classe social que conquista e exerce o poder político e social, na medida em que os interesses globais dos trabalhadores são comuns a todos, independente do ofício que exerçam. Para Bordiga (1973), o verdadeiro instrumento de luta do proletariado encaminhado à conquista do poder político é o partido de classe. Enquanto existir o estado burguês, os conselhos de fábrica e os sindicatos apenas podem ser órgãos nos quais trabalha o partido de classe e nada mais que isso.

O verdadeiro instrumento da luta da libertação do proletariado, e antes de mais nada, da conquista do poder político, é o partido de classe comunista. [...]. Afirmer [...] que [conselho e sindicato] antes da queda da burguesia já são órgãos, não somente de luta política, mas de preparo

econômico-técnico do sistema comunista, não é mais do que um puro e simples retorno ao gradualismo socialista: este, chame-se reformismo ou sindicalismo, está definido pelo erro de que o proletariado possa se emancipar ganhando terreno nas relações econômicas, enquanto o capitalismo ainda detém, como Estado, o poder político. (BORDIGA, 1920 apud GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p. 67).

Quanto a Gramsci, logo após o fracasso prático do movimento dos conselhos, inicia um processo autocrítico e, assim, já nos últimos números do *L'Ordine Nuovo*, em fins de 1920, emerge claramente a centralidade da questão do partido e a necessidade de construção de um novo partido operário. Em janeiro de 1921, Gramsci encontra-se entre os fundadores do Partido Comunista Italiano. E, dessa forma, há também certa redefinição do papel do sindicato.

Gramsci, em *Ordine Nuovo*, em número publicado em junho de 1920 (apud GRAMSCI, BORDIGA, 1973, p. 105-6), afirma que os comunistas querem que o ato revolucionário seja consciente e responsável, e querem, também, que a escolha do momento de desencadear a ofensiva operária fique para a parte mais consciente e responsável da classe operária, aquela parte que é organizada no Partido Socialista e que participa mais ativamente da vida da organização. Por isso, os comunistas não podem querer que o sindicato perca sua energia disciplinadora e sua concentração sistemática. Os comunistas, constituindo-se em grupos organizados permanentemente nos sindicatos e nas fábricas, devem transportar aos sindicatos e às fábricas as concepções, as teses e a tática da III Internacional; “devem influenciar a disciplina sindical e determinar os fins, devem influenciar as deliberações dos Conselhos de Fábrica e devem fazer com que os impulsos à rebelião, que derivam da situação que o capitalismo cria para a classe operária, tornem-se consciência e criação revolucionária”. Afirma, ainda, que os comunistas do Partido têm o maior interesse, porque sobre eles pesa a maior responsabilidade histórica, em suscitar, com sua ação incessante, entre as diversas instituições da classe operária, relações de compenetração e de natural interdependência que vivifiquem a disciplina e a organização com o espírito revolucionário.

A mudança na posição de Gramsci, que pode ser observada aqui, seria apenas uma correção tática, ou uma *bolchevichação* do autor? De acordo

com Merli (1967 apud TOMASETTA, 1972, p. 164), Gramsci teria sido o verdadeiro fundador, na Itália, do bolchevismo, o braço e o cérebro dessa internacional e gigantesca operação stalinista que marcaria durante décadas a estrutura e a mentalidade dos partidos e militantes comunistas.

Para nós, pouco importa se Gramsci foi bolchevique e stalinista, e se foi, não há aqui nenhuma crítica implícita, ou se esteve continuamente dividido entre a espontaneidade controlada de Rosa Luxemburgo e o centralismo democrático de Lenin.⁹⁵ O que queremos demonstrar e, desse ponto de vista, Merli tem toda razão, é como a ideologia bolchevique, as teses e a tática da III Internacional influenciaram, não apenas a mentalidade e a prática dos militantes comunistas, mas também a produção teórico-crítica e a prática sindical no mundo.

Em suma, partimos da constatação de que os sindicatos, no desenvolvimento do seu trabalho, abdicaram da visão de conjunto da sociedade e, em consequência, de organizarem-se postulando uma participação integral do setor que representa nessa mesma sociedade. Tanto é que os sindicatos, em sua história mais recente, não colocam de forma clara a questão do poder na empresa e na sociedade, a não ser em determinados momentos e em experiências esparsas. Ao contrário, tanto no encaminhamento das principais lutas como no das questões cotidianas, os sindicatos têm trabalhado com um

⁹⁵ Mesmo porque, desde o período mais intenso do Ordine Nuovo (que, convém comentar, tem seu início com o artigo Democracia Operária), artigos de Gramsci apareciam centrados nos esquemas mais rígidos do centralismo leninista. “O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social, características da classe trabalhadora explorada. Ligar essas instituições, coordená-las e subordiná-las numa hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente, também se respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar desde já uma verdadeira democracia operária [...]. É necessário dar uma força e uma disciplina permanente a estas energias desordenadas e caóticas, absorvê-las, compô-las e potenciá-las, fazer da classe proletária e semiproletária uma sociedade organizada que se eduque, que faça a própria experiência, que adquira uma consciência responsável pelas obrigações que cabem às classes chegadas ao poder do Estado. [...] O Partido deve continuar a ser o órgão de educação comunista, a chama da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz à meta as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa.” GRAMSCI, A. Democracia operária. Ordine Nuovo, 21 de junho de 1919. In: GRAMSCI, A., BORDIGA, A (1973, p. 34-5). Ressaltamos a evidente contribuição teórica dada por Gramsci e a sua concepção pluralista da sociedade capitalista. Ao assimilar a teoria do partido, Gramsci não abandona as preocupações democráticas da época anterior, e talvez resida aqui uma das principais razões da profunda originalidade da sua síntese teórica na maturidade.

recorte da realidade, isto é, com certa perspectiva de elaboração da sociedade que desemboca, comumente, na luta econômica. Essa perspectiva de trabalho tornou-se uma autolimitação da política sindical.

Nossa tese, a esse respeito, é simples. Parece-nos que a ideologia bolchevique teve um importante papel na consolidação dessa visão do trabalho sindical, na medida em que ela coloca, como pudemos demonstrar, que os sindicatos, dados os seus limites, não poderiam desenvolver uma concepção política da sociedade e, conseqüentemente, colocarem em xeque a estrutura capitalista de poder. Apesar das polêmicas com os economicistas, o bolchevismo, na medida em que inverte as posições das duas esferas de atuação, colocando a primazia na luta política, continuou trabalhando com uma visão que separa a luta política da luta econômica. Dessa forma, o sindicato continua sendo aquele órgão responsável em encaminhar a luta da classe operária, no que diz respeito às reivindicações por melhorias salariais e por melhores condições de trabalho. A tarefa de desenvolver a concepção política da sociedade e a organização social que atenderia aos interesses do proletariado é delegada exclusivamente ao partido. E é por meio da política partidária que se daria a intervenção política nos sindicatos. Estes seriam os baluartes do partido, ou as *correias de transmissão* para se fazer chegar às grandes massas os ideais de transformação da sociedade.

Sem dúvida nenhuma, o partido ainda é aquele órgão que tem melhores condições de elaborar e encaminhar a luta política e um novo projeto social, contudo, isso não pode ser uma exclusividade sua. Não pode haver, pois, organismos revolucionários por uma virtude de forma, existem somente forças sociais revolucionárias pela direção em que atuam, e estas forças resumem-se em órgãos que lutem com um programa. Os sindicatos não poderiam também elaborá-lo?

Um segundo elemento que, do nosso ponto de vista, influenciou a prática tradicional dos sindicatos foi o sucesso que os partidos social-democratas e, conseqüentemente, uma enorme massa de sindicatos, tiveram com o desenvolvimento de suas políticas compensatórias.

Até por volta de 1914, a social-democracia apresentava-se como o movimento socialista numericamente mais forte e organizado. Possuía um movimento sindical estruturado, que compreendia uma vasta rede de cooperativas

de consumo, ampla rede de jornais e revistas, teatros, salas de concertos, movimento feminino, organizações esportivas e movimento da juventude.

Com o agravamento da situação internacional e início da Primeira Guerra Mundial, ganhou expressão na social-democracia alemã uma corrente da esquerda radical sob a liderança de Rosa Luxemburgo. Luxemburgo, opondo-se ao voto dos créditos de guerra dado pela social-democracia, articulou-se com outros comunistas, promovendo a Conferência de Zimmerwald, na qual foi definida a posição de luta contra a guerra e pela transformação revolucionária da estrutura capitalista da sociedade. Após a Primeira Guerra, movimentos revolucionários eclodem na Alemanha, e a esquerda da social-democracia é destruída pelo Estado, cujo Primeiro-Ministro, Gustav Noske, era social-democrata.

Nesta época, foi grande a *ilusão parlamentar*, segundo a qual bastava eleger a maioria de deputados para aprovar-se, no parlamento, as leis de socialização. A inviabilidade prática dessa proposta, a vitória da revolução russa e a eclosão da I Guerra levaram a II Internacional à falência.

Apesar da revolução russa, e da capacidade de tornar-se um partido de massas e de reconstruir sua máquina de propaganda, o Partido Comunista Alemão não obteve o monopólio da representação dos trabalhadores. A social-democracia, adaptada às exigências do capitalismo, tinha grande influência sobre as massas operárias alemãs.

Após a Segunda Guerra, a social-democracia alemã e a internacional retomam um papel de destaque no mundo. Sob uma crise econômica mundial, nos países de capitalismo desenvolvido, como Alemanha Ocidental, França e Suécia, entre outros, a burguesia não podia recorrer às formas abertas de repressão para controlar e disciplinar os trabalhadores. A solução social-democrata surgiu como a de menor custo social e político, mantinha-se um discurso de esquerda, com uma linguagem anticapitalista e antiautoritária, e uma prática mais próxima ao conservadorismo.

Após 1959 (Congresso de Bad Godesberg), a social-democracia alemã deixou de preocupar-se com a luta de classes e autodefiniu-se, não como um partido de classe, e sim como um partido popular que aceitava a economia de mercado e declarava-se partidário do *socialismo democrático*, em franca oposição ao comunismo.

A social-democracia alemã teve uma influência internacional. De acordo com Tragtenberg (1989, p. 29-30), essa influência deu-se através da Fundação Friedrich Ebert, de cujos cursos de formação política participavam, anualmente, mais de cem mil pessoas. No fim dos anos 1980, no órgão diretivo da Fundação encontravam-se diretores de multinacionais, como da Volkswagen, do grupo siderúrgico Hoesch, da indústria Krupp e membros como o presidente do Banco dos Sindicatos, sendo este o principal suporte financeiro do partido Social-Democrata e da Confederação dos Sindicatos Alemães.

O imperialismo alemão, através da social-democracia, atinge a África, mantendo um centro de formação sindical em Zâmbia, com 196 vagas em internato e 105 seminários anuais, devido à importância desse país na África meridional. Madagascar, Quênia e Sudão receberam, igualmente, centros de formação sindical. Em 1975, a Fundação Friedrich Ebert organizou em Bonn um seminário, cujo tema central foi a África do Sul. (TRAGTENBERG, 1989, p. 30).

A social-democracia ainda tem forte influência em vários outros países, como por exemplo, Portugal, Espanha e França e no movimento sindical do mundo todo.

E, por último, dentre as indicações que fazemos aqui, apontamos o elemento que talvez tenha sido o mais importante na determinação da política tradicional do sindicato: o taylorismo/fordismo⁹⁶. Isto é, a grande vitória do taylorismo/fordismo sobre o movimento operário que retirou do horizonte dos trabalhadores a possibilidade do autogoverno e que fragilizou, de certo ponto de vista, a intervenção sindical.

Quando Henry Ford introduziu, em 1914, o dia-trabalho de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros, muitos processos de trabalho fordista já se encontravam estabelecidos. A separação entre gerência, concepção, controle

⁹⁶ Entendemos o fordismo enquanto processo de trabalho organizado a partir de uma linha de montagem, como desenvolvimento da proposta taylorista, no sentido de que busca o auxílio dos elementos objetivos do processo (trabalho morto), no caso a esteira, para objetivar o elemento subjetivo (trabalho vivo). O fordismo caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois, enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realiza isso de forma coletiva, ou seja, a administração pelo capital da forma coletiva, pela via da esteira.

e execução e, conseqüentemente, de relações hierárquicas e de desqualificação no processo de trabalho, já estava bem avançada em muitas indústrias, aliás, iniciada desde a manufatura, como aponta Marx (1982, p. 284):

À medida que fomenta até o virtuosismo as condições parciais e detalhadas à custa da capacidade conjunta de trabalho, a manufatura converte em especialidade a ausência de toda formação. A escala hierárquica do trabalho se combina com a divisão pura e simples dos trabalhadores especializados e peões.

O que havia de diferente em Ford era a sua visão de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho e uma nova psicologia, isto é, um novo tipo de sociedade racionalizada, moderna e populista.

O taylorismo/fordismo apenas pode disseminar-se de fato após a Segunda Guerra Mundial. Basicamente, houve dois obstáculos para que isso não se desse antes. Primeiro, a resistência dos trabalhadores a submeterem-se a longas horas de trabalho rotinizado e que exigia pouco das habilidades manuais tradicionais e, segundo, as barreiras calcadas nos moldes e mecanismos de intervenção estatal. Dessa forma, foi necessária uma enorme mudança, tanto no papel do Estado, como nas relações de classe (que se inicia nos anos de 1930) para acomodar a disseminação do taylorismo/fordismo na Europa.

O Estado teve de assumir novos (Keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. (HARVEY, 1992, p. 125).

O equilíbrio de poder tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre os principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista - o trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado-nação -, e que formou a base de poder da expansão do pós-guerra, não foi alcançado facilmente, ao contrário, resultou de anos de luta.

A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram após a Segunda Guerra, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de

controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o implemento do taylorismo/fordismo. De acordo com Armstrong, Glyn e Harrison (1984, p. 129-38), foram preparados ataques às formas tradicionais, orientadas para os ofícios, e radicais de organização do trabalho nos territórios ocupados do Japão, da Alemanha Ocidental e da Itália e, também, nos territórios livres da Grã-Bretanha, da França e Países Baixos. Nos Estados Unidos, os sindicatos tinham poder no mercado, com o reconhecimento, em Lei, de que os direitos de negociação coletiva eram essenciais para a resolução do problema da demanda efetiva, em troca do sacrifício causado pelo campo da produção. Nos anos após a guerra, os sindicatos tiveram que se debater com inúmeros ataques, por uma pretensa infiltração comunista e terminaram por ser submetidos a uma disciplina legal incorporada em Lei promulgada no auge do macarthismo. Com os sindicatos sob controle, os interesses da classe capitalista puderam resolver o que Gramsci denominara problema de hegemonia e estabelecer uma base aparentemente nova para as relações de classes condizentes ao taylorismo/fordismo. Gramsci (1989, p. 381-2) afirmou que

[...] as experiências realizadas por Ford e a economia feita pela sua empresa através da gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria produzida, economia que influiu sobre o custo de produção, permitiu melhores salários e menores preços de venda. A existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (alto salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.

Há polêmicas sobre a profundidade dessas novas relações de classe, mas, de todo modo, isso por certo variou muito de país para país e até de região para região. Para Harvey (1992, p. 128), nos Estados Unidos, por exemplo, os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa do Meio Oeste e do Nordeste, preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político,

embora nunca determinante, sobre questões, como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social. Mas adquiriram e mantiveram esses direitos em troca da adoção de uma atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade.

Braverman (1981) alerta para o fato de que o problema perpétuo de acostumar o trabalhador a sistemas de trabalho rotinizados, inexpressivos e degradados nunca pode ser completamente superado. Entretanto, as organizações sindicais foram cada vez mais acuadas, muitas vezes por meio do exercício do poder estatal repressivo, para trocar ganhos reais de salários pela cooperação na disciplina dos trabalhadores, de acordo com o sistema taylorista/fordista de produção.

Em suma, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores parece ter levado a teoria sindicalista, de cunho revolucionário, à falência. “Aumenta a força material, esmorece ou desaparece completamente o espírito de conquista”, debilita-se o impulso vital, “à intransigência heróica sucede a prática do oportunismo”, a prática “do pão e da manteiga”, como diria o Gramsci (1920) de *L'Ordine Nuovo*.

2.2. Acumulação flexível e a crise contemporânea do sindicalismo

Nas últimas décadas, nos países de capitalismo avançado, ocorreram profundas mudanças no mundo do trabalho, com repercussões diretas nas suas formas tradicionais de representação, dadas pelos sindicatos e pelos partidos políticos. Podemos dizer que há uma aguda crise, que se inicia no século XX, que atinge de maneira avassaladora o mundo do trabalhador, da materialidade e da subjetividade do ser que trabalha.

Novos processos de trabalho emergiram, nos quais o cronômetro e a produção em série e de massa, típicos do taylorismo/fordismo, são substituídos, até certo ponto, pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação à lógica do mercado. (HARVEY, 1992, ANNUNZIATO, 1989, CLARKE, 1991, CORIAT, 1992).

A acumulação flexível, de acordo com Harvey (1992, p. 140), é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na

flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' [...] no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1992, p. 140).

Os poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os capitalistas exerçam uma maior exploração do trabalho sobre uma força de trabalho enfraquecida, porque viu o desemprego aumentar de forma desmarcada. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural, “[...] rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista”. (HARVEY, 1992, p. 141).

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma total reestruturação. Diante da volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os capitalistas tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande massa de força de trabalho excedente - desempregados e subempregados - para impor regimes de contrato de trabalho mais flexíveis. Mesmo para os empregados regulares, foram impostas jornadas de trabalho diferenciadas que obrigam os empregados a trabalharem bem mais em períodos de pico de demandas. Ainda ocorre a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário, subcontratado e o informal.

É difícil esboçar um quadro claro perante a diversidade dessas mudanças, ou seja, novas experiências de interação social; a intervenção direta dos

trabalhadores caminham, lado a lado, com as formas mais retrógradas de trabalho semi-escravo, desregulamentação social e intensificação do tempo de trabalho.

Há divergências nas análises realizadas pelos estudiosos e pesquisadores sobre o tema.

Para Sabel e Piore (1984), por exemplo, a especialização flexível seria a expressão de uma processualidade que teria possibilitado o advento de uma nova forma produtiva que articula, de uma lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas artesanais. Esta simbiose, na medida em que se expande e generaliza, supera o padrão fordista até então dominante. Esse novo paradigma produtivo expressaria também, segundo os autores, um modelo produtivo que recusa a produção em massa, típico da grande indústria fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista.

Muitas críticas foram feitas a esses autores mostrando, de um lado, a impossibilidade de generalização desse modelo e, de outro, o caráter epidérmico dessas mudanças. Clarke (1991) alega que a tese original da especialização flexível não é universalmente aplicável, pois traz incoerências entre seus vários elementos e não se sustenta empiricamente quando se refere à superação do mercado de massa e à incapacidade de esta produção adequar-se às mudanças econômicas, bem como à suposta correlação entre a nova tecnologia e a escala e as formas sociais de produção. Reafirma a ideia de que a especialização flexível acarretou a intensificação do trabalho e consiste em um meio de desqualificá-lo e desorganizá-lo. Mas sua proposição é polêmica quando afirma que o fordismo é dotado de dimensão flexível, capaz, portanto, de assimilar todas as mudanças em curso, ou seja, “[...] os princípios do fordismo já se demonstraram aplicáveis a uma gama extraordinariamente ampla de contextos técnicos” (CLARKE, 1991, p. 128). Por fim, Clarke (1991, p. 150) conclui que “A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo”.

Annunziato (1989) também critica a formulação que defende as positivities e o avanço da especialização flexível. Annunziato (1989) contesta o entendimento de Sabel e Piore (1984), que vislumbram a produção artesanal

como um meio necessário para a preservação do capitalismo e, quando os autores, referindo-se aos Estados Unidos, apontam uma democracia americana dos pequenos produtores. Annunziato (1989, p. 99-100) contesta esta proposição, dizendo que o fordismo dominou a economia dos EUA, à medida que teve um processo de trabalho taylorizado e dotado de uma hegemonia capitalista, que penetra no interior das organizações de trabalhadores, sindicatos e partidos políticos.

Distanciando-se tanto daqueles que falam em novos processos produtivos inteiramente distintos das bases fordistas, quanto daqueles que não vêem novas e significativas transformações no interior do processo de produção de capital, Harvey (1991) reconhece a coexistência e a combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, artesanais e tradicionais.

As provas de uma crescente flexibilidade (subcontratação, emprego temporário e atividades autônomas etc.) em todo o mundo capitalista são simplesmente demasiado claras para que os contra-exemplos de Pollert [1988] tenham credibilidade. Também considero surpreendente que Gordon [1988], que antes fizera uma defesa razoavelmente forte da tese de que a suburbanização da indústria fora em parte motivada por um desejo de aumento do controle do trabalho, reduza a questão da mobilidade geográfica a uma questão de volumes e direções do comércio internacional (HARVEY, 1991, p. 178).

Para Harvey (1991, p. 178) a insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilidade e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta, já que uma leitura cuidadosa de *O Capital* de Marx sustenta essa afirmação. O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica,

[...] deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as consequências ideológicas e políticas da superacentuação da flexibilidade no sentido estrito de técnica de produção e de relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade. Se, afinal, os trabalhadores estiverem convencidos de que os capitalistas podem incorporar práticas de trabalho mais flexíveis mesmo

quando eles não o podem, a disposição de luta dos trabalhadores por certo será enfraquecida. Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente. (HARVEY, 1992, p. 179).

De qualquer forma, o resultado mais brutal dessas transformações parece ser o aumento sem precedentes, após a Segunda Guerra, do desemprego estrutural que atinge o mundo industrializado. Podemos dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, por um lado, reduz o operariado industrial e fabril e, por outro, aumenta o subemprego, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e o mais idosos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Evidenciamos, também, uma tendência que leva a uma maior qualificação do trabalho e, ao mesmo tempo, aponta para um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, o que acaba configurando um processo contraditório que super qualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros.⁹⁷

⁹⁷ As possibilidades de aplicação da microeletrônica criaram novas práticas para o processo de automação com consequências significativas para a alteração do trabalho humano. A automação baseada na eletromecânica opera com equipamentos cujo comando vem embutido na máquina e não pode ser modificado. Este comando substitui e esvazia a capacidade de reflexão dos trabalhadores, cujas funções se reduzem a abastecer a máquina, vigiá-la e outras operações tão simples que só exigem capacidades humanas elementares. Esta automação é provocadora de grande rotatividade da força de trabalho adequada à produção em grande escala, mas disfuncional para as necessidades de flexibilidade e diversificação dos produtos que caracterizam o mercado da sociedade tecnizada. Com a aplicação da microeletrônica, os equipamentos tornam-se flexíveis, ou seja, o comando encontra-se externo à máquina e esta pode ser programada para diversas finalidades, o que oportuniza atender à crescente diversificação do mercado. No entanto, para manter e ter acesso à programação destas máquinas necessita-se de uma parcela de trabalhadores com maior qualificação. Com a flexibilização funcional parece emergir um novo perfil de qualificação da força de trabalho. Estariam, a princípio, postas exigências como: posse de escolaridade básica; capacidade de adaptação a novas situações, de compreensão global de um conjunto de tarefas e funções conexas, capacidade de abstração e de seleção, interpretação de informações, entre outras. Haveria também um estímulo à atitude de abertura para novas aprendizagens e criatividade para o enfrentamento de imprevistos. Todavia, é conveniente ressaltar que se encontram também, neste caso, trabalhadores reduzidos às funções mais elementares de preparação e vigilância do equipamento. É o caso, por exemplo, dos trabalhadores diretos que

Não é o caso, de estendermo-nos apresentando dados e exemplos acerca das últimas colocações, isto é, deste múltiplo e contraditório processo em curso no mundo do trabalho. Apenas indicamos que vários autores, com visões e conclusões diferenciadas, vêm pesquisando e demonstrando essas tendências, como, por exemplo, Shaff (1990), Gorz (1990), Offe (1991), Lojkine (1990), entre outros.

Do ponto de vista das relações de trabalho, o grau de transformações tem sido intenso, a ponto de alguns analistas da questão a tratarem como uma crise da sociedade do trabalho, ou como marco do fim da classe operária, como, por exemplo, Kurz (1992), Offe (1989), Gorz (1990), entre outros.

Não abriremos uma discussão sobre essa temática. Apenas indicamos que as tendências, em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação, à subproletarização ou à proletarização pós-moderna, como definem alguns autores, não nos permitem concluir pela perda da centralidade da categoria trabalho no universo de uma sociedade produtora de mercadorias.

Na verdade, o que ainda temos a discutir, acerca desta temática, e que nos interessa de perto, são as repercussões que essas mudanças tiveram no movimento dos trabalhadores. Mais particularmente, que resultados essas metamorfoses tiveram nas ações de classe dos trabalhadores, em seus órgãos de representação, como os sindicatos? Ou seja, quais as evidências, dimensões e significados da crise contemporâneas dos sindicatos?

Como uma das expressões mais evidentes desta crise, podemos destacar a crescente diminuição das taxas de sindicalização, especialmente a partir de 1980.

Em um estudo sobre o fenômeno da dessindicalização elaborado por J. Visser (1993, p. 61-2) são detalhadas as informações que corroboram as tendências das taxas de sindicalização. Diz o autor que, entre 1980 e 1990, na maioria dos países capitalistas ocidentais industrializados, a taxa de sindicalização, ou seja, a relação entre o número de sindicalizados e a população

executam funções simples, como observar alarmes, luzes de painéis, execução de ações previamente estabelecidas segundo os técnicos etc. Em suma, a adoção das novas tecnologias e de novas formas de trabalho levariam, de um lado, a uma elevação da qualificação média da força de trabalho, mas, dado o caráter restritivo, capital-intensivo e heterogêneo deste processo, essa elevação da qualificação restringir-se-ia apenas a um pequeno grupo de trabalhadores. E, de outro, levaria também à formação de um enorme contingente de trabalhadores descartáveis e totalmente desqualificados.

assalariada, tem decrescido. Na Europa Ocidental em seu conjunto, excluída a Espanha, Portugal e Grécia, a taxa reduziu de 41% em 1980 para 34% em 1989. Incorporando-se aqueles três países citados, as taxas seriam ainda menores. O autor ainda cita o Japão, cuja taxa caiu de 30% para 25%, e os Estados Unidos, cuja redução foi de 23% para 16%, no mesmo período. Entre 1979 e 1985, o número de filiados ao Trade Union Congress (TUC), central sindical inglesa, declinou de 12,2 milhões para 9,5 milhões filiados, uma queda de 25%.

A tendência à dessindicalização, entretanto, não pode ser confundida com uma uniformização do sindicalismo. Na Suécia, por exemplo, na década de 1990, mais de 80% dos assalariados eram sindicalizados. Junto com a Bélgica e a Áustria, compreende o campo dos países com maiores índices de sindicalização. A Itália, a Grã-Bretanha e a Alemanha formam um grupo de países intermediários, e a França, a Espanha e os EUA estão na retaguarda, seguidos pelo Japão, Países Baixos e Suíça (VISSER, 1993, p. 61).

Outro elemento demonstrativo da crise sindical pode ser encontrado no distanciamento existente entre os trabalhadores estáveis, de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado, de outro. Com o aumento do abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores estáveis e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. Com isso, começa a desmoronar o sindicalismo vertical, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tipo de sindicalismo, afirma Antunes (1995b, p. 62),

[...] tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, dotado de uma abrangência maior e que privilegie as esferas intercategorias, interprofissionais, por certo um tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o conjunto dos trabalhadores, desde os estáveis até os precários, vinculados à economia informal etc.

O processo de fechamento de fábricas e de desindustrialização gera também uma situação complicada para o sindicalismo. Setores da classe operária centrais na tradição do movimento operário, como os metalúrgicos, os mineiros e os operários da construção naval, entre outros, são hoje,

numericamente, bem menos expressivos. Os sindicatos de base mais ampla estão, agora, localizados no setor de serviços e, em quase todos os países centrais, os sindicatos de servidores públicos são os de maiores dimensões.⁹⁸ Dessa forma, a mudança de perfil da classe trabalhadora reflete-se também em uma nova heterogeneidade sindical. A imagem do operário industrial típico, o *peão de macacão*, já não identifica o conjunto da classe, e a cultura sindical associada àquela imagem já não dá conta da nova heterogeneidade.

Outra consequência das transformações em curso, no âmbito sindical, foi a intensificação da tendência neocorporativista, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado aos sindicatos, em detrimento dos setores que compreendem o trabalho precário, terceirizado etc. Não se trata de um corporativismo estatal, como conhecemos no Brasil, México, Argentina⁹⁹ e outros, mas de um corporativismo setorial, atrelado quase que exclusivamente ao universo da categoria, cada vez mais excludente e fragmentado e que se intensifica frente ao processo de fragmentação dos trabalhadores, ao invés de procurar novas formas de organização sindical que atenda e articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora. Tem-se verificado uma ampliação dessa modalidade de corporativismo.

Embora as raízes da transição do fordismo para a acumulação flexível sejam, evidentemente, profundas e complicadas, é possível observarmos, embora a casualidade não seja tão fácil de determinar, o movimento em direção ao individualismo exacerbado. Para começar, o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o moderno, o fugaz, ou seja, o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos que foram implantados na vigência do fordismo. Em consequência, a ação coletiva tornou-se mais difícil, e

⁹⁸ “Considerando-se apenas o setor privado, em meados da década de 1980, os não-manuais representavam, na Áustria, 22% de todos os sindicalizados; na Dinamarca, 24%; na Alemanha, 18%; na Holanda, 16%; na Noruega, 17%; na Suécia, 23%; na Suíça, 25%. Na Alemanha, atualmente, de cada três sindicalizados, um é de ‘classe média’, enquanto na Noruega e na Holanda estima-se que a metade dos trabalhadores sindicalizados não exerça uma profissão manual. Na França, onde a crise do sindicalismo é especialmente forte, a proporção de não-manuais (setores privado e público) entre os sindicalizados é superior a 50%, na Noruega, é de 48%, na Grã-Bretanha, de 40%, de 36% na Suécia, de 35% na Áustria, de 32% na Dinamarca, de 20% na Itália.” (RODRIGUES, 1993, p.3 apud ANTUNES, 1995b, p. 63).

⁹⁹ Mesmo nestes países há um avanço do corporativismo setorial, bastando observar os acordos coletivos que os sindicatos dos metalúrgicos, do Brasil, vêm realizando.

essa dificuldade tem constituído a meta central do impulso de incremento do controle sobre o trabalho. O individualismo exacerbado encaixa-se neste quadro geral como condição necessária, porém não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível. Afinal, foi principalmente por intermédio da irrupção da formalização de novos negócios, da inovação e do empreendimento que muitos dos novos sistemas de produção vieram a ser implantados.

A crescente individualização das relações de trabalho, que desloca o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividades econômicas e destes para o universo da empresa, do local de trabalho, isto é, para uma relação cada vez mais individualizada, tem levado a certo tipo de sindicalismo, o chamado sindicalismo de empresa ou sindicato-casa. Essa tendência, que se originou na Toyota e que se expandiu mundialmente, tem-se constituído em elemento nefasto para o sindicalismo, pois o torna mais vulnerável e subordinado ao comando patronal. A realocação do poder e das iniciativas para o universo das empresas dá-se em prejuízo dos sindicatos, pois essa manifestação do capital reduz o sindicalismo ao universo microcós-mico e individualiza e personaliza a relação capital e trabalho.

Além das considerações feitas, parece evidente, também, o esgotamento dos modelos sindicais vigentes que optaram pelo sindicalismo de participação e que agora contabilizam prejuízos, sendo o mais evidente o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos. Esse fato obriga o movimento sindical a novamente lutar pela preservação de alguns direitos sociais mínimos e pela redução da jornada de trabalho como caminho possível, no plano da imediatidade, visando diminuir o desemprego. Com a crise do *Welfare State* e a desmontagem das conquistas sociais da fase social-democrata, não é difícil imaginar o impasse no qual se encontra este tipo de sindicalismo. Nos últimos tempos, a via participacionista, que vincula e subordina a ação sindical aos condicionantes impostos pela classe dominante, e que se atém às reivindicações mais imediatas e pactuadas com o capital, tem obtido resultados extremamente raquíticos e, muitas vezes, negativos, quando se considera o conjunto da classe trabalhadora.

Para Antunes (1995a, p. 38-9, p. 53-4, 1995b, p. 152-4), a crise pode ser demonstrada pela atuação de duas vertentes do sindicalismo brasileiro.

A primeira, representada pela Força Sindical, com forte dimensão política e ideológica, que preenche o campo sindical da nova direita, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacitação científica, dependente dos recursos externos. A Força Sindical opera, no nível sindical, como uma espécie de mescla entre o neoliberalismo, predominante, e mantendo pontos de contato com a direita da social-democracia.¹⁰⁰ E, a segunda, é representada pela CUT, na qual o quadro também é de grande apreensão, pois ganha cada vez mais força na Articulação Sindical, a postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma acomodação dentro da ordem, daquilo que se diz ser o possível. O culto à negociação, às câmaras setoriais, ao programa econômico para gerir pelo capital a sua crise, insere-se num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo ideário e pela prática social-democrática. Trata-se de uma crescente definição política e ideológica no interior do movimento sindical. É uma postura cada vez menos respaldada numa política de classe e cada vez mais apoiada numa política “para o conjunto do país, o país integrado do capital e do trabalho” (ANTUNES, 1995a, p. 53).

Ainda, para Antunes (1995a, p. 54), há muitas razões para se recusar esse caminho. Primeiro, porque a crise do sindicalismo social-democrata, no centro, é expressão da crise que atingiu os países que implantaram o *Welfare State*. Segundo, que se a crise vivenciada no interior daqueles países centrais tem acarretado perdas sociais agudas aos trabalhadores, “será factível pensar na sua implementação aqui entre nós, onde as condições de miserabilidade são ainda muito mais intensas?” Ou seja, será imaginável que, na era da globalização, os capitalistas façam concessões reais, no sentido de, pela via da

¹⁰⁰ “Mas eu diria que todo sindicato que se preze faz parte da reprodução capitalista. Por que qual é o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível. [...] acho que está havendo no Brasil uma certa reação à excessiva política partidária existente nos sindicatos. [...]. Nossa reação é, de certa forma, para estilhaçar. E pode parecer alguma coisa como o sindicalismo norte-americano. Mas o meu ideal de sindicato não é nem o norte-americano, mas o alemão. São os sindicatos mais fortes, mais potentes.” (MEDEIROS, 1987 apud ANTUNES, 1995a, p. 63-4). Observamos que a fundação da Força Sindical contou com o apoio de cerca de trezentos sindicatos, duas Confederações e vinte Federações, e desde 1991 caminha no sentido de consolidar o projeto neoliberal do sindicalismo de resultado.

negociação, permitir avanços sociais fortes neste lado do mundo? Entretanto, é essa direção que a CUT vem dando ao movimento sindical brasileiro.

Um exemplo dessa atuação sindical pode ser encontrado na negociação realizada pela CUT, quando da apresentação, pelo governo FHC, do projeto de reforma previdenciária.¹⁰¹ O presidente da CUT, Vicente de Paula da Silva, apresentou-se para negociar a reforma, avalizando e agilizando a tramitação da proposta que o Executivo apresentara ao Legislativo ainda no primeiro semestre de 1995. O governo FHC, que em 1995 acusara a CUT de ser um obstáculo corporativista às reformas econômicas e ao desenvolvimento do país na era moderna, nesse momento recebeu Vicentinho de braços abertos, elevando-o à categoria de seu mais importante interlocutor junto à sociedade civil.

O resultado da negociação, como era de se esperar, foi que, após as conversações, o projeto governamental permaneceu praticamente inalterado e continuou a tramitar no Legislativo. Para o governo podem ser contabilizadas várias vitórias: o projeto avançou no Legislativo, difundiu-se a imagem do presidente como um líder disposto ao diálogo, e a CUT, que parecia ser o principal obstáculo às reformas, dividiu-se ainda mais com várias discussões internas sobre o caráter e o conteúdo do acordo. Mesmo porque, o presidente da CUT, ao negociar os interesses imediatos da classe trabalhadora, privilegiou os interesses do setor privado, garantindo a aposentadoria proporcional, o que secundarizou ou mesmo prejudicou, tanto os funcionários públicos, a quem o presidente ora dizia defender, e ora denominava-nos, a exemplo dos conservadores, de marajás, quanto o enorme contingente de trabalhadores precarizados, ao aceitar a tese da aposentaria por tempo de contribuição. Ainda temos que observar que por trás do presidente da CUT não havia qualquer movimento de massas ou consulta às bases que sustentasse ou legitimasse as posições negociadas. O que havia era somente o apoio da maioria da direção nacional da CUT à realização do acordo. Após dois meses de repercussão das negociações, a Central anunciou que os termos do acordo

¹⁰¹ Marcelo Badaró Mattos escreveu um interessante artigo intitulado “Sindicatos e dilemas das democracias contemporâneas: reações sindicais às propostas recentes de reforma previdenciária na França e no Brasil”, *Universidade e Sociedade*, n. 12, p. 85-90, 1997, no qual faz uma comparação dos encaminhamentos de luta efetuados pelo sindicalismo francês e brasileiro, diante das propostas de reforma previdenciária apresentadas pelos governos dos dois países.

não tinham sido respeitados no relatório da matéria do Legislativo.

Pouco tempo depois do malsucedido acordo da previdência, a CUT assinou, conjuntamente com a FIESP, uma proposta de reforma tributária. Nessa oportunidade, o presidente da CUT anunciou o nascimento de um novo sindicalismo, disposto ao diálogo e à resolução negociada dos conflitos entre capital e trabalho. Já tecemos inúmeros comentários, neste texto, acerca do caráter tradicional desse tipo de política, denominado pela Central de novo sindicalismo.

Por último, observamos uma tendência crescente de burocratização e institucionalização dos sindicatos, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, optando por uma atuação cada vez mais integrada à institucionalidade, com o objetivo de ganhar legitimidade e estatuto de moderação, e que se distanciam cada vez mais de ações anticapitalistas. Essas entidades sindicais constituíram-se e consolidaram-se enquanto organismos defensivos e, portanto, têm se mostrado incapazes para desenvolver uma ação para além do capital.

Dessa forma, começam a ganhar maior expressão movimentos sindicais que estão adotando uma política alternativa, que questionam a ação eminentemente defensiva, praticada pelo sindicalismo tradicional. Antunes (1995b, p. 67) cita o exemplo dos *Comitati di Base (Cobas)*, que surgiram a partir de 1980, na Itália, em setores ligados ao ensino público, aos controladores de voo, aos ferroviários e em alguns núcleos do operariado industrial. Os Cobas têm questionado fortemente os acordos realizados pelas centrais sindicais, especialmente a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL)*, de tendência ex-comunista, que em geral têm pautado sua ação em uma política sindical moderada.

Outro exemplo, citado por Mattos (1997, p. 88-90), é o dos sindicatos franceses no encaminhamento da luta contra a proposta de reforma da previdência social pública apresentada ao Legislativo pelo governo. Neste episódio, as lideranças dos trabalhadores foram chamadas a negociar após três semanas de greves e manifestações de massa, em todo o país, que paralisaram os transportes e vários outros serviços públicos, em pleno inverno e às vésperas do Natal de 1995. Assim mesmo, a população solidarizou-se com os grevistas e apoiou suas reivindicações. A onda de greves contra as reformas foram decididas e encaminhadas não pela estrutura sindical estabelecida, mas em grandes assembleias

de base fortificadas por passeatas que chegaram a reunir mais de um milhão e trezentas mil pessoas. “[...] os dirigentes das centrais sindicais sentaram-se à mesa de negociações como porta-vozes de suas bases e só poderiam legitimar-se representando fielmente as propostas que delas se originaram.” (MATTOS, 1997, p. 88). Parece-nos que as greves dos trabalhadores em serviços públicos, da França, transcenderam os seus objetivos econômicos mais imediatos e transformaram-se em um grande movimento popular de descontentamento contra a situação geral e a política governamental. E os sindicatos no encaminhamento desta luta estiveram atrelados às reivindicações e à representação de amplas bases e não de interesses corporativistas e setoriais. Fica evidente que, neste movimento, houve uma retomada, pela via da greve, de formas de organização, solidariedade e militância típicas de uma lógica de ação coletiva de classe, o que vários analistas julgavam mortas e enterradas.

3. Sindicato de docentes: política tradicional e política universitária

Já chamamos a atenção, no capítulo II, para o caráter diferenciador do sindicato de docentes, em especial da ADUNESP. Por ser uma Associação, embora desde a sua fundação, em 1976, tenha se organizado e desempenhado as funções de um sindicato, a ADUNESP nasceu livre e autônoma quando comparada à estrutura sindical vigente no país naquela época.

Imaginamos que esse caráter diferenciador seja fruto principalmente de dois fatores. Primeiro, as Associações surgem ou são recriadas em um momento da conjuntura, no qual o clima no país era de reconstrução das entidades de massas, de luta contra a ditadura e de certa abertura política. O segundo deriva exatamente da condição profissional e de classe do setor representado e das especificidades do trabalho docente. As especificidades desse trabalho, e o significativo controle que os docentes ainda detêm sobre o processo de trabalho, fizeram com que a categoria estivesse muito mais próxima dos oficiais trabalhadores, das primeiras décadas do século XX, do que dos operários da indústria moderna. Dessa forma, a organização coletiva dos docentes surge com fortes traços de uma corporação de ofícios, manifestados, por exemplo, na ênfase dada às liberdades individuais, à autodeterminação profissional, à dignidade pessoal, à participação na vida social e na da organização e um forte corporativismo. Haja vista que a ADUNESP, ao invés de

aglutinar e organizar os trabalhadores por ramos de atividade, como o fazem os sindicatos industriais, associa somente os docentes da UNESP, ficando de fora os demais setores públicos e privados do mesmo ramo. No âmbito da organização, somente os docentes podem se filiar a este sindicato, deixando de fora os outros trabalhadores da Universidade. Além disso, há outro critério para a filiação, o da base territorial, pois cada Campus da UNESP possui uma Associação Regional, e não é possível a nenhum docente filiar-se diretamente à ADUNESP Central que, teoricamente, aglutina e dirige todas as Regionais. Teoricamente e na prática, as Regionais possuem ampla liberdade de organização e até de atuação ideológico-política.

Outro fator a ser destacado diz respeito tanto à organização formal da entidade como à sua própria dinâmica, no que tange às decisões e encaminhamento das lutas e à consulta às bases. Apesar de o sindicato ter uma diretoria central, eleita por voto direto de todos os filiados às AD's Regionais, o órgão máximo de deliberação, no nível do executivo, não é a diretoria e sim a Plenária da ADUNESP. A Plenária é constituída por um membro da AD Central, o presidente ou, na sua ausência, por outro diretor, que preside o órgão, e por um representante de cada AD Regional, o presidente ou outro membro enviado para representar a Regional, não necessariamente membro da diretoria local. Apesar de o estatuto prever, além destes, mais um delegado de cada AD Local, escolhido em assembleia, na prática, não se observa essa representação. Verificamos, assim, que a direção principal do sindicato é efetuada por um colegiado mais amplo e representativo do que a diretoria executiva.

Outro aspecto da dinâmica da entidade a ser ressaltado é o processo de discussão e de decisão política, levado a cabo pela categoria. Nenhuma decisão política importante, como os movimentos grevistas, por exemplo, é tomada antes de serem consultadas todas as assembleias dos coletivos regionais. As propostas da diretoria da ADUNESP Central, ou do Fórum das Seis Entidades, são remetidas a cada AD Regional, que deverá discutir e consultar suas bases, por meio de assembleias locais. Após essas consultas, as propostas advindas de cada AD Regional são remetidas para a Central, quando, então, a Plenária discutirá e tomará a decisão final, sempre tendo por base a deliberação da maioria. Esse processo que, aparentemente parece ser moroso e complicado, na realidade, destaca a importância estratégica da base nessa

estrutura sindical diferenciada. Ou seja, é uma prática que instituiu instâncias de representação mais imediata, direta e inclusiva do trabalhador coletivo e, portanto, desse ponto de vista, mais democrática.

Esses traços, aliados ao da alta taxa de sindicalização verificada no setor (em algumas Regionais chegam a ser de mais de 90%), fazem com que a ADUNESP apresente uma prática e um caráter não convencionais, diferenciados das práticas tradicionais de outros sindicatos. Esse caráter deriva-se, provavelmente, da situação profissional específica deste coletivo de trabalhadores e das condições dadas pela conjuntura, quando da criação deste sindicato.

Verificamos, também, que essas formas de organização e de funcionamento não são privilégios da ADUNESP. Outros sindicatos representativos da categoria docente organizam-se de maneira muito semelhante, como por exemplo, a ADUSP e o próprio sindicato nacional, a ANDES.

Evidentemente, a origem dessas entidades e as suas bases objetivas são diferentes das dos sindicatos da produção material. Os docentes universitários, em sua maioria, originários da classe média, apresentam uma dinâmica e uma prática distintas das de outros trabalhadores. Da mesma forma, a entidade que os representa tende a refletir, em sua atuação, as determinações imanentes a essa classe social, determinações de ordem sócio-econômica, política e cultural.

Os docentes sempre foram assalariados. Entretanto, na prática, as especificidades do trabalho intelectual (individual e artesanal), a formação e as condições de emprego fazem com que os professores universitários aproximem-se da situação dos profissionais liberais. Esses fatores também levam a uma prática sindical mais participativa e mais democrática.

Mas, a despeito dessas determinações e do caráter diferenciador das Associações de Docentes, observamos que a trajetória dessas entidades não foi tão diferente daquela percorrida pelos outros sindicatos. Ao contrário, até pelo fato das Associações terem surgido muito depois, a tendência foi a de repetir as mesmas táticas de luta encaminhadas pelos outros órgãos.

A ADUNESP, juntamente com as outras entidades, lutou pela democratização da universidade. No entanto, essa diretriz política não se consolidou enquanto vetor principal da atuação do sindicato. E, apesar de consolidar-se como entidade representativa de trabalhadores intelectuais, da educação, a

principal luta desencadeada pela Associação foi a luta econômica, ou seja, as campanhas salariais.

Parece que alguns fatores influíram para determinar essa atuação. O primeiro fator talvez esteja ligado à própria transformação da entidade em sindicato. A Constituição promulgada em 1988 contemplou os servidores públicos com o direito à organização sindical. Nos anos de 1989 e 1990, a ANDES, transformada em sindicato nacional, desenvolveu um amplo processo de orientação e de discussão com todas as associações de docentes, no sentido de também transformá-las em sindicatos. O processo de legalização e formalização do sindicato, bem como o de filiação à CUT e, conseqüentemente, de inserção no movimento sindical geral, fizeram com que as entidades de docentes se aproximassem dos parâmetros sindicais mais tradicionais. De certa forma, essas entidades integraram-se à estrutura sindical oficial. Porém, é preciso notar que, apesar disso, a ADUNESP não perdeu a sua orientação básica e diferenciadora já descrita anteriormente. Assim, ao mesmo tempo em que a transformação da entidade em sindicato foi positiva, pois propiciou à categoria alguns direitos reconhecidos em lei e possibilitou a integração desse setor num processo mais abrangente de definição política e de articulação com os movimentos em nível nacional, também lhe colocou certo limite, aquele derivado da aproximação da entidade à política sindical tradicional.¹⁰²

¹⁰² Esse autolimito pode ser verificado em várias práticas que foram introduzidas na entidade após a transformação em sindicato. Era comum, por exemplo, após movimentos de democratização, a Associação negociar ou diretamente com o reitor e assessorias ou por meio dos representantes nos órgãos colegiados quase todos os problemas que se davam no nível das relações de trabalho e de direitos trabalhistas. Partia-se do pressuposto de que o reitor, os diretores etc., por serem colegas e não patrões entenderiam e, dependendo do problema, concordariam com as reivindicações, pois, em última instância, eles também eram atingidos pelos problemas. Tanto que a ADUNESP não possuía assessoria jurídica. Imediatamente após a transformação em sindicato, essa visão começou a ser modificada. Era comum, nas reuniões da Plenária, e outras da ADUNESP, colocações como “Nós, nem sindicato somos ainda”; “Temos que adequar a nossa luta à luta dos trabalhadores. Existem muitos direitos trabalhistas, etc. que os trabalhadores já conquistaram há muito tempo, e nós sequer as tangenciamos.”; “Precisamos introduzir no nosso sindicato a prática de ir à Justiça reivindicar nossos direitos. Estamos muito atrasados em relação aos outros sindicatos.” A partir disso, a ADUNESP instituiu uma assessoria jurídica e, depois disso, movem-se inúmeras ações de cunho trabalhista contra a Universidade. Esse movimento, embora positivo porque ampliou os direitos dos trabalhadores da universidade, contraditoriamente, veio acompanhado de certo abandono de algumas práticas anteriores e a Associação acabou perdendo um espaço significativo

O segundo fator deriva, provavelmente, da influência que os comunistas, ou simpatizantes, e outras forças da esquerda tiveram na criação e desenvolvimento da ADUNESP. A concepção de trabalho sindical derivada da tradição operária, que já discutimos no item anterior, foi de certa forma imprimida a esta entidade, até porque não havia uma experiência histórica própria à organização do setor docente. Entretanto, a implantação das concepções típicas ao sindicalismo tradicional na ADUNESP apenas pode ocorrer de forma também limitada e, pela própria origem e base objetiva da entidade, não ocorreu em todas as esferas. Como já indicamos, a origem social e a situação profissional dos docentes levavam a que estes cultivassem alguns valores, como a expressão da individualidade, a participação, a autodeterminação e certa índole contestatória peculiar ao intelectual de ofício e ao ambiente da universidade. Esses valores contrapunham-se, claramente, a diversas práticas observadas na tradição sindical. Por certo, esses fatores levaram à inadequação dos docentes às práticas mais centralizadoras e mandonistas observadas na cultura política.

Por fim, embora o sindicato de docentes tenha características diferenciadas dos outros sindicatos, observamos, ao mesmo tempo, na atuação da entidade, fortes influências da tradição do movimento operário. Assim, ao lado da defesa do ensino público e gratuito, a luta pelas melhorias das condições de trabalho e por melhores salários foram e continuam sendo as principais diretrizes da atuação sindical da ADUNESP.

O sindicato de docentes sempre foi combativo e defendeu os interesses imediatos da categoria. Nesses anos todos, sob a autonomia, têm sido grandes e difíceis os embates entre o Fórum das Seis e o CRUESP. Contudo, o Fórum nunca conseguiu, mesmo porque nunca colocou mais firmemente essa tarefa como sendo do sindicato, elaborar uma política salarial alternativa à do CRUESP e, ao mesmo tempo, convincente. Para isso seria necessário conhecer profundamente a gestão da Universidade e propor alternativas. O movimento que se verifica é o mesmo, o CRUESP propõe baseado no seu projeto, e o sindicato discorda. Mas para o fortalecimento da gestão democrática da

nos órgãos colegiados, por exemplo. Não sabemos dizer, com certeza, se foi essa nova ótica que levou o sindicato a enxergar os reitores, mais do que antes, como patrões, ou se a própria gestão da reitoria, de 1992/96, de certa forma levou a isto. O fato é que o confronto entre o movimento docente e a reitoria, principalmente nas campanhas salariais, contou com essa nova variável.

universidade isso não basta, essa é a política tradicional. Não basta ao sindicato, sob a autonomia universitária e se este quiser avançar para além do projeto neoliberal, ser um órgão de resistência e defensivo.

Aprendemos a resistir e a lutar contra o autoritarismo que vigorou durante anos neste país. Mas, a tarefa colocada parece ser outra, qual seja, a de construir a democracia ou, mais especificamente, a gestão democrática ou o autogoverno. No entanto, a construção da gestão democrática e a ampliação dos espaços democráticos demandam propostas viáveis, envolvimento, responsabilização e participação nas vísceras das organizações. Faz-se necessário que os setores democráticos pensem os problemas de dentro e por dentro das estruturas. Não basta, sob a autonomia, embora muitas vezes seja necessário, enxergar os dirigentes universitários apenas como patrões e *bater duro neles*. Não basta ao sindicalismo ver as questões de planejamento, orçamento, política salarial, política pedagógica etc. como se fossem assuntos apenas patronais, que nada têm a ver com os assuntos dos trabalhadores.

Há duas tendências no movimento docente que dificultam o avanço do trabalho sindical. De um lado, ocorre a predominância da luta por melhores salários. A absorção do sindicato neste embate acaba enfraquecendo as outras bandeiras de luta, como, por exemplo, pela universidade pública, gratuita e de boa qualidade para todos; por mais verbas para a educação; por um sistema de saúde de qualidade; pela democratização dos órgãos internos da universidade etc. Essas reivindicações e palavras de ordem são justas, mas, geralmente, são encaminhadas de forma genérica. O sindicato poderia, além de propagandear-las, elaborar estratégias para operacionalizá-las. E, por outro lado, a tendência ao individualismo observado no setor. A categoria reclama da falta de condições de trabalho, da falta de livros, de laboratórios, da falta de financiamento para as atividades científicas, da burocracia etc. Mas a maioria dos docentes não participa de assembleias e reuniões para discutir com os colegas um movimento de resistência aos ataques às universidades públicas e, principalmente, para discutir formas de luta inovadoras. Disso tudo resulta um marasmo generalizado, permeado por descontentamentos e revoltas parciais, geralmente desencadeadas na época da data-base. Desse modo, o movimento dificilmente consegue formular propostas globais, a não ser a exclusão de uma ou outra medida tomada por um órgão deliberativo ou

pelas direções de Unidades e reitoria da Universidade.

O movimento de democratização desencadeado na UNESP, nos anos 1980, incorporou à prática da comunidade as eleições diretas para os cargos majoritários. Entretanto, o sindicato, até hoje, não formalizou uma proposta de organização de um processo eleitoral democrático para todos os cargos executivos da universidade. Propostas estas que poderiam incorporar tópicos contendo a proibição do uso da máquina que favorece certos candidatos, igualdade de condições para os candidatos disputarem as eleições, ética nas eleições etc. Não estamos nos referindo a propostas pontuais elaboradas nos momentos que antecedem as eleições, deixadas sempre de lado porque as regras já estão definidas.

O sindicato de docentes congrega profissionais de diversas áreas, profissionais da educação. Uma das questões formulada de forma generalizante, mas que a categoria sempre defendeu na universidade pública é a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. O governo Fernando Henrique Cardoso não apenas defendeu, como, também, tentou implantar a sua concepção de universidade privatizante. O governo federal, por meio da ação do Ministério da Educação, desejou instituir, no país, dois tipos de universidade: uma para a pesquisa; e outra para o ensino superior. Porém, se defendemos a indissociabilidade das funções, temos que demonstrar, na prática, que essa proposta é nefasta e que compromete profundamente a qualidade do trabalho executado na universidade.

Por que será que essa proposta do governo tomou corpo e tem ressonâncias hoje, muito mais do que há anos? Porque os paradigmas estão obsoletos e é preciso colocar outros no lugar. Por exemplo, como se discute hoje a organização departamental e curricular da universidade? Continuamos, na universidade, vivendo um tempo em que se separam ciências humanas de ciências exatas. Talvez essa separação signifique, hoje, no máximo um jargão positivista do século XIX, mas esta ainda é a referência da universidade para a elaboração e organização de seus cursos e seus currículos, ou seja, para a elaboração do saber.

É necessário, também, redimensionar os cursos de graduação, entendendo-se que é possível fazer educação de qualidade aproximando-se e entrelaçando-se com a sociedade. Embora, neste ponto, a universidade tenha

avançado, ela ainda permanece isolada da comunidade. Como podemos ter apoio da população se esta não sabe o que a universidade pensa? A universidade, enquanto instituição, tem grande dificuldade em posicionar-se perante a sociedade, sobre os problemas mais diversos. Outros órgãos, como, por exemplo, a OAB, a CUT, a SBPC etc., posicionam-se a respeito de inúmeros problemas, de toda ordem, e a respeito de vários projetos, governamentais ou não. Mas a universidade, enquanto instituição, não tem essa prática. O sistema de ensino público de 1º e 2º graus vive, hoje, uma grave crise. Qual a participação da universidade pública, não de grupos de docentes, departamentos etc., mas da instituição, no sentido de contribuir para a resolução desse problema?

O próprio sindicato de docentes, sob a autonomia ou o autogoverno da universidade, não colocou em questão a natureza social da intervenção da universidade, isto é, a sua função social. Dá-se por assentado que o ensino público, gratuito e a pesquisa realizada na universidade são produtos em si mesmo democráticos, inclusive na forma em que se encontram. Mesmo no plano pedagógico, o sindicato de docentes nunca se preocupou em tentar introduzir uma formação democrática para os alunos, voltada para a formação mínima do cidadão.

Essas preocupações não frequentam o cotidiano do sindicato de docentes. Contudo, o sindicato poderia discutir o dia-a-dia do saber, da ciência, da tecnologia, da organização cultural, por fim, do modelo de universidade. O ensino deve ser público e gratuito, como proclama o sindicato? Sim, mas o que queremos desta universidade pública e gratuita? E o que é qualidade?

O sindicalismo brasileiro teve, na década de 1980, se pudéssemos fazer uma contabilização desse período, um saldo positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; o sindicalismo rural avançou; houve o nascimento de centrais sindicais, como a CUT e a própria ANDES- S.N.; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, sobressaindo-se a presença de organizações de funcionários públicos; indicações estas que configuram um quadro favorável para o sindicalismo.

No entanto, paralelamente a esse processo, nos últimos anos da década de 1980, acentuavam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriram o sindicalismo brasileiro na onda regressiva.

A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas dentro de um quadro recessivo intensificado, deslançaram um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que a indústria automobilística é um forte exemplo. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização, tiveram, no neoliberalismo do projeto Collor, forte impulso. (ANTUNES, 1995b, p. 151).

Esta nova realidade acuou o sindicalismo no país, que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, sintonizado com a onda mundial conservadora, da qual a Força Sindical é o melhor exemplo e, de outro, diante das próprias lacunas teóricas, ideológicas e políticas no interior da CUT, o que dificultou enormemente o avanço qualitativo, ou seja, a passagem de um período de resistência, como nos anos de luta contra a ditadura, para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas e políticas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista existente, propostas que pudessem contemplar o conjunto da classe trabalhadora. Neste momento, além da combatividade do período anterior, seria necessária a articulação de uma análise da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista que proporcionasse ao sindicalismo os elementos necessários, tanto para resistir ao ideário neoliberal quanto à acomodação social-democrata, que, apesar da sua crise no centro, toma corpo rapidamente no movimento sindical brasileiro, apresentando-se como a única alternativa para se fazer frente ao neoliberalismo.

A universidade e os sindicatos de docentes não ficaram imunes a esse movimento verificado na estrutura produtiva e no sindicalismo em geral. Já indicamos, neste texto, que o modelo burocrático taylorista/fordista que se consolidou nas organizações, apenas tangenciou a universidade. No entanto, isto não quer dizer que sobre o trabalho docente não pese nenhuma espécie de controle. Ao contrário, na UNESP, por exemplo, a implantação e funcionamento da Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT) é o melhor exemplo do controle que se efetiva sobre o trabalho docente. A CPRT é um órgão de assessoramento que está diretamente subordinado ao reitor e cujos membros e presidente são indicados por ele. O trabalho desenvolvido pela Comissão integra a avaliação e pareceres acerca de planos de atividades e projetos de pesquisa que são elaborados de três em três anos, por todos os

docentes; relatórios de atividades e de pesquisa de cada triênio; pedidos de afastamento e respectivos relatórios; acompanhamento do período de estágio probatório; entre outros. Entretanto, chamamos a atenção para dois fatores essenciais na atuação deste órgão. Primeiro, que realiza uma avaliação com caráter estritamente individual e pontual do docente, e não do trabalho coletivo desenvolvido via departamentos, grupos de pesquisa ou grupos acadêmicos e, segundo, que se centra claramente no controle e vigilância do docente, valorizando muito mais o cumprimento dos prazos, do que o mérito das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Considerando-se que é muito raro o reitor não acompanhar o parecer da Comissão, percebemos o controle de tipo burocrático, que a Comissão exerce sobre o docente e o poder que esse órgão possui. Ainda, há vários casos, de todos conhecidos, de perseguição pessoal movidos por membros desse órgão e que, apesar da intervenção do sindicato, em sua maioria, resultaram em corte do tempo integral de docentes.

Em 1994, a proposta de flexibilização do trabalho também chegou à UNESP, porém de forma diferente daquela que se observou na indústria. Não se tratava aqui de inserir uma polivalência no trabalho realizado pelo professor, aliás, de todo, já bastante polivalente e múltiplo, mas sim de flexibilizar o regime de trabalho. Assim é que, nesse mesmo ano, a CPRT apresentou um conjunto de documentos contendo uma série de propostas de regulamentação do trabalho dos docentes. O primeiro objetivo colocado pela Comissão no documento introdutório acabou delineando o projeto de universidade por trás das propostas, pois colocava grande ênfase nos serviços de extensão. Propôs a CPRT que o instrumento a ser utilizado nos serviços de extensão seja a Rede UNESP, o que significa uma Universidade que busca inserção no mercado, como vendedora de projetos ou prestadora de assessorias grandes ou pequenas. No entanto, alertamos para o fato de que há grande diferença entre prestação de serviços, troca de serviços e venda de serviços, e que a última implica, necessariamente, em fazer o que quer o comprador. Essa proposta tratou, portanto, de uma absorção acrítica do modelo neoliberal de universidade que vem provocando consequências funestas em sua implantação, como, por exemplo: a) as Fundações, cuja justificativa básica para sua criação é a de agilização na manipulação de recursos, acabam por possuir vida paralela à da Instituição, sem prestar contas a quem quer que seja, servindo, muitas vezes, de instrumento

para *lavagem* de dinheiro público, tornando-o privado; b) com a tentativa de inserção da universidade no setor produtivo, passa-se a ter como preocupação central colocar a universidade a serviço da empresa privada, o que significa, em última instância, contribuir para o lucro capitalista, em detrimento das demandas sociais, tidas, na visão liberal, não como investimento do Estado, mas como custo. Por fim, se a extensão de serviços desligar-se da produção científica e do ensino, como requer o projeto do governo federal, teremos um serviço governamental de assistência social (saúde, alfabetização etc.) ou uma agência de fomento às empresas (treinamento de pessoal, projetos, assistência técnica etc.), e não a indissociabilidade das três funções da universidade pensada e vinculada às necessidades da sociedade em que se insere.

Na perspectiva apontada, seria de se refletir se a pesquisa e o ensino vêm sendo suficientemente favorecidos pelas ações institucionais. Conhecemos a resposta. Não apenas há poucos estímulos, como a baixa remuneração dos docentes coloca-os em uma situação sem saída, a não ser a adoção do projeto que tem por finalidade captar recursos externos privados, para complementar os declinantes recursos públicos da universidade. Concluimos, portanto, que a flexibilização do trabalho docente, da forma como vem se desenvolvendo, contribui, primeiro, para dispersar ainda mais os docentes por vários locais de trabalho e, segundo, para fragmentar ainda mais a luta coletiva, pois os docentes acabam buscando saídas isoladas e individuais para os baixos salários percebidos na universidade. Os trabalhadores cada vez participam menos do sindicato e das assembleias e começam a achar o seu lugar na universidade, que é o da flexibilização. Além disso, a flexibilização do regime de trabalho tem contribuído, também, para legalizar uma situação há muito tempo constatada na universidade, qual seja, a de fraude do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

A ADUNESP Central e algumas Regionais, nos anos de 1994 e 1995, tentaram apresentar várias críticas a essa proposta da CPRT que foi remetida para todas as Unidades e discutida em praticamente todas as Congregações. No entanto, o resultado da votação no CO, que aprovou a proposta com pouquíssimas modificações, mostra como se conformaram as forças favoráveis e desfavoráveis à flexibilização do regime de trabalho docente. No CO, órgão composto de mais ou menos oitenta membros, nesse momento, a proposta obteve apenas três votos contrários.

Neste contexto, de fragmentação e dispersão do coletivo de trabalhadores, fica muito difícil para os sindicatos de docentes, sobretudo para a ANDES - S.N., terem o mesmo poder de mobilização dos anos anteriores. A universidade está mudando rapidamente e um dos fatores da mudança está na própria renovação do corpo docente. Muitos professores estão se aposentando e novos quadros estão adentrando a universidade, com novas expectativas. Quanto aos antigos quadros, também demonstram certo cansaço das inúmeras greves desencadeadas no período anterior. Esse desgaste é provocado principalmente pela política governamental, a política do vencer pelo cansaço, ou seja, o movimento docente pode se manifestar, mas os governos estaduais e federal não atendem as reivindicações. Por esses motivos, as entidades de docentes, em especial a ANDES, necessitam elaborar propostas e políticas novas. O sindicato nacional precisa aprofundar a crítica ao neoliberalismo. Para Vieira Feres (1993, p. 84) o pior do neoliberalismo não é a política econômica, mas a cultura individualista e de competitividade que cria. “Esta cultura entra não só na cabeça, mas no coração das pessoas. E para reverter esse processo é preciso discutir outros pressupostos, outro tipo de cultura, o que significa um projeto coletivo”.¹⁰³

O desafio parece ser o de recuperar o coletivo, a utopia, não como algo impossível de ser alcançado, mas como ideia de uma revolução processual e permanente. Parece ser necessário também desmistificar a ideia, que ganha inúmeros sindicatos, de que a política é a arte de realizar o possível. O impossível possível seria criar cultura ou recuperar alguns valores, que foram tão caros à classe operária, e que estão sendo soterrados pelo movimento do capital. Por que não podemos criar ou recuperar a cultura da solidariedade no lugar da cultura da competitividade e da individualidade reafirmada pelo capital?

Resta-nos, ainda, fazer uma última indicação. Obviamente, a participação a que nos referimos no início destas colocações não diz respeito à participação que vincula e subordina a ação sindical aos condicionantes impostos pelo capital, que adere à cultura e ao projeto neoliberal. Referimo-nos a uma participação que crie alternativas a estes.

Contudo, esse parece ser um grande nó da atuação sindical. Como fazer avançar reformas não reformistas, isto é, de cunho democrático? É possível

¹⁰³ - A professora Maria José V. Feres foi presidente da ANDES, na gestão 1984/86.

fazer avançar reformas que não sejam de cunho liberal, de cunho capitalista?

As reformas social-democratas também tiveram um cunho anticapitalista, tanto que hoje presenciamos as reações neoliberais de desmonte das conquistas sociais e trabalhistas da classe operária. Mas, apesar disto, as reformas social-democratas não conseguiram atingir a essência do capitalismo. Para atingi-la é necessário ultrapassar a aparência e atacar o seu cerne, ou seja, as relações de produção na sua totalidade (produção, distribuição, troca e consumo). Isso seria possível?

O que chamamos hoje de autogoverno ou autogestão na universidade, por exemplo, trabalha apenas com um aspecto das relações de produção. Tem sido, pois, um movimento unilateral. A despeito deste fato, consideramos esse movimento positivo. Mas, teríamos espaço real para o crescimento de movimentos autogestionários, primeiro nos locais de trabalho e, depois, na sociedade? Há a necessidade de reflexão sobre esses questionamentos, pois a única autonomia que pode interessar aqui é a autonomia capaz de alimentar o processo democrático.

Para a comunidade universitária e para as suas entidades representativas estão, ainda, colocadas três questões, cujas respostas são pré-requisitos, não apenas para a construção de um projeto estratégico de universidade, como para o avanço das lutas imediatas:

a) As entidades representativas dos três setores e a própria comunidade universitária não foram capazes, até o momento e na maioria dos casos, de assegurar o controle dos mandatos dos dirigentes universitários eleitos, mantendo ao mesmo tempo sua independência frente às estruturas de poder da universidade. Os sindicatos, na universidade, não têm conseguido realmente uma autonomia frente aos dirigentes. Ficam, na maioria das vezes, amarrados à política desencadeada e implantada pelas reitorias.

b) Para as entidades faltou uma definição clara da relação com os organismos de poder e, superada a fase de resistência, produzir políticas de gestão da universidade. Os sindicatos não desenvolveram a capacidade de intervir na gestão cotidiana da Universidade, tanto no nível da reitoria como no das Unidades. Os sindicatos tentam uma política de intervenção somente nos momentos de crise. Isso ocorre fundamentalmente porque os sindicatos não têm elaborado um projeto de universidade e, conseqüentemente, uma

política de gestão. Dessa forma, objetivos e metas não ficam claros.

c) Para os movimentos organizados estão colocadas duas tarefas imediatas: a superação do corporativismo; e a construção de um espaço comum de intervenção na Universidade.

Há inúmeras implicações do deslocamento da atuação sindical diante da autonomia. Mas a questão que se coloca de imediato é: seriam os movimentos e suas entidades capazes de romper os limites do processo de democratização e garantir o exercício do poder pelo coletivo de trabalhadores?

CAPÍTULO IV

POLÍTICA SINDICAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Na atual conjuntura, parece haver uma retomada das aspirações, por parte dos trabalhadores, de uma participação mais direta e efetiva nas organizações e no Estado. Aspirações que, em tempos passados, estiveram bastante vivas no movimento operário-popular. A reflexão sobre essas aspirações levou, na atualidade, a uma retomada dos estudos sobre a autogestão.

Outros acontecimentos históricos parecem estar contribuindo para o reposicionamento do tema da autogestão, como uma possibilidade histórica que deve ser considerada: a crise da social-democracia e do *Welfare State*; o desmoronamento dos países socialistas; e a nova revolução industrial.¹⁰⁴

A nova revolução industrial, cujas características principais foram

¹⁰⁴ Ao longo do século XX, a classe trabalhadora passou a ocupar um espaço político decisivo, especialmente no que se refere ao peso dos partidos de base trabalhadora nos processos eleitorais e na composição de governos no período do pós-guerra. Em versões social-democratas, socialistas ou trabalhistas, a ascensão destes partidos ao poder (muitas vezes em alianças) possibilitou a construção de políticas compensatórias de distribuição de renda e seguridade social. O questionamento desta matriz política pelo neoliberalismo não encontrou respostas adequadas por parte de segmentos da esquerda, que ou aderiu às políticas antiestatais ou criticou apenas aspectos isolados do neoliberalismo, gerando uma perda de referencial político para boa parte dos trabalhadores. De certa forma, a fragilidade atual dos social-democratas e trabalhistas deve-se, também, ao desmonte do referencial central de outro segmento expressivo da esquerda, os comunistas, com a queda dos regimes do Leste Europeu. Uma das interpretações possíveis do espaço político que a social-democracia e o *Welfare State* ocuparam, no pós-guerra, é a que atribui seus avanços ao fato de apresentarem-se como alternativa perante a ameaça comunista. De qualquer forma, o vazio político deixado pelas diversas carências de projetos da esquerda no continente europeu, e no mundo todo, é, sem dúvida, um aspecto agravante da situação atravessada pelas organizações sindicais. Mas cria, também, novos espaços para reflexões acerca das possibilidades para além do capital.

apontadas no capítulo anterior, não cria por si mesma instituições e ou organizações autônomas dos trabalhadores, autogestionárias ou prefiguradoras da gestão democrática. Mesmo observando a nova situação da classe operária, não podemos ter a ilusão de que o capital, por si mesmo, possa superar o assalariamento. Porém, processa-se uma contradição, pois, por um lado, a empresa capitalista não pode prescindir do assalariamento. Por outro, para fazer face à complexidade crescente das novas tecnologias, da globalização, da competição no mercado etc., a empresa necessita que o trabalhador se modifique numa espécie de empreendedor, o que, aparentemente, não é realizável sem a participação e autonomia de parte dos envolvidos no processo.

É este novo e diferenciado potencial de participação que leva alguns analistas a formularem a hipótese de que seria o momento propício para se relançar um renovado movimento autogestionário. A intervenção estaria com os trabalhadores e com suas organizações coletivas, e a tarefa consistiria em partir das estruturas de participação capitalista para, num processo de superação, avançar em direção a formas de participação mais avançadas e gestões autônomas.

[...] seria um grande equívoco acreditar que nada mudou, porque a revolução informacional obriga o capitalismo a brincar incessantemente com fogo ao revolucionar as suas próprias normas, a sua própria cultura, na tentativa de salvar o essencial - ou seja, o seu sistema de exploração. Assim, experiências de interação social, de intervenção e de expressão diretas caminham lado a lado com as formas mais retrógradas de 'desregulamentação social', de 'flexibilização' dos empregados e de intensificação do tempo de trabalho. Lança-se, pois, um desafio crucial ao movimento operário. Não aceitar este desafio, atendo-se às lutas sociais defensivas, significaria perder uma oportunidade histórica relevante, justamente no momento em que o sistema capitalista ainda não se mostrou capaz de, claramente, encontrar uma solução durável para a crise atual. Cabe indagar, porém, por quanto tempo esta situação pode perdurar, especialmente se o movimento revolucionário não se revelar apto para oferecer uma alternativa viável ao neotaylorismo à japonesa, mobilizando todas as inteligências na empresa em função de um projeto autogestionário. (LOJKINE, 1990, p. 19-20).

Outro modo por meio do qual a ideia de autogestão dos trabalhadores tem-se mantido viva é a produção e reprodução de empresas ou organizações autogeridas. Essas organizações podem ser encontradas em vários países do

mundo, como, por exemplo, na Argentina, Espanha, Itália, Brasil e Estados Unidos, dentre outros. No Brasil, as organizações desse tipo adquiriram, nos últimos tempos, certa expressão econômica, social e cultural.

Com o objetivo de facilitar a coordenação dessas organizações foi criada, no Brasil, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, realizado em fevereiro de 1994, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), que, em julho de 1996, congregava trinta e três empresas. Nesse mesmo ano, a ANTEAG realizou um estudo de viabilidade de aproximadamente cinquenta novos projetos, o que significava, em tese, a geração de mais de dez mil empregos.

Podemos afirmar, ao menos potencialmente, que dentre as organizações autogovernadas ou autoadministradas encontram-se as universidades estaduais paulistas. A estrutura de gestão destas organizações apresenta características próprias, que as distinguem das organizações que se constituem no setor da produção propriamente dita. Contudo, como demonstramos nos capítulos anteriores, a partir do movimento de democratização e da autonomia de gestão financeira, estas universidades podem ser enquadradas na categoria de organizações autogeridas ou de autogestão restringida, de acordo com a definição que estamos utilizando neste trabalho.

A comunidade universitária da UNESP não lutou pela autogestão. Mas lutou pela democratização desta instituição e pela democratização das suas estruturas de poder. A comunidade e as entidades representativas dos segmentos não colocaram clara e conscientemente, nesta luta, a questão da gestão da universidade ou a do autogoverno. Mas, a luta pela democratização não traz em si mesma, potencialmente, a gestão da universidade pelos próprios trabalhadores?

Parece-nos que a situação das estaduais paulistas, sob a autonomia, é clara. Alguém, em sã consciência, poderia colocar como reivindicação dos trabalhadores da universidade a devolução da gestão desta para o Estado, após anos de autonomia? O sindicato poderia colocar essa bandeira de luta? É essa a aspiração da comunidade?

Os elementos trabalhados até aqui, conduzem-nos à resposta: é evidente que uma bandeira de luta como esta não obteria a menor ressonância na comunidade.

Contudo, se não está colocada a possibilidade de devolução da gerência da universidade para o Estado, qual é a possibilidade de evolução desta

autonomia? Qual é a posição do sindicato, e do setor representado, sobre a autogestão da universidade? Estes são favoráveis ou não a essa autogestão? E, se forem favoráveis, quais seriam as políticas que o sindicato poderia elaborar e defender para a autogestão? O sindicato tem tido uma posição bastante dúbia a esse respeito advinda do fato de que essa questão não figurou nas pautas de discussão da entidade.

Não há como elaborar uma avaliação conclusiva, mas não há nada que interdicte a elaboração de algumas hipóteses, a partir da observação dessa experiência inédita e que ainda está em curso.

Com efeito, verificamos na UNESP a ampliação de espaços democráticos, de participação dos trabalhadores na estrutura de poder, mormente nos órgãos colegiados.¹⁰⁵ Além disso, observamos a tendência de instauração, nesta Universidade, de formas de expressão e de intervenção mais direta dos trabalhadores, como, por exemplo, a Comissão Permanente de Administração para assessorar o diretor, composta por funcionários e docentes, que vigorou em algumas Unidades e que foi incorporada à nova estrutura de carreira dos trabalhadores técnico-administrativos; o Grupo de Apoio Técnico para Assessorar a Direção em Assuntos Administrativos (GAT- Projeto Qualidade), integrado por docentes e funcionários do Campus de Marília; o Grupo de Assessoria da Direção, da Unidade de Assis etc.

Concretamente, como o movimento universitário tem reagido a estes espaços? Como as entidades dos três setores, em especial a dos docentes, têm conciliado suas antigas práticas com as aspirações de participação demonstradas no movimento de democratização? Como fazer avançar essa luta sem intervir na gestão? Parece-nos que esta intervenção, para o movimento universitário, não é uma opção facultativa, ao contrário, é uma necessidade. A comunidade universitária e suas entidades representativas podem escolher

¹⁰⁵ Além daqueles aspectos trabalhados no item 6, do capítulo II, poderíamos citar aqui o fato, por exemplo, de que na Congregação do Campus de Marília participam a ADUNESP Regional, por meio do presidente, ou na ausência deste, por um outro diretor da entidade, desde 1994 e, em 1996, incorporaram-se a este órgão representantes do Diretório Acadêmico e do SINTUNESP, base local. As entidades têm direito a voz. Essa proposta, original da ADUNESP Regional de Marília, foi encaminhada em outras Unidades e, posteriormente, passou a integrar a configuração das Congregações e CO. Ficou evidente a importância da participação das entidades nos órgãos de decisão máxima das Unidades.

vários caminhos, mas se escolherem o da democracia e o da defesa e do desenvolvimento da universidade pública, a intervenção é inevitável.

1. Sindicato e autogestão

Neste debate, a primeira questão que se coloca é: o sindicato tem o que fazer na autogestão? Qual a função do sindicato no autogoverno ou na gestão democrática?

Aqui, novamente devemos voltar à história do movimento operário, pois esta questão não é original. Na revolução russa, após a tomada do poder pelo proletariado, os bolcheviques colocavam questões muito parecidas com esta acerca da função do sindicato diante do Estado Operário.

De acordo com o informe de Lenin (1961) ao II Congresso de Sindicatos de toda a Rússia, realizado em janeiro de 1919, o partido designava ao sindicato as tarefas de “contabilidade, de fixação das normas de rendimento e de unificação de organizações”. No entanto, ao lado destas, “levanta[va-se] uma tarefa mais elevada e importante: ensinar as massas a administrar, ensinar não por meio de livros, conferências e comícios, mas através da experiência”. Lenin (1961, p. 276-7) dizia ainda que “Esta tarefa, por ser difícil, parece irrealizável”. Mas que, de toda forma, poderiam

[...] ensinar as massas trabalhadoras [...] uma obra como a de dirigir o Estado e a indústria, [...] desenvolver o trabalho prático, destruir o que durante séculos se inculcou nas massas trabalhadoras: o funesto preconceito de que a obra de dirigir o Estado é uma obra de privilegiados, o preconceito de que isto é uma arte especial.

Quase um ano depois, instalou-se no Partido Comunista da Rússia uma polêmica, entre Lenin e Trotski, sobre o papel e as tarefas dos sindicatos.

Trotski sustentava a ideia de que a defesa dos interesses materiais e espirituais da classe operária não era uma incumbência dos sindicatos em um Estado operário. Questionava Trotski (apud LÊNIN, 1961, p. 292): “Para que e ante de quem defender a classe operária se não há burguesia e o Estado é operário?” Lenin (1961, p. 292-3) contra-arrazoava que

[...] já assinalamos que nosso Estado é operário com uma deformação burocrática. [...] Pois bem, será que diante desse tipo de Estado, que

praticamente se consolidou, nada têm os sindicatos a defender? Pode-se dispensá-los na defesa dos interesses materiais e espirituais do proletariado organizado em sua totalidade? Esta seria uma opinião completamente errada do ponto de vista teórico. [...]. Nosso Estado de hoje é tal que o proletariado organizado em sua totalidade deve defender-se, e nós devemos utilizar estas organizações operárias para defender os operários em face de seu Estado e para que os operários defendam nosso Estado.¹⁰⁶

Lenin também colocava outra questão que consideramos bastante atual sobre a discussão do governo efetuado pelos próprios trabalhadores e a função do sindicato. Lenin (1961) afirmava que apesar dos sindicatos, sob o Estado operário, organizarem a classe dirigente, dominante, governante, ao Estado, e só a este, cabia exercer a ditadura de classe que aplica a coerção estatal. Mas o sindicato, nas palavras de Lenin (1961, p. 281),

[...] não é uma organização estatal, não é uma organização coercitiva, é uma organização educadora [...] uma escola de administração e comunismo. [...] Pelo lugar que ocupam no sistema da ditadura do proletariado, os sindicatos estão situados, se é justo dizer assim, entre o Partido e o poder do Estado. [...] está longe esse futuro [em] que os sindicatos serão uma interrogação, nossos netos terão que enfrentar isso.

Embora, naquele momento, o partido tenha cerrado fileiras em torno das posições leninistas, sabemos que, com o tempo, os sindicatos foram incorporados à administração estatal e exerceram, de certa forma, as tarefas de coerção e de disciplinamento dos operários.

A autogestão pressupõe que os trabalhadores sejam os responsáveis diretos e imediatos pela tomada de decisões na organização. A representação e a participação do trabalhador na organização autogerida é direta. Dessa forma, aparentemente, esse tipo de organização social não cria a necessidade de mecanismos de defesa do trabalhador. A inserção do trabalhador no metabolismo da organização se daria, em última instância, por ele mesmo. No entanto, o

¹⁰⁶ Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotski. Discurso de Lenin na Sessão Conjunta de delegados ao VIII Congresso dos Sovietes e de membros do Conselho Central dos Sindicatos da Rússia e do Conselho de Sindicatos de Moscou militantes do PC da Rússia. 30 de dezembro de 1920 (LENIN, 1961, p. 292-3).

princípio teórico da autogestão de que o trabalhador é ele mesmo o agente direto na organização não é nada simples. Aqui não se trata apenas de uma participação dirigida à construção de uma organização social voltada aos interesses dos trabalhadores, mas, sobretudo, de uma participação dirigida à destruição dos valores burgueses e do antigo sistema de produção. Uma participação *negativa*, no sentido de contrapor-se a um sistema ordenado de valores alheios aos verdadeiros interesses dos produtores e, ao mesmo tempo, uma participação *positiva*, no sentido de contribuir para a consolidação de um novo sistema. A participação na autogestão, da mesma forma que nas estruturas capitalistas, constitui-se em um fenômeno que traz em si a contradição.

O campo experimental da autogestão resulta, todavia, demasiado restringido e limitado para que possamos extrair dele indicações ou generalizações com um grau suficiente de validade. Mesmo assim, parece que, a exemplo da própria experiência russa, a função do sindicato na autogestão continua sendo de defesa dos trabalhadores, no entanto, de defesa dos trabalhadores na sua própria autogestão e, ao mesmo tempo, de defesa do desenvolvimento desta autogestão.

No entanto, o problema que se coloca para nós é a função do sindicato no autogoverno da universidade. Aqui, como em outras organizações, o sindicato continua cumprindo as suas funções tradicionais de defesa do trabalhador, acrescidas, talvez, daquelas de participante e contribuinte na construção da gestão democrática.

Presenciamos, nos últimos tempos, no interior da UNESP e nas demais estaduais paulistas, certo retrocesso em termos da democratização nos órgãos decisórios. A tônica desse retrocesso foi dada, sobretudo, pela última gestão (1992-1996) que, em boa medida, centralizou o poder de decisão no nível do executivo, desenvolveu uma política de barganha com os diretores, negociou cargos com os funcionários em troca de apoio político e, para parcela desse mesmo setor, no qual obteve a maioria dos seus votos nas eleições, concedeu reestruturações de carreira, o que se constituiu em pequenos aumentos salariais velados e diferenciados. Embora o último reitor tenha mantido, ao longo de sua gestão, uma postura perante a sociedade, o governo estadual e a Assembléia Legislativa de defesa da autonomia universitária e dos interesses da instituição, sua relação com o movimento universitário organizado,

principalmente nas campanhas salariais, foi bastante difícil. Talvez o pior retrocesso tenha sido aquele advindo do não cumprimento dos estatutos, em especial no que se refere à discussão da proposta orçamentária da UNESP. O executivo, nesta gestão, chamou para si todas as responsabilidades e, conseqüentemente, todo o poder de decisão acerca dos rumos da universidade em termos de investimento, planejamento e alocação de recursos, deixando de fora dessa discussão o órgão máximo da UNESP, que apenas discutiu o orçamento de maneira formal.

Os dirigentes, no autogoverno, não podem se encastelar no poder. Da mesma forma que o CRUESP não pode continuar fechado corporativamente, sem ouvir a comunidade. Quanto aos sindicatos, caberia a função de vigiar, fiscalizar e intervir no desenvolvimento desse autogoverno, num movimento para além da corporação. Entretanto, essa tarefa fica difícil de ser realizada quando o sindicato não definiu, de forma clara, uma política de intervenção na gestão.

2. Referências de uma política sindical para a gestão democrática

Ao leitor que espera como resultado deste trabalho, um projeto de universidade ou soluções para o trabalho desenvolvido pelo sindicato de docentes, logo alertamos de que não se trata disso. Não temos as soluções e muito menos um projeto que dê conta de resolver os problemas que a universidade autônoma e o sindicato de docentes enfrentam.

Assim, pretendemos terminar este estudo apontando alguns problemas que, imaginamos, o sindicato deverá enfrentar na construção da gestão democrática, e não com as possíveis soluções. Até, porque, a elaboração de indicações no sentido de uma *receita* para a atuação sindical seria, de todo, inútil, pois a política define-se mesmo é na prática.

Há outro desvio que também não queremos cometer: confundir o sindicato com a administração da universidade, ou seja, tentar entrelaçar o trabalho sindical com o dos dirigentes universitários. Mesmo naqueles casos em que os dirigentes, reitores ou diretores de Unidades, são eleitos com amplo apoio da comunidade e as suas propostas ganham a simpatia do sindicato, as diferenças entre as duas instâncias de atuação devem ficar claras. Assim, não é função do sindicato elaborar e operacionalizar medidas administrativas e

muito menos exercer a coerção e impor o respeito à norma legal. O sindicato deve ser autônomo em relação às direções, e isso é válido tanto para a elaboração como para a implantação das políticas sindicais.

Pretendemos, nos próximos tópicos, levantar, de acordo com as discussões que travamos até o momento, algumas indicações possíveis para a atuação sindical nas universidades estaduais paulistas, em especial para a UNESP.

Retomamos, assim, três questões enunciadas no final do último capítulo, as quais o sindicato poderá enfrentar: a produção de políticas de gestão; o controle dos mandatos dos dirigentes eleitos; e a superação do corporativismo-economicismo dos movimentos universitários organizados.

A atuação sindical necessita de uma categoria norteadora. Na sociedade capitalista, o problema dos salários deverá permanecer como um dos pilares da luta sindical. No caso da universidade, sob a autonomia, e do sindicato de docentes, a categoria principal a ser trabalhada, nesta situação, inclusive na luta por salários dignos, parece ser a categoria da distribuição dos recursos. A distribuição, é evidente, não pode ser vista aqui, a exemplo da sociedade em geral, de uma forma isolada, mas sim articulada com as outras categorias da produção.

2.1. Excelência e responsabilização

O sindicalismo nunca conseguiu enfrentar, adequadamente, questões como as da eficiência, da qualidade no trabalho e da responsabilização social.¹⁰⁷ Mas, parece evidente que se nós quisermos trabalhar com seriedade

¹⁰⁷ Lojkine (1990, p. 128) coloca que hoje o patronato defronta-se com um problema, qual seja, de um lado, sente a necessidade de globalizar a linguagem, de não subestimar a capacidade de compreensão e de avaliação dos assalariados e, por outro, precisa levar em conta as reticências, a desconfiança dos assalariados e dos sindicatos diante de qualquer objetivo de mobilização coletiva em torno da produtividade. “[...] e, lamentavelmente, ainda hoje, a noção de produtividade não poderia ser colocada no proscênio - para a hierarquia e para os sindicatos, a palavra funcionava como pomo de discórdia.” Richard Chaput, diretor da Associação para a prevenção e a melhoria das condições de trabalho. Jornadas de estudos da Sociedade Francesa de Psicologia. *Quelles motivations au travail?*, p. 56, em Lojkine (1990, p. 128). “[...] incorporamos a noção intrínseca de melhoria da produtividade na organização das ERACT [Equipes de Estudos para a Melhoria das Condições de Trabalho], mas sem o dizer. Desde 1970, queremos superar a noção intrínseca de melhoria das condições de trabalho, e devo confessar hoje que nos inspiramos em Maquiavel. Todos sabem o que é preciso ‘servir’ a uma causa que um dia será reconhecida como necessidade vital: utilizar uma parte deste pensamento [...]” Intervenção de J. Hodebourg, *Cahiers d’anthroponomie*, n. 3, CNRS,

numa organização autogerida, conceitos como o de excelência e o de responsabilização deverão ser redefinidos.

Na universidade autônoma e democrática fica aparente outro problema: como mobilizar os docentes e os funcionários para atingir um novo patamar de qualidade no trabalho, de uso dos recursos e de aproveitamento dos recursos físicos e humanos? Como realizar essa tarefa se, mesmo sob a autonomia, os trabalhadores não se sentem responsáveis pela instituição e muitas vezes sequer pelo trabalho que realizam? Quais são os parâmetros de eficiência e de responsabilização? Para a empresa capitalista há um avaliador externo e imediato: a competição de mercado. E as pressões, de toda ordem, exercidas sobre os trabalhadores, mormente nestes tempos de desemprego, acabam surtindo algum efeito. No entanto, para a universidade pública não há, efetivamente, esse avaliador, não há uma inserção no mercado e na divisão do trabalho, e quanto aos servidores, estes são estáveis.

Contudo, para ganhar eficiência seria necessário reorganizar o trabalho desenvolvido na universidade pública. Não podemos desconhecer a falta de envolvimento, a desmotivação e a insatisfação com o trabalho demonstradas por docentes e funcionários. Aqui, como na empresa, não se pode subestimar o entrelaçamento profundo que vincula a crise de motivação e crise de eficiência ou de qualidade do trabalho. Mas, como responsabilizar e motivar trabalhadores que, apesar de estáveis no emprego, não vêm muita esperança quanto ao seu futuro profissional e têm o seu poder aquisitivo cada vez mais rebaixado? Já é fato constatado nas organizações que processos de reorganização do trabalho, que minimamente funcionaram, sempre estiveram acompanhados de progressos equivalentes nas escalas salariais e nas classificações de carreira. Aliás, esses são uns dos motivos principais pelos quais os docentes, por exemplo, apesar da baixa remuneração e das dificuldades, continuam

1985, em Lokine (1990, p. 128). Encontra-se nesta declaração cínica, dirigida a psicólogos de empresas experientes em maquiavelismo gerencial, todas as características da operação estratégica: globalização, antecipação e dissimulação. A dissimulação, porém, não visava aos temas explícitos escolhidos pelos círculos de qualidade franceses - temas que deveriam motivar, estimular a adesão consensual -, mas aos resultados econômicos pretendidos: os ganhos de produtividade. Ora, como mobilizar os trabalhadores em torno de problemas que, até hoje, sempre se revelaram uma fonte de exploração acrescida? Para que eles aceitariam novas formas de auto-exploração? A resistência aqui parece ser natural. Mas e quando se trata do autogoverno?

elaborando e defendendo suas teses, ou seja, continuam produzindo porque têm a perspectiva de certo progresso na carreira.

A responsabilização e o envolvimento supõem, por certo, a motivação e se esta não pode ser reduzida ao interesse financeiro, também não é viável fora de um ambiente material que proporcione certa segurança. Sem a segurança material, não emergem as necessidades de autorrealização e de reconhecimento que despertam e alimentam a motivação para o trabalho, como bem já o demonstraram a psicologia e a sociologia. Disto depreende-se que se a universidade autônoma quiser ganhar eficiência e comprometimento dos assalariados com o trabalho, alguma forma de remuneração adequada deverá ser estabelecida, ou seja, é necessária a revisão da política salarial implantada nos últimos tempos.

Como conciliar, na universidade, a vontade política expressa mediante a autonomia com a exigência técnica de produção? Este nó não pode ser desatado sem se efetuar algumas opções fundamentais que contemplem, na universidade pública, a relação eficiência e democratização, a aquisição de um novo conceito de trabalho e a responsabilização como condições para as novas relações que devem ser desenvolvidas na organização.

À universidade autônoma colocam-se vários desafios, especialmente os apontados. Da mesma forma, para o sindicato parece ser fundamental a reflexão sobre a forma de produção do trabalho docente, entretanto, pensada em um novo patamar qualitativo que, ultrapassada a práxis de resistência, e sob a autonomia, elabore propostas que possam articular satisfação e condições de trabalho, remuneração adequada e democratização. Contudo, não há como fazer emergir uma nova forma de produção do trabalho docente sem, simultaneamente, intervir-se na distribuição dos recursos. Da perspectiva do trabalhador docente e da democratização das relações de trabalho, não há como interferir em uma categoria independentemente da outra.

2.2. As lutas pela gestão são lutas imediatamente políticas?

O desafio organizacional e os poderes na universidade

Afirmamos, no início deste capítulo, que a estrutura organizacional da universidade diferencia-se daquela das empresas. Isto ocorre em termos, pois

também na universidade observa-se a estrutura verticalizada e hierarquizada.

A universidade possui, por um lado, uma descentralização vertical e, por outro, uma descentralização horizontal. A primeira denota a delegação de poderes de decisão da cúpula estratégica (executivos) para a base, por meio, principalmente, dos órgãos colegiados, enquanto que a descentralização horizontal consiste na transferência de poder a pessoas situadas fora da linha hierárquica. A situação fica ainda mais confusa pela diferenciação verificada entre a estrutura de carreira dos funcionários, mais verticalizada e hierarquizada, quando comparada a dos docentes, mais horizontalizada.

Entretanto, no nível vertical, podemos distinguir um continuum de mecanismos de ligação que vão desde a estrutura funcional mais clássica, fundada numa pirâmide hierárquica tradicional, até a estrutura diferenciada conformada por áreas de atuação, que implicam poderes a várias comissões fixas (como, por exemplo, CADE, CEPE, Comissões de Ensino, de Pesquisa, de Extensão, Conselhos de Curso, CPRT etc.) e temporárias, de grupos de trabalho ou de projetos que aglutinam profissionais para a realização de uma tarefa específica. Além disso, diferentemente das empresas, esses poderes são delegados aos órgãos e estes, invariavelmente, são compostos por rodízios de pessoas, ou seja, periodicamente mudam-se os componentes das comissões.

Até aqui, aparentemente, não há nada de muito revolucionário, tipo semelhante de estrutura, com a manutenção principalmente das unidades temporárias e dos grupos de projetos, é utilizada por várias empresas hoje preocupadas em adaptar a sua política comercial à evolução dos mercados.

O que há de novo para ser destacado é que o tipo de estrutura organizacional consolidado na universidade cria uma dupla estrutura de autoridade, de poder. Essa duplicidade de poder pode ser visualizada na contraposição existente entre o executivo, de um lado, e o legislativo, isto é, os órgãos colegiados máximos, de outro. Essa contraposição à linha hierárquica tradicional viola o princípio de continuidade da cadeia de autoridade, destruindo a simplicidade da estrutura.

Talvez, para a literatura clássica da organização, isto seja uma blasfêmia. Para os sindicatos e para o movimento universitário, porém, isto poderia ser um bom meio para refletir sobre a estrutura de poder na universidade e um modo para modificá-la.

É fato que essa forma organizacional cria várias ambiguidades, pois ao deslocar-se do padrão clássico, que é, por exemplo, remeter todos os problemas a um responsável único, essa estrutura cria um sistema de confronto de poderes que gera alguns problemas: a) o conflito de objetivos e responsabilidades entre os executivos e os colegiados - aqui não ocorre como na estrutura tradicional, um muro que protege o quadro responsável e que sustenta o seu controle indiscutível sobre um conjunto de operações, ao contrário, quase tudo é discutível, pelo menos teoricamente. b) o problema da manutenção de um frágil equilíbrio de poder entre os responsáveis. c) o desalento ou stress - esse tipo de organização pode se revelar estressante, não apenas para os que, em determinado momento, são os responsáveis, para os quais as funções ou cargos são fontes de insegurança e conflito, mas também para os temporariamente subordinados. A subordinação a vários e rotatórios superiores hierárquicos conduz ao conflito de papéis ou à ambiguidade de papéis. Fica difícil, muitas vezes, determinar as responsabilidades. d) a crise de autoridade verificada não apenas, mas, principalmente entre os docentes, os quais vêm nos chefes de departamento muito mais como um colega, do que o responsável por uma unidade acadêmico-administrativa. e) os custos da administração e da comunicação - cada vez mais precisa-se de comunicação e de informação. Para a universidade, os recursos despendidos para reunir os integrantes de órgãos e comissões são bastante altos. E, mesmo assim, a disseminação da informação é bastante precária.

Embora, com todos os problemas apontados, e outros que deixamos de citar, há um aspecto inovador, dado por este tipo de organização, que o sindicato poderia trabalhar. Ou seja, é a oportunidade de formação e de acesso, de ampla parcela dos setores, às funções de gestão e de cooperação. Diferentemente das empresas convencionais, nas quais as responsabilidades são monopolizadas por uns poucos quadros, a organização verificada na universidade pode permitir uma participação massiva de todos os trabalhadores, tanto em cargos de responsabilidade como em funções de gestão. A reflexão sobre a estrutura de poder diferenciada da universidade deveria ser ponto de destaque na atuação sindical, bem como a elaboração de uma política de intervenção nesta gestão.

Para o sindicato, a principal estratégia de gestão seria aquela que oportunizasse a intervenção direta na distribuição dos recursos e, conseqüentemente, na elaboração da política salarial.

Evidentemente, uma modificação nessa distribuição ocasionaria modificações na própria produção do ensino, da pesquisa e da extensão, embora não de caráter determinante, ou seja, não se modificaria o modo de produção, mesmo porque a organização da distribuição está determinada pela organização da produção.¹⁰⁸

Contudo, enquanto os recursos econômicos forem relativamente escassos e, ao que tudo indica serão escassos por muito tempo, a questão-chave é a determinação das prioridades no uso destes recursos. A escassez relativa não implica automaticamente um tipo específico de prioridade.

No que se refere à distribuição, a situação que está posta hoje, no autogoverno da universidade, é a de que a maior parte dele não é chamada a posicionar-se sobre o assunto. Os órgãos colegiados e demais comissões não participam - e, na verdade, realmente são excluídos - das decisões acerca da alocação de recursos e das negociações salariais, isto é, da gestão financeira da universidade. O executivo tem o poder de decisão sobre estas questões.

A universidade pós-autonomia tem feito um relativo esforço no sentido do controle de gastos. Mas, embora o controle de gastos seja fundamental, ele tem ocorrido em detrimento de critérios orçamentários, que deveriam ser estabelecidos para cumprimento de metas e implantação de projetos e de programas. Na verdade, esse relativo esforço tem sido de controle sobre os desperdícios de material, de recursos físicos, de recursos humanos (há normas mais rígidas para contratação) e, principalmente, sobre os custos dos salários.

Assim, observamos, há algum tempo atrás, campanhas incentivadas pela

¹⁰⁸ Marx (1973, p. 15) afirma que os modos e relações de distribuição aparecem apenas como o reverso dos agentes de produção. Um indivíduo que participa na produção sob a forma de trabalho assalariado, participa sob a forma de salário nos produtos e nos resultados da produção. A organização da distribuição está totalmente determinada pela organização da produção, não apenas no que se refere ao objeto - somente podem distribuir-se os resultados da produção -, mas também no que se refere à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, o modo sob o qual se participa da distribuição.

reitoria, para a economia de luz, água, telefone, material, gastos com diárias, viagens etc. Verificaram-se, depois de algum tempo, que os resultados da economia eram quase que insignificantes e que a comunidade não se engajara na campanha. Vários fatores interferiram na não aderência da comunidade, mas, talvez, os mais significativos sejam aqueles que colocam em xeque os desperdícios financeiros, o poder de decisão de poucos e a distribuição dos recursos. Isto é, não há como engajar a comunidade em uma luta contra os desperdícios de material, que é coisa bastante grave na universidade, e a retração nas contratações deixando intocados os desperdícios financeiros e as economias privilegiadas sobre os custos salariais (privilegia-se a contenção nos gastos salariais).

Vários exemplos alicerçados na indignação da comunidade perante as decisões do executivo levam-nos às afirmações que fizemos, como, por exemplo, a compra de amplo terreno para a futura construção da sede da UNESP, em São Paulo; as construções de modernos prédios para a administração, nas Unidades que detêm a hegemonia política no interior da organização; ou ainda os enormes gastos realizados, sobretudo pela reitoria, com viagens, diárias mal explicadas etc. Como justificar os investimentos e desperdícios financeiros perante a comunidade, quando as condições de trabalho (ensino, pesquisa e extensão) e os salários encontram-se tão defasados? Parece difícil, para os servidores, engajarem-se nessa campanha e defenderem os investimentos quando eles são custeados pelos seus próprios salários. Afinal, estas prioridades foram consideradas a partir de que tipo de ótica e por quem? Para a tomada desse tipo de decisões, nem a comunidade, nem o órgão colegiado máximo de deliberação da universidade são consultados.

A distribuição, ou seja, a principal estratégia da gestão, afeta, de maneira substancial, a política dos salários, pois os níveis salariais certamente dependem de como os recursos são alocados e administrados.

O CRUESP tem definido como um ideal a ser alcançado - mas, na verdade, já cumprido, na maioria das vezes, - a alocação de 75% do orçamento global no item folha de pagamento. Pois bem, essa pode ser uma meta preciosa para a universidade, quando pensada sob o ponto de vista dos investimentos em outras áreas, que não na de recursos humanos.

O Fórum das Seis Entidades e o movimento dos trabalhadores das três universidades estaduais paulistas têm-se, ano a ano, confrontado com essa

distribuição. Esses confrontos têm levado a inúmeras greves, como a de 1994, por exemplo, que durou quase dois meses, mobilizações e negociações sem, no entanto, obterem os aumentos salariais requeridos.

Aqui não podemos deixar de fazer um comentário. À primeira vista, parece bastante estranho que, em uma organização autogerida, os dirigentes eleitos e a comunidade, apesar dos diversos canais abertos para participação e discussão, necessitem resolver as tensões internas com movimentos grevistas, por um lado, e com a intransigência e medidas autoritárias e punitivas, por outro. Obviamente, determinar todos os fatores que incidem neste confronto não é nada simples. Mas, observamos que a maioria dos docentes e dos funcionários coloca-se na data-base, muito mais preocupada com o salário do que com qualquer autonomia financeira ou experiência de autogestão. No entanto, essa postura do coletivo de trabalhadores não pode ser compreendida, exclusivamente, como desinformação ou alienação, no que se refere ao processo pelo qual passam as estaduais paulistas. Na prática, quando os reitores chamam para si toda a responsabilidade sobre a gestão da universidade, limitando a participação das entidades e dos órgãos colegiados na discussão de questões cruciais - alocação de recursos, planejamento e política salarial -, estão reforçando esse tipo de comportamento por parte do coletivo.

Na realidade, ficam evidentes as limitações do gerenciamento tradicional para lidar, ao mesmo tempo, com as questões administrativas do dia-a-dia, que exigem soluções rápidas, e um sistema de consulta e participação que, por sua própria natureza, é lento e difícil de articular. Concomitantemente, podemos perceber uma cultura tecnocrática, comum a qualquer organização moderna, na qual o executivo da universidade, legitimado por meio do voto da comunidade, é visto como detentor de um saber competente. O eleitor, por sua vez, espera que essa competência resulte na situação que ele considera ideal. Se isto não ocorrer, basta votar em outro candidato. Não lhe ocorre empenhar tempo e esforço para entender as nuances do processo de gestão da universidade e propor-se a participar ativamente dele. Esse é um limite que precisa ser rompido para que a intervenção na gestão possa efetivar-se. Sem a participação e o interesse da comunidade por esses assuntos, o processo não pode avançar.

Embora tivéssemos indicado a prevalência do órgão colegiado máximo nas decisões, acreditamos que a discussão e a determinação das prioridades

não podem ficar somente a cargo do CO. Conquanto represente uma enorme ampliação na forma como as decisões são tomadas hoje, ainda assim é bastante restritiva quando considerada a totalidade da comunidade universitária. Além do que continuamos a nos defrontando com dois outros problemas bastante conhecidos. O primeiro diz respeito aos vários mecanismos de controle e de pressão sobre o CO, dos quais o executivo dispõe e os utiliza para aprovar suas propostas. O segundo diz respeito à hegemonia exercida, no interior do colegiado, por parte de grupos e segmentos da organização, advindos, geralmente, das Unidades mais fortes. Na universidade, essa hegemonia faz com que a alocação de recursos ocorra de maneira totalmente desigual, ou seja, os investimentos de peso comumente são efetuados naquelas Unidades que possuem o maior poder político. Evidentemente, porque não há quase nenhum controle da comunidade sobre o executivo, a maioria dessas decisões sequer passa pelo órgão colegiado. É necessário destacar, entretanto, que as correlações de forças e as articulações, observadas no interior do órgão colegiado, refletem a cultura política brasileira, e encontram-se próximas àquelas evidenciadas no parlamento.

Faz-se necessário, portanto, no autogoverno da universidade, ampliar os processos democráticos que podem garantir a participação de toda a comunidade universitária na definição das prioridades e na elaboração orçamentária.

Para aumentar o poder de decisão da comunidade, em todos os níveis e nas questões que de fato interessam, o orçamento global, o planejamento financeiro e a política salarial deveriam ser discutidos e decididos, anualmente, pelos órgãos colegiados superiores, tais como CADE, CEPE, Congregações e CO. Periodicamente, a Assembleia Universitária deveria discutir os mesmos temas e definir metas e prioridades para a universidade.

Entretanto, aqui, apresenta-se outro problema. A abertura pura e simples das discussões não garante a intervenção efetiva das pessoas nas decisões, se elas não possuírem condições individuais e coletivas para tanto. É provável que os técnicos e especialistas dominem discussões como estas. Duas medidas podem ser introduzidas para contrabalançar essa ingerência. A primeira seria a elaboração dos orçamentos alicerçada em procedimentos didáticos, que tenham por objetivos o esclarecimento dos itens e tornar as peças acessíveis a todos. A segunda refere-se ao acesso dos representantes aos instrumentos de

poder, ou seja, que estes detenham o conhecimento e aprendam a manipular os instrumentos gerenciais e de funções de gestão.

Em suma, a organização autogerida deve caracterizar-se pelo poder de seus membros para estabelecer, por meio de processos democráticos, a alocação a priori dos recursos existentes para atender a um dado número de necessidades consideradas prioritárias: no caso da universidade pública, não apenas às necessidades ditas internas, mas também, e fundamentalmente, àquelas necessárias à realização da sua função social.

Provavelmente exista um temor do executivo em relação a propostas como esta. Se bem pensadas as coisas, quais seriam as consequências para a universidade, em termos de eficácia econômica de curto ou médio prazos, de taxas de crescimento, de investimentos em itens não prioritários do ponto de vista econômico, do controle de gastos etc.? Ou, dito de outro modo, a comunidade, se elevada a esse poder de decisão, não inviabilizaria o funcionamento da universidade? Essas são questões que sempre aparecem acerca do tema e não são de fácil resolução. No entanto, se quisermos salários dignos, isto provavelmente repercutirá em outras áreas. Talvez não haja recursos para que a universidade continue crescendo, do modo atual, ou para investir em vários projetos. Mas isto não justifica a falta de discussão. O coletivo da universidade, os reitores e as entidades devem decidir como a universidade deve crescer e como compatibilizar esse crescimento com os salários.

Mas, talvez, o temor das consequências negativas seja infundado. Obviamente, a comunidade é composta por especialistas de toda ordem, que se põem a pesquisar e a refletir sobre vários problemas econômicos, políticos e financeiros da sociedade e de organizações dos tipos mais diversos. O que os impediria, abertos os devidos espaços para a participação, de refletirem sobre os problemas da sua própria autogestão e propor soluções? No entanto, mesmo que o temor não seja infundado, as pessoas, na autogestão, devem ter o direito democrático e o poder de colocar as suas prioridades na distribuição dos recursos. E esta é a essência da questão.

Subsequentemente à discussão da distribuição e das prioridades, o sindicato poderia introduzir outros temas relacionados à produção do ensino, da pesquisa e da extensão, como por exemplo: a instauração do trabalho coletivo na universidade; o questionamento da flexibilização do regime de trabalho; a

prestação de serviços; a avaliação da universidade; a proposta de uma política pedagógica que privilegie a formação do cidadão, entre outros.

Estatutos e dinâmica dos colegiados

Uma das lutas prioritárias que o sindicato de docentes poderia encaminhar, juntamente com a comunidade e as outras entidades representativas, é a de mudança dos estatutos da UNESP. Faz-se necessário incorporar aos estatutos as práticas democráticas já estabelecidas na comunidade, como, por exemplo, as eleições diretas e paritárias para reitor e vice-reitor. Da mesma forma, precisamos aprofundar as discussões sobre as eleições para outros cargos, como o de diretores e vice-diretores, chefias de departamento etc., que, em algumas Unidades, têm sido, além de diretas, paritárias. Evidentemente, nestes casos deverá haver um diálogo com a legislação vigente. No entanto, a LDB não deveria ser um obstáculo para o início de uma nova reestruturação acadêmico-administrativa na universidade.

As mudanças que ocorreram nos estatutos, nos últimos tempos, foram pontuais, unilaterais e não privilegiaram a participação da comunidade, ao contrário, colocaram-se como uma restrição a ela. Como exemplo, poderíamos citar a modificação do art. 103, que diz respeito à Assembleia Universitária. No parágrafo primeiro deste mesmo artigo, estava previsto que a Assembleia Universitária, presidida pelo reitor e composta por representantes dos três segmentos, deveria reunir-se ordinariamente, a cada quatro anos, para manifestar-se sobre as atividades desenvolvidas pela Universidade, bem como sobre a programação futura. Essa foi uma das propostas caras ao movimento de reestruturação da UNESP e que havia sido incorporada ao estatuto.

Na gestão de 1992/96, a Assembleia deveria ter sido convocada. Na época, de acordo com a reitoria, não havia condições para a realização desta atividade. A reitoria e o CO, diante do problema acharam mais fácil mudar a norma, do que cumpri-la. Aliás, procedimento bastante utilizado pelos governantes deste país: toda vez que uma lei não lhes convém, basta mudá-la.

Entretanto, neste episódio, não houve reação, nem por parte dos representantes, nem das entidades representativas dos três segmentos.

Outra proposição sobre a qual os sindicatos e o DCE poderiam refletir e elaborar uma estratégia para operacionalizá-la seria a participação,

com direito a voz e voto, das entidades no CO e nas Congregações de todas as Unidades, o que também demandaria modificações nos estatutos. Defendemos essa participação, pois parece evidente que, primeiro, as entidades são legítimas representantes dos trabalhadores e dos alunos da universidade e, segundo, que o ponto de vista do movimento universitário organizado poderia dar a esses órgãos outro tipo de dinâmica e outra visão política dos problemas.

Entretanto, o controle mais efetivo dos mandatos dos dirigentes eleitos seria aquele que propiciasse, dentro dos recursos regimentais cabíveis, a simplificação dos mecanismos para revogação do mandato do executivo. Na greve de 1994, algumas AD's Regionais colocaram claramente a proposta de *impeachment* dos reitores. O fato de a proposta não ter tido repercussão no processo de greve revela que, enquanto os reitores utilizaram todos os recursos regimentais e políticos disponíveis para sufocar o movimento, chegando até a demissão de servidores, o coletivo não soube explorar, com a mesma intensidade, suas possibilidades de ação. Embora essa proposição demande reflexões apuradas, porque não se trata aqui de indicar a derrubada de reitores a qualquer momento e por qualquer motivo, o coletivo deveria pensar sobre os processos e os mecanismos possíveis de controle desses mandatos. No caso do país o *impeachment* é matéria constitucional, na universidade esses processos e mecanismos podem ser matéria estatutária.

Outra questão é aquela que diz respeito às reuniões dos órgãos colegiados. Estas deveriam ser abertas à comunidade interna e externa. Não há nada que justifique a prática de realização de reuniões secretas verificada nestes órgãos, mesmo porque os assuntos discutidos e votados são do interesse de todos. E, afinal, se os representantes eleitos estiverem discutindo as questões com suas bases e sendo porta-vozes das decisões, não há nada a temer.

Do mesmo modo, as reuniões abertas, observados o respeito aos membros dos órgãos e à ordem, poderiam ser uma forma de coibir as pressões efetuadas pelo executivo sobre o legislativo no debate e no confronto de posições. Por outro lado, a fiscalização dos representados sobre os representantes eleitos seria mais direta e efetiva. Além disso, as informações essenciais sobre a universidade, geralmente, são transmitidas na abertura das reuniões, por meio da palavra do dirigente, tanto no CO, como nas Congregações. Raramente os representantes ou membros dos colegiados discutem essas informações de

forma adequada com os setores. A possibilidade de a comunidade assistir a essas reuniões poderia, também, agilizar o processo de acesso e disseminação das informações.

2.3. Espaço comum de intervenção

Já ressaltamos, neste trabalho, o desafio crucial que representa, para o movimento universitário, a superação das divisões corporativistas dos setores da universidade.

Entretanto, aglutinar os setores por novos critérios de gestão financeira que se coloquem contrários ao desperdício financeiro, à economia nos custos com salários e pela distribuição dos recursos seria também uma via para superar a separação existente entre os trabalhadores da universidade. Por isto mesmo, poderia ajudar na construção de uma nova identidade coletiva comum a todos os assalariados da universidade, docentes e técnico-administrativos, em torno da intervenção comum na gestão e nas funções de cooperação e de participação na universidade.

Para além das divisões categoriais ou sindicais, as novas aproximações democráticas e a elaboração de proposições em favor de novos critérios de gestão, articulada pelos setores de forma conjunta, podem reunir todos os trabalhadores em torno de uma proposta que ultrapasse a divisão tradicional (de ação sindical e política) verificada entre os trabalhadores. Pode-se, assim, construir de maneira alternativa uma estratégia de gestão que organize e coordene a resposta de todos os assalariados da universidade. Esta nova agrupação poderia apoiar-se em atuações conjuntas em todos os espaços de intervenção já estabelecidos, como os órgãos colegiados, as comissões permanentes de administração, as comissões assessoras etc., mas, também, em espaços informais criados pelas necessidades da luta em defesa da universidade pública e da melhoria salarial, como os comandos de greve, ou novos a serem criados, como o conselho intersindical etc. Para a elaboração de políticas de gestão poderíamos retornar aqui ao paralelo que estabelecemos entre a dupla estrutura de poder existente na universidade e aos questionamentos da linha hierárquica.

Aparentemente, os dois setores, docentes e funcionários, têm muito mais desavenças do que metas em comum. De um lado, querelas de chefias, questionamento sobre as funções e responsabilidades, críticas dos funcionários

acerca do regime de trabalho bastante livre dos docentes, questionamento do poder que os docentes exercem na universidade, negociações de carreira em separado, de outro, aglutinações esparsas e momentâneas, geralmente em torno das campanhas salariais.

Mas a mobilização de todos os assalariados pela construção da gestão democrática contribuiria para outra conformação institucional, possibilitando a diminuição das barreiras e das divisões culturais entre os segmentos.

2.4. Avaliação e inserção na sociedade

Para que a universidade pública possa atuar com clareza e eficácia é fundamental a elaboração de um planejamento que supere a forma improvisada e amadorística de administrar-se, que assistimos historicamente. Precisamos ter clareza do que desejamos construir a curto, médio e longo prazos. Para isso, é necessário que a universidade conheça suas virtudes e defeitos, seus acertos e erros. É para isso que serve a avaliação

O Exame Nacional de Cursos instituído pelo governo federal em 1996, comumente chamado de Provão, realiza a avaliação dos cursos pelos resultados de desempenho, ou seja, não se constitui em uma avaliação de processo, mas sim em uma avaliação de produto e mal realizada. No entanto, é essa avaliação que credencia ou descredencia as universidades.

Muito se tem discutido, proposto e escrito acerca da avaliação da universidade. Não pretendemos desenvolver uma discussão sobre os tipos de propostas de avaliação, seus pressupostos ou objetivos. Isso ultrapassaria os limites deste texto. Nossa intenção é a de indicar que o sindicato, embora não seja o único elemento, deveria ser um dos principais a preconizar e a elaborar uma estratégia para a avaliação da universidade.

Essa ideia não é, absolutamente, de consenso, nem entre os membros da academia e nem entre os que participam do sindicato de docentes.

Muitos já argumentaram que a avaliação é uma atividade de natureza acadêmica institucional e, deste modo, nenhum movimento representativo, nem o movimento docente, poderia assumi-la ou exemplificar sua realização. Trata-se de situação muito diferente, por exemplo, de outras bandeiras de luta, como a da democratização da universidade. Nesta sim a participação do sindicato é essencial.

Outro motivo que dificultou a inserção do sindicato nesta discussão foi aquele advindo da campanha desencadeada pelos governos federal e estaduais de desmoralização da universidade. Estes governos, na tentativa de impor a sua proposta de avaliação, desqualificaram previamente os docentes para a discussão deste processo. Qualquer questionamento, encaminhado pelo setor, passou a ser agressivamente identificado, com a ajuda da mídia, como incompetência e improdutividade ou como defesa de interesses corporativos de incompetentes e improdutivos. Desmascarar essa tática e a ideologia em que ela se ampara não é tarefa fácil, nem cômoda.

Contudo, há um ponto essencial que nos faz colocar firmemente a necessidade da inserção e da liderança dos sindicatos de docentes no processo de avaliação. Qual seja, todo e qualquer processo de avaliação institucionaliza o padrão de desempenho embutido na avaliação, o qual traz em si o padrão de instituição desejado ou requerido. Em uma palavra, todo processo de avaliação da universidade tem por trás de si um modelo desta instituição. Desse modo, há possibilidade de transformar a avaliação da universidade em um mecanismo para implantar ou fortalecer um dado modelo ou uma política educacional. Tendo isto em vista, é conveniente enfatizar que a discussão aparentemente técnica de avaliação (quem avalia? como? o quê? para quê?) encobre e mascara o modelo tomado, de fato, como padrão de referência para a avaliação. Dessa forma, devemos colocar no centro das atenções a associação íntima entre a avaliação acadêmica e um determinado projeto de universidade.

Se assim é, fica evidente que o sindicato de docentes da UNESP poderia preconizar uma estratégia de avaliação, visando o autogoverno da universidade.

A avaliação é um sistema de prestação de contas à sociedade e isso se traduz em um problema político e não técnico. Para prestar contas, é evidente, a universidade precisa mostrar-se à sociedade. Se a instituição depende de recursos públicos e deve utilizar adequadamente esses recursos, que a sociedade coloca a seu dispor, deve, também, estar subordinada a um controle público. Mas, como não devemos confundir controle público com burocrático, a universidade requer controle coletivo, seja de parte dos representantes do povo, seja de parte de seus próprios membros. Esse controle coletivo faz-se mais necessário, ainda, após a autonomia. A autonomia que liberou, de certa forma, a universidade das teias e da vigilância do Estado, implica, pois, em

deixar que ela se organize a partir de suas próprias experiências, de sua vida interna, para, em seguida, submeter-se a procedimentos internos e externos de avaliação. Autonomia e avaliação formam um binômio inseparável.

Nesse sentido, o corporativismo da universidade e de seus segmentos tende a empobrecer a instituição. Até certo ponto, a luta corporativa é necessária. Lenin (1961) afirmou que as coisas não caem simplesmente porque sofrem pressões de fora, mas sim porque são frágeis internamente, pois, se têm força interna, elas reagem. A luta corporativa contribui para o fortalecimento interno, quando docentes lutam pelas condições mínimas para a sua corporação. Mas, quando a luta se reduz à luta corporativa, ela perde seu sentido universal. E, dificilmente, o autogoverno da universidade avançará se não se articular com outras formas políticas e econômicas da sociedade. Disto depreende-se que a universidade precisa fazer parte do metabolismo social, político, econômico e cultural da sociedade, ou seja, deve inserir-se, de forma democrática, na divisão do trabalho e nas categorias da produção global.

A universidade deve defender a democracia, a democracia interna e, sobretudo, a democracia social.

CONCLUSÃO

Deixar as conclusões para a iniciativa do leitor seria, sem dúvida, o modo mais coerente de reafirmar a premissa, segundo a qual, no âmbito social, a totalização apenas pode ser produto da práxis coletiva. No entanto, existe também uma práxis teórica que acompanha o estudioso, desde o princípio até o fim, e deve-se justificá-la minimamente.

A perspectiva na qual se situou este trabalho e, conseqüentemente, a sua hipótese norteadora foi aquela dada pelo princípio democrático, ou seja, a perspectiva na qual se têm situados os problemas da democracia como participação e do poder como autogestão, ou seja, partem sempre do ponto de vista da classe trabalhadora.

O nosso raciocínio, até certo ponto otimista, foi direcionado pelo desejo de propor uma hipótese que pudesse permitir a reflexão e o exame de alguns problemas a serem enfrentados, no futuro, pelo sindicato de docentes (ADUNESP) sob a autonomia da universidade, sem deixar, no entanto, de pensar na sua intervenção no presente.

Para balizar essa ideia de intervenção, partimos de alguns pressupostos que poderiam ser resumidos nas seguintes proposições: a autonomia de gestão financeira, outorgada em 1989, possibilitou, às universidades estaduais paulistas, a autogestão; o movimento de democratização das estruturas de poder da UNESP desencadeado, em 1984, pelas entidades representativas dos três segmentos da comunidade universitária e a autonomia consolidaram-se na instituição, como um aspecto do autogoverno ou da gestão democrática, conformando-se, assim, uma situação positiva do ponto de vista democrático.

Esses pressupostos levaram-nos à ideia principal, trabalhada na investigação, de que deveria ocorrer uma adequação da política sindical à gestão democrática. Ou seja, o sindicato de docentes deveria comprometer-se com a construção do autogoverno da universidade, elaborando políticas de intervenção na gestão.

O movimento de democratização, iniciado na UNESP em 1984, e que teve à frente as entidades representativas dos três setores da universidade, lutou, em primeiro lugar, pelas eleições diretas para reitor e, em segundo, pela democratização das estruturas de poder da universidade, resultando em um novo estatuto para a instituição, que descentralizou o poder e ampliou a participação da comunidade universitária nos órgãos colegiados. Este movimento aliado aos condicionantes da autonomia de gestão financeira prefigurou a luta pela gestão da universidade.

Analisando a situação objetiva e subjetiva do docente na universidade e as formas de organização do seu trabalho, identificamos alguns problemas que estariam colocados para o sindicato na operacionalização da tarefa de produzir políticas de gestão. Dentre eles, os principais seriam o economicismo e o corporativismo do setor e da entidade e as especificidades do trabalho docente, individual e artesanal. Tentamos, ao fazer um resgate histórico das origens da política sindical tradicional, demonstrar que essas marcas do sindicalismo têm raízes profundas advindas, em especial, de três fatores: a ideologia bolchevique e as teses da III Internacional; o sucesso da implantação das políticas compensatórias da social-democracia; e a vitória do taylorismo/fordismo sobre a classe operária. Identificamos também que o entrelaçamento desses fatores e a situação na qual o capital colocou a massa trabalhadora fizeram com que os seus órgãos de representação, mormente os sindicatos, se consolidassem enquanto organismos corporativistas e economicistas, desenvolvendo uma prática de resistência ao capital. Porém, a partir dos anos 1980, acentuaram-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriram o sindicalismo brasileiro em uma crise. A nova revolução industrial, as propostas de desregulamentação do trabalho, de flexibilização, de privatização dos órgãos públicos e os ataques do neoliberalismo às conquistas sociais e trabalhistas da classe trabalhadora, conformaram uma nova realidade social. Essa nova realidade, aliada à práxis de resistência, acuou o sindicalismo e dificultou-lhe enormemente o avanço qualitativo, ou seja, a passagem de um período de resistência para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas e políticas alternativas ao padrão de desenvolvimento capitalista. A universidade e os sindicatos de docentes não ficaram imunes a esse movimento verificado na estrutura produtiva e no sindicalismo em geral.

Ao analisar a estrutura organizacional e a dinâmica próprias do sindicato de docentes da UNESP concluímos que, dadas as condições de classe social e profissional desse setor e aquelas dadas pela conjuntura à época da fundação das Associações de Docentes, este possui características que o diferenciam dos sindicatos em geral. Os principais elementos diferenciadores seriam as práticas que instituíram instâncias de decisão e de representação mais imediata, direta e inclusiva do coletivo de trabalhadores e, desse ponto de vista, mais democráticas. No entanto, concluímos, também, que, apesar do caráter e das práticas diferenciadoras da entidade, isto não fez com que sua trajetória de lutas fosse tão diferente da dos outros sindicatos. Observamos que o sindicato de docentes da UNESP sempre teve, e continua tendo, como ponto principal da sua atuação as campanhas salariais, ou seja, a luta econômica.

Dessa forma, ao sindicato de docentes, se houver a identificação e a elaboração de novas táticas de luta que almejem a intervenção na gestão da universidade, será necessário não apenas refletir sobre estes problemas, mas como ultrapassá-los, criando, inclusive, novos espaços comuns de intervenção conjunta com os outros segmentos da instituição.

Mesmo que a situação do autogoverno na universidade não esteja ainda madura, tudo indica que há possibilidades de evolução no sentido de aprofundar-se a autonomia, pois a única autonomia que nos interessa aqui é aquela que possibilite o aprofundamento do processo democrático.

Nesse sentido, parecem vitais para o desenvolvimento do autogoverno da universidade e para a elaboração de políticas de gestão pelo sindicato, as seguintes proposições: modificação do trabalho e das relações de trabalho dos docentes, tendo como centro a instauração do trabalho coletivo e modificações profundas na carreira; intervenção na estrutura de poder da universidade por meio dos órgãos colegiados e outros espaços de participação; descentralização dos processos decisórios que devem ser coletivos; integração das três entidades representativas dos segmentos aos órgãos colegiados máximos; controle do mandato dos dirigentes eleitos; discussão e apresentação de propostas, pelo sindicato, para políticas científica, tecnológica e pedagógica; avaliação da universidade; estreitamento das relações com a sociedade em geral, entre outras.

A principal estratégia de intervenção a ser elaborada pelo sindicato de docentes deverá preconizar a participação da comunidade acadêmica na

discussão e na determinação das prioridades acerca da alocação de recursos, ou seja, a categoria norteadora da política de gestão é aquela que permite a definição, por parte da comunidade universitária, da distribuição de recursos.

Em suma, o significado e a produção dessas novas políticas de atuação sindical devem estar alicerçados em um novo projeto de universidade que consiga, ao mesmo tempo, colocar o debate ideológico no seu devido lugar e refletir os anseios da comunidade como um todo.

Por fim, mesmo que não estejam maduras as condições para a transição autogestionária da sociedade, parece ser o conjunto de lutas que a tenham como escopo que pode bloquear e reverter a dinâmica que hoje compele o movimento do capital a rumar para a barbárie. Nem toda crise é fecunda, a crise da sociedade, a crise da educação etc., podem fazer com que a própria sociedade comece a apodrecer, se um novo projeto social não for capaz de recompor novas identidades sociais e novos sistemas de valor.

Constatamos, no fim de século, que os principais vetores que encarnaram as propostas alternativas para a ordem do capital estão próximos do colapso: a social-democracia, com seu reformismo gradual; e a vertente bolchevique dos partidos comunistas. O reformismo limitado e adaptador já provou ser insuficiente para a superação da ordem capitalista. Quanto à revolução insurrecional, é sempre uma possibilidade, pois é história. Mas, para que a superação venha a realizar-se, talvez sejam necessárias uma vontade e uma iniciativa políticas que, mediante novos padrões organizativos, possam mobilizar e autodirecionar as massas para empreender a construção de uma ordem societária que erradique as bases estruturais da ordem capitalista - a propriedade privada dos meios de produção, a lógica do capital e as mediações societárias centradas no mercado. Tais vontades, iniciativa criativa e padrões organizativos, provavelmente, deverão descartar o reformismo limitado, mas implantar reformas que abram caminho para a socialização da economia e do poder político.

Reforma e revolução, teoricamente, não são termos incompatíveis. Entre eles há a mesma relação que existe entre tática e estratégia. A incompatibilidade reside no plano concreto, quando as reformas não são concebidas como etapas de aproximação ao objetivo estratégico ou como instrumento capaz de acirrar as contradições que emergem nas relações travadas entre os

diferentes elementos associados ao sistema, mas sim convertidas no novo objetivo da ação política ou na prevalência do momento tático sobre o estratégico até que se perde de vista o fim último da luta de classes. Fazer avançar reformas não reformistas, ou seja, de cunho democrático, é o grande desafio. Trata-se de resgatar o coletivo e instaurar a revolução processual e permanente, ou trata-se de uma complexa processualidade que sintetize em um só tempo todas as dimensões do que Marx chamou de época de revolução social.

O fato de que estas vontades e iniciativas políticas e os seus novos padrões organizativos não estejam à vista pode configurar uma conjuntura angustiante para nós. Mas, derivar desta constatação o fim da história é uma ousadia que colide com tudo o que conhecemos dos processos sociais. Os homens podem optar pela barbárie, mas é bem pouco provável que o façam, pela razão de que essa escolha leva-os ao imobilismo, o que se coloca contrário à sua própria natureza.

REFERÊNCIAS

- ALEM, Silvio F. História do sindicalismo no Brasil: uma periodização. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano I, n. 1, fev., p. 56-65, 1991.
- ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes. **A idéia de autonomia e a pretendida transição do ensino oficial**. São Paulo: Siqueira Nagel, 1912.
- ANNUNZIATO, F. Il fordismo nella critica di Gramsci e nella realtà statunitense contemporanea. **Critica Marxista**. Rome, n. 6, 1989.
- ANTUNES, R. C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ANTUNES, R. C. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995a.
- ANTUNES, R. C. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. UNICAMP, 1995b.
- ARMSTRONG, P.; GLYN, A.; HARRISON, J. **Capitalism since World War II: the making and breakup of the great boom**. London: Fontana, 1984.
- ARRAIS, Telmo. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical**. São Paulo, 10 jun. 1996.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. **A ADUNESP e a Reestruturação da Universidade**. São Paulo, 23 mai. 1985.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. **Revista da ADUNESP**. São Paulo, 1986.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. **Boletim da ADUNESP**. São Paulo, n. 2, 1988.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. **Boletim da ADUNESP**. São Paulo, n. 5, 1988.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. **Boletim Informativo**. São Paulo, n. 13, 16, 1989.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. **Boletim da ADUNESP**. São Paulo, n. 13, 1989a.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. **Boletim da ADUNESP**. São Paulo, n. 16, 1989b.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. Proposta da ADUNESP para a Reforma Acadêmico-Administrativa. **Simpósio da ADUNESP sobre a Reforma Acadêmico-Administrativa**. Marília, 14 e 15 de maio de 1991.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. Resgatando a história e apontando o futuro. **Revista da ADUNESP**. São Paulo, n. 1, set., 1996.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP (ADUNESP), CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNESP (DCE), COMISSÃO CENTRAL DE FUNCIONÁRIOS DA UNESP. **Boletim**. São Paulo, nov. 1983.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP (ADUNESP), CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNESP (DCE), COMISSÃO CENTRAL DE FUNCIONÁRIOS DA UNESP. **Boletim**. São Paulo, fev. 1984.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Universidade e repressão** - Os expurgos na UFRGS. Porto Alegre: ADUFRGS, L&PM, 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP (ADUSP). **O livro negro da USP** - O controle ideológico na Universidade. São Paulo: ADUSP, 1978.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP (ADUSP). **Conclusões do III Congresso da USP e Plebiscito sobre Autonomia e Trabalho Acadêmico**. São Paulo, nov., 1987.

AYER, Reinaldo **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical**. São Paulo, 02 jul. 1996.

AZEVEDO, F. **Educação e transformação**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

AZEVEDO, José C. de A. O manto diáfano. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 05 jul. 1990, p. 3.

BAGLIONI, G. **Lavoro e sindacati**. Questioni di Sociologia. Brescia: La Scuola, 1966.

BALDIJÃO, Carlos E. Breve história. **Cadernos ANDES**. Florianópolis, n. 1, 1981.

BERNSTEIN, E. **Evolutionary socialism**: a criticism and affirmation. New York: B. W. Huebsch, 1911.

BOBBIO, N. **Qual socialismo?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, N.; MATTEUCCIE, N.; PASQUINO, G. F. **Dicionário de política**. 3. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1991.

BORDIGA, A. Pela constituição dos conselhos operários na Itália. *Soviet*, n. 4, 11 jan., 01 fev., 11 fev., 22 de fev., 1920. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BOTO, C.; STANGE, M. B. Corporação universitária - ofício de mestres e estudantes. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano V, n. 9, out., p. 118-21, 1995.

BOTTOMORE, T. et al. **Diccionario del pensamiento marxista**. Madrid: Tecnos, 1984.

BRASIL. **Decreto nº 11.530**, de 18 de Março de 1915. Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1915.

BRASIL. **Decreto n. 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1931.

BRASIL. **Decreto n. 39**, de 03 de setembro de 1934. Aprova os estatutos da Universidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934.

BRASIL. **Lei n. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961.

BRASIL. Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964. Lei de greve (1964); Lei anti-greve. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da constituição federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Seção 1, 03 jun. de 1964, p. 4713.

BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968.

BRASIL. **Ato institucional n. 5**, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 477**, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 1, de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Seção 1, 20 out. 1969, p. 8865.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Seção 1, 15 out. 1969, p. 7769.

BRASIL. **Decreto nº 80.536**, de 11 de Outubro de 1977. Regulamenta a Lei n. 6420, de 3 de junho de 1977, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9192, 21 dez. 1995. Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários. **Diário Oficial**. Brasília, 22 dez. 1995.

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**. Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BUARQUE, Cristóvan. A qualidade da qualidade. **Educação Brasileira**. Brasília, n. 10, 1º sem., 1988.

BURDEAU, Georges. **Traité de science politique**. Paris : Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1952.

CASALECCHI, José Ênio. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP – Seção Sindical**. São Paulo, 24 jun. 1996

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: EDUNESP, 1996.

CLARK, Burton R. **Academic power in Italy**. Bureaucracy and oligarchy in a national university system. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova**. São Paulo, n. 24, 1991.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical**. São Paulo, 13 jun. 1996.

CORIAT, Benjamin. **El taller y el robot**: ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica. España: Siglo Veintiuno, 1992.

COUTINHO, Nelson C. Gramsci e os conselhos de fábrica. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

CUNHA, Luis A. **A universidade temporária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Luis A. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luis A. **A universidade crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DAL RI, Neusa M. **Educação, capital e trabalho**: fundamentos da educação popular. São Carlos, 1987. Dissertação (Mestrado em Pesquisa Educacional) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

DAL RI, Neusa M. A organização do trabalho sob o capitalismo e a questão do saber operário. **Relatório de Pesquisa**. Marília: UNESP, 1993.

DAL RI, Neusa M. A organização do trabalho docente e a autonomia universitária. **Projeto de pesquisa**. Marília, 1993.

DAL ROSSO, Sadi. A crítica à universidade. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano 2, n. 3, jun., p. 7-9, 1992.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES HELENIRA RESENDE UNESP. **Boletim Informativo**. São Paulo, n. 3, jun., 1985.

DURHAM, Eunice R. **Os desafios da autonomia universitária**. São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Documento de trabalho n. 2, 1989.

ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS. **Documento final**. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Autonomia e governo da universidade. **Educação Brasileira. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**. Brasília, ano XI, n. 22, p. 71-80, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa Omega, 1975.

FERNANDES, Florestan. Autonomia e as limitações da reforma universitária consentida. **Estudos e Debates**. Brasília, CRUB, n. 3, p. 101-13, 1987.

FLEURY, A. Rotinização do trabalho: o caso das indústrias mecânicas. In: FLEURY, A.; VARGAS, N. (Orgs). **Organização do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1983.

FOA, V. Lotte operaie e sviluppo capitalistico. **Quaderni Rossi**, n. 1, p. 9, 1969.

FOLHA DE S. PAULO. **Opinião**. São Paulo, 23 fev. 1984, p. 2.

FOLHA DE S. PAULO. **Notícias**. São Paulo, 16 de mar. 1984, p. 21.

FOLHA DE S. PAULO. **Notícias**. São Paulo, 27 mar. 1984, p. 23.

FOLHA DE S. PAULO. **Notícias**. São Paulo, 18 jan. 1985, p. 3.

FERES, Maria J. Vieira. Memória do movimento docente III. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano III, n. 5, p. 72-84, 1993.

FREITAS, Helena C. L. de. A autonomia das universidades públicas paulistas. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano I, n. 2, nov., p. 36-8, 1991.

GRAMSCI, A. Os sindicatos e a ditadura. Ordine Nuovo, n. 23, 25 out. 1919. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAMSCI, A. Sindicalismo e conselhos. Ordine Nuovo, n. 25, 8 nov.

1919a. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAMSCI, A. O conselho de fábrica. Ordine Nuovo, 05 jun. 1920. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GOLDEMBERG, José. As verbas para as universidades paulistas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 04 jun., p. 2, 1996.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GUARIBA NETO, U. Resgatando a história e apontando o futuro. **Revista da ADUNESP**. São Paulo, n. 1, set., p. 9, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HUMPHREY, J. **Fazendo o “milagre”** - Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, CEBRAP, 1982.

Kurz, Robert. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LÊNIN, V. I. **Sobre os sindicatos**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

LIMA NETO, N. Autonomia coletiva. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano I, n. 1, fev., p. 12-3, 1991.

LIMA NETO, N. **I Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Participação e Autogestão**. Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 19 a 21 de junho de 1996.

LODI, Lúcia Helena. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical**. São Paulo, 28 jun. 1996.

LOJKINE, Jean. **A classe operária em mutações**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

LUCKAS, G. **História e consciência de classes**. Lisboa: Escorpião, 1983.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução?** São Paulo: Global, 1986.

MACIEL, Osvaldo de O. Trabalhando a luta, construindo (a) história I. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano I, n. 1, fev., p. 68-75, 1991.

MALDONADO, Carlos. As perspectivas da universidade brasileira na conjuntura atual. **47º Reunião Anual da SBPC**. São Luís, de 09 a 14 de julho de 1995. (Texto base da conferência proferida em nome da FASUBRA-Sindical).

MARTINS, Luiz Ferreira. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical**. São Paulo, 02 jul. 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. Sindicatos e dilemas das democracias contemporâneas: reações sindicais às propostas recentes de reforma previdenciária na França e no Brasil. **Universidade e Sociedade**. Campinas, n. 12, p. 85-90, 1997.

MARX, K. **Elementos fundamentales para la critica de la economia politica (Borrador) 1857-1858**. 4. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982. Livro 1, v.1, v.2. Livro 4, v. 1.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1985.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical**. São Paulo, 29 jun. 1996.

MIRANDA, Sandra J. Assessoria Jurídica da UNESP. **Parecer de n. 55/96**, acerca da interpretação e aplicação da Lei Federal nº 9.192/95, 22 de abril de 1996, fls. 14.

MORTON, A. L. **A história do povo inglês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

NUNES, Rui A. da C. **História da educação na Idade Média**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1990.

O ESTADO DE S. PAULO. **Notícias**. São Paulo, 17 jan. 1985, p. 11.

ODÁLIA, Nilo. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP – Seção Sindical**. São Paulo, 13 jun. 1996a.

ODÁLIA, Nilo. Entrevistas. Resgatando a história e apontando o futuro. **Revista da ADUNESP**. São Paulo, n. 1, set., p. 9, 1996b.

OFFE, Claus. **Trabalho & sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

ORTIZ, Renato. Fundações, autarquias e reforma administrativa. **Cadernos ANDES**. Florianópolis, n. 1, 1981.

PARO, Vitor H. **Administração escolar**. Introdução crítica. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

PIMENTA, Aluisio. **Universidade**: a destruição de uma experiência democrática. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

RAMOS, Armando Octávio. Democracia, contestação e ‘eleição direta’ para reitor. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 nov. 1983.

RANIERI, Nina. **Autonomia universitária**. São Paulo: EDUSP, 1994.

RODRIGUES, Neidson. Autonomia X universidade: uma questão política. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano IV, n. 11, jan., p. 5- 24, 1987.

RODRIGUES, Susana. B. Processo decisório em universidades: teoria III. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 59-75, jul./dez., 1984.

ROMANO, Roberto. Autonomia universitária: um apelo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 ago. 1995. p. 3.

ROMANO, Roberto. Respeito, democracia, universidade. **Jornal da ADUNICAMP**. Campinas, ago., 1996.

SABEL, C.; PIORE, M. **The second industrial divide**. Nova Iorque: Basic Books, 1984.

SALGADO, Antônio Quelce. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical**. São Paulo, 17 mai. 1996

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei n. 952**, de 30 de janeiro de 1976. Cria a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” e dá providências correlatas. São Paulo: Governador de São Paulo, 1976.

SÃO PAULO. (ESTADO). **Decreto n. 9.449**, de 26 de janeiro de 1977. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SÃO PAULO. (ESTADO). Conselho Estadual de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Parecer n. 845/80**, 28 abr. 1980. Alteração do Estatuto e do Regimento Geral da UNESP.

SÃO PAULO. (ESTADO). Decreto n. 144, de 31 de julho de 1984. **Diário Oficial**. São Paulo, v. 94, 01 ago. 1984, p. 10.

SÃO PAULO. (ESTADO). Decreto n. 29.598, de 02 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária. **Diário Oficial**. São Paulo, Seção I, p.1, 3 fev.1989.

SÃO PAULO. (ESTADO). **Decreto n. 29.720**, de 03 de março de 1989. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. São Paulo: Governador do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO. (ESTADO). Lei n. 7 949, de 16 de julho de 1992. Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado. **Diário Oficial**. São Paulo, 18 jul. de 1992.

SÃO PAULO. (ESTADO). Decreto n. 36.470, de 28 de janeiro de 1993. Aprova alteração do Estatuto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e dá providências correlatas. **Diário Oficial**. São Paulo, Seção I, p. 1, 28 jan. 1993.

SÃO PAULO. (ESTADO). Lei de 30, de abril de 1996. Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado. **Diário Oficial**. São Paulo. Poder Executivo, 01 mai. 1996.

SAFFIOTI, Waldemar. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP – Seção Sindical**. São Paulo, 24 de jun. 1996.

SAVIANI, Demerval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

SECCO, Lincoln. **A crise da sociedade de trabalho**. São Paulo: Práxis, 1995.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVA, José A. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. **A escola pública como local de trabalho**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

SUCUPIRA, Newton. Amplitude e limites da autonomia universitária. **Documenta**. Brasília, CFE, n. 247, p. 45- 54, 1962.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**. Análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TOLA, Solange. **Informativo UNESP**. São Paulo, ano 3, n. 25, nov., p.5, 1984. TOMASETTA, Leonardo. **Participación y autogestión**. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

TOURAINÉ, A. Contribution à la sociologie du mouvement ouvrier. La syndicalisme de controle. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, n. 28, p. 58-66, 1960.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Moderna, 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Informativo UNESP**. São Paulo, ano 3, n. 23, nov., 1984.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Ata da Solenidade de Instalação e da 1ª. Reunião da Comissão de Redação do Estatuto da UNESP**. São Paulo, 23 jul. 1985.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Jornal da UNESP**. São Paulo, ano II, n. 9, set., 1986.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Ante-projeto do novo estatuto da UNESP**. São Paulo: Comissão de Redação, 1986.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Propostas de alteração do ante-projeto do estatuto da UNESP apresentadas pela reitoria**. São Paulo, s.d.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Substitutivo ao ante-projeto de estatuto da UNESP apresentado pela reitoria**. São Paulo, 24 jul. 1987

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Jornal da UNESP**. São Paulo, ano IV, n. 33, dez., 1988.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Estatuto da UNESP**. Resolução UNESP n.21, de 21 de fevereiro de 1989. São Paulo: UNESP, 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Resolução UNESP n. 59**, 02 dez. 1992. Altera dispositivo do Estatuto da UNESP. São Paulo: Reitoria, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Assessoria Jurídica da UNESP. **Parecer nº 55/96**. 22 abr. 1996. Interpretação e Aplicação da Lei Federal nº 9.192/95. São Paulo: Assessoria Jurídica da UNESP, 1995.

VEIGA, Laura da. Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e universidade no Brasil (1954 - 1964). **Educação e Sociedade**. Campinas, ano IV, n. 11, jan., p. 25-71, 1987.

VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: EDUNESP, 1990.

VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical**. São Paulo, 17 jul. 1996.

VIEITEZ, Candido G. Renovando a organização sindical. **Universidade e Sociedade**. Brasília, v. 2, n. 3, jun., 1992.

VIEITEZ, Candido G. Trabalhadores e políticas de auto-administração. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano VI, n. 10, jan, p. 138-46, 1996.

VIEITEZ, Candido G.; LODI, L. H. A autonomia das universidades públicas paulistas. **Universidade e Sociedade**. Brasília, v. 1, n. 2, nov., 1991.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M.; VERISSIMO, M. V. B. **Notas sobre a gênese do sindicalismo “autêntico” e do Partido dos Trabalhadores no ABC Paulista**. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília, 1991.

VISSER, J. Syndicalisme et désyndicalisation. **Le Mouvement Social**, n. 162, jan./mar., 1993.

WOISKI, Emanuel Rocha. **Entrevista concedida à Assessoria de Imprensa da ADUNESP - Seção Sindical**. São Paulo, 17 jul. 1996

SOBRE O LIVRO

Catálogo

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Normalização

Taciana Oliveira

Diagramação e Capa

Mariana da Rocha Corrêa Silva

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

A UNESP, com seus correlatos de autonomia, gestão democrática e organização sindical específicos, constitui um objeto de estudo da maior relevância, não apenas para a comunidade universitária, como, também, ou mais ainda, para a sociedade.

Este livro apresenta uma pesquisa de alta qualidade, muito bem documentada, estruturada e exposta, com um objeto de estudo socialmente relevante, ancorada numa problemática e uma defesa convincente das hipóteses defendidas. Uma investigação que se situa no campo democrático, um dos temas mais importantes das ciências sociais na sociedade moderna e contemporânea, quer olhemos para a história passada, quer para o presente ou para os dias que estão por vir e, que em se tratando da democracia do autogoverno dos trabalhadores na universidade pública, reveste um caráter praticamente pioneiro, que deixa um legado de informações e conhecimentos para outras investigações.

CANDIDO GIRALDEZ VIEITEZ

ISBN 978-65-5954-555-1



9 786559 545551